

SUZETE DE CÁSSIA VOLPATO STOCK

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

BENAMATA:
UM LUGAR, UMA HERANÇA.



Figura 1 – Benamata.
Fotografia: Suzete Volpato

CAMPINAS
2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Stock, Suzete de Cássia Volpato.
St62b Benamta – um lugar, uma herança / Suzete de Cássia Volpato. –
Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador : Agueda Bernardete Bittencourt..
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Carioba. 2. Vila operária. 3. Grupo Abdalla. 4. Imigração. 5. Memória.
I. Bittencourt, Agueda Bernardete. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-245/BFE

Título em inglês : Benamata - a place, a heritage.

Keywords : Carioba; Worker's village; Abdalla Group; Immigration; Memory]

Área de concentração : Educação, Linguagem, Conhecimento e Arte

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Profª. Drª. Agueda Bernardete Bittencourt (Orientadora)

Profª. Drª. Ana Regina Pinheiro

Profª. Drª. Lia Ciomar de Macedo Faria

Profª. Drª. Maria do Carmo Martins

Prof. Dr. Milton José de Almeida

Data da defesa: 23/10/2009

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : ragusu@vivx.com.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO: BENAMATA – UM LUGAR, UMA HERANÇA.

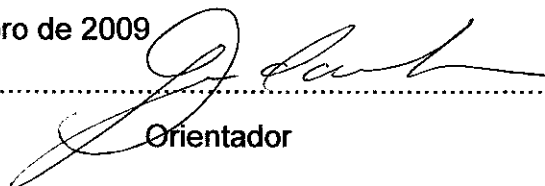
Autor: Suzete de Cássia Volpato Stock

Orientador: Profa. Dra. Agueda Bernardete Bittencourt

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por
Suzete de Cássia Volpato Stock e aprovada pela Comissão
Julgadora.

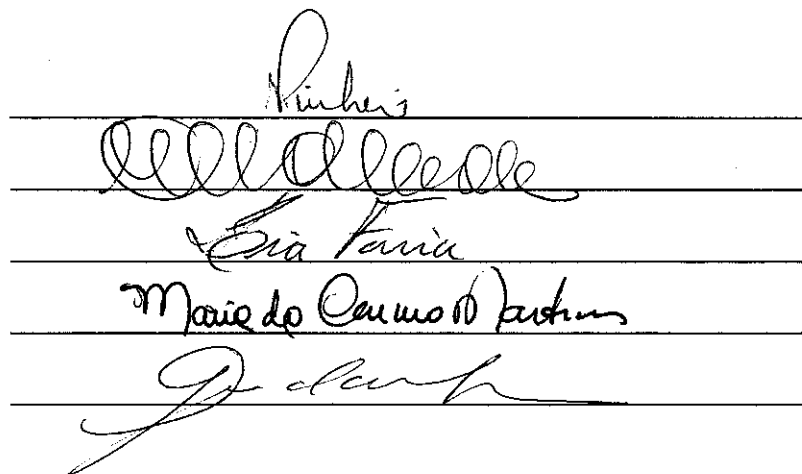
Data: 23 de outubro de 2009

Assinatura:.....



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2009

Dedicatória

Dedico este trabalho:

Ao Carlos, sempre companheiro;
à Raíssa e Gustavo, filhos maravilhosos;
à Ditinha, mãe dedicada.

À Agueda, dona de um enorme intelecto e coração.

Aos ex-moradores de Carioba e àqueles que, de alguma forma, possuem uma alma
cariobense.

Agradecimentos

Ao Arquivo Histórico de Americana.

Ao Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

À Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: Divisão de Pesquisa Jurídica.

À Biblioteca Municipal de Americana.

À Biblioteca do CIEP. Oniva de Moura Brizola.

À Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

À Câmara Municipal de Americana.

À Câmara dos Deputados – Coordenação de Estudos Legislativos.

À CPFL energia – Usina Salto Grande, Americana.

À Fundação Romi.

À Prefeitura Municipal de Americana.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – DRE – Americana e à Escola Bento Penteado dos Santos.

À Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Aos autores locais e seus familiares.

Aos inúmeros depoentes. Em especial: à D. Neca (in memorian), ao S. Hercule (in memorian), à D. Ruth e S. Antonio, ao S. Zé e Cida Sarra, à D. Estela e à Judith Abdalla.

À Fátima Bruneli e Rose Corazza.

Aos professores da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas que com tanto zelo e carinho contribuíram para este trabalho. Em especial: Milton e Carminha.

Resumo

Esta pesquisa estuda a história da construção e destruição da vila operária de Carioba localizada no município de Americana, SP (1901 a 1983). Procura compreender a organização social, as relações estabelecidas por distintos grupos de imigrantes operários e as articulações e disputas travadas pelos proprietários da vila e da indústria de tecidos que culminaram no prestígio que Carioba adquiriu na cidade e região. Busca indícios e marcas do declínio da fábrica de tecidos que levou ao encerramento de suas atividades e a destruição da vila. Revela a tumultuada relação do Grupo Abdalla com os operários e o uso da grande greve de Carioba como uma das estratégias utilizadas na solução dos conflitos entre empresários e militares. Ao narrar como se deu a desocupação da vila, o movimento de resistência dos moradores e as demolições das casas dos operários, este estudo torna visível o jogo de interesses dos proprietários, do Poder Público Municipal e de políticos de distintas tendências ao longo do tempo. E analisa a construção da memória de Carioba, a disputa de seu lugar na história após sua destruição. Uma luta travada por antigos moradores que garantiu a preservação de uma imagem de Carioba como um lugar paradisíaco, jogando no esquecimento os conflitos e a própria complexidade das relações entre operários e proprietários, partidos políticos e grupos de imigrantes. O estudo examinou: discursos, fotografias, testemunhos e os brasões da cidade de Americana, sem deixar de considerar as estratégias de construção da memória registrada em símbolos municipais, além da nomeação de inúmeros logradouros públicos com nomes de cariobenses.

Palavras-chave: Carioba, vila operária, greve, Grupo Abdalla, Americana, memória, imigração.

Abstract

This research deals with the construction and destruction of worker's village of Carioba, located in the city of Americana, SP (1901-1983). It aims to comprehend the social organization, the relationships established by different groups of immigrant workers, and the articulations and disputes set between the village's and the fabric industry's owners, which resulted in the prestige Carioba achieved within the city and the region it is part of. Besides, it searches for evidences and signs of the fabric industry decadence, which led to its end and to the destruction of the village. It also reveals the disturbed relationship between the Abdalla Group and the workers, as well as the use of Carioba's great strike as part of the strategy adopted to solve the conflicts between the entrepreneurs and the militaries. By addressing how the departing, the residents' movement of resistance and the demolition of the workers' houses occurred, this study makes it possible to see the lobby games played over the time by the owners, the municipal authorities and the politicians of different trends. It also analyses the construction of Carioba's memory, its fight for a place in history after its destruction. Such fight led by the ancient residents guaranteed the preservation of Carioba's image of a paradisiacal place, leaving the conflicts and the complex relationship between workers and owners, and between political parties and immigrant groups to be forgotten. This study examined: speeches, photographs, testimonials and Americana's Arm, not disconsidering the strategies for the construction of the memory featured in the municipal symbols, along with the naming of numerous public spaces with names of Carioba natives.

Keywords: Carioba, worker's village, strike, Abdalla group, Americana, memory, immigration.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – capa - Benamata	
Figura 2 – Janela entreaberta.	21
Figura 3 - A fábrica de tecidos na Fazenda São Domingos.	22
Figura 4 – Fazenda Salto grande.	22
Figura 5 – Ampliação da fábrica de tecidos.	23
Figura 6 – Casa do comendador Muller.	23
Figura 7 – Casa inglesa.	24
Figura 8 – Parte de casas da vila.	24
Figura 9 – Vila Carioba.	24
Figura 10 – Comendador Franz Muller.	34
Figura 11 – Albertine Muller.	34
Figura 12 – Hermann Muller.	34
Figura 13 – Hans Muller.	34
Figura 14 – Margarete Muller.	34
Figura 15 – Antonio Pinto Duarte.	36
Figura 16 – Fábrica de tecidos de Carioba, 1975.	40
Figura 17 – João Abdalla.	41
Figura 18 – Amélia Abdalla.	41
Figura 19 – José João Abdalla.	41
Figura 20 – Nicolau João Abdalla.	42
Figura 21 – Manoel João Abdalla.	42
Figura 22 – Antonio João Abdalla.	42
Figura 23 – Cancela de Cariba.	44
Figura 24 – Estrada de bambus.	44
Figura 25 – Casas de Carioba.	44
Figura 26 - Casas de operários.	44
Figura 27 – Rua da represa.	45
Figura 28 – Casa Hermann.	45
Figura 29 – Escola de Carioba.	45
Figura 30 – Alunos da pré-escola.	45
Figura 31 – Cartão postal do presépio de Carioba.	46
Figura 32 – Igreja São João Batista.	46
Figura 33 – Distribuição de leite.	46
Figura 34 – Fichas de leite.	46
Figura 35 – Usina Hidrelétrica de Cariobinha.	47
Figura 36 – Hotel Carioba.	47
Figura 37 – C.R.S.Carioba.	47
Figura 38 – Festa no C.R.S.Carioba.	47
Figura 39 – Time de Carioba.	48
Figura 40 – Baile junino.	48
Figura 41 – Coreto da praça.	48
Figura 42 – Jogo de malha.	48
Figura 43 – Parque D. Albertina.	49
Figura 44 – Comício em Carioba.	49

Figura 45 – Banda Musical J.J.Abdalla.	49
Figura 46 – Distribuição de brinquedos.	49
Figura 47 – Fábrica.	50
Figura 48 – Saída da fábrica.	50
Figura 49 – Visita de cônsul do Japão.	50
Figura 50 – Operárias.	50
Figura 51 – Judith, Nicolau e Diva Abdalla, em Carioba.	51
Figura 52 – Operárias da fiação.	51
Figura 53 – Rua de Carioba.	51
Figura 54 – Escadinha de Carioba.	51
Figura 55 – D. Neca.	53
Figura 56 – Pessoas.	53
Figura 57 – Hercule Giordano.	54
Figura 58 – Afonso Giordano.	54
Figura 59 – Pessoas.	54
Figura 60 – Ruth Trombin Silvestre.	55
Figura 61 – Antonio Silvestre.	55
Figura 62 – Pessoas.	55
Figura 63 – José Sarra.	56
Figura 64 – Cida Sarra.	56
Figura 65 – Pessoas.	56
Figura 66 – Pessoas.	57
Figura 67 – D. Estela.	58
Figura 68 – Pessoas.	58
Figura 69 – A fábrica de tecidos Carioba.	59
Figura 70 – Getúlio Vargas e J.J.Abdalla em Carioba, 1947.	65
Figura 71 – Marechal Lott e J.J.Abdalla em Americana, em 1955.	67
Figura 72 – O desmonte da vila de Carioba.	90
Figura 73 – Casa da vila de Carioba.	109
Figura 74 – Mapa da vila de Carioba.	110
Figura 75 – A negociação das terras de Carioba.	111
Figura 76 – Mapa da vila de Carioba após a demolição.	131
Figura 77 – Mapa das terras do Grupo Abdalla em Americana, 1983.	132
Figura 78 – Antepassados.	133
Figura 79 – Recordações.	161
Figura 80 – Primeiro Brasão, 1925.	162
Figura 81 – Segundo Brasão, 1965.	162
Figura 82 – Terceiro Brasão, 1975.	162
Figura 83 – Embarque de melancias na Estação Ferroviária de Villa Americana, 1917.	168
Figura 84 – Inauguração do busto do comendador em Carioba	171
Figura 85 – Atual Brasão de Armas, 1998.	176
Figura 86 – Evolução da população 1940 – 2000.	203
Figura 87 – Primeiros loteamentos de Americana, século XIX.	203

Sumário

Introdução	01
Capítulo I	
A vila de Carioba	21
O gerenciamento de Carioba pela família Muller	25
Principais membros da família Muller	34
O gerenciamento de Carioba pela família Abdalla	36
Principais membros da família Abdalla	41
A comunidade	43
Os cariobenses	52
Capítulo II	
O Grupo Abdalla e a fábrica de tecidos em Carioba	59
A “grande greve” de Carioba	69
As indenizações trabalhistas durante o processo de fechamento da fábrica	79
A extinção do Grupo Abdalla	85
Capítulo III	
O processo de destruição da vila	90
A desocupação da vila de Carioba	91
O movimento de resistência dos moradores da vila	93
Os motivos da destruição da vila	102
As demolições	107

Capítulo IV

A negociação das terras de Carioba	111
O governo de Abdo Najar	112
O governo de Ralph Biasi	115
O governo de Waldemar Tebaldi	116
O governo de Carroll Meneghel	119
As desapropriações	120

Capítulo V

A construção da memória do paraíso	133
Os imigrantes da “bota”	134
Recantos de prazer: produtores da memória	137
A diferença entre as associações em Carioba e as existentes em Villa Americana	143
O jornal “O Município” - divulgador da colônia italiana	146
Um olhar sobre o passado	155

Capítulo VI

Americana e Carioba em luta	161
Registros e símbolos	162
A volta do interesse por Carioba	168

Considerações Finais	182
-----------------------------	------------

Referências Bibliográficas	187
-----------------------------------	------------

Anexos	202
---------------	------------

Evolução da população 1940-2000.	203
----------------------------------	-----

Primeiros loteamentos de Americana, século XIX.	203
Depoimento da Sra. Ernesta Sacoman Calligaris – D. Neca -.	204
Depoimento do Sr. Hercule Giordano – S. Hercule -.	213
Depoimento da Sra. Ruth Trombin Silvestre e sr. Antonio Silvestres – D. Ruth e S. Antonio.	219
Depoimento do Sr. José Sarra e sra. Maria Aparecida Cardoso Sarra – Zé e Cida Sarra -.	230
Depoimento da Sra. Maria Estela do Nascimento Martins – D. Estela – e, de morador que não quis se identificar.	244
Outros moradores que não quiseram se identificar.	248
Depoimento de Judith Abdalla Gomes	250
Escolarização em Carioba – Escolas Isoladas de Carioba -.	270
Escolarização em Carioba – Escolas Reunidas de Carioba -.	271
Escolarização em Carioba – Grupo Escolar de Carioba -.	271
Escolarização em Carioba - Grupo Escolar “Comendador Muller”-.	272
Escolarização em Carioba – Escola Estadual de Primeiro Grau “Comendador Muller”-.	272

Introdução

Esta pesquisa tem por objeto o estudo das várias facetas da extinta vila operária de Carioba, localizada em Americana, São Paulo, e a construção de sua memória. Busca descobrir a organização social e expor o jogo político que lhe deu prestígio e fama na cidade e na região, bem como a sua queda, que culminou com o fechamento da fábrica de tecidos e a destruição da vila operária.

A vila operária de Carioba surgiu entre 1882 e 1896, período em que a fábrica de tecidos pertenceu a dois irmãos ingleses, os Wilmot, e a um amigo sueco, Sheridan¹. Mas lá havia habitações para os trabalhadores e escravos desde a sua construção, no período de 1873 a 1875, pelos irmãos fazendeiros, Antônio e Augusto de Souza Queiroz². Em 1901, o imigrante alemão Franz Muller, em sociedade com o irmão e um amigo inglês, comprou do Banco do Brasil a então massa falida, que englobava a fábrica, as terras, suas benfeitorias e seu maquinário³. A família Muller administrou Carioba por 43 anos. Nesse período, a fábrica de tecidos foi ampliada, construíram-se uma fábrica de fitas de seda e 280 prédios, entre habitações para operários e patrões; locais para gerência, comércio e outros mistos⁴, além de uma usina hidrelétrica. Em 1944, essa família, em dificuldades financeiras, vendeu Carioba para os irmãos Abdalla, descendentes de imigrantes libaneses. Nesse período, a fábrica de tecidos também foi ampliada e construíram-se mais 50 casas de operários, manteve-se o comércio, além de outros prédios mistos. Foi sob a administração de herdeiros da família Abdalla que a fábrica de tecidos paralisou suas atividades e a vila centenária foi demolida.

Para entender Carioba, é preciso compreender que a formação da cidade de Americana foi marcada pela fixação de diferentes povos imigrantes: portugueses, espanhóis, alemães, norteamericanos e italianos; por núcleos de trabalhadores de vilas operárias, como a Vila Jones, vila

¹ JONES, 1967.

² QUEIROZ, 1951[?]. Embora a data da construção da fábrica de tecidos, na época implantada para confeccionar sacos e roupas para os escravos, não se encontre nesta obra, sabe-se que foi construída em data próxima de quando a família Souza Queiroz comprou a Fazenda São Domingos, que era parte das terras desmembradas da Fazenda Salto Grande. Para mais detalhes, ver: QUEIROZ, 2007.

³ CAMILLO, 1998.

⁴ Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

operária da Tecelagem de Seda “Santa Maria”, hoje bairro central; e pelo surgimento do centro da cidade, oriundo de povoamento de trabalhadores da estrada de ferro e da própria vila de Carioba, objeto de nosso estudo.

O que distingue Carioba desses outros núcleos formadores da região, além da perenidade, é a característica de ter sido um conglomerado populacional autônomo e de vanguarda, muitas vezes, rival da própria cidade de Americana. A Carioba também é creditada a vocação têxtil do município e a detenção de um centro popular de entretenimento, proporcionado pela bela natureza e pelos empreendimentos recreativos e esportivos dirigidos por uma comunidade alegre e acolhedora. Esse conjunto de atributos conferiu fama e prestígio social aos proprietários da fábrica e aos habitantes da vila. E uma aura de magia e encantamento envolveu a memória da região, exacerbadas após a demolição da vila. Uma memória que retrata Carioba não como um projeto político, econômico e social que se manteve até o período em que dava lucro e poder aos seus proprietários, mas como um *paraíso*, cujas maravilhas foram ceifadas pela *ganância* e pelo desrespeito pela sua história. Compreender a formação dessa memória é minha principal busca.

Acreditar ter uma latente *alma cariobense* define em muito a interpretação feita, uma vez que, como neta de habitantes da vila de Carioba, minha memória pessoal está em permanente tensão com os depoentes e com os documentos. Meus avós maternos moraram em Carioba e ali criaram seus filhos, mas foi através de meu avô, um italiano enorme que trabalhou na usina hidrelétrica, cheio de histórias encantadoras sobre tudo, que conheci a vila. Essa *latente alma cariobense* foi despertada quando comecei a observar que ao meu redor havia tantos outros moradores de Carioba, espalhados por toda a cidade, que falavam maravilhas desse lugar. E da dor de vê-la destruída. A memória desses habitantes construiu a recente história do povoamento e do crescimento industrial da cidade.

Portanto, interpretar o passado como ele se apresenta através da memória pode significar desvendar o futuro, pois o presente já não será mais como antes, na medida em que se recria pela tensão entre lembrança e esquecimento, alegrias e dores. Nesse sentido, este estudo pretende acrescentar perspectivas e reflexões que possibilitem aos moradores de Americana observar o mundo e sua realidade sob uma outra ótica. Este trabalho procura dialogar com as escolas do

município, com a imprensa e tantos outros setores, guardiões da memória que, como os historiadores, constroem a história das cidades e da sua gente.

O Estado da Arte

As vilas operárias difundiram-se largamente pelo Brasil nas últimas décadas do século XIX até metade do século XX, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Elas se localizavam normalmente na periferia das cidades ou no meio rural, sendo a maioria de sua população formada por imigrantes europeus, principalmente empregados em ferrovias e na crescente indústria têxtil.

Dentre os inúmeros trabalhos de pesquisa sobre vilas operárias, muitos apontaram que esse tipo de aglomerado populacional estava mais presente no interior do Estado de São Paulo. Apesar de seu caráter marginal, com regras fixas e morais, as vilas operárias representavam um avanço habitacional, visto que propiciavam aos operários algumas facilidades: viver perto das fábricas e contar com relativo bem-estar para trabalhar. Além disso, principalmente nos centros urbanos, resolviam um problema social: atacavam ou impediam a proliferação de cortiços. Para os industriais, construir as casas próximas à empresa e destiná-las aos operários era garantia de mão-de-obra e de redução de salários. Para os investidores capitalistas, as casas eram dirigidas ao mercado de locação e significavam lucro garantido, tendo em vista a escassez de moradia decorrente do crescimento desordenado da população, em razão do crescimento industrial. Quer fossem patrocinadas por empresas, quer promovidas por investidores, as casas eram de propriedade particular e geralmente alugadas aos operários. Com o passar dos anos, muitas dessas vilas operárias foram extintas ou misturaram-se à urbanização de sua cidade.

São inúmeros os estudos sobre o tema, e este trabalho inspira-se em dois deles, que estariam mais próximos da pesquisa sobre a vila operária de Carioba: um publicado em São Paulo, **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**, de Blay (1985) e um no Rio de Janeiro, “Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal do Rio de Janeiro – Discutindo a questão da habitação popular” (1892-1902), de Magalhães (2000).

O estudo sociológico desenvolvido por Blay (1985) sobre vilas operárias situadas na capital de São Paulo expõe a Vila Maria Zélia, construída a partir de 1912 por Jorge Street. Assemelhava-se a uma minicidade e possuía uma estrutura de serviços sociais: escola, creches, igreja, posto médico, etc., para atender os seus habitantes. Caso raro nas vilas existentes na capital paulista. Podemos caracterizar Carioba como pertencente a esse tipo particular, pois ela possuía infra-estrutura própria: água e esgoto encanados, asfaltamento e energia elétrica e recursos que lhe garantiam auto-suficiência e conforto aos operários: comércio, lazer, educação e serviço religioso. Blay (1985) enfatiza que a visão do que se imagina ser uma vila operária é de um lugar criado no passado, onde reinava harmonia e ajuda mútua e havia freqüentes festas de confraternização. Também observamos essa memória sobre Carioba. Entretanto, essa autora considera as casas ocupadas pelos operários um fator de estabilidade e o principal instrumento usado pelos patrões para a manutenção dos lucros e da produção industrial da época, pois o aluguel pago aos patrões, mesmo que, em alguns casos, fosse “simbólico”, era descontado no salário. “A vila operária, ou a casa na vila operária constituiu o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força [...] Ela tem um valor de uso, um valor de troca.”⁵. Ainda segundo essa autora, as casas foram usadas pelos industriais para rebaixar o salário a ser pago ao operário e, muitas vezes, impediram a luta de classes. Em alguns momentos da trajetória da vila de Carioba, vinculada à fábrica, observamos essa afirmação; entretanto, as casas não impediram movimentos reivindicatórios, como as comissões de operários e as greves. Pelo contrário, elas acabaram sendo cedidas gratuitamente, com o objetivo de manter os operários na fábrica; no entanto, como Blay (1985) afirma, foram usadas como moeda de troca.

Já, de acordo com o estudo de Magalhães (2000), no Estado do Rio de Janeiro, o governo incentivava as construções das vilas operárias e, como no Estado de São Paulo, através da redução de impostos dos industriais. Também objetivava controlar a proliferação dos cortiços, principalmente nos centros urbanos, evitando assim as doenças epidêmicas e a promiscuidade. Mas as vilas também refletiam a incapacidade do Estado para oferecer moradia digna para as famílias mais pobres. Americana, um município em crescente industrialização, detentor de um importante pólo têxtil, apresentava dificuldades em oferecer uma casa própria ao operário, e o

⁵ BLAY, 1985, p.11.

alto preço dos aluguéis tornava extremamente difícil a sua sobrevivência. Assim, as casas de Carioba tornaram-se um atrativo sem igual.

O projeto da vila de Carioba seguiu os princípios e os conceitos patronais instituídos em parceria com o Poder Público, como nas demais vilas operárias espalhadas pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entretanto, adquiriu uma feição mais humanitária e coesa à medida em que benefícios foram conquistados pelos operários em um sistema de troca com os proprietários.

Os conceitos de Mauss (2003) sobre o sistema de trocas – “dar, receber, retribuir” encontrados no texto “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, contido em sua obra **Sociologia e Antropologia**, ajudam a entender a organização social da vila de Carioba. Uma vila organizada em torno de líderes comunitários que se reuniam em comissões para reivindicar melhorias de condições de moradia, trabalho, saúde, lazer e tantas outras. Esses líderes comunitários encontravam-se principalmente entre as diretorias do Club Recreativo e Sportivo Carioba, do Clube de Natação e Regatas de Carioba e da Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller” durante os anos de existência da vila. Mas alguns depoimentos afirmam que, se surgisse um problema ou uma idéia que viesse de encontro aos anseios dos cariobenses, de imediato juntava-se um grupo que se dirigia ao patrão ou ao gerente da fábrica.

Através das comissões, os operários conseguiram as sedes dos clubes existentes dentro da vila e da Sociedade de Mútuo Socorro, espaços para construção de outros recantos de lazer e entretenimento em Carioba e ajuda para manter durante décadas as atividades esportivas, recreativas e sociais da vila. Em troca, os operários mantiveram, por anos, uma série de homenagens às famílias proprietárias e ajudaram a criar espaços de perpetuação da memória dessas famílias, principalmente quando os Muller eram os donos de Carioba.

As moradias da vila, cedidas gratuitamente aos operários da fábrica, um dos motivos da memória do *paraíso*, surgiram a partir de uma troca: os tecelões operariam mais um tear — o que não queriam —, para aumentar a produção, e os proprietários não lhes cobrariam mais o aluguel. Com o tempo esse benefício foi estendido aos demais operários de Carioba, passando a fazer

parte do seu contrato de trabalho, apesar de não ser escrito. Essa troca foi negociada por uma comissão composta por operários da fábrica.

Ao mesmo tempo, essas comissões promoveram greves e paralisações, no decorrer de mais de 70 anos em que as duas últimas famílias foram proprietárias da região. Todavia, esse tipo de organização social conseguiu manter, na maioria das vezes, uma relação harmônica entre operários e patrões. Mas houve momentos vividos em Carioba em que se quebrou esse sistema de troca que gerava compromisso entre as partes envolvidas. Nesses momentos em que se rompia um contrato social, provocando uma fissura na cultura de anos, inevitavelmente havia tensões e aumento de conflitos que desequilibravam as relações harmoniosas da vila. São exemplos dessas crises os acontecimentos que culminaram com a venda de Carioba pelos Muller para os Abdalla e os problemas enfrentados pelos proprietários e moradores na década de 1960, pós-ditadura militar.

Esse sistema de trocas é como se fosse um mercado estabelecido entre as pessoas: você dá, recebe e tem a obrigação de retribuir. E ele se mantém porque as pessoas se obrigam mutuamente a realizar trocas.

Na realidade, os cariobenses conseguiram desenvolver uma forma própria de convívio dentro da fábrica e da vila: eles entraram no “jogo”, apesar de dependentes e submissos a um sistema paternalista (patrões, Deus, lideranças, autoridades políticas) vigente durante a existência do povoado. Ambas as partes, patrões e operários, alimentavam esse sistema e ambas se beneficiavam dele. Apesar de estarmos descrevendo um sistema de trocas que sugere algo espiritual e divino⁶, bem próximo da religião praticada na vila, o sistema desenvolvido em Carioba opunha-se a essa noção e baseava-se em *interesses* — ora da comunidade, ora dos trabalhadores, ora dos proprietários. Os momentos de grandes tensões e conflitos na fábrica e na vila ocorreram quando os interesses individuais se sobrepuseram aos interesses coletivos nesses sistemas de trocas. Foram esses interesses individuais que impediram que Carioba se mantivesse.

⁶ Mauss (2003) descreve várias formas e povos que se utilizaram do sistema de trocas nas sociedades arcaicas, as quais tinham um caráter divino, moral e religioso. O interesse, também estudado por este autor, aparece com o negociante, com o capitalista nas sociedades americanas. Um interesse individual que objetivava a riqueza e o poder.

Essa obrigação de retribuir os “presentes” recebidos supõe duas outras: obrigação de dar, de um lado; obrigação de receber, de outro. “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim, as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” ⁷. Aqui também reside a difícil questão de separar a vida dos operários da dos patrões, dilema constantemente enfrentado no decorrer deste trabalho.

Essas noções do sistema de trocas podem ser ligadas à teoria de interdependência ou das configurações de Elias (1994), presente na sua obra **A sociedade dos indivíduos**. Esse autor afirma que as pessoas estão ligadas umas às outras, no tempo e no espaço, como se fosse uma teia. Essas ligações — que também podem ser movidas por *interesses* — é que mantêm ou não, por exemplo, um grupo no poder ou fazem com que algumas idéias ou memórias se sobreponham a outras. Os conceitos de Elias expressos em uma outra obra sua, **Os estabelecidos e os outsiders**, mostram-se também presentes neste trabalho. Trata-se de um estudo etnográfico sobre uma comunidade inglesa que revelou semelhanças com a comunidade aqui pesquisada. Em seu estudo, classificou de “estabelecidos” o grupo de “famílias antigas” da comunidade, que tinham um passado comum, uma coesão que faltava aos *outsiders*, no caso, recém-chegados à comunidade. Percebemos essa ligação quando da luta pela preservação da memória da vila de Carioba, pois a memória construída pelos grupos mais antigos da vila é que prevaleceu e formou a atual história da região. Esses primeiros grupos de moradores de Carioba é que estabeleceram um sistema de troca que perdurou até a extinção da vila, pois “a opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e conduta” ⁸. Elias afirma, ainda, que o autocontrole e a opinião grupal estão articulados entre si.

A memória construída pelos cariobenses está presente nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos rituais e nas festas; e, muito menos, nos textos. Uma memória coletiva que não é somente uma conquista, mas sim um objeto de poder, um poder que também pode provocar, além das lembranças, os esquecimentos. Esses conceitos, definidos por Le Goff (1982) em **História e memória**, esclarecem bem a disputa de memória — estudada nesse trabalho — travada entre dois

⁷ MAUSS, 2003, p. 212.

⁸ ELIAS, 2000, p. 39.

grupos de imigrantes, os italianos e os norte-americanos, instalados na região no século XIX. Ao mesmo tempo, articulam-se com os conceitos de Benjamin (1994) presentes em **Magia e técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura**, obra que afirma que a história retrata sempre o progresso, sem qualquer vínculo com a realidade, porque “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”⁹, os vencidos, os esquecidos da história. Os conceitos de Benjamin (1994) entraram no Brasil nos anos de 1960 e 1970 e foram uma centelha de esperança para o contexto social da época. Mesmo quando Benjamin afirma que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como de fato ele foi”, mas “significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”¹⁰.

Nesse sentido, a legitimidade dos testemunhos subjetivos, crescentes desde a década de 1990, encontrou campo para o seu desenvolvimento com as idéias de Walter Benjamin. Todavia, a memória tornou-se uma mercadoria de consumo, pois diante das rápidas mudanças sociais, fabricadas, muitas vezes, pelos meios de comunicação de massa, o público a apóia com medo de perdê-la. Em contrapartida, Le Goff (1982) ressalta que, no âmbito da história, desenvolve-se uma nova forma de historiografia, a “história da história”, o que, na realidade, buscamos um pouco neste trabalho. Le Goff (1982) admite ainda que a história coletiva feita através dos depoimentos orais permite ao indivíduo ou ao grupo encontrar a sua identidade.

Os testemunhos, as histórias de vida, as entrevistas, as autobiografias, as lembranças e as memórias, os relatos identitários que caracterizam o nosso presente não sustentam uma Verdade, mas verdades subjetivas. Essa idéia da subjetividade das fontes testemunhais da história está presente na obra de Sarlo (2007), **Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva**. Nela, a autora alerta para os perigos das narrativas de memória, que podem conter uma forte imaginação e que procuram recuperar o que foi perdido pelo poder¹¹. Nas últimas décadas, a história aproximou-se da memória, e os depoimentos, bem como as pequenas histórias, tiveram acolhida acadêmica e midiática. A memória traz uma relação afetiva, moral, com o passado, que

⁹ BENJAMIN, 1994, p. 228.

¹⁰ BENJAMIN, 1994, p. 224.

¹¹ Podemos encontrar em: POLLAK (1989) a afirmação de que uma memória que define o que é comum ao grupo e que o diferencia dos outros grupos fundamenta os sentimentos de pertencimento. Além disso, ao valorizar a análise das histórias orais, a história reabilitou a periferia e a marginalidade, provocando uma disputa pela “memória oficial”.

se contradiz com o distanciamento do historiador. Mas ela é um possível impulso moral da história e uma de suas fontes e deve ser confrontada com outros discursos. As idéias de Sarlo (2007) confirmam que o contexto das últimas décadas favoreceu a construção da memória através dos operários de Carioba.

O contexto econômico e político que favoreceu o surgimento de uma determinada memória e a sua disputa entre descendentes de italianos e norte-americanos apoiou-se nas idéias de dois autores: Dean (1991), **A industrialização de São Paulo**; e Skidmore (2007; 2004), **Brasil: de Getúlio a Castelo**; e **Brasil: de Castelo a Tancredo**.

No livro de Dean (1991), é possível observar com muita clareza as forças políticas que proporcionaram o crescimento das indústrias de São Paulo e o destaque dado à cultura do café como efetivamente promotora de sua industrialização e aos imigrantes, principalmente italianos, agentes desse processo. Em parte porque, até a Primeira Guerra Mundial, 2/3 da população paulista era composta de imigrantes, que trabalharam na lavoura do café e também foram os primeiros tecelões de São Paulo, tendo alguns desses imigrantes italianos feito verdadeiras fortunas com empreendimentos industriais. O crescimento industrial foi especialmente rápido no período de 1910-20, porém, no setor de produção de tecidos de algodão, prolongou-se especialmente pela década de 1930. A fábrica de tecidos em Carioba tinha os requisitos necessários para o seu fabuloso crescimento industrial na época: imigrantes italianos, agentes do progresso industrial e proprietários alemães, que tocavam a fábrica com financiamentos estrangeiros e com os conhecimentos de importadores (que eram) e das vantagens da elite paulistas (a que pertenciam), quando compraram Carioba¹².

Em Skidmore (2007; 2004), **Brasil: de Getúlio a Castelo** e **Brasil: de Castelo a Tancredo**, buscamos o cenário político e econômico brasileiro de 1930 até 1985. Nele amparamo-nos para esclarecer a interferência norte-americana — mola mestra dos projetos desenvolvimentistas que colocaram a industrialização do país como solução para os seus problemas sociais — na política e na economia do Brasil. Carioba desenvolveu-se ainda mais quando estava sob os domínios da família Abdalla e esta, sob a proteção de projetos nacionalistas

¹² Para mais detalhes sobre a família Muller, ver: RIBEIRO, 2005.

de Getúlio Vargas. E começou a sentir a queda de seu poderio econômico quando Juscelino Kubitschek instalou as políticas de industrialização do Brasil, implantando a concorrência entre as empresas como uma forma de aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos nacionais. Mas foi sob as diretrizes econômicas e políticas do governo militar, com forte influência norte-americana, que Carioba sofreu um revés.

A interferência da cultura norte-americana no Brasil foi o viés encontrado para implantar muitos desses projetos econômicos, como afirma Beraba (2008) no seu livro **América aracnídea – teias culturais interamericanas**. Essas “teias culturais” e o projeto de brasilidade da Era Vargas não chegaram a acabar com as associações recreativas e esportivas criadas por italianos e seus descendentes dentro da vila de Carioba, o que ocorreu com as demais vilas existentes em Americana. Entretanto, consolidou-se no país, durante a década de 1950, a cultura de massa norte-americana, cujos produtos passaram a ser consumidos pelos brasileiros, que começaram a mudar de hábitos.

Depoimentos e disponibilidade de documentos

O trabalho de campo buscou, através dos depoimentos de antigos moradores, a coleta da memória das pessoas que viveram em Carioba. E muitos foram os antigos moradores que colaboraram com este estudo, ora com fotografias, ora com relatos. Alguns, tímidos ou arredios, não acostumados com a exposição, não quiseram se identificar ou não permitiram a gravação, mas colaboraram com longas histórias sobre sua vida e sua região.

Para a coleta de depoimentos não foram usados questionários e procurou-se “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica”. Esta prática de pesquisa apóia-se no texto “Compreender”, de Pierre Bourdieu, contido na obra **A miséria do mundo** (1997). Trata-se de uma postura que, segundo Bourdieu (1997), envolve associação e disponibilidade total para a pessoa interrogada e para a interação com as pessoas.

Nesta pesquisa, o fato de a entrevistadora ser membro próximo dos moradores da vila facilitou a abordagem, mas oferece o risco de uma interpretação comprometida pelo excessivo envolvimento emocional.

Neste trabalho há espaços para a exposição de partes desses depoimentos que, apesar de editados, estão transcritos na forma em que foram relatados oralmente; portanto, sem correções lingüísticas. A intenção é que se possa perceber na própria linguagem, além do ponto de vista dessas pessoas, seus traços culturais. Escolhemos alguns dos inúmeros depoentes sobre Carioba, que acreditamos contribuirão para este propósito. Essa escolha, como não podia deixar de ser, expressa a posição da pesquisadora, interessada em dar voz aos ex-moradores comuns, de ambos os sexos, que assim poderão fazer o leitor construir com eles seu próprio diálogo, assim como com políticos, padrões e pesquisadores.

Depoentes:

- a). CALLIGARIS, Ernesta (D.Neca). Depoimento colhido em 2005, em sua residência. D. Neca viveu em Carioba entre 1909 e 1925.
- b). GIORDANO, Hercule (S.Hercule). Depoimento colhido em 2006 e 2007, encontros na residência da pesquisadora. S. Hercule viveu em Carioba entre 1922 e 1951.
- c). SILVESTRE, Ruth Trombin (D.Ruth) – viveu em Carioba entre 1935 e 1976; SILVESTRE, Antonio (S.Antonio) – viveu em Carioba entre 1955 e 1976. Depoimento colhido em dois momentos no ano de 2006, na residência do casal.
- d). SARRA, Maria Aparecida Cardoso (Cida Sarra) – viveu em Carioba entre 1946 e 1971; SARRA, José Sarra (Zé Sarra) – viveu em Carioba entre 1942 e 1971. Depoimento colhido em 2007, na residência da pesquisadora.
- e). MARTINS, Maria Estela do Nascimento (D.Estela) – viveu em Carioba entre 1954 e 1982. Depoimento colhido em 2007, no CIEP do bairro Antonio Zanaga.
- f). GOMES, Judith Abdalla – viveu em Carioba entre 1946 e 1967. Depoimento colhido em 2007, em sua residência.

A princípio, aleatoriamente, colhemos os depoimentos dos cariobenses que se mostravam dispostos a *falar* sobre a vila. Eles foram encontrados pelos diversos setores da cidade: comércio,

escolas, praças públicas. Mas foram selecionados pela proximidade com a pesquisadora e com a preocupação em abranger o período estudado neste trabalho.

Nesse sentido, D. Neca, filha de imigrantes italianos, contribuiu com lembranças que remetiam aos primeiros anos do século XX. A sua vida que contava na época, com uma trajetória de mais de cem anos, proporcionou uma oportunidade ímpar para esta pesquisadora. No depoimento do S. Hercule que nasceu em Carioba e que foi o seu principal divulgador, buscou-se os anos de 1920 a 1940. Nos relatos de D. Ruth e S. Antonio, a contribuição principal foi a partir de 1950. Além disso, D. Ruth nasceu na vila e de lá saiu, somente quando a fábrica de tecidos encerrou suas atividades. A sua família estava fixada na região, como a do S. Hercule, desde o final do século XIX. No depoimento de S. Zé Sarra, focaram-se as décadas de 1960 e 1970. Os seus relatos proporcionaram uma visão mais ampla sobre o sistema de Carioba, visto que, trabalhou e atuou em vários setores da vila. Além de participar ativamente no Clube de Carioba e ser um líder comunitário da vila. A sua esposa, D. Cida, neta de italianos imigrantes como o S. Zé Sarra, trabalhou na fábrica e contribuiu com a história recente da vila. A depoente, D. Estela, foi militante na política e na comunidade cariobense, esforçando-se para se manter na vila. Os seus relatos trouxeram as lembranças dos anos de 1970 e 1980. Já o depoimento de D. Judith, filha de um dos proprietários de Carioba – Nicolau Abdalla - expôs a administração da fábrica e da vila, no período em que sua família foi proprietária da região.

Os relatos foram longos e duraram várias horas. As pessoas não se cansavam de *falar* sobre a sua vida em Carioba. O texto trabalha com os depoimentos e com as condições em que foram colhidos. O depoimento de D. Neca, na época com 102 anos, hoje falecida, foi o mais difícil de ser colhido, devido à avançada idade, o que provocou uma narrativa fragmentada de fatos e situações.

O contato com as fotografias do acervo pessoal dos depoentes contribuiu para a composição de suas narrativas, pois ajudou-os a recordar. Muitas destas fotografias fazem parte deste trabalho. Entretanto, cabe olhá-las como um produto da ação de um homem, ao retratar um momento, pois ela expõe a visão do fotógrafo e as tecnologias da época. Este trabalho não

prioriza a leitura de imagens, mas usa esse recurso como mais uma fonte da memória de Carioba¹³.

Trabalho com variados arquivos

Arquivo Histórico de Americana

Jornal **O Município**: 1924 a 1949. Leitura de todos os exemplares. Faltam algumas publicações do ano de 1932.

Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Projecto n. 45 de 1902 - Cria um districto de paz com denominação de Villa Americana no município e comarca de Campinas e Projecto n. 24 de 1917 - Cria o município de Villa Americana na comarca de Campinas.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: Divisão de Pesquisa Jurídica

O Projeto de Lei n. 536/1980 que “Dispõe sobre o tombamento, como monumento histórico do Estado de São Paulo, da Vila industrial do bairro Carioba, em Americana”.

Processo completo.

Biblioteca Municipal de Americana

Leitura do jornal **O Liberal**, de 1966 a 1978, além de pasta própria sobre Carioba, que contém recortes desse jornal sobre a vila nos anos de 1980. Leitura sobre a grande greve de Carioba, a cobertura do jornal na destruição da vila e o seu destino após a extinção. Pesquisa do documento: **Prophylaxia do impaludismo em Villa Americana, Nova Odessa, Carioba e Salto Grande** (GOMES JÚNIOR, 1919). Pesquisa dos livros: **As nossas riquezas – município de Villa Americana** (CALDEIRA, 1930), **Soldado descansa! Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil** (JONES, 1967), **Os pioneiros** (TRAVAGLIA, 1976). Textos memorísticos da família Muller: “Carioba” (PIETZSCHKE, 1982), **Honnef às margens do Reno** (PIETZSCHKE,

¹³ A crescente documentação, através da câmara fotográfica, dos costumes, das habitações, dos monumentos, dos mitos e religiões, além dos fatos sociais e políticos, em parte provocou os estudos de imagens e a sua valorização como recurso acadêmico. Fonte: KOSSOY, 2003.

1983), **História da família** (MULLER, 1992), **A vida de Erich** (BORMANN, 1994), **Bruno e Margarete von der Leyen – Minha infância** (LEYEN, 1995) e **Bruno e Margarete von der Leyen – Antepassados** (LEYEN, 1995).

Biblioteca do CIEP Oniva de Moura Brizola

Americana, Brasil – Edição Histórica – SP (JONES; BRYAN, 1975) e **Preservando nossa História** (GOBBO, 1999).

Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

Pesquisas no livro **Reminiscências de Campinas** (QUEIROZ, 1951?) e tese de doutoramento **Memória, imigração e educação – fábrica de tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX** (RIBEIRO, 2005).

Câmara Municipal de Americana

Diversas legislações e processos municipais de Americana que denominam logradouros públicos, que aprovam loteamentos residenciais e industriais, que desapropriam terras dentro do perímetro municipal, que estabelecem símbolos e brasões do município e que firmam e ratificam acordos entre a Prefeitura Municipal de Americana e a Fábrica de Tecidos Carioba e a sua sucessora, a Agro Imobiliária Jaguari S/A.

Câmara dos Deputados - Coordenação de Estudos Legislativos

Biografia de José João Abdalla cedida pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados - CEDI. Centro de informação, preservação da memória e do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados.

Diário Oficial da União

Legislações referentes aos confiscos de bens do Grupo Abdalla

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Ações judiciais movidas pelos Abdalla com relação ao confisco de terras na região de São Paulo.

Prefeitura Municipal de Americana

Informativo Sócio-Econômico

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Americana — PDDI.

Lei Provincial de nº. 44, de 12 de julho de 1869, que “autoriza o pagamento do prolongamento da estrada de ferro de Campinas a Rio-Claro”.

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – DRE – Americana

Escola Bento Penteado dos Santos: documentação da Escola Estadual de Primeiro Grau “Comendador Muller”.

Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo

Memorial do Imigrante

Condephaat

Senado Federal/Planalto Federal

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Código Civil. Lei n.3071, de 1. de janeiro de 1916.

Código Civil. Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002.

Constituições Federais: 18/09/1946, 20/10/1967 e 05/10/1988.

Diversas legislações federais: Decreto, Decreto-Lei e Leis.

Acervos fotográficos utilizados no trabalho

Acervos: Fátima Bruneli Santarosa, Heloísa Pavan, João Teixeira, José Sarra, Judith Abdalla Gomes, Rosa Bizetto Lahr, Ruth Trombin Silvestre, Suzete de Cássia Volpato Stock.

Arquivos: Arquivo Histórico de Americana, Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, CPFL energia (Usina Salto Grande em Americana), Fundação Romi, Coleção Werner Plaas, E.E.P.G. “Comendador Muller”.

Obras publicadas: (BERTALIA, 1999), (JONES; BRYAN, 1975).

Jornais: **Domingo Jornal, O Liberal, O Município.**

Acervos de filmes

Acervo de Rose Corazza: **Pioneiro do Progresso em Americana**. [Filme-vídeo]. década de 1960. 1 cassete VHS, 23 min. preto e branco. Som.

Documentos e objetos diversos.

Arquivo Histórico de Americana

Fichas de leite em couro (confeccionadas sob a administração da família Abdalla).

Acervo de Ruth Trombin Silvestre

Carteira de trabalho, envelopes de pagamentos (1971) e boletim escolar (1949).

Acervo de José Sarra

Fichas de leite em metal (confeccionadas sob a administração da família Muller), carteira de trabalho, boletim escolar (1948), diploma escolar (1949), acordo contratual com a Fábrica de Tecidos Carioba (1967), cópias de contrato do Club R. S. Carioba com o Sr. Carmine Feola (1925), cópias de relatórios do Club R. S. Carioba (1975/1978) e papéis embleados com o logotipo do Club R. S. Carioba, registro de empregado (1957), ficha de funcionário (1952), carteirinha de sócio do Club R. S. Carioba – filiado à Federação Paulista de Futebol, comprovante de mensalidade do Club R. S. Carioba (1979), registro de veículo de tração animada – bicicleta (1961).

CPFL energia

Livro ponto de funcionários

Alguns desses acervos não estão expostos neste estudo; entretanto, ajudaram a compor a história da vila de Carioba.

Textos de antigos moradores e pesquisadores da vila de Carioba

Antonio Bertalia e Hercule Giordano, moradores e operários da fábrica de tecidos, escreveram suas memórias sobre a vila. Bertalia publicou **Recordações de Carioba – Álbum de memórias** (BERTALIA, 1999) e Giordano, **Minhas memórias – Histórias de um cariobense, revivências de Villa Americana** (GIORDANO, 2004). Ambos os autores viveram na vila no período em que a família Muller era a sua proprietária. O trabalho, a infância e principalmente as atividades esportivas e de lazer são ressaltadas nesses escritos. Os textos pouco mencionam a família Abdalla.

Bertalia foi o primeiro professor da Escola de Tecelagem, fundada em Villa Americana no início da década de 1940, e competiu no Clube de Regatas da vila de Carioba. Foi enterrado com o livro que escreveu. Segundo seus familiares, já em estado avançado de sua doença, a única coisa que o mantinha vivo era a convicção de que deveria terminar o livro sobre a sua querida vila de Carioba.

O Sr. Hercule é um incansável divulgador das memórias de Carioba: desde a década de 1960 ele escreve para o jornal **O Liberal** artigos que descrevem, principalmente, as maravilhas da vila em que viveu. O seu relacionamento com autoridades políticas e públicas da cidade ajudou-o a divulgar a sua memória sobre Carioba através do Poder Público.

Textos que mencionam Carioba

O Dr. Francisco de Salles Gomes Junior, inspetor chefe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia do Impaludismo publicou **Prophylaxia do impaludismo em Villa Americana, Nova Odessa, Carioba e Salto Grande** (GOMES JUNIOR, 1919), em virtude da epidemia de malária que assolou a região. Ali descreve detalhadamente o combate à doença em Carioba e nas demais regiões, na década de 1910.

João Netto Caldeira, um jornalista que percorria os novos municípios formados e editava um livro que servia de divulgação aos governantes do local, deixou em Americana **As nossas riquezas – município de Villa Americana** (CALDEIRA, 1930), provavelmente patrocinado pelos administradores da cidade. Há ali um grande espaço para Carioba.

Vitalina Pompêo de Sousa Queiroz, esposa de Antonio de Souza Queiroz que, junto com o irmão e um norte-americano, foi o primeiro proprietário da fábrica de tecidos em Carioba, escreveu **Reminiscências de Campinas** (QUEIROZ, 1951?), em que descreve a cidade de Campinas e menciona a fábrica de Carioba.

Judith Mac Knight Jones é historiadora e moradora de Americana, descendente dos primeiros imigrantes norte-americanos instalados na região, no século XIX. Publicou **Soldado descansa! Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil** (JONES, 1967), uma obra que registra a imigração norte-americana e as famílias que se estabeleceram na região de Americana. No ano de 1975, em parceria com o historiador Abílio Serra Bryan, compôs a obra **Americana, Brasil – Edição Histórica – SP**, em que também pouco menciona Carioba.

Em 1987, a Prefeitura Municipal de Americana publicou, em forma de histórias em quadrinhos, Americana – sua história e sua gente, distribuída nas escolas e na cidade. A publicação, que reproduz parte da pesquisa dos historiadores Judith Mac Knight Jones e Abílio Serra Bryan, realizada na obra **Americana, Brasil – Edição Histórica – SP**, de 1975, destaca Hermann Muller e a Fábrica de Tecidos Carioba, porém não menciona a família Abdalla.

A autora Ema Camillo era técnica documentalista do Centro de Memória da Unicamp quando publicou **Guia histórico da indústria nascente em Campinas** (CAMILO, 1998), uma coletânea das principais indústrias localizadas em Campinas entre 1850-1887. A fábrica de tecidos Carioba é uma das indústrias relacionadas.

Célia Gobbo, Fanny Olivieri, Maria José de Araújo Ribeiro e Melquesedec Ferreira são autores do **Preservando nossa História** (GOBBO, 1999) — material distribuído nas escolas —,

uma publicação sobre a história do município de Americana. Há uma parte sobre Carioba, com destaque à família Muller e nenhuma menção à família Abdalla.

Textos memorísticos da família Muller: **Bruno e Margarete von der Leyen – Minha infância** (LEYEN, 1995a), **Bruno e Margarete von der Leyen – Antepassados** (LEYEN, 1995b), **História da família** (MULLER, 1992), **Carioba** (PIETZSCHKE, 1982) e **Honnef às margens do Reno** (PIETZSCHKE, 1983). Os textos são resultados da compilação das cartas trocadas entre os membros da família e das lembranças dos momentos de convivência familiar na vila e na Europa.

Este estudo está dividido em seis partes. O primeiro capítulo, “A vila de Carioba”, tem por objetivo possibilitar que o leitor compreenda a dinâmica da região, desde a compra por Franz Muller, em 1901, até a destruição da vila em 1983, sob o controle dos filhos herdeiros de José João Abdalla. Para isso, expõe os operários, os proprietários e a forma como era gerenciada a sua vida na região.

O segundo capítulo, “O Grupo Abdalla e a fábrica de tecidos em Carioba”, procura mostrar a formação do maior grupo empresarial privado da América do Sul e os históricos embates com o seu operariado. Retrata Carioba como uma entre as dezenas de indústrias do Grupo Abdalla, mas que teve uma função estratégica em prol do governo federal militar que estava no seu encalço. Nesse sentido, descrevemos a grande greve de Carioba, a intervenção federal na fábrica e o apoio dos militares aos cariobenses.

O terceiro capítulo, “O processo de destruição da vila”, expõe as diferentes formas de forçar a desocupação da vila e o movimento de resistência dos moradores aos proprietários e ao Poder Público municipal e estadual. Relata, ainda, parte dos motivos da destruição de Carioba.

O quarto capítulo, “A negociação das terras de Carioba”, aborda o tratamento do Poder Público municipal no processo de preservação a vila. E a ironia de ter que assumi-la anos mais tarde. Há uma exposição das linhas governamentais dos prefeitos do final da década de 1960 a 1980 com relação à vila de Carioba e as negociações das terras e dos prédios que passaram para a Prefeitura de Americana. Este capítulo aborda a questão do direito de uso da propriedade particular em detrimento do social, mas principalmente insere as redes de interesse e de interdependência entre os governantes municipais e os proprietários de Carioba.

O quinto capítulo, “A construção da memória do paraíso”, expõe a trajetória de dois povos imigrantes e formadores da região: os norte-americanos e os italianos, os quais estão diretamente ligados à economia do município de Americana. Em um estudo comparativo, enfoca os diferentes momentos em que as suas histórias foram resgatadas para afirmar o poderio econômico da região. Evidencia a rivalidade entre Carioba e Americana e revela, ainda, o importante papel do jornal **O Município** na construção da memória sobre Carioba.

O sexto capítulo, “Americana e Carioba em luta”, examina como, à força das “emoções históricas”, ocorreu o processo de formação e reelaboração da memória de Carioba. Retrata a tensão dos distintos interesses por Carioba depois de sua destruição até a atualidade. Interesses do Poder Público, da mídia, dos pesquisadores e dos antigos moradores da vila. Nas entrelinhas deste capítulo pode-se perceber a alternância de grupos distintos no poder político e as disputas pela memória.

Capítulo I
A vila de Carioba



Figura 2 – Janela entreaberta.
Desenho: Suzete Volpato. Imagem de fundo: acervo de Ruth Trombin Silvestre

“O mundo interior do sonho, das emoções fortes e do sofrimento é sempre humano demais e tragicamente o mesmo para todos nós. Isso não depende de nível educacional, de cor ou nação. A morte de um filho, o ciúme no amor, o pavor de escuridão da noite, o envelhecimento, o pecado e o remorso: todas as imagens e experiências de minha alma são as mesmas da tua alma”¹⁴.

¹⁴ HILLMAN, 1984, p.69.

Franz Muller - e seus sócios europeus-, em 1901, arrematou em leilão a Fazenda São Domingos – as terras, a fábrica, algumas habitações e benfeitorias. E em 1907, também com os sócios, comprou a Fazenda Salto Grande e lá plantou algodão em larga escala para suprir a fábrica de tecidos, onde também fazia a seleção de sementes de algodão e vendia para agricultores de diversas regiões. Na Fazenda Salto Grande construiu uma usina hidrelétrica no rio Atibaia, que, por vários anos, forneceu energia elétrica para Carioba, Villa Americana e algumas cidades circunvizinhas.



Figura 3 - A fábrica de tecidos na Fazenda São Domingos.
Fonte: Coleção Wernner Plaas.



Figura 4 – Fazenda Salto Grande. Desenho de Kurt Schiering, 1914.
Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

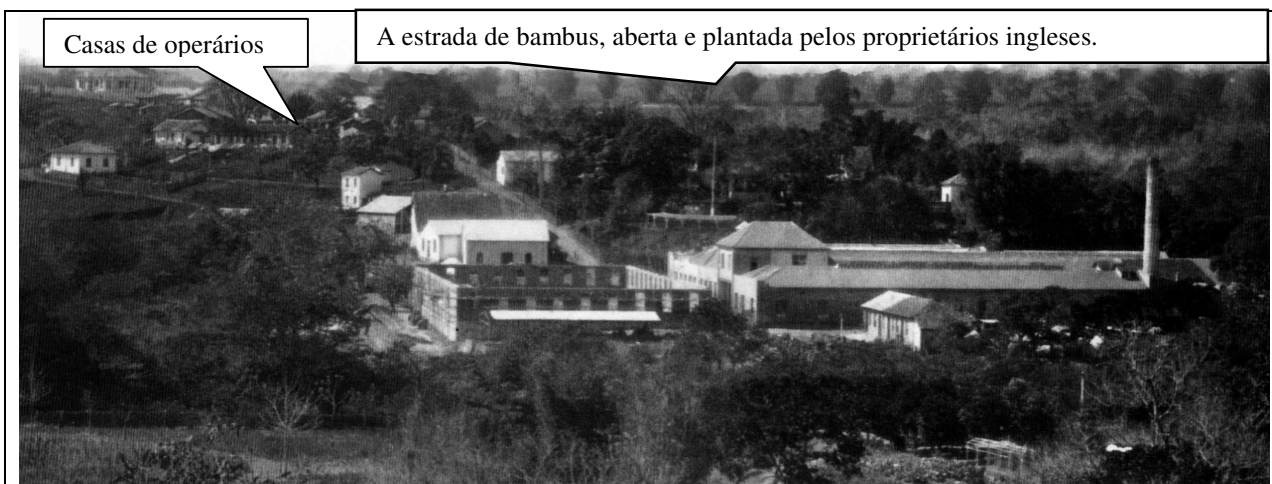


Figura 5 – Ampliação da fábrica de tecidos.
Fonte: Coleção Wernner Plaas.

A família Muller edificou a maioria das habitações em Carioba. Em 1918, havia 233 prédios ocupados na vila, sendo: 223 casas de operários e 10 prédios mistos e para uso comercial. O número de habitantes era de 1.196, sendo 594 homens e 602 mulheres, a maioria imigrante ou filho de imigrantes vindos da Itália. A forma estrutural da vila mostrava que o comendador havia sido influenciado pelas idéias de Ebenezer Howard (1850/1928), urbanista da Inglaterra e teórico das “cidades-jardins”. Os seus ideais buscavam o equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais integrados ao desenho da paisagem. Em meio à revolução industrial, o conceito de vida urbana, cheia de oportunidades e entretenimento, devia estar junto com a beleza e os prazeres do campo.



Figura 6 – Casa do comendador Muller. Desenho de Kurt Schiering, 1914.
Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A vila formou-se a partir da fábrica. Junto com o crescimento da fábrica e da vila, a família do comendador também aumentou. E filhos e netos moraram em Carioba.



Figura 7 – Casa inglesa.
Fonte: Coleção Wernner Plaas.
Moradia em estilo inglês com tijolos à vista, ela é uma das casas do conglomerado na forma de um quadrado, exposto na imagem ao lado.



Figura 8 – Parte de casas da vila. Desenho de Kurt Schiering, 1914.
Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Os diferentes estilos construtivos utilizados misturaram-se e camuflaram-se em meio às centenas de casas de Carioba.



Figura 9 – Vila Carioba. Desenho de Kurt Schiering, 1914.
Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A vila serviu de propaganda no longo processo de elevar o Distrito de Villa Americana a município. Na ocasião ela tinha mais prestígio político, econômico e cultural do que o próprio distrito a que pertencia. A infra-estrutura de vanguarda — água e esgoto encanados, energia elétrica nas ruas e nas casas e asfaltamento — implantada durante a administração da família Muller, além de atividades culturais e esportivas, classificou-a como um pólo urbano, em meio rural, com alto grau de qualidade de vida.

O gerenciamento de Carioba pela família Muller

Os empreendimentos em Carioba foram gerenciados por um sistema de patrimônio familiar. Nesse sistema, o controle da empresa passa de pai para filho. Assim aconteceu com a família Muller, cujos filhos foram educados para assumirem como herdeiros os negócios da família.

As primeiras características de um empreendimento familiar são as práticas de natureza doméstica similares às práticas familiares no manejo da empresa. Em decorrência dessa cultura empresarial, nesta pesquisa os habitantes da vila de Carioba e seus proprietários são por vezes tomados como um e mesmo grupo, pois, as complexas relações que se estabeleceram durante gerações, ocasionaram discursos contraditórios como contraditórios são os sentimentos gravados na memória dos ex-operários com relação aos seus patrões.

Os depoimentos de cariobenses e de familiares de proprietários de Carioba mostraram como os proprietários interferiam na vida privada de seus operários e moradores e como operários e moradores se habituaram a prestar-lhes contas e até a esperar a aprovação patronal para seus projetos pessoais. Os benefícios oferecidos aos operários mais dóceis e colaboradores e a vida em comum das famílias que dividiam o mesmo espaço físico proporcionou meios para uma intimidade, convertida em aliança, fortalecendo assim, a idéia de uma grande família.

Os discursos contraditórios revelam também a existência de distintos grupos de moradores da vila: de um lado, aquele que era composto por cariobenses aliados da família proprietária que a viam como benfeitora, e, de outro, aquele que era composto por cariobenses que viam a família proprietária como exploradora dos operários.

Contudo não se pode desconhecer que essa administração de natureza paternalista traduzia o anseio recíproco de segurança. Esse tipo de relação em que o patrão “cuida” da vida de seus empregados teve em certa época, a aparência de um sistema de vanguarda, porém, exigia do operário um grau de subserviência que beirava a infantilidade e a inocência¹⁵.

¹⁵ DEAN, 1991.

Já os grupos de moradores que percebiam a situação de controle e exploração a que estavam sujeitos organizavam-se em comissões que negociavam acordos trabalhistas e/ou benefícios para a vila e seus moradores. Em diversos momentos, se contrapuseram aos proprietários e em outros, uniram-se a eles e tornaram-se parceiros em um empreendimento, em troca de benefícios para os operários.

Na medida em que esse sistema ampliou a admiração pelos patrões, obtida pela troca de benefícios, consolidou-se como forma de exploração da mão-de-obra. A moradia gratuita foi o principal benefício concedido ao operariado de Carioba e que fez aumentar o respeito e admiração aos primeiros proprietários, ao mesmo tempo em que se aprofundou a exploração dos operários. Contraditoriamente, esse foi um benefício conquistado pelo operariado em um processo de negociação. E a ele, juntou-se a água e a energia elétrica cedidas gratuitamente. A água (sem tratamento) era proveniente de inúmeras minas existentes em pontos mais elevados de Carioba e, por gravidade, enchia reservatórios — existentes desde a década de 1910 — espalhados pela vila. Deles saíam canos para as casas e para os bebedouros existentes em diversas localidades de Carioba. Já a gratuidade da energia elétrica — também presente desde a década de 1910 — consolidou-se a partir de 1936, quando foi construída na vila a usina hidrelétrica de Cariobinha. Com as pedras resultantes da construção da barragem, alguns trechos — a rua da represa e a da fábrica — da vila foram asfaltados¹⁶. O passeio público foi arborizado também em decorrência da construção da usina hidrelétrica, assim como a padronização das cercas de madeira que delimitavam as casas dos operários, herança, ao mesmo tempo, inglesa, da vila, e norte-americana (sulista), da região.

A partir do momento em que os benefícios, mesmo que conquistados, foram trocados por menores salários, a dependência dos empregados em relação ao patrão, passou a ser um método racional de manipulação mais eficaz do que o impessoal¹⁷. Nos depoimentos foram frequentes as afirmações de que os operários de Carioba ganhavam menos do que os operários de outras indústrias da cidade, mas que, *o que eles tinham, em nenhum outro lugar existia*. A análise desses

¹⁶ É possível ver em: (Bertalia, 1999); imagens das máquinas (vagonetes que transportavam as pedras maiores - retiradas do local da usina -, para o britador e o trator que compactou o solo e as pedras para receber a camada do produto) utilizadas no primeiro asfaltamento de Carioba.

¹⁷ DEAN, 1991.

depoimentos revela como a vila de Carioba permaneceu, principalmente durante a administração da família Muller, sob essa dependência e esse controle.

No Estado de São Paulo, os industriais surgiram no decorrer dos 30 anos logo após o estabelecimento da República. Era um grupo econômico grande e tão importante quanto as elites rurais e rapidamente se multiplicou, pois, de 17 cotonifícios em 1900, tornaram-se 41 em 1915. Os operários viam esses empresários e as suas grandiosas fortunas como uma “aristocracia do dinheiro”¹⁸. A proximidade do estilo de vida das fazendas de café com as vilas industriais não é de se desconhecer. No caso de Carioba, os proprietários, da família Muller também eram fazendeiros. A aura de magnitude, compreensão e bem-estar dos operários está mais presente na primeira fase da industrialização brasileira. Nos relatos presentes em livros e jornais, a imagem do comendador contamina os seus descendentes, acabando por generalizar suas virtudes e estendê-las à sua numerosa família, aos filhos e netos que o sucederam.

D. Albertina, esposa do comendador, também é retratada na exposição oral de antigos moradores como uma pessoa muito bondosa. E foi por eles apelidada de *mãe dos pobres*. Esse cognome dado pelos cariobenses ao comendador — na época, já falecido — e estendido e adaptado à sua esposa, era divulgado no jornal **O Município** e tem uma associação direta com a aliança de Getúlio Vargas com a classe trabalhadora, na época em que Getúlio começou a ser nomeado de *pai dos pobres*. Essa denominação fortaleceu-se quando Vargas implantou uma política de direitos sociais e trabalhistas, divulgada sistematicamente por propagandas que serviram principalmente para cultuar a sua personalidade.

A interferência na vida cotidiana dos moradores de Carioba pelos patrões alemães saía dos limites da fábrica e atingia desde o simples cuidado com a manutenção das cercas de madeira que delimitavam os terrenos das casas dos operários até os relacionamentos matrimoniais. Esse cuidado com a aparência da vila mostra a importância que a estética, a organização e a limpeza detinham para esta família luterana na gestão das vidas na fábrica de tecidos.

¹⁸DEAN, 1991.

A vila constituía-se de vários tipos de habitações, que se diferenciavam no conforto e na estrutura física: os proprietários, os funcionários em cargo de chefia ou, ainda, os técnicos mais graduados habitavam moradias maiores e mais confortáveis.

Por volta de 1927, as casas dos operários começaram a ser cedidas gratuitamente para os operários de Carioba. A concessão, sem a cobrança de aluguel, das habitações que pertenciam aos proprietários da fábrica foi considerada como benevolência dos patrões com relação aos seus empregados. Não era um contrato assinado e, sim, um costume local com poder de lei. Não conseguimos precisar a data em que se iniciou esse benefício que passou a fazer parte do contrato de trabalho dos operários de Carioba. O depoimento do Sr. Hercule Giordano aponta o ano de 1927, como assim lhe relatou o seu pai. No jornal da época, **O Município**, há indícios de que isso tenha ocorrido entre 1927 e 1929, já que na coluna de Carioba e em alguns editoriais há menções das crises que atravessava a Villa de Americana: a falta de moradia, os preços altos dos aluguéis e dos gêneros alimentícios. O custo de vida em Villa Americana era elevado, em parte pela migração iniciada na primeira década do século XX.

A concessão das casas sem a cobrança do aluguel foi uma negociação trabalhista em um período de quase inexistência dessas leis. O motivo apresentado pelo Sr. Hercule é de que a família Muller, na época, necessitava aumentar a produção da fábrica e, para isso ocorrer, exigia que os tecelões passassem a operar três teares ao mesmo tempo, quando até então operavam de um a dois. A moradia foi concedida nessa troca por mais exploração. Na época, os proprietários de Carioba, como os demais industriais da região, enfrentavam “a escassez de mão-de-obra”¹⁹. Embora a região recebesse grande fluxo de migrantes naquele período, eles não possuíam qualificação para trabalhar nas fábricas, eram, em sua maioria de origem rural, sabiam trabalhar a terra e era com essa perspectiva que chegavam ao Brasil.

Portanto, em meio aos altos preços de aluguéis e gêneros alimentícios e à escassez de mão-de-obra, as casas cedidas, aparentemente sem custo aos operários eram um atrativo sem igual, uma boa estratégia para garantir trabalhadores na fábrica.

¹⁹ DEAN, 1991, p. 172.

Na vila existia um funcionário especificamente destinado a notificar o despejo da casa ao operário que pedisse aumento de salário. Como as moradias, a energia elétrica e a água encanada eram cedidas, aparentemente sem custos; essa medida confirma a prática paternalista ou de troca de favores. Por outro lado, esses benefícios configuram uma extensão do contrato de trabalho. Embora não oficialmente registrados, eles eram tradicionalmente oferecidos e garantidos. E o salário era estipulado tendo em vista o desconto desses benefícios.

Os estabelecimentos de comércio e serviços garantiam a auto-sustentação da vila e eram mantidos em edifícios construídos por seus proprietários. Os moradores administravam e ofereciam serviços aos demais moradores de Carioba e a possíveis visitantes que ali vinham negociar com a fábrica ou em busca dos recantos naturais da região. Entretanto, não havia nenhum tipo de pagamento aos proprietários dos prédios, nenhum aluguel e/ou jôia e as concessões eram tratadas diretamente com os patrões. O mesmo acontecia com as mudanças ou as concessões das casas aos operários. Conforme as famílias cresciam ou o operário tinha uma função mais graduada, ele tinha a possibilidade de mudança de moradia para uma mais confortável.

A escolarização das crianças teve o apoio dessa família proprietária, que seguiu as orientações legislativas educacionais durante o período em que esteve à frente dos empreendimentos em Carioba. Ela abrigou na vila diversas escolas isoladas e, a partir de 1924, uma única escola. Os professores eram cedidos pelo governo estadual, mas muitos residiram na vila por vários anos. E outros recebiam tratamento especial, ao serem transportados pelos carros da empresa após desembarcarem na estação ferroviária da cidade. Nos arquivos da escola encontram-se várias alterações nos horários de funcionamento da escola em virtude das mudanças dos horários dos trens que vinham de Campinas. Em uma época em que o Estado buscava consolidar o ideal republicano, o apoio que a família dava à escola representava um ato político correto e sincronizado com o seu tempo. Entretanto, essa escolarização era para os operários e seus filhos, pois os filhos do comendador e Albertine Muller estudaram na Europa e seus netos freqüentaram a escola alemã construída na vila, nos jardins da casa de Hermann.

A disciplina da vila não permitia nenhuma criança na rua e, para isso não acontecer, todo ano, a criança em idade escolar tinha que escolher uma dentre as atividades culturais (teatro, música) e esportivas (natação, futebol, atletismo) para preencher o período em que estaria fora da escola. Esse direcionamento tinha a marca da cultura européia dos proprietários e recebia o apoio dos operários, que não a viam como uma imposição, mas sim como privilégio. Essas medidas gerenciais contaram com o interesse dos pais nas atividades artísticas e esportivas para garantir a organização e o controle da vila.

Nessa primeira fase da industrialização do Brasil, os donos das empresas representavam um novo segmento de poder político e econômico. Um poder que a família procurou preservar. E que os cariobenses mantiveram como sinônimo de bondade e de justeza de julgamentos. Esses conceitos e valores também estão presentes na fala dos que não foram seus contemporâneos. Buscamos a origem dessa memória coletiva favorável ao comendador Muller e acreditamos que um fato muito marcante para a vila desencadeou essa elaboração da memória. Trata-se do combate à epidemia de malária — instalada, segundo autoridades sanitaristas da época, desde 1911 — que assolou Villa Americana, Carioba, a Fazenda Salto Grande e Nova Odessa no período compreendido entre 1916 e 1919.

O governo do Estado de São Paulo, através de uma comissão sanitarista, promoveu algumas medidas para conter a epidemia: a limpeza dos *alagados* no entorno do ribeirão Quilombo, que serpenteava parte de Villa Americana e Carioba, principal criadouro de larvas e mosquitos; a retificação de alguns pontos desse ribeirão; e o tratamento com quinino, curativo e preventivo, para as pessoas infectadas pela doença.

Em Villa Americana, dos 1.745 habitantes, 950 estavam com a doença (600 adultos e 350 menores); em Carioba, 1.009 estavam infectados (660 adultos e 349 menores), dos 1.127 habitantes da vila²⁰. Portanto, Carioba estava envolta em uma epidemia que fazia a população local sofrer com o estado de miséria ocasionado pela doença, valendo lembrar que nesse período as moradias ainda não eram cedidas gratuitamente aos operários. A quase totalidade dos

²⁰ GOMES JÚNIOR, 1919, p. 29.

operários e a sua, muitas vezes, numerosa prole estava acamada ou com fortes crises que os impediam de realizar o trabalho na fábrica.

Os proprietários contrataram, por conta própria, um médico para prestar assistência aos impaludados, mas a epidemia alastrava-se. Além disso, um outro clínico foi contratado pelos operários, Dr. Liráucio Gomes, mas o clima na vila era desolador. Muitos óbitos e seqüelas foram registrados na vila, pois os moradores não tinham dinheiro para alimentar-se nem para comprar o remédio para combater a doença.

Em Carioba, o comendador resolveu fazer a quininizacão intensiva e obrigatória de todo o seu pessoal. Arcou com as despesas dos remédios e da limpeza dos lugares de água parada no entorno dos rios e córregos que passavam por suas propriedades. “Ou saneiam ou se arruinam”²¹, afirmava aos proprietários o sanitarista da época.

Grande parte da imagem de bondade do comendador Muller que sobreviveu no tempo e o transformou em um mito para os cariobenses está vinculada aos seus esforços para aniquilar a doença em Carioba, em 1919. Logo após, em 1920, ele faleceu.

Durante a epidemia, dois grupos teatrais existentes na vila apresentavam seus espetáculos, cuja renda revertia em favor dos doentes em Carioba. A fundação desses grupos amadores remonta ao século XIX e associa-se à vinda de imigrantes europeus para garantir a política de industrialização de um país recém-liberto do sistema escravocrata. Apesar do trabalho seguro, esses imigrantes não tinham assistência médica – por falta de recursos financeiros próprios ou de um auxílio do governo –; assim, foram obrigados a criar alternativas que lhes garantissem a sobrevivência, pois estavam à mercê da própria sorte. No auge da epidemia, esses grupos de teatro juntaram-se e formaram o Grêmio Dramático “Flor da Mocidade”. Com a morte do comendador, esse Grêmio alterou o seu nome para Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller”. Essa homenagem sensibilizou o filho do comendador, que construiu uma sede para essa sociedade que angariava recursos com o pagamento de mensalidades dos associados, com o aluguel de seu salão para festas de casamento, batizados e quaisquer outras atividades sociais,

²¹ GOMES JÚNIOR, 1919, p.33.

além de donativos dos proprietários de Carioba. Apesar de esta sociedade operária estar extremamente atrelada aos patrões, assim como as organizações mutualistas em geral, elas estavam associadas à democracia, à valorização da imagem do trabalhador e ao movimento operário²².

Dois anos após a morte do comendador, em 30 de maio de 1922, foi entregue à população de Carioba um monumento construído em sua homenagem na praça pública e, nos anos posteriores, a escola também passou a receber o nome do comendador morto.

A praça e o monumento transformaram-se em espaço de rememoração da figura do comendador durante os anos em que a família Muller foi proprietária de Carioba. Os alunos, os professores e o diretor homenageavam a família no aniversário da morte do comendador, depositando flores sob o monumento.

A iniciativa desse monumento partiu do Club Sportivo Recreativo de Carioba que, inaugurado em 1914, mas existente como time de futebol desde 1907, sustentava-se através de contribuição mensal dos associados, de bailes, do aluguel do salão para o cinema e de outras atividades e recebia apoio, inclusive financeiro, da família proprietária. Para esse empreendimento, arrecadou, entre os funcionários da empresa, das fábricas, da fazenda, etc., doações em dinheiro suficientes para erigir o monumento.

O monumento tinha, sobre o pedestal de cimento, um busto esculpido em bronze pelo irmão do comendador, Ernest Muller, escultor famoso na Alemanha, que por vezes esteve no Brasil, visitando Carioba e Americana. Na Alemanha, a maioria de suas obras foi destruída durante os bombardeios da Segunda Guerra Mundial²³. O busto não foi confeccionado para o monumento: ele já existia e adornava a residência do comendador em Carioba. Além do busto, há uma outra escultura no jazigo da família Muller no Cemitério da Saudade, em Americana, também feita pelo mesmo escultor. O jazigo da família, uma ala particular e reservada, foi adquirida por D. Albertina quando faleceu o comendador, em troca de terras doadas para a

²² NOMELINI, 2007.

²³ PIETZCHKE, 1982, p.19.

ampliação do cemitério²⁴. Sob o monumento foi enterrada uma caixa de metal que continha a escritura dessa doação à família Muller. O texto da escritura indica que os operários eram muito gratos ao comendador e sentiam-se na obrigação de reverenciar a sua memória. “Que fique perpetuado nesse lugar essa imagem boníssima como eterno preito de gratidão dessa população que soube cumprir estritamente o mais nobre dos deveres.” (texto extraído da escritura).

Apesar de toda a gratidão que pode ter sido verdadeiramente sentida pelos cariobenses ao comendador e sua família, as diversas associações recreativas e a de mútua ajuda estabeleceram um sistema de troca entre patrões e empregados. Os componentes da diretoria dessas associações eram as lideranças comunitárias de Carioba e detinham relativo poder e prestígio frente aos proprietários e aos operários. A cultura de formação de comissões para adquirir direitos, concessões ou benefícios para as associações, para a vila, para as moradias, para melhorias dentro da fábrica ou ajustes de salários amenizou os movimentos mais radicais ou violentos dos operários, apesar de existir uma ligação dessas associações com os anarquistas e com o movimento político dos trabalhadores, pois a imigração italiana trouxe o movimento anarquista ao operariado brasileiro²⁵. E em Carioba não foi diferente. Essa relação de troca amenizou os conflitos e as tensões, harmonizando as relações de poder e interesse entre patrões e operários. Mas, apesar das comissões e dos pedidos atendidos, percebe-se que as greves existiram não obstante suas proibições, consistindo em um meio de reivindicação dos operários de Carioba.

Na década de 1930, os filhos de Franz e Albertine Muller incorporaram a palavra “carioba” ao próprio sobrenome, passando a denominarem-se Muller Carioba²⁶.

²⁴ PIETZCHKE, 1982, p.18.

²⁵ Para mais detalhes sobre o movimento operário, ver: DEMINICIS; REIS FILHO et al., 2006.

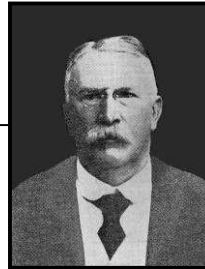
²⁶ BORMANN, 1994, p.2.

Principais membros da família Muller²⁷

Franz Friedrich Wilhelm Muller, natural de Braunschweig, Alemanha. Nasceu em 1855, de uma família formada por pastores luteranos (pai e avô) e faleceu em Carioba, em 1920, aos 65 anos. Comprou Carioba e a Fazenda Salto Grande, aumentando a vila e a fábrica, dando notoriedade política e econômica à região.

Figura 10 – Comendador Franz Muller.

Fonte: Jornal **O Município**, Suplemento especial, 1925.



Franz Friedrich casou-se com **Anna Karoline Albertine Goetze** em Porto Alegre, RS. O pai de Anna era médico homeopata. Ela faleceu em Carioba, em 1930, aos 68 anos. O casal teve seis filhos: Hermann, Erich, Hans, Margarete, Franz e Heinz.

Figura 11 – Albertine Muller.

Fonte: BERTALIA, 1999, p. 22.



Erich Alfons Muller Carioba nasceu em Porto Alegre, RS, em 1885 e faleceu em 1951, aos 66 anos. Estudou medicina na Alemanha e dirigiu o Hospital Oswaldo Cruz, SP. Foi o único filho do casal que não morou em Carioba. Casou-se com **Hedwig Elisa Christine Bormann** e tiveram cinco filhos.

Hermann Theodor Muller Carioba era o primogênito do casal. Nasceu em Porto Alegre, RS, em 1884, e faleceu em 1951, aos 67 anos. Estudou na Alemanha e na Inglaterra e gerenciava a parte técnica de Carioba e da Fazenda Salto Grande. Casou-se com **Erna Berta Otilie Bormann** e tiveram cinco filhos. Era membro do Partido Republicano Paulista — PRP — e presidente do Diretório de Villa Americana. Atuou, junto com outros políticos, comerciantes, industriais e proprietários, na campanha para a criação do município de Americana. Hermann foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Villa Americana, em 1936 e 1937. Durante a sua administração, a fábrica continuou com projeção política e econômica dentro e fora do País. Vendeu a sua parte de Carioba para o irmão Hans, deixando a vila em 1939. Seu filho Hans Joaquim Muller Carioba (primogênito) doou à Unicamp 300 livros em alemão, hebraico e francês e fotografias que estavam sob sua guarda.

Figura 12 – Hermann Muller.

Fonte: Jornal **O Município**, Suplemento especial, 1925.



Hans Ernst Muller Carioba nasceu em Porto Alegre, RS, em 1886, e faleceu em 1965, aos 79 anos. Estudou na Alemanha e gerenciava a parte financeira dos empreendimentos da família. Casou-se com **Else Fuchs** e tiveram quatro filhos. Vendeu Carioba para J.J.Abdalla em 1944. Somavam-se mais de 50 extensas propriedades em Americana e municípios vizinhos.

Figura 13 – Hans Muller.

Fonte: BERTALIA, 1999, p. 21.



Franz Rudolf Muller Carioba nasceu em 1894 e faleceu em 1961, aos 67 anos. Casou-se com **Gerta Hox** e tiveram dois filhos. Estudou na Alemanha e trabalhou na fábrica de tecidos.

Margarete Hermine Franziska Muller Carioba, (Margarida) nasceu em São Paulo em 1890 e faleceu em Americana, em 1972, aos 82 anos. Não teve uma educação escolar regular. Casou-se com **Bruno von der Leyen**, aristocrata alemão, e teve seis filhos. Teve o hábito de escrever suas memórias, as quais foram publicadas posteriormente pela filha Brigitte.

Figura 14 – Margarete Muller.

Fonte: BERTALIA, 1999, p. 22.

Heinz Franz Muller Carioba nasceu em 1899 e faleceu em 1995, aos 96 anos. Casou-se com **Henny Muller, Hilde Weber e Leonor Souza Campos**. Não teve filhos. Pilotava aviões.

²⁷ Fonte: RIBEIRO, 2005; LEYEN, 1995a; PIETZSCHKE, 1983.

Em 19 de setembro de 1944, a fábrica de tecidos e inúmeras terras de propriedade de Muller Carioba & Cia foram vendidas aos irmãos Abdalla. Na época, Antonio Pinto Duarte, que foi prefeito de Americana entre 1948/1951, era gerente geral de Carioba e respondia legalmente pela empresa e pelas terras que a ela pertenciam. Duarte era natural de Santos e, ainda jovem, foi trabalhar como auxiliar de escritório da fábrica, lá permanecendo até a venda da empresa. Judith Abdalla, uma das depoentes neste estudo, afirma que, quando seu pai e seu tio compraram Carioba, a fábrica estava falida e os Muller, muito endividados. E que Carioba, na época, também era propriedade de um grupo francês. Contudo, acreditamos que Duarte também era sócio-proprietário de Carioba.

A situação delicada da época, com a ditadura Vargas e a Segunda Guerra Mundial, com certeza trouxe instabilidade à família Muller — que tinha parentes e ligações na Alemanha nazista —, assim como aos moradores de Carioba, na sua maioria de nacionalidade ou de descendência italiana. O confisco de um rádio na Fazenda Salto Grande, a hostilidade aos descendentes dos países do eixo, a falta de gêneros alimentícios e a rescisão de contrato com italianos e alemães, são exemplos de um ambiente pressionado, tenso e inseguro²⁸. Esse ambiente de desconfianças fez surgir histórias e lendas que apontaram a Segunda Guerra Mundial como a principal causa da venda definitiva. Mas a perseguição aos alemães foi uma perseguição datada e que se concentrou no período de 1942 a 1945²⁹.

Entretanto, em 1939, Hermann, primogênito do comendador Muller e dirigente de Carioba, já havia deixado a vila e vendido a sua parte da empresa ao irmão Hans. Depoimentos afirmam que a causa da separação dos irmãos foi a sucessão na empresa, que tradicionalmente seria entregue ao primogênito de Hermann, Joaquim, mas que foi dada a Antonio Pinto Duarte.

Além disso, a forma pouco transparente como se realizaram as negociações com os Abdalla e a venda sem nenhum anúncio aos operários causaram ressentimentos nos cariobenses,

²⁸ Encontramos na usina hidrelétrica de Salto Grande um operador de nacionalidade alemã que foi demitido a partir de 26/12/1942, “atendendo as disposições do Decreto-Lei 4.638, de 31-8-942 e de acordo com autorização dada pelo Exmo.Snr.Ministro do Trabalho, autorização essa publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 1942”. Fonte: CPFL energia.

²⁹ DIETRICH, 2001.

aumentando a antipatia por Hans Muller e Antonio Pinto Duarte, iniciada desde a saída de Hermann da vila.

A imaginação popular atribui a venda de Carioba a obscuros acordos e apropriações de terras dos Muller por esse gerente e outros aliados de Hans. Talvez essa parte da história da fábrica e da vila ainda continue por um bom tempo alimentando o folclore dos cariobenses, pois não conseguimos encontrar documentos que comprovem ou neguem essa memória.



Em 1943, o Club Recreativo Sportivo Carioba promoveu, em sua sede na vila, uma homenagem a Antonio Pinto Duarte, inaugurando em seu salão de bailes o retrato (exposto ao lado) de seu “benemérito” sócio. O evento teve cobertura do jornal **O Município**. Esse procedimento do Club já tinha ocorrido com o casal de genitores, comendador e Albertina, e com os filhos Hermann e Hans, dirigentes de Carioba.

Figura 15 – Antonio Pinto Duarte.

Fonte: **O Município**, Americana, p 1, 12 set. 1943.

O gerenciamento de Carioba pela família Abdalla

Os irmãos Abdalla, José, Manoel, Nicolau e Antonio, sócios e proprietários do Grupo Abdalla, compraram a fábrica de tecidos, a vila, a Fazenda Salto Grande, a do Sobrado Velho, entre outras dezenas de propriedades que pertenciam a Muller Carioba & Cia.

Após a compra em 1944, Manoel morou e chefiou um novo grupo de dirigentes e técnicos da fábrica. Em 1946, Nicolau Abdalla, recém-casado, também passou a morar na vila e a dividir

com o irmão a gerência dos empreendimentos em Carioba. A partir da década de 1950, Manoel assumiu o gerenciamento da Companhia Confiança Industrial no Rio de Janeiro.

Quando os Abdalla adquiriram a fábrica de tecidos e a vila, os operários estavam acostumados a ser “cuidados” pelos patrões, apesar de saberem negociar e buscar seus benefícios. Eles veneravam a figura do comendador herdada pelo seu primogênito Hermann. A separação da família Muller, que culminou com definitiva venda de Carioba para outra família, deixou os moradores inseguros e zangados, pois os antigos proprietários saíram da vila sem mesmo realizar o pagamento dos operários.

Os Abdalla compraram Carioba de “porteira fechada” e, para abrandar os ânimos e conquistar os operários, em dezembro de 1944, deram 500 mil réis de abono e um corte de opala (tecido para fazer camisa); e, para as crianças da vila, distribuíram mais de mil brinquedos. Mesmo assim, não houve contentamento, e os operários continuaram revoltados, *quando o homem está revoltado não quer saber se é preto ou branco, então foi uma greve atrás da outra*. (Depoimento de Hercule Giordano).

Mas o que realmente os cariobenses sentiram foi a quebra do sistema de trocas. Entendiam que o patrão tinha obrigações com o povo de Carioba, que havia contribuído com dedicação e trabalho, durante todos os anos passados, para uma obra que entendiam ser também sua, embora sob a direção dessa família. Hans Muller rompeu um contrato social que existia desde o tempo de seu pai. O sentimento de haverem sido traídos foi unânime na vila, já que, apesar da briga entre irmãos, os moradores ainda respeitavam Hans, pois ele era um Muller, uma família que por mais de 30 anos foi portadora de respeito e prestígio, adquiridos pelo domínio econômico e político, mas que, para os cariobenses, advinham, principalmente, da ordem moral.

Além de que, o povoado de Carioba criou uma cultura própria e uma organização social coesa que se mantiveram por gerações. Na década de 1940 — e isso ocorreria até a sua extinção — lá viviam famílias instaladas em 1885, oriundas de grupos imigratórios da Itália, pois, quando a fábrica foi reativada em 1902, o Comendador Muller chamou os antigos operários que trabalharam para os ingleses.

A vila e a fábrica eram como uma família. E laços afetivos foram criados entre moradores e patrões, apesar das fronteiras simbólicas. Estas surgem de um complexo processo social, no qual a harmonia deve ser “permanentemente negociada pelos diferentes atores” que as delimitam³⁰.

As lembranças narradas nos depoimentos negam as demissões e afirmam que os moradores não aceitaram a venda de Carioba para os Abdalla e resolveram sair da vila. Esse episódio é recordado como se fosse um êxodo, mas na realidade esse expurgo ocorreu lentamente e tinha ligação direta com a nova forma de administrar a vila e as novas legislações trabalhistas.

Aqueles acordos firmados em comissões, em que a palavra bastava, agora não valiam mais. Os líderes comunitários da gestão anterior foram substituídos por pessoas que tinham afinidades com os novos proprietários. Muitas vezes, por discordar de algumas medidas ou dificuldades nas negociações, os moradores, aos poucos, deixavam a vila. Foi o que aconteceu com o Sr. Afonso Giordano, pai do depoente Hercule Giordano, por exemplo. Ele pediu demissão da fábrica e saiu da vila após discutir com o patrão, que lhe descontou doze dias não trabalhados em virtude de “dores nas costas”. Horas que, segundo seu filho, foram trabalhadas anteriormente, sem receber por elas, pois era mensalista. *Ele procurou pelo patrão e falou: “O S. Manoel, eu trabalhei mais horas e o senhor não pagou”. Ele respondeu: “O mundo é dos espertos”. Ele pediu a conta na hora!* (Depoimento de Hercule Giordano). O Sr. Afonso era um líder comunitário que durante anos havia sido membro das diretorias dos clubes existentes em Carioba e um dos fundadores da Sociedade de Mútuo Socorro. Ele escreveu por décadas uma coluna no jornal **O Município** sobre a vila e gozava de prestígio com a família Muller. Residiu em Carioba até 1949.

Em 1952, a Sociedade de Mútuo Socorro necessitou renovar e registrar seus estatutos, pois estava irregular desde 1948, por não realizar eleições anuais de sua diretoria. Afonso Giordano era o presidente da entidade e o advogado e sócio, Jessyr Bianco, incumbiu-se de registrar o estatuto e promover a eleição. Mas Nicolau Abdalla tentou impedir a eleição da nova diretoria, que contava com elementos de Carioba e de Americana, o que muitos cariobenses

³⁰ VELHO, 2004, p.57.

ligados ao patrão não admitiam. Nicolau impediu a publicação da chapa oficial e fechou a sede da entidade na vila para que não ocorresse a eleição. Não conseguiu o intento, porque algumas pessoas, entre elas, Jessyr, visitaram as casas de Carioba e pediram para que os moradores comparecessem à votação. A nova diretoria foi eleita e Nicolau acatou a eleição. Esse episódio retrata os conflitos de interesse e a forma mais comum como eram resolvidos. As sociedades recreativas e a de mútua ajuda deveriam estar afinadas com as idéias dos novos proprietários, e havia interesses de cariobenses em assumir os novos postos de liderança comunitária e em ser apadrinhados pelos patrões. A briga com Nicolau provavelmente refletiu nas memórias e nas publicações de seu filho Hercule que, desde a década de 1960, escreve para o jornal **O Liberal**, de propriedade de Jessyr Bianco, sobre a sua querida Carioba e os áureos tempos dos Muller.

Durante os anos em que essa família administrou a vila, a concessão das casas dos operários e dos prédios de comércio e prestação de serviços foi tratada no escritório da fábrica de tecidos. Com o passar do tempo, veio a ser cobrado aluguel dos prédios explorados comercialmente.

Os empreendimentos do Grupo Abdalla também foram gerenciados por um sistema de patrimônio familiar. Cada irmão proprietário — com exceção de Manoel, que não se casou — teve um casal de filhos, os quais foram preparados para assumir os negócios da família.

A família Abdalla procurou manter a estrutura montada pelos donos anteriores: o cuidado com a estética, a organização e a limpeza da vila. Entretanto, a forma de administrar apresentou menos controle e rigidez. Os aconselhamentos dos proprietários que moravam em Carioba, o casal Nicolau e Diva Abdalla, aos operários, também se mostraram presentes no cotidiano das pessoas. Tanto Nicolau como sua esposa são lembrados pelos moradores como pessoas de “bom coração”.

A vila e a fábrica foram expandidas. Novos salões industriais foram construídos e maquinários de fiação foram instalados, entre 1949 e 1950, onde outrora existira o Clube de Regatas e Natação de Carioba. Em torno de mais 50 casas de operários foram edificadas, a maioria ao lado da Igreja São João Batista, sem modificar a forma estrutural da vila. A igreja,

construída em mutirão pelos cariobenses, teve a ajuda da família proprietária que, como os Muller, não interferiu nos rituais religiosos dos moradores. Na década de 1950, várias ruas de Carioba foram asfaltadas e uma guarita com cancela foi construída na entrada da vila.

A família Abdalla não mexeu nos espaços de memória da família Muller: o monumento do comendador continuou na praça, a escola, o parque e a Sociedade de Mútuo Socorro não trocaram de nome e os quadros expostos no Club Recreativo e Sportivo permaneceram pendurados em uma das paredes do Club até a sua destruição. E os Abdalla também não se preocuparam em criar os seus espaços de memória dentro da vila e da cidade de Americana, embora tivessem contribuído, principalmente com doação de cimento de sua fábrica em Perus, para a construção do Hospital São Francisco; do Hospital André Luis; do Orfanato Monteiro Lobato; do Colégio Divino Salvador; do Colégio Salesiano Dom Bosco; de vários campos de futebol, como os Clubes do Flamengo e do Rio Branco; e da Igreja de Santo Antonio, além de outros não mencionados.

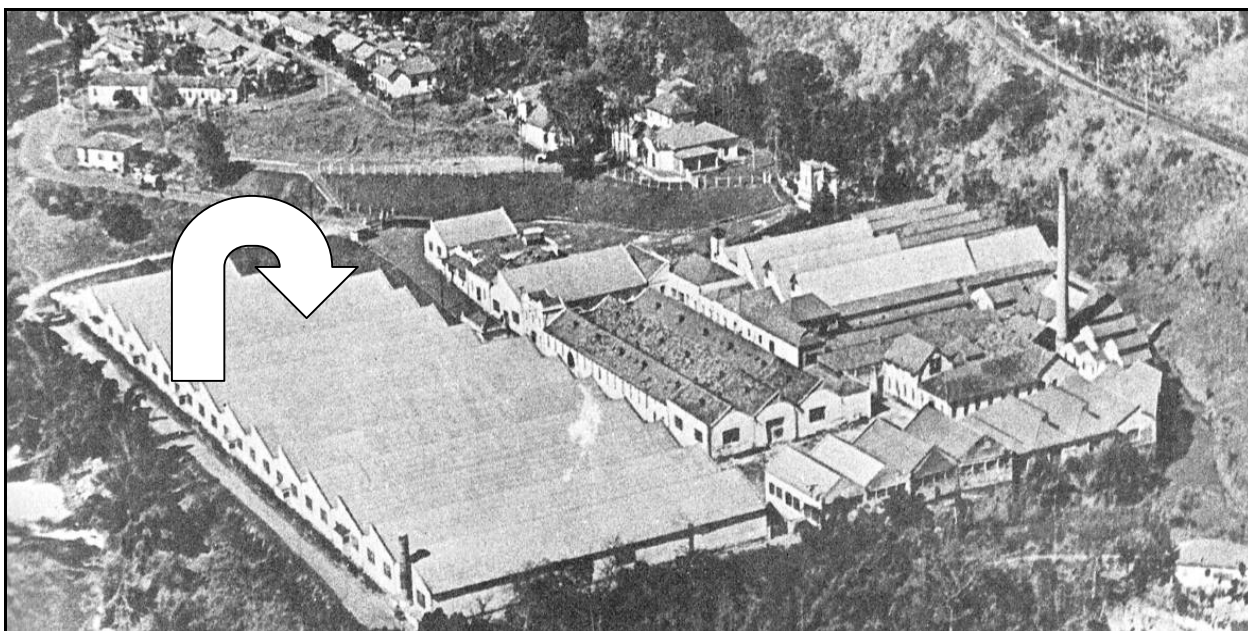


Figura 16 – Fábrica de tecidos de Carioba, 1975. A seta indica os salões da fiação construídos pela família Abdalla. Também entre as construções mais antigas, foram edificados outros salões. A família ainda possuía uma empresa de tinturaria e acabamento localizada no bairro São Jerônimo, próximo de Carioba.
Fonte: JONES; BRYAN, 1975, p.91.

Principais membros da família Abdalla³¹

João Abdalla nasceu no Líbano e veio para o Brasil em 1870, com idade entre 15 e 18 anos. Mascateou pelo Vale do Paraíba, Minas Gerais e parte do Rio de Janeiro. Foi comerciante em Guaratinguetá, SP, e possuiu diversas lojas na Rua 25 de Março, SP, capital. Faleceu antes de os filhos comprarem Carioba.

Figura 17 – João Abdalla.

Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1920.



João Abdalla casou-se com **Amélia Felix**, filha de comerciantes de Guaratinguetá, SP. O casal trabalhava na loja que construíram nessa cidade e teve oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. Os homens, seguindo a tradição árabe, têm o nome do pai: João. Amélia passava temporadas em Carioba.

Figura 18 – Amélia Abdalla.

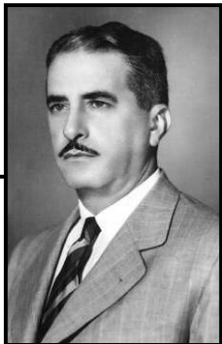
Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1920.



José João Abdalla nasceu em 1903, em Aparecida do Norte, SP, e faleceu em 1988, aos 85 anos. Estudou no Ginásio São Joaquim (salesiano) em Lorena, SP, e na Faculdade Nacional de Medicina, Universidade do Brasil, RJ, em 1927. Foi médico em Birigüi, SP, por 16 anos e médico voluntário na Revolução de 1932. Foi Deputado Federal em várias legislaturas: 1946-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963 e 1963-1967. Participou da Câmara Municipal de Birigüi, SP, como presidente, de 1935 a 1937; foi prefeito municipal de Birigüi - interventor, SP, de 1937 a 1941; participou da Assembléia Nacional Constituinte, como Deputado, de 1946-1948. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático de São Paulo — PSP —, em 1945. O PSP foi extinto pelo Regime Militar através do Ato Institucional n. 2, em 1965. Durante a sua existência foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados e elegeu dois presidentes da República: Dutra (1945) e Juscelino Kubistchek (1955). Entretanto, Abdalla perdeu o mandato de deputado federal na legislatura 1963-1967, por força do Ato institucional n.1, de 1964. Foi secretário do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, entre 1948 e 1950, no governo estadual de Ademar de Barros. Em 1975, com base no Ato Institucional n.5, sofreu confisco de bens para saldar dívidas com os poderes públicos. Casou-se com **Rosa Abdalla**, médica, filha do comendador Assad Abdalla e Corgie Haddad Abdalla, proprietários de lojas e fábricas de tecidos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O casal teve dois filhos: José João Abdalla (solteiro), preparado pelo pai para assumir os negócios da família e Maria Helena Abdalla (casada com Samir Auada, com quem tem uma filha). Foi Presidente do Grupo Abdalla, maior conglomerado privado da América do Sul, grupo que criou, junto com os irmãos. J. J. Abdalla tinha residência em Carioba e, quando comprou a vila, construiu uma casa na propriedade que era de Hans Muller, mas a freqüentava pouco, geralmente em época de sua campanha eleitoral ou em companhia de políticos que apoiava. As suas alianças o ligam a políticos como Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Carvalho Pinto, e a regimes ditatoriais, como o de Vargas e dos militares.

Figura 19 – José João Abdalla.

³¹ Fontes: Câmara dos Deputados, Coordenação de Estudos Legislativos – Banped; depoimento de Judith Abdalla Gomes.



Nicolau João Abdalla nasceu em 1908, em Aparecida do Norte, SP, e faleceu em 1984, aos 76 anos. Estudou odontologia em Lorena (salesianos), mas nunca exerceu a profissão. Nicolau lutou na Revolução de 1932 na cidade de Cunha, SP, e é considerado um de seus doze heróis. O seu depoimento está gravado no Museu da cidade, além do registro na obra de Coupé (1983, p. 121-125). Em Americana, exerceu a vereança por vários anos: 1952-1955, 1956-1959, 1960-1963, 1964-1964 e foi sendo presidente da Câmara Municipal nos anos de 1953 e 1954, 1954 a 1956, 1961 a 1963. Apesar de seus cargos políticos estarem restritos ao de vereador em Americana, mantinha muitos contatos e amizades com políticos do quadro estadual e federal. Nicolau foi amigo de Ademar de Barros, Jânio Quadros e Getúlio Vargas, que freqüentavam a sua casa em Carioba. Judith, filha de Nicolau, afirma que Getúlio se hospedou por algum tempo em sua casa, “escondido”, quando ela ainda era muito pequena. Neste caso, é necessário observar que, entre 1947 e 1950, Getúlio Vargas isolou-se em sua fazenda em São Borja, até sair candidato à presidência do País. Em março de 1950, concretizou-se o acordo secreto que garantiu o apoio de Ademar de Barros, governador de São Paulo, a Getúlio e a sua eleição presidencial. Nicolau casou-se com **Diva Antonio**, filha de comerciantes libaneses estabelecidos na cidade de Birigüi, SP. O casal teve dois filhos: **Judith Abdalla** – bióloga e musicoterapeuta, casada com o médico e professor da Escola de Medicina de São Paulo, Paulo Gomes, com quem tem dois filhos: Charles (músico) e Milena (advogada), que foi preparada pelo pai para assumir os negócios da família; e **João Abdalla Neto**, produtor de leite em Araçatuba, SP. Nicolau, dentro do Grupo Abdalla, administrava a região de Carioba, que compreendia a fábrica de tecidos, a vila, a leiteria e a usina hidrelétrica, além das fazendas: Sobrado Velho e Salto Grande, em Americana. Administrava, ainda, a Indústria de Artefatos de Ferro em Campinas e todas as fazendas do Noroeste do Estado de São Paulo.

Em Carioba, construiu uma casa, ainda hoje freqüentada por Diva Abdalla e sua filha Judith.

Figura 20 - Nicolau João Abdalla.

Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1950.



Manoel João Abdalla faleceu na década de 1960, com pouco mais de 50 anos. Era solteiro. Em Carioba, era de sua propriedade a casa que pertenceu a Hermann Muller, a qual ele raramente freqüentava. Morava no Rio de Janeiro e dirigia a Fábrica de Tecidos Confiança.

Figura 21 – Manoel João Abdalla.

Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1940.



Antonio João Abdalla, o mais novo dos irmãos, morava em São Paulo, mas também tinha em Carioba uma propriedade que, antes, era o abrigo das irmãs salvatorianas onde funcionava uma creche e era feita a catequese para os cariobenses. Antonio dirigia a Fábrica de Cimento Perus, SP, adquirida pelo Grupo na década de 1950. Foi casado e teve dois filhos.

Figura 22 – Antonio João Abdalla.

Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes, década de 1940.

A comunidade



Havia uma guarita na entrada da vila e nela trabalhavam operários da fábrica de tecidos; um vigia percorria todas as noites as ruas de Carioba.

Figura 23 – Cancela de Carioba

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Ao atravessar a cancela, obrigatoriamente passava-se por um extenso túnel de bambus. De rara beleza, ele foi o cartão de visitas de Carioba e palco de inúmeras histórias. Diversas pessoas, em visita a Americana, para lá se dirigiam, para fotografar o belo e fresco caminho.

Figura 24 – Estrada de bambus.

Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2004.



Terminado o túnel de bambus, iniciavam-se as casas dos operários e as patronais. Somente a casa de Nicolau Abdalla ficava um pouco antes do término da estrada. Várias ruas eram asfaltadas e havia guias e calçadas arborizadas.

Figura 25 – Casas de Carioba.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Era comum a troca de residência entre os operários. Ora por conveniência da fábrica, ora pela necessidade das famílias. De 1954 a 1955, durante alguns meses, cobrou-se aluguel dos moradores, mas uma estratégia política manteve a fidelidade do povo de Carioba.

Figura 26 – Casas de operários.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Nicolau, vereador em exercício e candidato para a nova legislatura, apoiava o candidato a prefeito e foi aconselhado por políticos a devolver o dinheiro dos aluguéis, para garantir que os cariobenses votassem no candidato apoiado pelo patrão e no próprio Nicolau. Assim aconteceu. Ambos os candidatos ganharam e as casas continuaram gratuitas para os operários.

Figura 27 – Rua da represa

Fonte: Acervo de Rosa Bizetto Lahr



As casas patronais e as de funcionários mais graduados da fábrica eram maiores. Alguns prédios tinham o padrão europeu, principalmente germânico e inglês.

Figura 28 – Casa Hermann.

Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2005.



Os moradores escolarizavam-se na própria vila e poucos conseguiam continuar os estudos além da 4ª. série. Milhares de pessoas frequentaram a E.E.P.G. “Comendador Muller”, e foi nela que se realizou, idealizada por seu diretor, Ercides Angelis, a primeira festa junina escolar no município de Americana, na década de 1960.

Figura 29 – Escola de Carioba.

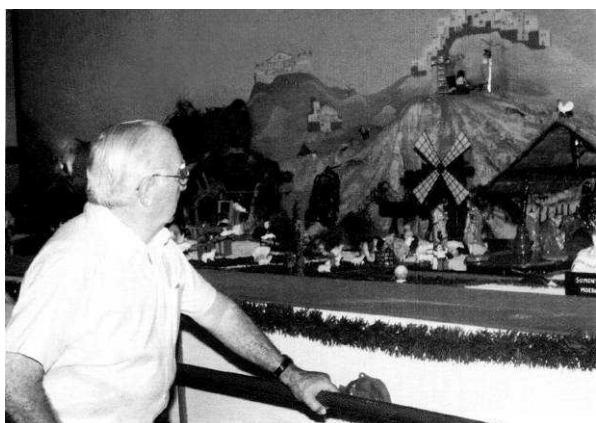
Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Na escola os alunos tinham tratamento odontológico e tecido para confecção do uniforme, cedido pela fábrica de Carioba. A merenda era paga diária ou mensalmente pelos alunos. Por várias ocasiões a fábrica manteve os funcionários da escola (serventes e merendeiras).

Figura 30 – Alunos da pré-escola.

Fonte: Acervo da E.E.P.G. “Comendador Muller”, 1982.



Com os imigrantes europeus, principalmente italianos, veio a devoção à religião católica. O presépio, construído na década de 1950 por moradores da vila, bem como as procissões, as missas, as quermesses e os féretros, representavam a devoção da maioria dos cariobenses e criaram uma cultura.

Figura 31 – Cartão postal do presépio de Carioba.

Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre.



Em 1927, os moradores construíram em mutirão uma capela às margens do Ribeirão Quilombo e, a partir de 1947, a atual Igreja de São João Batista, ao lado do Club R. S. Carioba. Na frente da Igreja havia uma praça e os moradores, após os rituais católicos, faziam o footing e a paquera.

Figura 32 – Igreja São João Batista.

Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2005.



Dentro da vila existia uma cocheira com diversos animais. Nela também havia uma leiteria que abastecia os moradores. Uma carroça percorria as suas ruas distribuindo o produto que era mais barato do que o comercializado em Americana.

Figura 33 – Distribuição de leite.

Fonte: Coleção Wernner Plaas.



No escritório da fábrica os operários compravam as fichas, que eram trocadas por leite.

Figura 34 – Fichas de leite.

Fonte: Fotografia de Suzete Volpato, 2005.



Em 1936, no Ribeirão Quilombo, uma usina hidrelétrica de pequeno porte foi construída dentro de Carioba. Por várias décadas, ela abasteceu a vila, a fábrica, a cidade de Americana e alguns municípios vizinhos.

Figura 35 – Usina Hidrelétrica de Cariobinha.

Fonte: Acervo CPFL energia



Na vila havia hotel, restaurante/bar, barbearia, farmácia e empório. Também existiam alfaiataria, farmácia, açougue e demais estabelecimentos comerciais para suprir a necessidade de moradores, visitantes e compradores da fábrica de tecidos.

Figura 36 – Hotel Carioba.

Fonte: Acervo de Fátima Bruneli Santarosa



O Club Recreativo Sportivo Carioba, existente desde 1914, possuía diversas quadras e campo de futebol, com arquibancadas cobertas, salão de bailes, biblioteca e sala de troféus. Bandas e orquestras famosas conduziram inúmeros bailes em seus salões, para pessoas de diversas localidades.

Figura 37 – C. R. S. Carioba.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



O C. R. S. Carioba também alugava seus salões para o cinema da vila e para festas de casamento e batizado. Até 1950, existiu o Clube de Regatas e Natação de Carioba, criado em 1921.

Figura 38 – Festa no C. R. S. Carioba.

Fonte: Acervo de Fátima Bruneli Santarosa



A Vila tinha um time de futebol, desde 1907, o Carioba Sport Club (os “vermelhinhos”), filiado a Federação Paulista de Futebol. Além disso, o Club mantinha equipes masculinas e femininas de basquete, vôlei, modalidades de atletismo e tênis de mesa. Por diversas vezes, as equipes de Carioba representaram a cidade de Americana em competições regionais e estaduais.

Figura 39 – Time de Carioba.

Fonte: Acervo de Fátima Bruneli Santarosa



Os tradicionais bailes juninos do Club tinham fama e prestígio. A eles se juntava os grupos carnavalescos e o “Baile das Princesas”, este aberto oficialmente por Nicolau. Além dos campeonatos de futebol.

Figura 40 – Baile junino.

Fonte: Arquivo Histórico de Americana



Os vários corêtos da vila, usados para apresentações artísticas, revelavam uma população que valorizava encontros coletivos.

Figura 41 – Coreto da praça.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



O lazer na vila era compartilhado na bela natureza da região. Rios, matas e atividades ao ar livre, como o jogo de malha e a bocha, eram as formas de diversão dos operários.

Figura 42 – Jogo de malha.

Fonte: Acervo de Fátima Bruneli Santarosa.



O Parque D. Albertina foi sinônimo de lazer para a região durante décadas. Nos anos de 1920 a 1930, trens fretados com até 2.000 pessoas paravam especialmente no Parque para usufruir de sua natureza. Ele atraiu muitas pessoas para lá, mas também foi cenário de inúmeros acidentes fatais nas águas dos rios em seu entorno.

Figura 43 – Parque D. Albertina.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



O Parque abrigou inúmeros comícios, principalmente quando J. J. Abdalla se candidatava a um cargo legislativo. Eram famosas as festas de 1º. de maio, com churrasco, que contavam com a maciça participação dos cariobenses.

Figura 44 – Comício em Carioba.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Carioba teve inúmeras corporações musicais: bandas, orquestras, *jazzband*. A última composição musical de Carioba foi a Banda Musical J. J. Abdalla, que se apresentava em bailes e comícios.

Figura 45 – Banda Musical J. J. Abdalla.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



O Dia de Natal era muito festejado na vila. Além de ser uma festa religiosa dos cariobenses, todos os anos eram distribuídos às crianças brinquedos confeccionados na carpintaria da fábrica ou mesmo comprados pela família Abdalla. Os operários recebiam cortes de tecidos como abono de Natal.

Figura 46 – Distribuição de brinquedos.

Fonte: Arquivo Histórico de Americana



A fábrica de tecidos tinha aproximadamente 1.500 funcionários e possuía carpintaria e oficinas mecânicas diversas, que garantiam o funcionamento de suas atividades fabris.

Figura 47 – Fábrica.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Os tecelões de Carioba confeccionaram roupas para vestuário e para cama e mesa. Eram famosos os seus “tecidos xadrezes”, principalmente cobertores.

Figura 48 – Saída da fábrica.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



A montagem da fiação com maquinário do Japão, na década de 1950, proporcionou o intercâmbio com esse país. Carioba recebeu o cônsul japonês e tinha uma série de casas da vila habitadas por representantes dessa colônia oriental.

Figura 49 – Visita de cônsul do Japão.

Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes.



O trabalho no escritório era um anseio de boa parte das moças da vila, o que, na grande maioria das vezes, não se concretizava.

Figura 50 – Operárias.

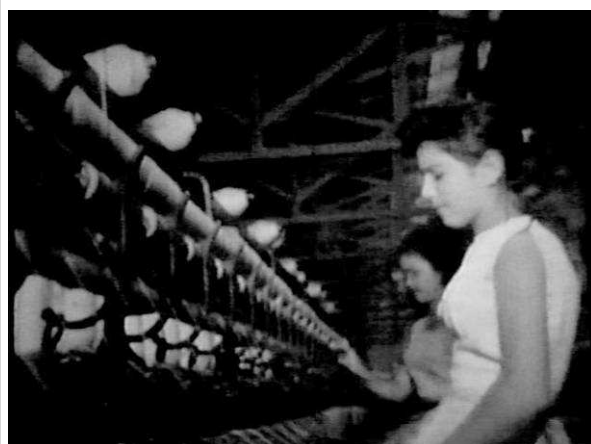
Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



Nicolau administrava Carioba e vivia na vila com a família. Os outros irmãos, J. J e Antonio pouco freqüentavam a região. J. J. era presidente do Grupo Abdalla e dedicava-se mais à política. Antonio dirigia a fábrica de cimento em Perus, SP, capital.

Figura 51 – Judith, Nicolau e Diva Abdalla, em Carioba

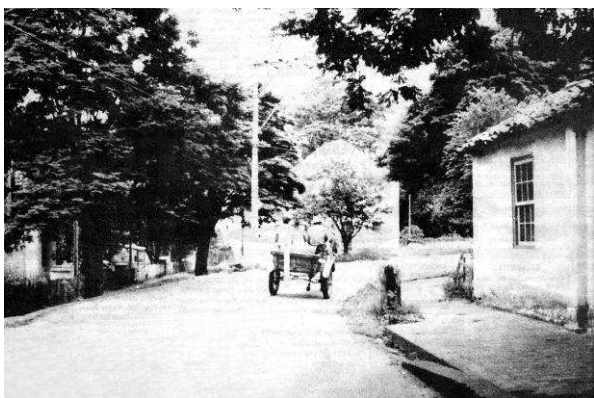
Fonte: Acervo de Judith Abdalla Gomes.



Com os Abdalla, Carioba continuou a ter projeção política, econômica e cultural na região. Durante vinte anos sob a administração dessa família, a vila aumentou sua população e famílias oriundas do Noroeste paulista, do interior do Estado do Paraná e do Nordeste começaram a morar em Carioba.

Figura 52 – Operárias da fiação.

Fonte: Filme “Pioneiro do Progresso em Americana”, década de 1960.



A vida simples da bucólica vila, misturava-se a uma estrutura urbanizada. E uma aura de encantamento envolvia Carioba.

Figura 53 – Rua de Carioba.

Fonte: **O Liberal**, Americana, 29 dez. 1996, 3. Caderno.



Os laços de amizade construídos prolongavam-se por toda uma vida. E o sentimento de pertencimento ao lugar era o principal motivo da preservação de sua cultura e memória.

Figura 54 – Escadinha de Carioba.

Fonte: Acervo de José Sarra.

Os cariobenses



Figura 56 – Pessoas.
Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre



Figura 55 – D. Neca, década de 1920.

Fonte: Acervo de Heloísa Pavan

Ernesta Sacoman, D. Neca, nasceu em 1903 e faleceu em 2008. Os seus pais eram imigrantes italianos que desembarcaram no Rio de Janeiro em 1878. D. Neca veio para Carioba com seis ou oito anos. Seu pai foi cocheiro de Hermann Muller e morreu de tifo, deixando sete filhos e a mulher grávida de três meses. Trabalhou na fábrica de tecidos – espuladeira e tear – e, em seu depoimento, relata que havia muitas crianças que trabalhavam na fábrica e elas sofriam agressões de seus chefes. Casou-se com o alfaiate **Luis Calligaris**, em 1925, e mudou-se de Carioba para Americana. Trabalhou com o marido na alfaiataria durante muitos anos. D. Neca era analfabeta, mas com 80 anos aprendeu a escrever o nome. Teve filhos, netos e bisnetos. Os anos vividos na vila foram de extrema dificuldade e, como companheira da mãe, ajudou nos afazeres domésticos e a criar os irmãos. Mesmo trabalhando na fábrica, fazia pães para vender e ajudar no sustento da família. Era católica fervorosa.

[...] Eu levantei cedo e sofria de tontura, então tinha uma cerca de arame e eu olhei para o céu e vi Santo Antonio, ele veio falar. Depois daquilo fiquei na cama. Eu falei com o padre. Ele falou: “D. Neca, o Santo Antonio veio só para a senhora. Eu nunca vi tanta oração como o Santo Antonio ganhou da senhora”. Eu rezava muito. Logo que casei eu acendi uma lamparina e quanto rezei!

[...] Para entrar na fábrica a gente só marcava o número que a gente veio. Tinha umas placas na parede, no portão, depois eles vinham verificar as pessoas que veio. Se não tinha número era zero que num trabalhava. Colocava o número na placa. Eu ia lá, olhava, colocava o dedo, se tinha o desenho meu, colocava o dedo aí.

[...] Eu sofri, bem! Mas se Deus falasse: “Se quer vorta, bem?” “Ai, que alegria!”, eu falava!.



Figura 59 – Pessoas.
Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre



Figura 57 - Hercule Giordano
Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2007.

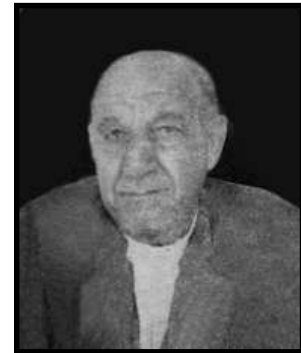


Figura 58 – Afonso Giordano
Fonte: **O Liberal**, Americana, 21 ago. 1966, primeira página.

Hercule Giordano nasceu em Carioba, em 1922. Estudou até a 4ª. série primária na escola da vila. Seus avós eram imigrantes italianos. Os pais de sua mãe fizeram parte do primeiro grupo de imigrantes a instalar-se na região e o seu avô paterno montou em 1903, em Americana, um cinema na Rua Carioba. Hercule trabalhou na espulhinha e foi tecelão na fábrica de tecidos. Ao sair da vila, em 1951, trabalhou como servente no Grupo Escolar Heitor Penteado, aposentando-se em 1986. Desde então, iniciou um ciclo de palestras em escolas de Americana para *falar de Carioba*. Na mesma época, frequentou com assiduidade a Câmara Municipal de Americana — gostava de assistir às sessões e conversar com os vereadores. Escolas, ruas e praças da cidade com nomes de antigos cariobenses foram denominadas a partir de suas sugestões. Acalentou o sonho de ser professor de história, mas não teve a oportunidade de continuar os estudos. Entretanto, após a extinção da vila tornou-se um historiador desse local e tem sido uma fonte para os estudos acadêmicos. Muitas das histórias que conta foram narradas pelo seu pai, **Afonso Giordano** — correspondente do jornal **O Município**. Hercule escreve para o jornal **O Liberal**, inicialmente sob o pseudônimo de Agagê, desde a década de 1960. Participou de inúmeras fundações: Infantil do Estudante Cariobense — time de futebol da vila (1938), Esporte Club São Sebastião (1951) — cujos jogos ajudaram na construção da Matriz de Santo Antonio; da Liga Americanense de Futebol (1956); da Merenda Escolar (1958); do Centro de Recuperação Infantil de Americana — Creia —, hoje Associação de Pais e Amigos de Excepcionais — Apae —; da Guarda Mirim (1961), hoje Serviço de Orientação ao Menor de Americana — SOMA. Foi fiscal, secretário e diretor da Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller” e bibliotecário do Club Recreativo Sportivo Carioba. Participou de comissões que estudaram a mudança no Brasão de Armas da cidade, que estabeleceu o Dia da Comunidade Italiana e a Festa da Achiropita. Tem filhos e netos. É católico e cariobense fervoroso. Seu nome foi atribuído a um Sistema de Lazer no bairro Vale das Nogueiras, em Americana.

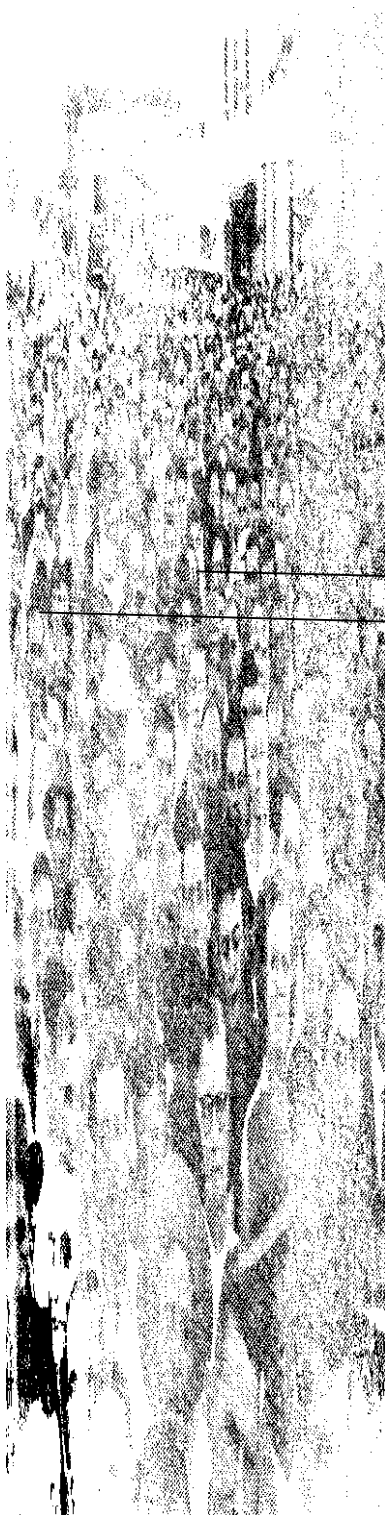


Figura 62 – Pessoas.
Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre

Cada seis casas tinha um sanitário [...] A água encanada tinha só na esquina, por enquanto. A turma ia buscar. Onde era o grupo escolar, do lado, tinha oito torneiras, tinha uma vaga de seis metros de circunferência. As mulheres iam lavar roupa lá e tinha batedouro. Depois encanou.

[...] As casas eram bem cuidadas porque era a gente que cuidava delas, né? [...] Quando tinha que pintar eles davam a tinta, mas era caiada. Era amarelada queimada. Tinha uma turma de pintor para isso. Quando quebrava o vidro, por exemplo, dependia de como quebrava, aí os patrão pagava. Tinha um tipo de encanador para trocar torneira, mecânico, uma equipe, para roçar o mato, de sete a oito pessoas. Onde tinha muito barro colocava tijolo, punha em frente da casa para não pisar no barro. A terra era vermelha. A gente tinha apelido de pé vermelho.

[...] Quando o fêretro passava, todo mundo fechava a porta em respeito. Meu tio morava em frente ao Clube Carioba e o baile de fim de ano era o mais esperado. Ele morreu e suspenderam o baile.



Figura 60 – Ruth Trombin Silvestre

Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2006.



Figura 61 - Antonio Silvestre

Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2006.

Ruth Trombin Silvestre nasceu em Carioba, em 1935. Os seus avós paternos pertenceram ao primeiro grupo de imigrantes italianos a se instalarem na região. Estudou até a 4ª. série primária na escola da vila e trabalhou na fábrica de tecidos até o encerramento de suas atividades. A sua determinação era ajudar os pais e sair da pobreza. Católica fervorosa – foi Filha de Maria - conviveu com as irmãs salvatorianas em Carioba e com o Monsenhor Nazareno Maggi, idealizador da atual Matriz de Santo Antonio, em Americana. Casou-se com Antonio Silvestre. O casal tem filhos e netos.

Antonio Silvestre nasceu em Campinas, em 1926. Os seus avós eram imigrantes italianos. Veio para Carioba com pouco mais de 20 anos e trabalhou na fábrica de tecidos como contramestre. Em 2006, o casal completou 50 anos de união.

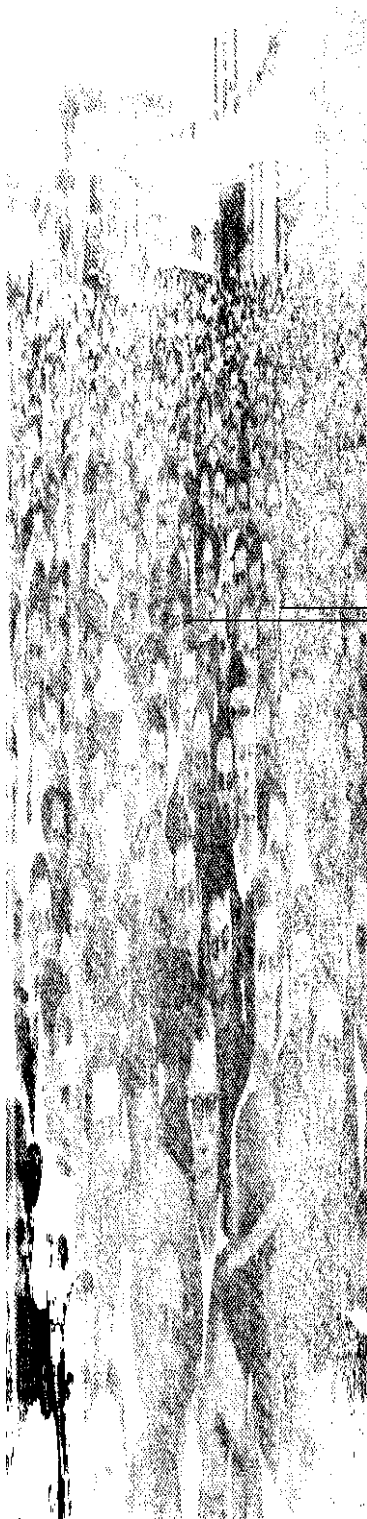


Figura 65 – Pessoas.
Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre.

Aprendi muita coisa na Pia União de Maria: andar direito, o respeito no namoro, como formar a família no alicerce firme. [...] Eu casei com 20 anos e com elas eu aprendi mais ainda: “Vocês casam e podem evitar filhos, mas nunca tirar, porque filho de um dia já tem alma”. Tudo eu aprendi na igreja, porque com os pais a gente não aprendia nada disso, só apanhava. Aprendi a não mentir, não roubar. Meu pai minha mãe não tinha estrutura. [...] Meu pai xingava cada nome feio, era bocudo. Era daqueles italianos bravo. A minha mãe não quis ser enterrada com meu pai e não foi.

[...] Sábado e domingo tinha que lavar e passar e não podia perder a missa. Vinha padre rezar lá em Carioba.

[...] Quando morria um cariobense, a fábrica parava e todo mundo ia no enterro. Aquela multidão caminhando pela estrada de bambus até o cemitério.

[...] Os homens faziam rodinha entre eles. As mulheres também ficavam nas escadinhas. Podia andar tranqüilo na rua, pular corda, comer pipoca. [...] Tinha uns lá que a gente já sabia que era sem-vergonha, então ficava de olho.

[...] Um dia, eu trabalhava na tecelagem, chegou o marido da amante de meu pai. Fui lá tirar satisfação com ele. [...] Carioba tinha muito disso.



Figura 63 - José Sarra
Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2007.

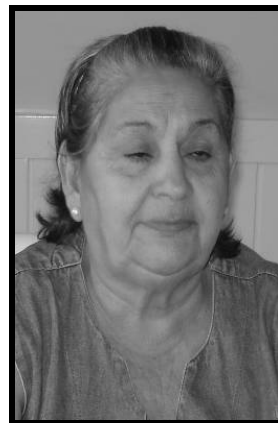


Figura 64 - Cida Sarra
Fonte: Acervo e fotografia de Suzete Volpato, 2007.

José Sarra nasceu em 1938, em Colina, SP. Em 1941, veio com os pais e irmãos morar em uma também extinta vila operária, a do Lajeado, onde hoje está a Conpacel, antiga Ripasa Celulose e Papel, bem em frente à vila de Carioba. Estudou na escola de Carioba até a 4ª. série primária. Trabalhou na fábrica de tecidos – como catador de espula; dali, foi para a carpintaria e aposentou-se na usina hidrelétrica da vila, como operador. Zé Sarra participou ativamente do Club Recreativo Sportivo Carioba, ora trabalhando na biblioteca, ora nos bailes e nos jogos esportivos, além de participar em várias diretorias como secretário, diretor e presidente do clube. Casou-se com Maria Aparecida Cardoso Silva. O casal teve filhos e netos.

Maria Aparecida Cardoso Sarra é natural de Piracicaba, SP e veio morar em Carioba por volta de 1949, junto com os pais e oito irmãos. Trabalhou como tecelã na fábrica de tecidos. O casal permaneceu na vila até metade da década de 1970.



Figura 66 – Pessoas.

Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre

No Clube existia uma biblioteca com centenas de livros [...] Tinha um controle carbonado [...] Não recebia nada por isso e a gente pagava mensalidade igual a todos [...] O único que recebia era o zelador. Fora disso quando ajudava nos bailes era o “leão de chácara”, ele ganhava um lanche, um guaraná. Nem isso, às vezes, queria. Mesmo os jogadores nada ganhavam.

[...] Todo sábado tinha baile e lá era tudo com orquestra, depois que começou com bailinho eletrônico [...] Orquestras que iam tocar até na televisão, iam tocar lá. Todo mundo freqüentava: mulherada, moços de Carioba, pessoas de Americana. As pessoas gostavam de lá, desde que pagassem a entrada podiam entrar, mas a maioria era de Carioba. Eram operários, tinham o povo de Tatu, vinham de cavalo. Quando eu era menino eu ganhava dinheiro engraxando o sapato do pessoal. O pessoal chegava e engraxava para entrar no baile e com esse dinheirinho eu ia no cinema. Nos bailes não chegavam a sair briga, se ameaçava ia para fora. [...] Em Carioba o pessoal não afinava, não, e os “negos” de Americana não tomava conta lá, não! Tinha que respeitar. Tinha rixa de futebol quando jogava Rio Branco e Carioba. Lembro que na frente do Clube fazia aqueles passeios: ficavam rodeando em volta, passeando, conversando, batendo papo.[...] Todo mundo ficava passeando, rodeando, vendo se arrumava uma namoradinha e é nestas coisas que às vezes, saía alguma briguinha. O “nego” mexia em uma que não devia mexer, o “nego” chegava e falava: “Olha, essa é daqui, não mexe, não!” Pessoa de fora não ia lá cantar de galo, não, senão apanhava.

[...] Um dançava com o outro, mas tudo com respeito. O pessoal de Carioba era acostumado um com o outro, tinha muita amizade, eram considerados irmãos.

[...] Não era comum um ir comer na casa do outro, almoçar, jantar [...] Era mais de conversar.

[...] Eu sempre fui bem recebido nas casas dos patrões. Na casa do Nicolau eu que sempre ia fazer o serviço e servia bolo, café como se fosse uma pessoa da casa. Eles se davam muito bem com o pessoal da vila. Na festa junina eles cediam os carroções, principalmente de pegar lixo.

[...] Tinha uma equipe que limpava as ruas, o bambuzal; o varredor cortava, limpava; limpador de bueiro, formigueiro; era organizado. Se hoje existisse esse bairro, era um modelo, um condomínio fechado.

A guarita era controlada, tinha que falar o que ia fazer, com quem, a pessoa andava de cassetete e chegava a mandar o porrete em quem desrespeitava.



Figura 68 – Pessoas.
Fonte: Acervo de Ruth Trombin Silvestre



Figura 67 – D. Estela.
Fonte: Acervo de Suzete Volpato. Fotografia de João Teixeira, 2004.

Maria Estela do Nascimento Martins nasceu em Mauriti, no Estado do Ceará, em 1944. Veio para Carioba em 1954 com os pais e 11 irmãos, os quais trabalharam, moraram e morreram na vila. Estudou na escola de Carioba até a 4ª. série, de lá saindo com 14 anos. Aos 18 anos, iniciou seu trabalho na fábrica no setor de fiação, atividade que exerceu até o seu casamento, realizado seis anos depois. Após a união com **Antonio Martins**, D. Estela deixou a fábrica e passou a cuidar da casa e dos filhos. O marido era natural de Limeira e veio – sem a família – em 1953, trabalhar na padaria da vila. Foi padeiro durante os anos morados em Carioba e exerceu a função de Conselheiro do Club Recreativo e Sportivo Carioba nos anos finais dessa entidade. D. Estela foi uma militante das causas de Carioba e lutou junto a políticos e autoridades da região em prol da preservação da vila.

A gente passou muita dificuldade lá em Carioba. Mas a gente adorava aquele lugar!

[...] Foi uma maldade o que fizeram com a gente! Não precisava destruir aquilo!

[...] Encontro gente de Carioba e eles ainda são revoltados com o que fizeram. Não dá pra esquecer.

[...] Hoje, eu passo de ônibus em Carioba. Olho pela janela e sinto um aperto no coração. Mesmo que eles arrumem aquilo lá, não vai ser mais a mesma coisa.

Capítulo II

O Grupo Abdalla e a fábrica de tecidos em Carioba



Figura 69 – A fábrica de tecidos Carioba
Desenho: Suzete Volpato.

“O trabalho, a arte, a natureza e as idéias podem nos absorver por um momento, mas logo estamos de volta, mergulhados na ‘vida real’ - e vida real significa simplesmente o ser humano, nós mesmos e os demais. Nesses encontros conosco e com os outros, nós decepçionamos e somos decepçionados”³².

³² HILLMAN, p. 11.

O Grupo Abdalla³³, maior corporação privada da América do Sul, foi formado por quatro irmãos (José João, Nicolau João, Manoel João e Antonio João) de uma família que tinha mais quatro irmãs (Alice, Judith, Geny e Rosa).

José João Abdalla, presidente do Grupo criado em 1945 e extinto em 1975, foi médico e político em Birigüi, SP, e exerceu o cargo de vereador e prefeito (interventor) desse município no período do Estado Novo. Mas, já na década de 1930, nele e nos municípios circunvizinhos, junto com os irmãos, iniciou a aquisição de bens e propriedades, as quais se tornaram parte do conjunto de empreendimentos da família.

A ele, juntou-se o seu irmão Nicolau, dirigente de Carioba por vários anos, formado em odontologia, mas que nunca exerceu a profissão, pois, segundo a sua filha Judith, dedicou-se dia e noite a beneficiar algodão, também em Birigüi. Judith afirma que o Grupo não surgiu da herança de seus avós, João e Amélia, comerciantes com diversos estabelecimentos e terras espalhadas por São Paulo, e, sim, do primeiro empreendimento dos seus tios, que foi uma máquina de beneficiar algodão.

Os outros irmãos, Manoel e Antonio, sócios proprietários do Grupo, não eram graduados no ensino superior, pois também se dedicaram exclusivamente às atividades empreendedoras da sociedade.

A primeira fazenda adquirida pelo Grupo foi a Fazenda Brejo Alegre, no município de mesmo nome, próxima aos municípios de Araçatuba, Birigüi e Coroados, no Noroeste do Estado de São Paulo e perto do Estado de Mato Grosso. Hoje, essa fazenda e algumas das inúmeras outras propriedades rurais do Grupo Abdalla, que chegaram a ser dezenas, ainda pertencem aos herdeiros dos irmãos Abdalla e algumas delas, como por exemplo, a Fazenda São José, a Fazenda Palmeiras e a própria Brejo Alegre, há vários anos envolvem-se em conflitos com posseiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST. A Fazenda Brejo Alegre também é

³³ “As maiores dentre as sociedades familiares ou combinações de clientela, que revelam certa estabilidade e diversificação em atividades imobiliárias, comerciais e bancárias passaram a chamar-se ‘grupos’. Reuniram consideráveis quantidades de capital, fábricas e poder político sem precisar vender ações ao público nem fundir-se”. (DEAN, 1991, p. 133).

alvo de disputas judiciais, com acusações de que outras famílias seriam os reais proprietários das terras. Já a Fazenda Palmeira, considerada fruto de grilagem, foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra —, em 1982. Loteamentos oriundos da Fazenda Palmeiras localizados na região de Andradina são considerados pelo MST como marco inicial de seu movimento, onde tudo começou, e como seu primeiro assentamento³⁴.

A família Abdalla era oriunda de Guaratinguetá, na época distrito de Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba, SP, bem distante e oposto à região em que os irmãos iniciaram os seus empreendimentos. Mas essa fixação de moradia e iniciativa de negócios está atrelada ao desenvolvimento da cultura de algodão, na qual, entre 1934 a 1940, o Estado de São Paulo foi líder nacional. Naqueles tempos, o algodão tornou-se o mais rentável entre os produtos rurais, veio a substituir a cultura do café e criou a possibilidade de enriquecimento, atraindo inúmeros imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, sírios, libaneses e principalmente japoneses) para o Oeste do Estado³⁵. Os beneficiadores de algodão, como Nicolau Abdalla, estavam em uma posição estratégica, pois as indústrias de tecidos das cidades — que não tinham seus próprios algodões — eram dependentes desses intermediários³⁶.

Além disso, a aquisição de inúmeras outras terras do Grupo está vinculada aos projetos e à política governamental do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Entre 1939 e 1945, Vargas criou o projeto chamado *Marcha para o Oeste*³⁷, um movimento que buscava desenvolver um sentimento de nacionalidade para o Brasil. Esse projeto incentivava a população a explorar áreas menos povoadas dos Estados como Goiás e Mato Grosso, e o Brasil poderia expandir o desenvolvimento para as longínquas terras do sertão brasileiro. No caminho desse processo de nacionalismo e de formação de uma identidade nacional estavam os sertões do Noroeste do Estado de São Paulo.

³⁴ OLIVEIRA, 2006.

³⁵ GONÇALVES; RAMOS, 2009.

³⁶ DEAN, 1991, p.111. Este autor afirma que descarregadores enriqueceram com o comércio do algodão.

³⁷ Para mais detalhes sobre a *Marcha para o Oeste*, consultar: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> e OLIVEIRA, 2006.

A idéia de expandir e integrar o sertão existia desde o tempo do Império e foi efetivamente aplicada com a construção de uma ferrovia de penetração, em 1905, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O objetivo dessa estrada de ferro era buscar novas áreas para a agricultura e o povoamento, diferentemente da concepção das outras ferrovias construídas até então, que objetivavam escoar a produção e facilitar o transporte de um povoado³⁸. Essa ferrovia provocou o povoamento do Oeste do Estado de São Paulo e o desenvolvimento da lavoura de café que, com a crise dessa cultura em 1929, foi substituída, em parte, pela de algodão. Entretanto, o projeto de Getúlio Vargas deu nova motivação para que se desbravassem e povoassem as, ainda, inúmeras terras da região e do Noroeste do Estado de São Paulo.

O processo *Marcha para o Oeste* classificava os povoadores como novos heróis bandeirantes, aqueles que levariam para lugares distantes uma identidade e uma cultura brasileira. E imitava o processo norte-americano que buscou desbravar o seu Oeste no início do século XIX³⁹. Muitos desses heróis nacionalistas que eram apoiados pelo governo federal tornaram-se os chamados “coronéis” da terra.

A ocupação dessas terras em nome do desenvolvimento e de uma efetiva posse do território nacional expulsou, muitas vezes de forma violenta, colonos, posseiros, índios e imigrantes. Mas a história oficial não revelou esses conflitos; pelo contrário, o Estado Novo representou esses pioneiros sob uma ótica romântica e civilizatória⁴⁰.

Às terras e imóveis inicialmente adquiridos pelos irmãos Abdalla no Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo, juntaram-se outras espalhadas pelos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, prioritariamente no Estado de São Paulo, diversas firmas industriais e empresas bancárias e agropecuárias, adquiridas principalmente nas décadas de 1940 e 1950 — anos em que José João Abdalla, presidente do grupo empresarial, teve cargos políticos nas esferas estadual e federal brasileira.

³⁸ Para mais detalhes sobre o Noroeste paulista, consultar: CARVALHO, 2007.

³⁹ Para atrair as pessoas, o governo norte-americano ofereceu terras a preços baixíssimos. Mais detalhes sobre o desbravamento do Oeste norte-americano estão disponíveis em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/marcha-para-oeste>>.

⁴⁰ GARFIELD, 2000. Vargas, antes de oficializar o projeto, em 1934, decretou que o dia 19 de abril seria o Dia do Índio. Os irmãos Abdalla, por diversas vezes, trouxeram índios de tribos da região noroeste do Estado de São Paulo para Carioba. Eles lá permaneciam por algum tempo, mas os cariobenses nunca entenderam muito bem o porquê.

Por volta dos anos de 1930 iniciou-se um processo de expansão da indústria brasileira. A fábrica de Carioba e as terras que a ela pertenciam sofreram também uma mudança importante, pois foram compradas, no final de 1944, pelos irmãos Abdalla.

Nessa época, com o fim da ditadura do Estado Novo, uma nova constituição e, novos partidos políticos, foram criados para configurar a exigência da sociedade brasileira. Vargas deixa o poder, mas mantém uma rede de líderes (políticos, burocratas, proprietários de terras e industriais) que se beneficiou e prosperou sob o seu governo. Essa rede organizou-se em torno de um dos partidos criados e começou a preparar-se para as eleições. A organização desse partido, o Partido Social Democrático — PSD — foi supervisionada de perto por Vargas⁴¹.

José João Abdalla foi um dos fundadores do PSD do Estado de São Paulo e membro da Assembléia Nacional Constituinte⁴². Ele, como seu irmão Nicolau (PSD), tinha amizades com políticos em diferentes segmentos, inclusive com Getúlio Vargas. Muitos destes freqüentaram as suas moradias em Carioba, que foi palco de inúmeros acordos políticos, principalmente o que permitiu o apoio de Ademar de Barros, então governador do Estado de São Paulo, à candidatura de Getúlio Vargas para a presidência do Brasil.

Ao vencer as eleições presidenciais, em 1950, Vargas ficou em débito eleitoral, principalmente com Ademar de Barros, pois o seu reduto eleitoral significou um quarto dos votos do País⁴³. Mas Vargas ficou em débito também com os irmãos Abdalla: José, secretário do Trabalho, Indústria e Comércio no governo estadual de Ademar, de 1948 a 1950, e Nicolau, que articularam o apoio de Ademar de Barros.

A literatura sobre o político Getulio Vargas dá conta de que entre 1947 e 1950, o então senador constituinte pelo Rio Grande do Sul, isolou-se em sua fazenda em São Borja, até sair candidato à presidência do País⁴⁴. E em março de 1950, concretizou-se o acordo secreto que

⁴¹ SKIDMORE, 2007, p. 80-83.

⁴² Fonte: Câmara dos Deputados, Coordenação de Estudos Legislativos – Banped.

⁴³ SKIDMORE, 2007.

⁴⁴ SKIDMORE, 2007, p. 102.

garantiu o apoio de Ademar de Barros, governador de São Paulo, a Getúlio e a sua eleição presidencial.

Esse acordo secreto foi articulado em Carioba, na residência de Nicolau Abdalla, amigo de Getúlio Vargas⁴⁵. A relação de Getúlio Vargas com J. J. Abdalla existia desde a década de 1930, quando J. J. Abdalla foi um de seus interventores na cidade de Birigui. Oficialmente, Vargas somente esteve em Villa Americana e Carioba, em 1947, quando em campanha eleitoral.

Durante seu mandato como Senador da República, Vargas enfrentou situações constrangedoras quando identificado com os ideais da ditadura, contrário aos princípios liberais e democráticos do Senado. A segunda maior bancada de deputados presente no Congresso era a da UDN – União Democrática Nacional –, partido que lhe fazia ferrenha oposição. A sua posse como parlamentar constituinte foi adiada diversas vezes devido à exaltação dos deputados. E ao invés de debater no Congresso, Vargas preferiu se ausentar dele, para voltar depois, presidente da república⁴⁶.

As relações íntimas e colaboracionistas da família Abdalla com Getúlio Vargas e seu governo, estão marcadas pelas visitas a Carioba e pelos encontros relatados pela filha de Nicolau:

Meu pai era muito amigo do Ademar de Barros, pode ser que eles se encontraram na revolução de 32. Meu pai vinha no palácio e entrava direto, nem pedia licença para entrar, entrava direto na sala do Ademar. Meu pai era muito amigo do Jânio Quadros. Eu me lembro que Jânio Quadros foi à Carioba, o Ademar foi à Carioba [...] Outro fato interessante, de Getúlio Vargas, o presidente, dizem que teve uma época que ele teve que se esconder, não sei. E ele se escondeu na Carioba. Ele ia, comia na casa de meu pai, ficou hospedado lá. Eu era muito pequenina, não me lembro da data. (Judith nasceu em 1945). O que eu me lembro de Getúlio, eu devia ter uns cinco anos, nós estávamos em Santos no Parque Balneário Hotel passando férias, e eu me lembro que teve um almoço com autoridades. O pessoal comentava: “O Presidente da República, o Presidente da República, vem aí!” E tinha um salão chamado “salão dourado” e então, eu me lembro, fui ver pelo vidro e eram aquelas mesas em forma de U, tinha vários senhores, aquela pompa, aquela circunstância toda. Falei para

⁴⁵ O depoimento de Judith Abdalla Gomes, aponta para esta afirmação.

⁴⁶ Fonte: SOUZA, 2008. Disponível em: < www.revistafenix.pro.br >. Acesso em: 9 nov. 2009.

minha mãe: “Me arruma que eu quero ver o Presidente”. “Mas, menina, como você vai entrar lá?” “Não sei. Eu quero ver”. E ela me arrumou, me pôs toda vestida. Eu estava de vestido de organdi, de buquezinho de flor, laço na cabeça (que eu tinha raiva). Eu me lembro que tinha dois seguranças na porta, imensos, e mais imensos ainda porque eu era pequeninha. Eu cheguei e falei que eu queria falar com o Presidente. “Você não pode entrar”, retrucaram. “Mas eu vou entrar, porque eu quero ver o Presidente”. Aí eu entrei e o Getúlio Vargas estava em pé, fazendo discurso, de terno claro, me lembro perfeitamente. Eu cheguei, puxei o paletó dele e ele parou o discurso, olhou pra mim e eu falei: “Eu vim te dar um beijo”. Ele abaixou e eu dei um beijo nele. Eu falei: “Meu pai é seu amigo”. “Quem é seu pai?” “Nicolau João Abdalla”. “Você é filha do Nicolau! Seu pai está aí?” “Não” (era dia de semana e papai estava na Carioba). “Diga ao seu pai que o presidente mandou um grande abraço pra ele, para o meu amigo Nicolau”. Aí todo mundo bateu palma pra mim, todas as autoridades. Marcou muito isso pra mim. Nunca soube que meu pai era amigo do Juscelino. Era do Carvalho Pinto. Meu pai também era muito amigo do Jânio Quadros. Eu me lembro desses que conviveram comigo. Eu estava acostumada em ter este pessoal em casa e pra mim nunca foi novidade, às vezes eu contava no Colégio e eles achavam que eu estava mentindo, quando falava que conhecia este pessoal, era da minha convivência. E a política daquela época, era diferente da atual. (Depoimento de Judith Abdalla).

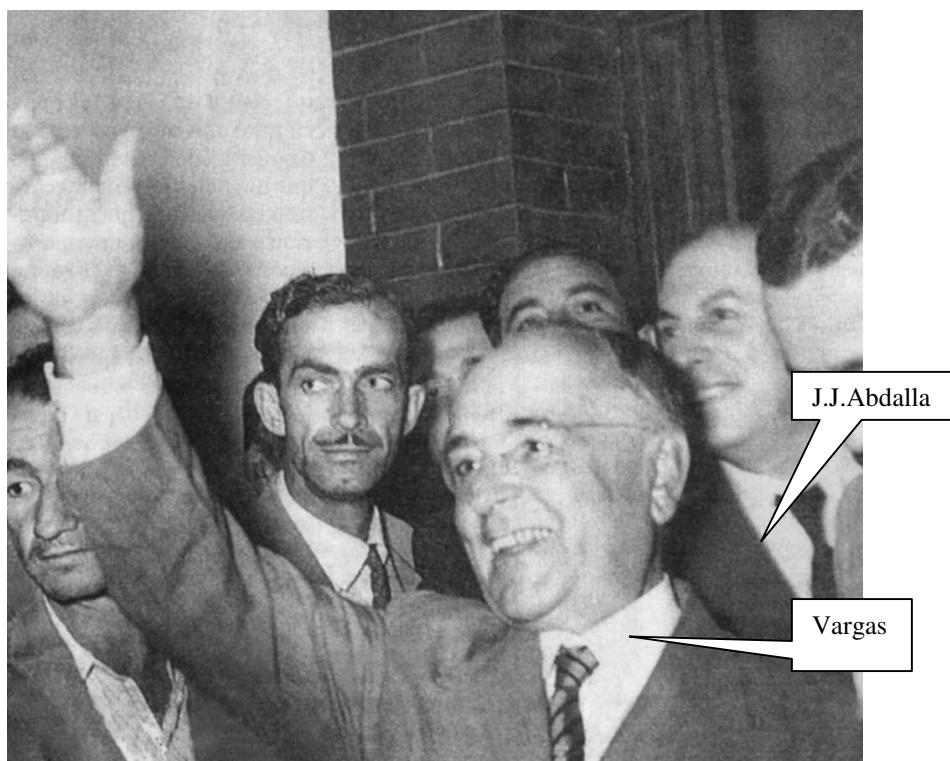


Figura 70 - Getúlio Vargas e J. J.Abdalla em Carioba, 1947.

Fonte: **O Liberal**, 27 abr. 2008, p. 11, Cidades (memória fotográfica).

Em 1951, o Grupo Abdalla comprou a Brazilian Portland Cement Company —B.P.C.C.—, que passou a se denominar Companhia Brasileira de Cimento Portland-Perus, localizada em São Paulo, e a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, empresa canadense⁴⁷. A companhia de cimento foi a mais importante empresa do Grupo Abdalla, principalmente na década de 1950, anos de intensa industrialização do País⁴⁸.

Também em 1951, o Grupo Abdalla adquiriu a Fábrica de Tecidos Confiança, no Rio de Janeiro, RJ. A fábrica, existente desde 1885 e já em 1905 a maior do Brasil, tinha uma vila operária de 200 casas e foi formadora dos bairros de Vila Isabel e Andaraí⁴⁹.

Nos anos entre 1951 e 1954, Vargas presidiu o País sob o sistema democrático, mas a economia brasileira sofreu com a inflação. O seu governo foi alvo de constantes denúncias de corrupção, encabeçadas pela mídia – principalmente pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, e pelas oposições partidárias. Apesar do turbulento período brasileiro que culminou com o suicídio do presidente, o PSD manteve-se no poder e garantiu o sistema de Vargas ao eleger Juscelino Kubitschek – PSD, presidente da República e João Goulart – PTB, vice-presidente⁵⁰. Kubitschek implantou uma política de rápido crescimento com investimentos em setores de ponta e abriu o mercado para a livre competição das empresas, o que fez com que os empresários têxteis buscassem a produtividade do trabalho através de novas tecnologias.

Provavelmente as empresas que não investiram em tecnologia e qualificação de pessoal, ajustes que aumentariam a produtividade, não perduraram por muito tempo. No caso específico do Grupo Abdalla e da fábrica de tecidos em Carioba, depoimentos afirmam que houve tentativas de aumentar a produção, mas muitas delas estavam dissociadas de investimentos em maquinários e qualificação de pessoal e atreladas às exigências de maior eficiência pessoal dos operários e menores salários. A condução das fábricas e das vilas assemelhava-se à condução de suas fazendas.

⁴⁷ CHAVES, 2005.

⁴⁸ Além do Grupo Abdalla, havia mais dois interessados na companhia: o Grupo Matarazzo e o Grupo Votorantin. No depoimento de Judith Abdalla encontram-se afirmações de que a compra se deu no Canadá, em uma reunião em que participaram todos os interessados na transação financeira dessa companhia e seu tio conseguiu comprar a companhia com méritos próprios.

⁴⁹ REGO, 2005.

⁵⁰ SKIDMORE, 2007, p.183.

O PSD apoiou o Marechal Lott para a sucessão de Kubitschek, mas viu vencer as eleições presidenciais Jânio Quadros, apoiado pela União Democrática Nacional – UDN –, tendo como vice-presidente João Goulart, do PTB. Manobrou a aceitação da renúncia de Jânio Quadros e articulou o apoio ao golpe militar de 1964, durante a difícil situação política do governo de João Goulart (1961-1964). E elegeu o vice-presidente da República – José Maria Alkimim (PSD) —, após o golpe.



Figura 71 – Marechal Lott e J. J. Abdalla em Americana, em 1955.
Fonte: **O Liberal**, 26 fev. 2006, p.5, Cidades (memória fotográfica).

O novo governo federal buscou reduzir a inflação e o *deficit* público, tendo como principal medida a política fiscal de arrecadação de impostos, instituindo penalidades aos sonegadores e correção monetária dos impostos. Essas medidas impopulares de estabilização da economia promoveram derrotas eleitorais do partido do governo para o PSD, então, com pouco representantes no governo. Ao tentar um acordo – que o PSD não aceitou —, o governo editou o

Ato Institucional n. 2, que aboliu os partidos políticos existentes e as eleições diretas para presidente, vice-presidente e governador⁵¹.

Através do Ato Suplementar n. 4, de 1965, criou-se o bipartidarismo: os que eram a favor do governo compuseram a Aliança Renovadora Nacional — Arena — e os da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro — MDB. José João Abdalla, deputado federal pelo PSD, foi cassado em junho de 1964, na mesma lista em que estava Juscelino Kubitschek, senador pelo PSD⁵². Abdalla perdeu o seu mandato legislativo federal e teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Entretanto, depoimentos afirmam que por muitos anos desfrutou de forte influência nas várias esferas governamentais do País. Eles também confirmam, muitas vezes, ajuda financeira a candidatos da Arena, bem como ligações com o MDB.

A cultura empresarial brasileira até a implantação dessas reformas pós-golpe refletia-se em pouca quantidade e preços altos, excessivos empréstimos subsidiados pelo governo e despreparo para a concorrência. O governo reduziu as tarifas, incentivando o aumento da concorrência, alegando que, assim, os produtores brasileiros se tornariam mais eficientes. As medidas no combate à inflação provocaram uma dura recessão industrial e levaram muitos empresários à beira da falência, provocada principalmente pela dependência ao crédito⁵³.

⁵¹ SKIDMORE, 2004, p. 99.

⁵² Assim se lê no Ato Institucional n. 2 (BRASIL, 1965):

“Art.15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado”.

⁵³ SKIDMORE, 2004, p. 130.

A “grande greve” de Carioba⁵⁴

As dificuldades econômicas enfrentadas pela fábrica de tecidos em Carioba - sem receber os investimentos necessários à modernização, na primeira metade da década de 1960 - estão relacionadas à cultura empresarial e, à política econômica e partidária do Brasil, mas decorreram, principalmente, da forma de administrar a fábrica.

Após a compra da fábrica de tecidos, o Grupo Abdalla construiu, em 1950, uma nova fiação e investiu em maquinários importados do Japão; entretanto, outras máquinas, principalmente os 500 teares, datavam de 1910 e foram utilizados até 1976.

A mão-de-obra tornou-se farta, pois as numerosas famílias residentes há mais de uma geração na vila, estavam empregadas na fábrica, o que acarretava excesso de operários diante da baixa produção. Além disso, após a cassação de J. J. Abdalla (deputado), em âmbito federal, e de seu irmão Nicolau (vereador), no nível municipal, a partir de 1964, Carioba perdeu, para a família proprietária, a sua função eleitoral — um dos fatores que motivavam a permanência de inúmeras pessoas trabalhando na fábrica sem necessidade.

Os produtos da fábrica de tecidos, com o tempo, passaram a ser inferiores aos oferecidos no mercado, e Carioba passou a sofrer a concorrência de grandes empresas multinacionais, que aos poucos se instalavam na cidade de Americana, como, por exemplo, a Toyobo do Brasil S.A. Fiação e Tecelagem, em 1955, e a Unitika do Brasil Indústria Têxtil Ltda., em 1958, ambas produtoras de fios de algodão.

Além disso, o crescimento da produção de tecidos de fibras sintéticas também concorreu com a produção de tecidos de algodão, fibra natural empregada na fábrica de Carioba. Usadas em diferentes setores, inclusive o de vestuário, tais fibras tinham preços mais competitivos e aos

⁵⁴ Foi comum, encontrar nos depoimentos dos moradores as expressões *aquela grande greve*, *a greve de nove meses*, *a greve grande*. Expressões que distinguem das inúmeras outras greves que realizaram durante o período em que a família Abdalla foi proprietária de Carioba. Portanto, usamos o termo: “grande greve” também para distinguir das outras que ocorreram no período, mas principalmente, para representar a importância que ela teve na vida dos moradores e no declínio da fábrica de tecidos.

poucos abocanhavam o mercado⁵⁵, porém a fábrica de Carioba não trabalhava com fibras sintéticas, pois, por longos anos, as fazendas do Grupo Abdalla, localizadas no Oeste e no Noroeste do Estado de São Paulo, abasteciam a fábrica com o algodão ali cultivado. Além do que, a mudança de matéria-prima também implicava investir em novos maquinários, tecnologia e formação de mão-de-obra, o que não interessava aos proprietários.

A falta de crédito, a recessão industrial e o incentivo de capital estrangeiro para estimular a concorrência — motivo da implantação de inúmeras empresas multinacionais na cidade, principalmente na década de 1960 —, ocasionados pela política econômica adotada pelo governo militar, mas principalmente, pelas relações de trabalho do Grupo com os seus operários, resultaram em constantes atrasos de pagamento aos operários de Carioba.

O mesmo acontecia com algumas das empresas do Grupo Abdalla, o que ocasionou dezenas de formas de manifestações, inclusive grevistas. Já em 1958, a companhia de cimento do Grupo paralisou seus trabalhos por 46 dias, pois os operários, expostos a grande emissão de pó, clamavam por melhorias das condições de trabalho. Em 1962, nova greve paralisou os serviços por sete anos, agora exigindo a instalação de filtros que retirassem o pó produzido pelas máquinas de cimento e cal. Entretanto, em 1968, o Grupo Abdalla, ao invés de colocar os filtros, fechou a fábrica, que sofreu intervenção em 1970 e foi confiscada em 1974, voltando à família Abdalla na década de 1980. As brigas judiciais prolongaram-se por 15 anos. Também no ano de 1962, a Usina Miranda, na região de Bauru, SP; a Fábrica de Tecidos Japy, em Jundiaí, SP; a Fábrica de Papel Carioca, no Rio de Janeiro, RJ; a Companhia Paulista de Celulose — todas do Grupo J. J. Abdalla —, junto com a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, entraram em um movimento grevista por atrasos de salários. Destas, permaneceu em greve somente a fábrica de Perus⁵⁶; todas as outras empresas do Grupo fizeram acordos e voltaram às atividades.

Em 1964/65, a Fábrica de Tecidos Confiança, localizada no Rio de Janeiro, RJ, encerrou suas atividades, em parte pela morte do irmão que a administrava e também pela crise financeira do Grupo.

⁵⁵ Para mais detalhes sobre fibras artificiais e sintéticas, ver: Andrade, Correa e Silva, 2001.

⁵⁶ COUTO, 2003.

Em 1966, em Carioba, pequenas paralisações antecederam e sucederam uma greve muito maior — lembrada pelos moradores como uma época de extrema dificuldade —, que durou dez meses, entre agosto de 1966 e maio de 1967.

Nesse período, José João Abdalla passou a ser conhecido nacionalmente como o “mau patrão”, apelido que lhe foi atribuído pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, durante o movimento grevista dos funcionários da sua fábrica de cimento.

Essa já tumultuada relação entre o operariado e os irmãos Abdalla⁵⁷ veio a ser intensificada pelo movimento grevista da fábrica de tecidos em Carioba, que definitivamente comprometeu o relacionamento dos cariobenses com os patrões. O embate, amplamente coberto pelo jornal local, **O Liberal**, reproduziu a imagem divulgada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e o apelido de “mau patrão”. A grande greve ocasionou inúmeros processos trabalhistas contra a fábrica de Carioba, publicados pelo jornal da cidade.

A fábrica de cimento em Perus e a fábrica de tecidos em Carioba, simultaneamente em greve, aprofundaram os conflitos entre patrões e empregados e definiram a destruição do grupo industrial, que iniciou o direcionamento de seus empreendimentos para os setores bancários e agropecuários.

Nesse período, a vila tinha como moradores os membros da família de Romeu Sturari, que se tornou um lendário comunista na cidade e árduo combatente dos Abdalla. *O Romeu Sturari foi antes do Leão, ele era comunista, então ele agitava a turma: “Vamos fazer greve!”. Fazia piquete na fábrica e ele não deixava ninguém entrar* (Depoimento de Ruth Trombin Silvestre). Romeu Sturari e Leão, em diferentes épocas, foram sindicalistas, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Americana. Romeu morou com a família em Carioba, na década de

⁵⁷ O Grupo Abdalla era conhecido como um grupo que não respeitava as leis trabalhistas nem os acordos efetuados na Justiça do Trabalho. “No jornal ‘O trabalhador Têxtil’, de setembro de 1957, encontra-se uma reportagem intitulada ‘A Lei é letra morta na fábrica do deputado J. J. Abdalla na cidade de Americana’. Escreveu Evilásio Bemte, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Americana. A matéria impressa delatava a situação crônica de desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Os problemas giravam sempre em torno dos salários atrasados, da violação dos contratos de trabalho e do aumento do uso de teares, ou seja, os operários eram obrigados a movimentar 4 teares ou mais ao invés de 2. O texto, além de relatar todos os abusos cometidos pelo grupo J. J. Abdalla, procurava colocar a situação em termos legais, esclarecendo aos leitores quais os artigos da CLT desrespeitados [...]” (CORRÊA, 2007, p.181).

1950, mas a maior parte do tempo *vivia fugindo*, segundo seus familiares e moradores da vila. Ele foi protagonista de diversos embates com os proprietários e, por várias vezes, escondeu-se dos patrões e da polícia na própria Carioba. A sua vida está repleta de inusitadas histórias sobre a sua forma de esquivar-se das autoridades.

A gente vinha todo dia , Romeu falava, falava. Tinha gente que passava fome, e eles davam comida. Lembro uma vez que a gente tava voltando do sindicato, um desses encontros de greve e todo mundo voltava a pé para Carioba, na estrada de bambus. No caminho, passando em frente à casa do Nicolau Abdalla, a gente viu que ele estava na varanda, aí a gente começou a cantar: “Ei, você aí, me dá um dinheiro aí, me dá um dinheiro aí...”. Nicolau não falou nada, só ficou olhando. Depois que passou a casa, paramos de cantar. A gente também se divertia na greve!
(Depoimento de Ruth Trombin Silvestre).

Como Romeu Sturari, vários outros operários de Carioba foram membros da diretoria do Sindicato. O que não causa estranheza, pois a filiação ao Sindicato da categoria era uma unanimidade entre os cariobenses.

Em julho de 1966, 542 dos 654 funcionários da empresa, na época Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos — Cibrape —, mas sempre denominada nos jornais e pela população como a *fábrica de Carioba*, compareceram à sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Americana, no centro da cidade, e realizaram uma Assembléia Geral Extraordinária⁵⁸.

⁵⁸ Faz-se necessário observar que a fábrica de tecidos de Carioba recebeu, durante os anos de sua existência e independentemente dos seus proprietários, inúmeras denominações (razão social), em virtude das práticas administrativas de cada época. Entretanto, estas estão principalmente vinculadas às práticas de driblar leis em benefício dos proprietários. No caso específico dos Abdalla, a fábrica mudava constantemente a sua razão social, isto é, parava de operar com aquele nome e iniciava as atividades com outro. Na realidade era a mesma fábrica. Com isso, driblavam-se as legislações, principalmente a trabalhista: a nova empresa, por exemplo, não assumia as dívidas, os processos trabalhistas, os salários atrasados dos operários, etc. Em sua Dissertação de Mestrado, Corrêa (2007) estuda um dos mais de 500 processos trabalhistas do Grupo Abdalla, referente à greve, devido ao não pagamento de salários da fábrica de Carioba, em 1964. Ela afirma que nesse ano a fábrica passou a se chamar Cibrape — Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos — e, em virtude dessa mudança, a nova empresa negava-se a herdar os antigos problemas da fábrica. A obra, com base nos processos da Justiça do Trabalho, afirma ainda que as dificuldades em obter os contratos da antiga empresa comprometiam as chances de os operários conseguirem as reivindicações contidas no processo contra a fábrica. Essa data não coincide com os registros que encontramos dos empregados da fábrica de tecidos, pois em suas carteiras de trabalho, até 1955, consta o nome Indústrias J. J. Abdalla S/A; de 1956 até 1975, Cibrape. Esta foi uma empresa criada para administrar os empreendimentos industriais do Grupo Abdalla. Hoje a definiríamos como uma *holding*, “uma empresa que possui a maioria das ações ou quotas de outras empresas, suas subsidiárias, em quantidade suficiente para influenciar decisivamente suas administrações e políticas empresariais”, informação disponível em: <<http://bonattiholding.com/site/comum>>. Acesso em: 25 maio 2009. A Fábrica de Tecidos Carioba S/A era subsidiária da Cibrape. Eram as subsidiárias da Cibrape que mudavam

Dos funcionários presentes, 523 votaram pela decretação do movimento grevista, caso as reivindicações não fossem atendidas, dos quais, 516, pela realização imediata da greve⁵⁹.

A situação dos operários havia chegado ao limite do suportável. Os operários reivindicavam a complementação do pagamento relativo ao 13º salário do ano de 1965, atrasado seis meses; o pagamento das importâncias correspondentes às férias vencidas e gozadas pelos trabalhadores; e o pagamento dos salários dos meses de abril, maio e junho de 1966⁶⁰. Além disso, reivindicavam a fixação de um piso salarial, pois *os patrões pagavam o que queriam, o que eles achavam que tinham que pagar*. (Depoimento de José Sarra). Em greves posteriores, os operários reclamariam o pagamento do Fundo de Garantia, que vários depoimentos afirmam que também não era pago. Ainda hoje, funcionários de Carioba, em processo de aposentadoria, sofrem com o fato não haver sido depositado o benefício obrigatório no Fundo de Garantia em alguns de seus anos de serviços prestados à fábrica de Carioba.

Nesse período, J. J. Abdalla foi enquadrado no Código Penal Brasileiro por seus débitos com o poder público, pois devia contas de luz à Light; e recolhia dos empregados e não repassava às instituições as contribuições para o Instituto de Aposentadorias e Pensões — IAP —, criadas na década de 1930, a maioria unificada pelo Decreto-Lei nº.72, de 21 de novembro de 1966, quando se criou o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS.

Enquanto isso, sem o atendimento das reivindicações e em greve há um mês, os operários começaram a pensar em diversas estratégias para resolver a questão trabalhista. Primeiramente montaram uma comissão de operários, à qual se juntaram líderes sindicais e advogados, que seguiram ao Rio de Janeiro “para tomar conhecimento das providências prometidas pelo governo contra o mau patrão e insistir numa solução garantidora dos seus direitos”⁶¹.

de nome. Quando o Grupo Abdalla se dissolveu, extinguiu-se a Cibrape e a sucessora da Fábrica de Tecidos Carioba S/A passou a ser a Agro Imobiliária Jaguarí S/A. Entretanto, a dificuldade em precisar datas e denominações da fábrica é uma constante nesta pesquisa. Porém, levantamos a hipótese de que essas mudanças ocorressem sem a alteração do registro do empregado, pois, por ser a Cibrape a administradora, isso não era necessário. E nem havia fiscalização para isso. A nova empresa poderia operar sem funcionários e a empresa antiga ficava com os problemas. Quando a nova também tinha dificuldades, havia possibilidade de voltar para a antiga ou de criar outra, novamente. De tais truques os operários não tinham conhecimento.

⁵⁹ **O Liberal**, 28 jun. 1966, p.1.

⁶⁰ **O Liberal**, 28 jun. 1966, p.1.

⁶¹ **O Liberal**, 4 set. 1966, p.1.

A fábrica parou de vez. Os Abdalla não tinham dinheiro. Não tinha crédito. O Nicolau fazia o que podia, mas não vinha dinheiro de São Paulo. A gente depois do almoço, a turma da fiação com a da tecelagem, faziam bola de fio e jogavam no meio das máquinas. [...]A turma não pagava, na sexta-feira davam um vale de cinco cruzeiros teve época de dois. (Depoimento Antonio Silvestre)

Enquanto Abdalla buscava reunir seus aliados políticos em São Paulo e em Brasília, os operários também procuraram pela Câmara Municipal de Americana, que enviou telegramas ao presidente da República e aos ministros de Estado, a pedido de Waldemar Tebaldi⁶², um jovem político, então vereador e futuro prefeito de Americana, que mais tarde se ligou a Leonel Brizola e fez carreira no Partido Democrático Trabalhista — PDT. Na época, Tebaldi tinha ligações com o sindicato têxtil e com Romeu Sturari, sendo chamado de “pupilo” deste, quando se candidatou, no mesmo período, a deputado estadual. Quando se elegeu pela primeira vez para governar a cidade de Americana, Waldemar Tebaldi nomeou uma praça pública com o nome de Romeu Sturari⁶³. O conteúdo dos telegramas resumia-se à solicitação de providências para a solução da greve e da falta de pagamento, que causava fome e desespero às famílias cariobenses.

Durante o período da grande greve, apesar do auxílio do sindicato têxtil da cidade, que também ajudava com alimentos às famílias, os operários de Carioba buscaram a assistência política de Francisco Amaral, na época, deputado estadual paulista. Amaral, conjuntamente com a comissão constituída por operários de Carioba, solicitou uma audiência ao governador Laudo Natel⁶⁴, para explicar as dificuldades em que se encontravam os moradores da vila⁶⁵. Nem ele nem a comissão de trabalhadores chegaram a ser atendidos pelo governador de São Paulo.

O clima era tenso, o povo de Carioba, além de sofrer com a fome e a miséria, sentia-se humilhado por ter que se sujeitar à caridade alheia: “SESI mandará alimentos de primeira necessidade”.⁶⁶

⁶² **O Liberal**, 1º set.1966, p.1.

⁶³ AMERICANA, 1981.

⁶⁴ Períodos de governos estaduais paulistas: 6/1966-3/1967; 3/1971-3/1975. Laudo Natel foi eleito vice-governador em 1962 e, com a destituição de Ademar de Barros em 1966, exerceu o restante do mandato como governador. Em 1971 foi eleito indiretamente como governador. Informação disponível em: <www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2008.

⁶⁵ **O Liberal**, 4 set.1966, p.1.

⁶⁶ **O Liberal**, 18 set.1966, p. 1.

Quando a fábrica parou meses, muitos foram se virar em Americana e trabalhou este tempo ganhando algum dinheiro, quem tinha vontade. Quem não tinha, ficava esperando alguém da família que estava trabalhando em outro local sustentar. Eu mesmo que trabalhava na usina não pude ficar de greve. A gente não estava de greve, mas eles não queriam pagar a gente. Eu fui obrigado, até eu me comprometi, fui com diversas pessoas até a delegacia. Se a gente parasse por nossa conta perderia os direitos, porque era parte que iria virar calamidade pública. Naquela época, através do Clube, eu tinha amizade com o delegado. Ia sempre pedir alvará para tocar os bailes, então o delegado atendeu muito bem a gente e perguntou o que a gente queria. Eu falei: “O pessoal está em greve, quem está podendo trabalhar na cidade está ganhando seu dinheirinho, a gente que não pode não estamos recebendo. Precisamos receber para comer”. O delegado falou: “Quem é o encarregado?”. Chamou e deu uma prensa nele. Naquela época, eles davam indenização: tecido, cimento, no valor. Muitas vezes, não davam dinheiro, e o pessoal vendia o tecido, tinha um na cidade que comprava. Era o Najar, que tinha a indústria dele, as construções e ele pegava o cimento; no mesmo valor que a gente pegava, ele comprava. A gente falava: “Se não tem em dinheiro dá em tecido ou cimento que a gente vende e tem daí o que comer”. E foi o que foi feito. Passou um tempinho e cortaram isso. Aí o delegado queria prender o gerente. Porque nós voltamos lá, aí o gerente se defendeu. Até o finzinho, nas últimas vezes da greve, daí é que veio a interdição. (Depoimento de José Sarra).

A justiça começou a executar os bens dele e interditou a fábrica aqui em Carioba. Quando os militares começaram a tomar conta, o G. Can⁶⁷, de Campinas tomou posse de Carioba. Continuamos trabalhando, o Tite não mandava mais nada, o gerente foi um do Banco do Brasil, a justiça mandou tomar conta. Demorou um ano. A justiça embargou todos os bens dos Abdalla até 76. (Depoimento Antonio Silvestre).

Uma parte da história da grande greve é obscura e só encontrada em reduzido número de depoimentos dos operários, mas acreditamos que ela possa permitir uma interpretação quanto à decisão final de destruir a vila. Para fazer a greve, os cariobenses contaram com o apoio de militares do Exército.

Pode parecer estranha essa afirmação, na medida em que ela nega a disposição do governo federal e a categoria trabalhista que se observa em Carioba, pois boa parte dos operários era

⁶⁷ 5º. Grupamento de Canhões, de Campinas.

composta de militantes de esquerda e aderiu à luta pelos seus direitos. E não somente nesse episódio observamos essa união: ela ocorreu também na trajetória de funcionamento da fábrica. Apesar de, aparentemente, mostrar-se iletrado e ingênuo, o trabalhador de Carioba era politicamente ativo e marcadamente unido. Então, por que os operários se juntariam aos militares, representantes de uma política contrária à cultura da vila? Além de que, o golpe militar provocou revoltas, greves de operários, que protestaram contra o novo regime, fizeram guerrilha urbana, assaltos a bancos e seqüestros de embaixadores para obter fundo para o movimento de oposição armada. Portanto, não foi uma unanimidade. Então, qual foi o motivo dessa ligação?

Primeiramente faz-se necessário salientar que a estrutura da vila formou famílias de operários com alto grau de dependência: de Deus, dos patrões, do governo militar, de políticos ou de quem fizesse o papel de protetor.

A vila foi constituída maciçamente por imigrantes italianos que professavam a fé católica. Os imigrantes não tinham habitação, quando aqui aportaram, e foram morar em casebres de madeira ou nas senzalas, praticamente nas mesmas condições que os escravos. A luta por um pedaço de chão e pela comida diária era acrescida pela angústia de estar sozinhos em uma terra desconhecida. Tal situação explica, em parte, o apego às moradias em Carioba, construídas para abrigar os operários e a união comunitária, onde um ajudava o outro, traço característico aprendido e preservado por esses moradores no decorrer dos anos. Aqueles que conseguiram trabalho na fábrica de tecidos e, aos poucos, a moradia na vila, sentiam-se acolhidos pelo “patrão” e por ele nutriam o sentimento de gratidão e compromisso, mas também de submissão. Muitos desses sentimentos estavam relacionados com a religião herdada do país de origem. Nela há um sistema de intercâmbio entre os seres humanos e Deus, o qual determina o direito ou a obrigação de agir dessa ou daquela forma com os vizinhos, os amigos ou os patrões. E vice-versa. Além disso, havia a sensação de conforto ao sentir-se protegido por Deus.

As diversas formas de associações comunitárias, além da Igreja Católica, presentes na vila, como o Club Recreativo Sportivo Carioba e o seu time de futebol, o Club de Natação e Regatas (extinto em 1950), o Parque São Francisco, a Sociedade de Mútuo Socorro; e as inúmeras comissões de moradores formadas para adquirir direitos trabalhistas ou benefícios para a vila

reforçaram a idéia de comunidade, de grupo. Um grupo unido, coeso e submisso aos patrões ou a uma liderança que lhes desse proteção, mas que acreditasse haver um projeto em comum.

Nesse sentido, muitos cariobenses viviam uma situação contraditória, presos à fábrica e aos proprietários pela tradição a ponto de acreditarem que havia necessidade de pedir permissão para o desencadeamento do movimento grevista. Mas encontraram, nos militares, o único recurso para conter os abusos dos patrões e a única forma de colocar ordem em Carioba, restabelecendo os salários, o trabalho na fábrica e a vida cotidiana da vila. Os depoimentos afirmam que os cariobenses apoiaram a ditadura militar na medida em que acreditaram nos ideais que a fundamentaram no início do golpe, mas também e principalmente porque ela representava uma possibilidade real de combate aos irmãos Abdalla, que há muito tempo não os protegiam mais; pelo contrário, traziam-lhes desamparo. Mais do que o Sindicato da categoria e os operários de Carioba, foram os militares que gerenciaram e se beneficiaram com a greve.

A comissão montada pelos operários da fábrica de tecidos e que buscou outras estratégias para alcançar suas reivindicações, antes da deflagração da greve, juntou, por diversas vezes, os fundos necessários para que um morador pudesse viajar para negociar apoio do Exército sediado em Campinas e em São Paulo. Os operários queriam uma paralisação imediata, mas os militares os fizeram aguardar o momento oportuno de deflagrar a greve. Um dos mensageiros e elo dos operários com o Exército — autor do depoimento a seguir e que não quis se identificar — sinaliza a possibilidade de terem sido os militares que escolheram o momento adequado para impor uma derrota ao Grupo Abdalla através dos operários.

A gente chegava e falava: “Não vai acontecer nada aí. O Exército não vai tomar conta disso aí”. Isso foi um pouco antes da greve para a gente poder fazer a greve. Na época da revolução não podia fazer greve, não; para fazer esta greve foi preciso ir na G.Can⁶⁸ pedir autorização, porque se a gente fizesse greve na época a gente ia tudo preso, mesmo se tivesse com direito, nós ia perdê. “No momento ainda não pode fazer greve, nós vamos dar ordem quando for preciso”, o coronel falava. “Por enquanto,

⁶⁸ Depois do Ato Institucional no. 5, o comando dessa unidade promoveu arbitrariedades e intimidações. “O G.Can virou muro de lamentações. Empregado que se sentisse prejudicado pela empresa corria ao G.Can. Pessoas que não tinham como pagar empréstimo corriam ao G.Can para denunciar agiotagem. A popularidade do quartel como órgão da repressão era tamanha que ganhou o anedotário da cidade. Contava-se, por exemplo, sobre o marido apanhado em falta e ameaçado pela esposa: ‘Vá no G.Can’, recomendava o faltoso.” (GOBBO, 2006, p.10 C).

não!” [...] Aí, veja bem, a gente estava com 12 folhas, um ano sem receber. A gente sobrevivia sabe que jeito? Eu tomava minha bicicleta e vinha de noite, de madrugada, trabalhava até meia noite, assim muitos e muitos na greve foram cortar cana. Nois que era tecelão tomou conta das fábricas aqui em Americana. Muita indústria que estava parada nois tocamos tudo para frente [...] Quando estava tudo decidido, o coronel falou: “Agora sim”. O que ele fez? Prendeu o Tite⁶⁹ primeiro, ficou não sei quantos dias lá na G. Can. O Tite era um coitado. Ele era o gerente. Aí prenderam o José também, o Dr. José⁷⁰. Aí o que aconteceu? Colocou o interventor. (Depoimento de morador que não quis se identificar).

Apesar de o depoimento mencionar que os operários estavam sem receber havia um ano e nos jornais estar explícito que há três meses isso ocorria, antes da deflagração da greve, é necessário salientar que os atrasos de pagamentos e os vales semanais ou quinzenais já estavam ocorrendo desde 1964. Inclusive havia ações incentivadoras, por parte dos proprietários, para aqueles operários que quisessem rescindir o contrato de emprego com a fábrica. Portanto, a deterioração de Carioba não está limitada aos dez meses em que oficialmente ficaram em greve, mas relaciona-se ao longo período de falta de trabalho e de pagamentos sistemáticos de salários, que se prolongou por quase uma década, e à intencionalidade de lentamente paralisar suas atividades.

Em janeiro de 1964, houve uma greve de 20 dias que ocasionou a instauração de um processo na Justiça do Trabalho pela Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, encerrado em maio do mesmo ano, com vitória parcial dos operários. A greve foi motivada pelo não pagamento dos salários de dezembro e do 13º salário referente ao ano de 1963, além dos constantes atrasos dos salários mensais. Nesse sentido, os operários também buscavam, com a paralisação, estipular o 10º dia útil como data de pagamento de seus salários. Os operários acusavam os patrões de atrasar os salários para forçá-los a rescindir os contratos de trabalho e de desviar esse dinheiro para compra de novas fábricas.⁷¹

⁶⁹ Itabajara Fonseca (Tite Fonseca) nasceu e morou em Carioba. Trabalhou na fábrica de tecidos na gestão dos Muller e a gerenciou de 1949 a 1969, na gestão dos Abdalla. Foi fundador do Lar Escola Monteiro Lobato. O orfanato foi construído em terreno doado pela família Abdalla. Mais tarde, foi construído o Hospital André Luiz, outro departamento do Centro Espírita Amor e Caridade, ao qual o orfanato está vinculado. Foi vereador eleito em 1963 pelo PSD. Em 2005, recebeu o título de “Cidadão Emérito” de Americana.

⁷⁰ Os cariobenses chamavam José João Abdalla (o J. J. Abdalla) de S. José ou Dr. José.

⁷¹ (CORRÊA, p. 173).

Alguns depoimentos afirmam que, durante a grande greve, militares fardados ficaram alguns dias em Carioba e toda manhã um caminhão do Exército trazia vários soldados armados que circulavam pelas ruas da vila, retornando somente à tarde ao quartel. Eles não conversavam com os moradores e mostravam-se extremamente sisudos.

A grande greve de Carioba teve momentos de violência por parte dos operários, que tombavam caminhões, faziam algazarras, agrupavam-se aos gritos em torno da fábrica e da casa de Nicolau Abdalla.

Carioba esteve sob intervenção do governo federal de 1966 a 1976, afirmam depoimentos de antigos moradores. Entretanto, não tivemos a confirmação desse espaço de tempo, pois o seu interventor, o funcionário do Banco do Brasil, Adail Carlos Pereira, diretamente administrou Carioba por alguns meses, com a função de negociar o impasse trabalhista que desencadeara a paralisação da fábrica e provocara o estado de miséria da vila. Mas a situação perdurou por mais alguns anos em razão do embate do Grupo Abdalla com o governo federal, pois os bens do Grupo foram bloqueados e alguns confiscados até e após essa data.

Durante os anos de 1967 e 1968, ainda sob a intervenção do governo federal e com os paulatinos acordos, os militares continuaram a gerir ações em Carioba. Em 1968, depois do retorno ao trabalho e do pagamento dos salários atrasados, o Grupo Escolar da vila cedeu as suas dependências para o Tenente Areias, militar do Exército de Campinas, abrigar equipe médica e odontológica, na intenção de ajudar o povo de Carioba. Era um programa de controle, em que estudantes de medicina e odontologia prestaram assistência às famílias necessitadas da vila.

As indenizações trabalhistas durante o processo de fechamento da fábrica

O interventor do Banco do Brasil, paulatinamente, organizou o pagamento dos salários atrasados dos operários, mas os acordos trabalhistas eram difíceis, exigiam muita atenção dos operários no cálculo das indenizações e houve grande desgaste, provocado pela morosidade de sua efetivação.

As pressões de toda ordem faziam surgir boatos que amedrontavam os operários. A chefia de Carioba ameaçava os operários com remoção para outros setores, como, por exemplo, da usina para a fiação, na tentativa de forçar o pedido de rescisão contratual ou a aceitação da diminuição de valores dos salários e das indenizações. E a tensão e a angústia moviam a vontade dos operários de procurar um outro local para morar.

Aqueles operários que conseguiram algum dinheiro com esses acordos e/ou trabalharam em outras empresas durante a grande greve começaram a comprar terrenos em loteamentos periféricos de Americana e a construir suas casas. Mas boa parte permaneceu na fábrica e na vila.

Os acordos rescisórios eram muito difíceis, pois os patrões ofereciam em média 30% do valor a ser recebido pelos operários e normalmente os processos acabavam na Justiça do Trabalho. Mas a lentidão do trâmite judicial garantia ao patrão a vantagem de pagar a indenização muitos anos depois. Os casos mais complicados eram protelados e deixados correr na Justiça. Já nos conflitos mais simples os patrões ofereciam acordos menores que os pleiteados pelos operários. E estes geralmente optavam pelos acordos efetuados diretamente com os patrões, em razão da demora nos julgamentos e também pelo fato de a correção a ser aplicada não compensar a espera dos valores a receber, devido à inflação.

Na época da grande greve, poucos eram os operários de Carioba que não gozavam da estabilidade no emprego, prevista e garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Este Decreto-Lei de nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943, garantia que o empregado que contasse mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderia ser demitido. Ao empregado estável seria garantido o pagamento de uma indenização que contava em dobro os anos trabalhados, se fosse demitido sem “justa causa”. Essa legislação também previa que essa indenização deveria ser paga ao empregado se a empresa em que ele trabalhasse fosse extinta⁷².

Os empresários da época criticavam a lei de estabilidade, e a maioria protegia-se, demitindo o empregado antes que completasse os dez anos de trabalho na empresa. Essa manobra empresarial para driblar a legislação provocava a desorganização da produção e as políticas

⁷² Ver BRASIL, 1943, Capítulo VII – Da Estabilidade, Artigos 492 e 497.

racionais de pessoal. Foi então que o governo criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), financiado pelo empregador e pelo empregado. “A medida era parte da campanha para melhorar a mobilidade fatorial e assim promover um mercado eficiente. Pela nova lei, o empregado podia optar ou pelo FGTS ou pela estabilidade, mas na prática o empregador não admitia empregado que optasse pela estabilidade”⁷³.

A maioria dos operários de Carioba tinha entre 20 e 25 anos de serviços prestados à fábrica de tecidos. Os valores calculados em dobro, após a rescisão contratual, possibilitariam a eles, muitos dos quais já estavam trabalhando em outras fábricas na cidade, a construção de nova moradia ou a compra de terreno fora de Carioba.

Alguns operários optaram pela rescisão contratual, por meio de um acordo, e deixaram Carioba; outros, por encabeçarem o movimento grevista, foram demitidos, mas a maioria dos operários continuou trabalhando na fábrica e morando na vila, tendo optado pelo FGTS⁷⁴.

As rescisões contratuais eram calculadas pelo sindicato têxtil do município de Americana, mas os patrões, alegando falta de recursos financeiros, convertiam o valor em dinheiro em mercadoria. Os operários eram pagos com tecidos ou com peças confeccionadas na fábrica, como os artigos de cama e mesa: colchas, cobertores e toalhas. E às vezes com cimento. Também muitos desses operários que tinham mais a receber, ou por tempo de serviço ou por função que exerciam na fábrica, arriscaram trocar suas verbas rescisórias por terrenos ainda não oficialmente liberados. Esse sistema usado para o pagamento de indenizações após a grande greve também o foi durante o processo de fechamento da fábrica de tecidos. E mais: ele foi o meio empregado para pagar as indenizações dos empregados em 1963, período em que se iniciou a diminuição de operários na fábrica e em Carioba.

Mas os operários não perceberam que a fábrica já estava em processo de fechamento, e, ainda hoje, não encontramos essa clareza da situação. Dez anos depois do início da grande greve,

⁷³ SKIDMORE, 2004, p. 127.

⁷⁴ A dificuldade em precisar datas das denominações da fábrica de tecidos em Carioba já foi expressa neste trabalho. Nesse sentido, vários acordos e demissões desse período levantam a possibilidade de uma outra extinção da fábrica e/ou o registro dos operários na nova empresa, agora Fábrica de Tecidos Carioba S.A., provavelmente criada a partir de 1963.

quando a fábrica de tecidos fechou definitivamente, havia muito poucos operários, pois ela foi parando lentamente a sua produção e os acordos, nos moldes descritos, já faziam parte de uma rotina da fábrica. Depoimentos apontam que cerca de 200 operários estavam empregados na fábrica de tecidos quando esta encerrou suas atividades em 1976. Eram 1.304, no início da década de 1960⁷⁵. A política de acordos individuais e diferenciados promoveu a divisão dos trabalhadores.

Os terrenos acordados e utilizados como moeda de troca pertenciam ao loteamento de área de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, denominado “Cariobinha” e foi instituído pelo Decreto nº. 130, de 1 de abril de 1957, na administração do prefeito Municipal Abraham Abraham (1956/1959). Nicolau João Abdalla, dirigente de Carioba, na época era vereador (1952 a 1955; 1956 a 1959; 1960 a 1963) e presidente (1953 a 1954; 1956 a 1959; 1961 a 1963) da Câmara Municipal da cidade de Americana. O loteamento e, posteriormente, bairro Cariobinha, fazia divisa com a vila de Carioba. Uma análise da localização do loteamento, ao lado de Carioba, do ano que coincide com o período áureo para a industrialização de Americana e para o desenvolvimento da cidade, permite pensar em um projeto de ampliação da vila de Carioba, com especulação imobiliária, o que não se concretizou. Efetivamente o bairro foi se formando a partir de 1967, com os primeiros acordos trabalhistas e após o término da grande greve da fábrica de Carioba. Mesmo assim, os terrenos não estavam legalizados quando os cariobenses os aceitaram como indenizações; portanto, foi uma transação de risco para os operários, pois os bens da empresa Cibrape ficaram embargados pelo governo federal até 1976.

O interventor na fábrica de Carioba regularizou os pagamentos dos operários e provocou as negociações que não estavam acontecendo entre patrões e empregados. O interventor não arrumava o dinheiro necessário para pagar os salários atrasados; por isso, ou seja, em vista da escassez de crédito dos Abdalla, foram propostas formas diversas de pagamento de indenizações.

Uma das formas encontradas pelos proprietários para garantir um pouco de dinheiro aos operários foi recorrer a empréstimos de agiotas, isto é, sem utilizar instituições financeiras oficiais, pois não tinham mais crédito bancário.

⁷⁵ **O Liberal**, 11 jan. 2007, p. 6.

Os irmãos Abdalla mantiveram uma aliança de negócios com os irmãos Antonio e Francisco Pinto Duarte, gerentes da fábrica de tecidos de Carioba entre 1937 e 1943, desde a venda de Carioba dos Muller para a família Abdalla. Esse sistema de transação econômica, o que hoje é legalizado através das *factoring*, tornou os irmãos Duarte muito conhecidos na cidade. E foi usado em diferentes ocasiões.

Mas outras formas de negociação uniam os Abdalla e os Duarte, como, por exemplo, o loteamento, a partir de 1966, do bairro periférico da cidade denominado Cidade Jardim, de propriedade dos irmãos Duarte. Apesar da intensa migração para a cidade a partir de 1960, o que teoricamente explicaria os loteamentos desse período, chamamos atenção para o fato de que as dificuldades financeiras de Carioba podem ter motivado a abertura desse loteamento, já que havia várias famílias de cariobenses morando nesse local. Esse seria mais um indício da intencionalidade de destruir a vila de Carioba. Nesse caso específico, não acreditamos em uma parceria financeira dos irmãos Abdalla com os irmãos Duarte, pois provavelmente o que estaria mais em jogo seria uma disputa de poder financeiro, em que a especulação e o ganho fácil reinavam entre os capitalistas da época. Entretanto, era conveniente para os irmãos Abdalla o esvaziamento da vila e, nesse sentido, não se descarta a intencionalidade de arrumar um novo local para os moradores de Carioba.

A diversidade de negócios entre os Duarte e Abdalla pode ser observada também em 1966. Nesse ano, Nicolau Abdalla recebeu ordem de prisão administrativa, em virtude da venda, aos irmãos Duarte, de 50 teares automáticos, máquinas que estavam penhoradas em favor da Fazenda do Estado. Um acordo fez com que os irmãos Duarte assinassem uma declaração colocando as máquinas à disposição do Estado, o que revogou a prisão de Nicolau⁷⁶.

Um depoente, que também não quis se identificar, afirma que os irmãos Duarte cobraram dos Abdalla o valor emprestado a eles para realizar pagamentos dos operários da fábrica de Carioba. Para não efetuar o pagamento aos irmãos, os Abdalla denunciaram a agiotagem dos Duarte para o 5º. Grupamento de Canhões de Campinas — G. Can.

⁷⁶ **O Liberal**, 18 set. 1966, p. 1.

A agiotagem era um tipo de negociação que desde 1964 estava sob a mira do governo militar. A intenção dos governantes era desencadear uma série de campanhas, intensificadas a partir de 1968, que mostrassem à população a necessidade de arrecadar imposto. A guerra contra a agiotagem no País era uma delas, pois o governo não tinha controle desse tipo de transação financeira, que ficava sem taxaço de impostos.

Chamam-no de “jurista”, no Rio Grande do Sul e de “capitalista” no resto do Brasil, sempre com o cuidado de não melindr-lo. Nas cidades pequenas, ele chega a ser mais poderoso que o prefeito [...]

Todos sabem onde encontrar um agiota. E dificilmente conseguem se livrar dos juros que ele acumula e multiplica[...]

Em São Paulo, mês passado foram detidos os irmãos Antonio e Francisco Pinto Duarte. Eram os credores de várias empresas falidas ou à beira da falência na região de Americana [...]

Sem as promissórias que lhes garantiam dois avalistas além do devedor e agora revisados, os agiotas ficam num cerco cada vez mais apertado ⁷⁷.

A matéria jornalística acima estava ilustrada com a foto da mansão dos Duarte em Americana. O jornal **O Liberal**, em recente reportagem, lembrou este fato, mas não mencionou a agiotagem:

No dia 27 de janeiro de 1969, o Exército promoveu a maior investida em Americana [...] Na tarde daquele dia, uma segunda-feira, um contingente das guarnições militares de Campinas (5º. G.Can e do 1º. BCCL), assessorado por agentes da Receita, chegou de surpresa em Americana, com viaturas militares. Imediatamente foram interditadas as residências de Antonio Pinto Duarte e Francisco Pinto Duarte Filho [...] Numa verdadeira operação de guerra, interditaram também a agência do Banco da Cidade, propriedade dos Duarte. Prenderam agenciadores dos irmãos e suspeitos de trabalharem nas suas operações financeiras. A operação repercutiu em toda a imprensa [...] ⁷⁸

Em janeiro de 1969, o governo publicou o Decreto-Lei nº. 427, que visava regularizar as escritas fiscais das empresas:

⁷⁷ **Veja e Leia**, 26 fev. 1969, p. 14.

⁷⁸ GOBBO, 2006, p. 14.

Buscar sanear a possibilidade de regularização de escritas de empresas desonestas, que fugiam ao pagamento de impostos com promissórias preenchidas fora dos prazos [...] Registrar os títulos e letras de câmbio, obrigado a registrar ele revelava o imposto de Renda, o que ele ganhava antes de declarar⁷⁹.

Também fez forte campanha para que o brasileiro começasse a declarar o Imposto de Renda.

A Receita Federal aumentou de 605.14 declarações (1968) para 3,5 milhões em 1969 [...] “Onde todos pagam, todos pagam menos”. É um conceito já delineado na revolução no imposto de renda iniciado em 1964, por Orlando Travancar, Diretor do Imposto de Renda. Os especialistas em legislação tributária vêm no imposto de renda o mais justo dos impostos⁸⁰.

A extinção do Grupo Abdalla

Desde 1967, o Grupo Abdalla estava sendo fiscalizado pelo governo federal através do Serviço Nacional de Informações — SNI — (1964-1990), cuja chefia era de Emílio Garrastazu Médici, e da Comissão Geral de Investigações — CGI — (1968-1979)⁸¹.

Quando Médici assumiu a presidência do Brasil (1969-1974), iniciou uma série de investidas que objetivavam combater a sonegação e fazer com que os devedores efetivamente pagassem a União. Vários empresários foram acusados de sonegação pelo governo militar, mas, na prática, nem sempre foi necessário chegar a medidas tão drásticas do confisco, pois o governo propunha um acordo. “Os acusados reconheciam ter cometido ‘peculato culposo’, figura jurídica pela qual a reparação de dano extingue a culpa, ou seja, tudo se passa como se houvesse sido

⁷⁹ **Veja e Leia**, 26 fev. 1969, p. 14.

⁸⁰ **Veja e Leia**, 26 mar. 1969, p. 26.

⁸¹ **Veja e Leia**, 1º ago. 1973, p. 22. O Serviço Nacional de Informações foi criado como um órgão da Presidência da República para superintender e coordenar as atividades de informação. Durante anos, recolheu milhares de dados de brasileiros e estrangeiros sobre diferentes assuntos: sindicatos, movimentos estudantis, subversão, partidos políticos, etc. Já a CGI foi criada pelo Decreto-Lei nº. 359, de 17 de dezembro de 1968, para garantir o artigo 8º do Ato Institucional nº. 5, que determinava o confisco de bens dos que tivessem enriquecido ilicitamente. Sua tarefa era investigar sigilosamente, sempre que houvesse denúncia ou suspeita de corrupção, e encaminhar ao presidente da República os resultados. Somente o presidente podia confiscar os bens do acusado. Fonte: **Veja**, 3 jan.1979, p. 21-23.

detectado um ‘lamentável erro’ do acusado, resolvido com o pagamento da dívida”⁸². Outras vezes, com medo de escândalos, os acusados prontificavam-se a saldar a dívida.

“Em dez anos de trabalhos, a CGI atingiu apenas 50 casos de corrupção”⁸³, sendo o mais rumoroso o do Grupo Abdalla. Provavelmente, o uso da imagem de “mau patrão” divulgada pela mídia nacional e o controle de movimentos grevistas, como a grande greve de Carioba, um exemplo já visto neste trabalho, tenham sido estratégias para expor os dirigentes do Grupo e enfraquecer o seu poderio econômico e político. O motivo do rastreamento fiscal do Grupo Abdalla desde 1967, intensificado a partir de 1969, era a falta de pagamento de impostos à Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional de Previdência Social.

O governo militar ofereceu acordos a J. J. Abdalla, presidente do Grupo, nas diversas vezes em que esteve detido na Aeronáutica, junto com o irmão Nicolau. Esposas e filhos dos irmãos Abdalla chegaram a ser presos em regime de prisão domiciliar.

Era uma brutalidade, eles eram tratados como bandidos. Bandidos, eles nunca foram. Nós tivemos a Polícia Federal dois meses dentro de casa com metralhadora. 24 horas eles dormiam lá. Era um horror. Chegavam a pedir desculpas para minha mãe pelo meu pai preso, porque foi dito a eles que éramos todos bandidos. Uma violência. Uma brutalidade [...] A gente ia todo o final de semana visitar meu pai na Base Aérea. O pessoal da aeronáutica nos tratava muito bem, eram muito educados [...] Eles eram presos toda sexta-feira. Iam ao escritório deles, que era um prédio inteiro [...] Chegavam lá eles eram presos, passavam o fim de semana inteiro para serem interrogados. Na segunda feira, isso foi recentemente, que eu digo, quase no fim, porque antes eles ficam presos mesmos, lá na Base Aérea. Não saíam de jeito nenhum, papai e tio José ficavam presos, tio Manoel já era morto e tio Antonio, eles não conseguiam pegar [...] Eles prendiam porque queriam declarações, queriam papéis, queriam propriedades... Eles falavam: “Nós não assinamos e podem nos levar para onde quiser. Eu não assino e acabou”. Um cara muito conhecido foi propor para eles a venda da Perus. Foram pegos para “bode expiatório” [...] (Depoimento de Judith Abdalla).

⁸² **Veja e Leia**, 1º ago. 1973, p. 22.

⁸³ **Veja e Leia**, 1º ago. 1973, p. 22.

Os bens do Grupo Abdalla foram confiscados entre 1973 e 1977, através de decretos presidenciais de Médici e seu sucessor Geisel (1974-1979). Em 1973, Médici anunciou o confisco de bens do Grupo Abdalla e divulgou uma lista — publicada na Revista **Veja e Leia** e exposta abaixo — de empresas devedoras, com o débito em cruzeiros, moeda corrente da época.

Fábrica de Papel Carioca S.A. – \$107.166,35
S.A. Agrícola e Industrial Usina Miranda - \$1.895.903,12
Estrada de ferro Perus-Pirapora S.A. - \$20.839,30
S.A.Young Indústria e Comércio - \$328.263,80
Banco Interestadual do Brasil S.A. - \$107.166,35
Companhia Urano de Capitalização - \$1.449.318,32
Socal S.A. - \$64.712,99
Fiação e Tecelagem Pirassununga S.A. - \$275.500,26
Antonio João Abdalla - \$291.259,83
Companhia União Fabril - \$1.835.960,84
Cibrape - \$10.505.843,63
Nicolau João Abdalla - \$53.869,97
Fábrica de Tecidos Carioca S.A. - \$182.023,48
Potassa e Adubos Químicos do Brasil S.A. - \$96.920,32
José João Abdalla - \$1.925.288,15
Companhia Paulista de Celulose - \$1.883.827,95
Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus - \$44.276.832,24
Mineração da Ribeira Ltda - \$10.110,00
J. J. Abdalla S.A. - \$280.369,97
Companhia Agrícola e Pastoral Fazenda Rio Pardo - \$20.839,30
S.S.Central de Imóveis e Construções - \$366,48
Lanifício Paulista S.A. - \$64.712,99

Débitos das empresas do Grupo J. J. Abdalla e de seus dois irmãos para com a Fazenda federal, até 30 de maio de 1973, referentes, entre outros impostos, a imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados ⁸⁴.

Médici assinou, em 1973, uma série de decretos de confiscos de bens do Grupo Abdalla, que foram alterados por Geisel, em 1974⁸⁵. Esses decretos previam que, se na execução se

⁸⁴ **Veja e Leia**, 1º ago. 1973, p.21.

⁸⁵ Como: o Decreto nº. 74.727, de 16 de outubro de 1974, que confisca bens da empresa denominada de Cibrape, com sede na capital do Estado de São Paulo; o Decreto nº. 74.728, de 18 de outubro de 1974, que altera o Decreto nº. 72.523, de 25 de julho de 1973, e o Decreto nº. 72.562, de 31 de julho de 1973, que confiscam bens da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e da Estrada de Ferro Perus-Pirapora S.A.; o Decreto nº. 74.729, de 18 de outubro de 1974, que altera os Decretos nºs. 72.561, de 31 de julho de 1973, de 7 de agosto de 1973, que confiscam bens da Companhia Paulista de Celulose “Copase” e da Fábrica de Papel Carioca S.A.; e o Decreto nº. 74.577, de 18 de outubro de 1974, que altera o Decreto nº. 72.577, de 7 de agosto de 1973, que confisca bem imóvel de propriedade do Lanifício Paulista S.A.. Fonte: **Diário Oficial da União**, 21/10/1974. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009. Em 1976, o Decreto nº. 77.666, de 24 de maio, confiscou bens

verificasse o excesso de confisco, a quantia excedente seria devolvida à companhia processada, depois de liquidados os seus débitos. Esse dispositivo permitiu que, a partir de 1980, herdeiros do Grupo Abdalla entrassem com ações judiciais contestando, inclusive, a legalidade dos confiscos, após a extinção da CGI, alegando ainda que os próprios decretos confiscatórios determinavam a devolução de eventual saldo credor, se as dívidas fiscais já estivessem pagas.

Muitas das propriedades confiscadas do Grupo Abdalla durante o governo militar de Médici e Geisel estão retornando ao patrimônio da família, e outras se encontram em processos de ações judiciais abertos pelos herdeiros do Grupo. Como exemplo, podemos citar a recente resolução, de 7 de julho de 2008, que criou um Grupo Executivo de Trabalho para adotar medidas em relação às ações judiciais movidas pelos Abdalla contra o confisco de terras na região de São Paulo — atual Parque Anhangüera, pertencente à fábrica de cimento Perus — e em Americana, o sítio “Saltinho”⁸⁶. Um outro exemplo refere-se à indenização milionária da desapropriação do terreno em que está o Parque Villa-Lobos, na capital do Estado de São Paulo, uma área desapropriada em 1988, no governo estadual de Orestes Quécia — que freqüentava Carioba — e que recebeu denúncias na imprensa de supervalorização. Em 2001, após ações judiciais, o Estado de São Paulo fechou um acordo em que seriam pagos quase dois bilhões de reais, em dez parcelas corrigidas anualmente, aos ex-proprietários das terras. Uma outra ação judicial definiu a porcentagem de ganhos dos dois proprietários: José João Abdalla Filho (70%) e Antonio João Abdalla Filho (30%)⁸⁷.

A disputa financeira e os conseqüentes desentendimentos entre os primos, filhos herdeiros de José João, Nicolau João e Antonio João Abdalla motivaram a decisão dos irmãos formadores do grupo financeiro de propor a extinção do Grupo Abdalla.

Em 1975, a família fez uma reunião e repartiu os bens não confiscados pelo governo federal entre os filhos herdeiros, no total de seis, dois de cada irmão.

pertencentes à Fábrica de Tecidos Carioba S.A., em substituição ao Decreto nº. 76.279, de 16 de setembro de 1975. Fonte disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 maio 2009.

⁸⁶ **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 8/7/2008. Disponível em: <www.apesp.org.br>. Acesso em: 8 jul. 2009.

⁸⁷ Há várias reportagens e artigos sobre o assunto. Para mais detalhes, sugerimos consulta a: <www.raiobras.gov.br; www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/so_sp/gd210205.htm>. Interessante, também, ver a ação popular sobre o pagamento de precatórios feito pelo Estado de São Paulo aos herdeiros do Grupo Abdalla em: <www.carlosperinfilho.net/2002/24012002.htm>.

Eles brigavam e feio, mas eles ficavam ali, juntos. Quando um ficava preso, o outro dava o braço e iam juntos. Mas os primos começaram a brigar. Então os velhos sentaram e chamaram a gente e falaram: “Você quer ficar com o quê?”. “Eu quero isso, eu quero aquilo”. Assim foi feita a separação das coisas que não estavam com o Governo. (Depoimento de Judith Abdalla).

Carioba era propriedade de J. J. Abdalla; portanto, a fábrica, a vila e as terras em seu nome passaram para o controle de José João Abdalla Filho, conhecido como Juca Abdalla, primogênito e administrador da fortuna herdada dos pais. A ele coube traçar o destino de Carioba⁸⁸.

Entretanto, antes mesmo da divisão dos bens e da decisão de dissolver o Grupo, os filhos herdeiros ajudavam a gerenciar os empreendimentos da família, delegados principalmente aos primogênitos, que eram preparados desde criança para assumir os negócios. Foi sob a gestão dos herdeiros, já nos primeiros anos da década de 1970, que a indústria lentamente paralisou a produção e iniciou uma série de acordos trabalhistas, encerrando definitivamente suas atividades em 1976. Durante esse processo, Carioba foi a leilão seis vezes, a última no início de 1974, mas, mesmo com pessoas interessadas em adquiri-la, os Abdalla voltavam sempre a ser os únicos donos⁸⁹.

⁸⁸ Depoimentos de cariobenses que não quiseram se identificar expõem a afirmação – de Juca Abdalla –, de que o seu tio Nicolau não servia para administrar Carioba. Judith Abdalla revelou, em seu depoimento, que se o seu pai tivesse ficado com Carioba, não teria destruído a vila.

⁸⁹ **O Liberal**, 27 jul. 1974, p. 4. O referido artigo, “Carioba: um lugar único”, apresenta as diversas vezes em que Carioba foi a leilão, mas ela nunca faliu. Afirma ainda que em 1970, por causa das dívidas com o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS –, algumas máquinas foram a leilão. Na época, após a abertura de 14 editais e sem nenhum interessado em comprá-las, acabaram doadas a uma entidade assistencial, que conseguiu vendê-las para um ferro-velho.

Capítulo III

O processo de destruição da vila

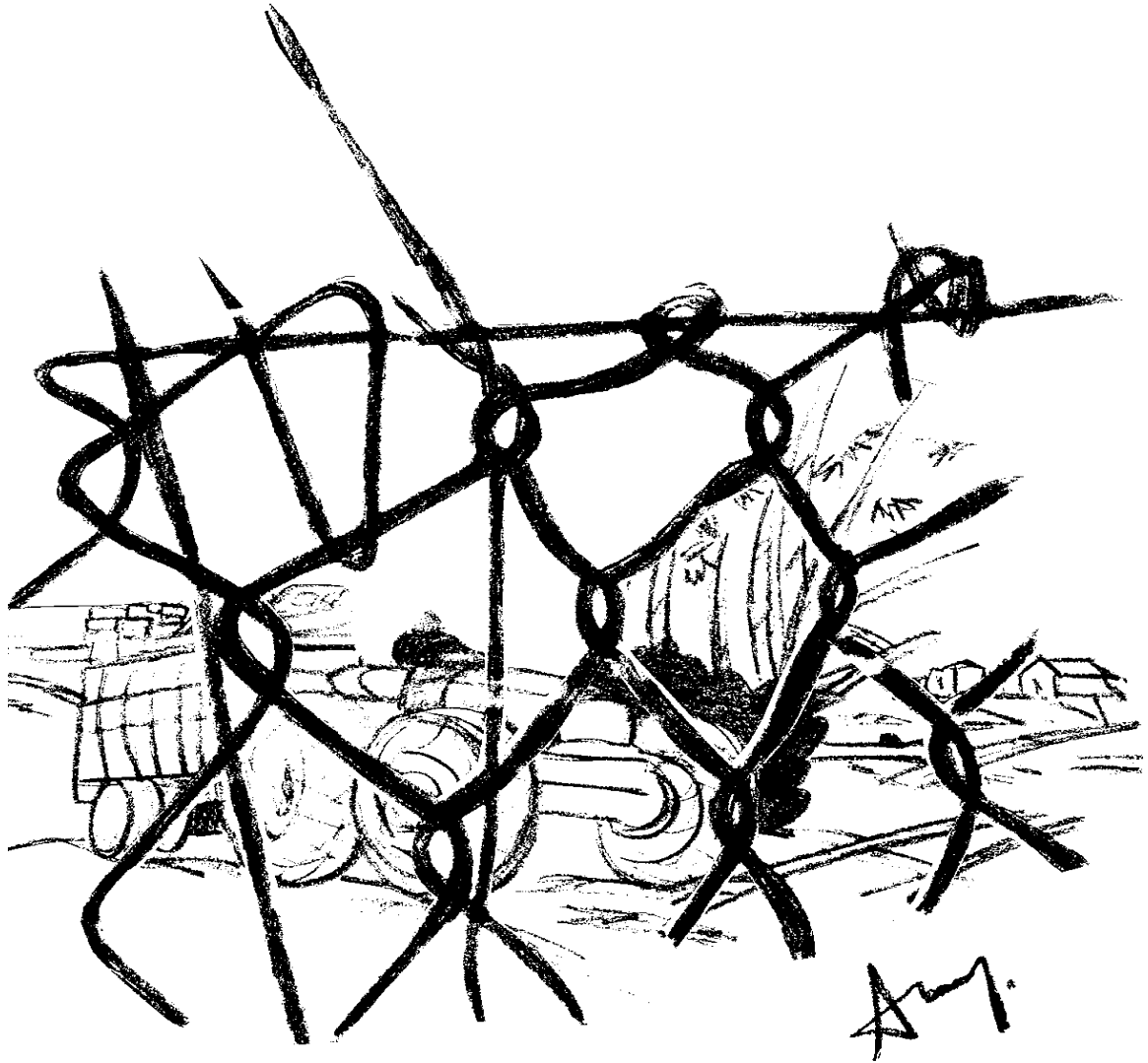


Figura 72 – O desmonte da vila de Carioba.
Desenho: Suzete Volpato

“Estar em um mundo humano é viver num mundo de seres humanos e, na verdade, o que nos ocupa mais a vida do que as pessoas? Desde o início emergimos à consciência numa teia de conexões humanas a nos comprometer incessantemente. Isso não se dá porque o ser humano engloba também um animal social, mas porque sua natureza humana implica uma vida de sentimentos e de encontros com os outros”⁹⁰.

⁹⁰ HILLMAN, 1984, p.11.

A desocupação da vila de Carioba

Após a grande greve, em 1967, Nicolau Abdalla, morador de Carioba desde 1946, mudou-se com a família. Fixou residência em São Paulo, capital, e administrou os seus empreendimentos no prédio do Grupo Abdalla, localizado no centro da cidade. O prédio sede do Grupo foi confiscado pelo governo federal em 1974.

Mas a fábrica e a vila, sob intervenção federal, foram sendo gerenciadas, após a saída de Tite Fonseca, em 1969, por vários gerentes administrativos: José Motolla e Hélio, do Rio de Janeiro; Nider Costa e Francisco Sarra, também de Americana, este último, eleito em 1976, pelos moradores de Carioba.

Nois fizemos a greve mais de meses, quando era para a gente voltar entrou este gerente que veio do Rio de Janeiro. Moralizou. Começou a pagar todo mundo. Não sei de onde era o dinheiro. [...] José Motolla. Não ficava nem um ano e já mandava outro. Veio este de Americana, aí depois o último foi o Chico Sarra, 1976 que ficou até o fim. O Adail chamou nois, é ele que tomava conta do escritório, ele era o interventor. E o Motolla veio lá como gerente. Era o pior que não sabia nada e depois veio o sr. Helio, foi bom, mas parecia um baratão. Esperava que tava lá para decidir alguma coisa, vai ou não vai derrubar, cadê ele? “Ah, não, o sr. Helio esta lá para o Rio”. E quando ele vinha ficava aquele casarão sozinho e cadê esse homem. Quando ele chegava, ele passava no meio da turma cumprimentava assim: tudo bem, tudo bem. Ponhava tudo quanto era filho de tranqueira pra ir lá. Cada um que entrou ali, meu Deus! Foi caindo aos poucos. Aí depois entrou o Chico. O Adail chamou uma comissão para a gente elegeisse um gerente que trabalhasse ali. A gente pensou que entrasse um lá que fosse de Carioba. A gente pensou que elegendo ele, que ele fosse ajudar, mas não adiantou. (Depoimento de morador que não quis se identificar).

O Grupo Abdalla teve uma difícil relação com o seu operariado desde a compra de Carioba em 1944, agravada nos anos finais de 1950 e atingindo o seu ápice nas décadas seguintes, pela forma como administrava seus empreendimentos industriais. Esse embate com os operários, e principalmente com os seus sindicatos, culminou com diversos movimentos grevistas, às vezes simultâneos, e intervenções do governo federal, principalmente em alguns de

seus empreendimentos industriais. O desgaste empresarial do Grupo associou-se às inúmeras prisões de José João e Nicolau João Abdalla, em decorrência da falta de pagamento de impostos, e às suas cassações políticas. Essa situação, além da necessidade de estar juntos, provavelmente tenha limitado aos irmãos o trabalho na sede do Grupo em São Paulo, capital.

Mas a situação criada com a grande greve de Carioba tornou inviável a permanência de Nicolau Abdalla e sua família na vila. Apesar de morarem na vila há mais de 20 anos, o clima hostil entre patrões e empregados acentuou o desgaste das relações pessoais e administrativas. A intervenção na fábrica de tecidos, administrada agora por gerentes que só tentavam estabilizar a precária situação dos operários e o estado de miséria em que ficou a vila, provocou o descuido de Carioba e consolidou o seu processo de decadência. O marasmo e o abandono faziam de Carioba uma “terra de ninguém”. E havia freqüentes furtos e desvios de mercadorias dentro da fábrica e da vila, que eram comunicados aos proprietários.

No processo de fechamento da fábrica, conforme os acordos rescisórios eram realizados, os trabalhadores eram notificados de que deveriam deixar a vila. Aqueles que já tinham conseguido comprar um terreno ou trocaram a indenização da grande greve de 1966 por um lote residencial no bairro Cariobinha precisavam do dinheiro da indenização dos anos trabalhados na fábrica para construir a sua casa e mudar-se de Carioba.

Mas, como já exposto, a empresa pagava grande parte das indenizações em materiais (cimento, tecidos), o que por vezes demorava para converter-se em moeda. E foi através da astuta estratégia de permitir que todo morador levasse o que conseguisse de sua casa: tijolos, portas, janelas, batentes, madeira que se conseguiu a destruição definitiva de Carioba, que foi destruída pelas mãos dos próprios ex-moradores.

Segundo depoimentos de moradores, não lhes foi permitido comprar a casa nem permanecer na vila. Não estava em pauta usar a moradia como indenização trabalhista. Nas diversas reuniões realizadas para notificar os operários do fechamento da fábrica e da saída de suas casas, alguns moradores fizeram essa proposta aos representantes dos patrões, mas não foram atendidos. Já na década de 1980, essa mesma proposta foi dirigida ao prefeito Waldemar

Tebaldi (1977/1983) e ao então estagiário de arquitetura da Prefeitura, Marco Antonio Alves Jorge, o Kim, vereador de Americana (2001/2004; 2005/2008 e 2009/2012) pelo Partido Democrático Trabalhista — PDT. Ambos eram negociadores, representantes dos moradores de Carioba junto aos proprietários, pois os operários não tinham acesso aos antigos patrões. E ambos afirmavam aos moradores que não havia possibilidade de aceitação dessa proposta, pois os Abdalla não queriam mais nenhum operário na vila.

Surge aí a pergunta: já que diversos materiais confeccionados pela fábrica e mesmo terrenos de sua propriedade foram usados para o pagamento das indenizações, por que os moradores não podiam continuar em suas casas, já que iriam pagar por elas? Por que destruir Carioba?

O movimento de resistência dos moradores da vila

A freqüente mudança de moradores e o silêncio da fábrica de tecidos após o seu fechamento, em dezembro de 1976, provocaram um clima melancólico na região, mas não impediram que muitas famílias resistissem à idéia de deixar Carioba.

As famílias que não tinham mais nenhum de seus membros trabalhando na fábrica deveriam sair das casas. Entretanto, os operários que trabalharam até o final e aqueles que se aposentaram ao longo do seu processo de fechamento, uma década atrás, continuaram, em sua maioria, residindo na vila.

Mas, também, diante da falta de moradia da cidade de Americana, conforme alguma casa ficava vazia após a saída da família do operário, ela era habitada por pessoas que não pertenciam a Carioba. E, mesmo quando algum operário rescindia contrato com a fábrica e saía da vila, alguns de seus familiares permaneciam na casa.

Os representantes dos proprietários usaram diversos argumentos para convencer as pessoas da mudança, mas eles foram fracos diante das reais necessidades dos moradores. Aqueles que se prepararam no decorrer dos anos e fizeram o seu “pé-de-meia” negociaram com os proprietários e

pagaram aluguel das casas por três, quatro meses, até que concluíram as suas novas habitações nos diversos bairros da cidade. Mas aqueles que ficaram e tentaram resistência aos patrões também eram os que não conseguiam pagar o aluguel da habitação.

Os operários mais resistentes entravam na Justiça do Trabalho para não sair das casas, pois só deixavam a vila aqueles que estavam quites com a fábrica após a rescisão contratual. Aqueles que demoravam em sair da vila tinham que conviver com casas no chão, entulhos, em meio a uma paisagem desoladora. Muitos foram embora porque não agüentaram ver o estado em que a vila ficou.

Na década de 1970, as casas estavam mal preservadas e, quando os filhos casavam, faziam um “quartinho” a mais nos fundos. A vila chegou a ter de 3 mil a 4 mil pessoas e tornou-se um local abandonado pelo Poder Público.

Os depoimentos apontam que cerca de duzentas pessoas trabalhavam na fábrica quando ela encerrou definitivamente suas atividades em 1976, mas não existia nenhuma casa sem morador, apesar da constante mudança. Após o fechamento da fábrica e a notificação aos moradores de que deveriam deixar as casas da vila, metade das moradias foi destruída rapidamente, sem dar tempo para que novas pessoas as habitassem. Nos últimos meses de existência da vila, já na década de 1980, entre entulhos e mato, cerca de duzentas pessoas resistiam às investidas dos representantes dos proprietários. Eram aqueles que não tinham recursos para “tocar a vida” em outro lugar. Não tinham terreno para construir uma casa para morar, não tinham emprego nem salário para sustentar a família. Eram aqueles que não acreditaram que *Carioba chegaria ao fim*.

Como as famílias não se mudavam da vila, os proprietários serviram-se de seus representantes para pressionar e provocar o esvaziamento da região. Uma das estratégias adotadas foi cobrar o aluguel das casas, embora, na maioria dos anos de existência de Carioba, a moradia tivesse sido cedida gratuitamente aos operários. Outros recursos freqüentemente usados eram a constante notificação de despejo, que envolvia até aparato policial, e a criação de boatos que faziam o papel de desestabilizar os moradores. Esses boatos, que geravam medo e insegurança

num povo oprimido pela pobreza, abrangiam desde a certeza de que os aviões que sobrevoavam Carioba — e muitos a sobrevoaram nessa época — eram para bombardeá-la, até a convicção de que o Exército viria para tirar todos da vila.

O golpe certo na desorganização da resistência foi a cooptação das lideranças desse movimento. Os proprietários ofereciam dinheiro, terras, casas para moradores, principalmente para aqueles que se mostravam líderes de grupos na resistência. Também premiavam os representantes dos interesses da fábrica que pressionavam e conseguiam retirar moradores. E a bem-intencionada “doação” de material das casas ajudou e acelerou o processo de demolição da vila.

No ano seguinte ao fechamento da fábrica de tecidos, em 1977, novamente o Exército vigiou Carioba. Agora, não mais como aliado dos operários, como acontecera na grande greve de 1966. Eram vinte e cinco soldados, armados e com escudos protetores que andavam pelas ruas da vila. Nessa época, havia um movimento ativo de moradores, que constantemente faziam abaixo-assinados para a manutenção de Carioba. A líder militante, D. Estela, afirma em seu depoimento que esses policiais militares vieram à sua procura para saber desse movimento de trabalhadores. Ficaram por três dias na vila. Vinham em um caminhão do Exército logo pela manhã e saíam à tardezinha, usando o mesmo esquema de 1966.

Apesar de D. Estela não saber ao certo por que um grupo de militares foi até Carioba, ela acredita que o movimento dos abaixo-assinados provocou essa pressão militar e que, então, os militares estavam a mando dos proprietários da fábrica de tecidos.

No final da década de 1970, a organização sindical dos metalúrgicos do ABC desencadeou inúmeros movimentos grevistas por todo o País, liderados pelo sindicalista Lula. Apesar da anunciada abertura política patrocinada pelo presidente General Ernesto Geisel, havia vários movimentos de trabalhadores e estudantes pelos diversos recantos do Brasil sendo reprimidos. Acreditamos que esse contexto provocou um estado de alerta para os locais em que havia concentração de trabalhadores. E Carioba já tinha toda uma trajetória de greves e de movimentos reivindicatórios. Se houve a denúncia, provavelmente ela foi oportuna para os

proprietários, que usaram esse contexto social para ameaçar os operários. Como o movimento era pacífico e buscava somente a manutenção dos moradores na vila, não era nenhum movimento contra o governo militar, D. Estela não foi importunada. Mas ela liderava um movimento de resistência de um grupo de trabalhadores. E estes estavam sendo observados.

Mais tarde, alguns moradores montaram uma comissão, da qual D. Estela fazia parte, denominada de “Comitê Pró-Carioba”, para negociar o apoio do Poder Público Municipal para garantir a permanência dos moradores na vila. Essa comissão participou ativamente do movimento para tornar a vila um patrimônio histórico e, posteriormente, para a manutenção do prédio da Igreja São João Batista, ameaçado de demolição. O “Comitê Pró-Carioba” formado por diversas pessoas, além dos cariobenses, apoiou o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”, quando o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Americana e em Carioba, em 1979, para colher assinaturas. Os cariobenses, membros dessa comissão, apesar de alegarem, no decorrer dos anos, que não tinham envolvimento com partido político, assinaram o Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores — PT —, partido político criado em fevereiro de 1980. Na ocasião, na praça em frente à Igreja de São João Batista, Lula teria afirmado à D. Estela - após a exposição das dificuldades enfrentadas na vila -: *Vocês devem se preparar, vai ficar pior.*

Durante essa sucessão de mudanças e acontecimentos em Carioba, os moradores continuavam buscando alternativas para permanecer na vila. Realizavam constantes reuniões com políticos e com pessoas interessadas na preservação de suas construções.

O prefeito Waldemar Tebaldi (1977/1983) que, para eleger-se, buscou apoio dos moradores da vila, tornou-se o negociador dos moradores com os proprietários. Segundo depoimentos, o então candidato teve o apoio dos cariobenses com a promessa de ajudá-los a permanecer na vila. Assim que foi eleito, em 1977, os moradores o procuraram por diversas vezes para resolver a questão da perda das moradias em Carioba. Tebaldi fazia constantes reuniões com eles e com os proprietários. Mas, nesses mesmos depoimentos, há a afirmação de que *Tebaldi fazia reunião com a gente à noite e de manhã ia tomar café com os Abdalla*. Numa sutil indicação de que não tiveram o apoio do governo municipal; pelo contrário, o “jogo duplo” do governante municipal apoiava os proprietários de Carioba. Em 1979, durante uma audiência pública, na qual os

moradores reclamavam das precárias condições da vila, pois faltava policiamento, as ruas serviam para “pista de corrida” e o mato alto invadia as casas, foi reivindicado ao prefeito um posto médico, um telefone público, limpeza do matagal e uma viatura policial. A resposta do prefeito, publicada no jornal **O Liberal**, foi: “Vocês têm que se convencer de que um dia terão que sair de Carioba”⁹¹.

O “Comitê Pró-Carioba” elaborou diversos abaixo-assinados que foram entregues ao Prefeito Waldemar Tebaldi, para que este os entregasse aos proprietários. Esses documentos pediam que, ao invés de fazer um novo loteamento, como o prefeito prometia aos cariobenses, deixassem o povo ficar na vila.

Esse Comitê reuniu-se, em fevereiro de 1980, na Igreja São João Batista, em Carioba, para debater a possibilidade de tombamento da vila e encaminhar tal pedido ao órgão responsável. Entre políticos, moradores e qualquer um que tivesse interesse por Carioba, o assunto era a preocupação de que a região pudesse tornar-se *um loteamento de 3mil pedaços* devido a um plano de modernização que poderia descaracterizá-la. Mas, na realidade, essa era mais uma tentativa dos moradores de não perder as moradias na vila.

O jornal **O Liberal** publicou, após essa reunião, o encaminhamento, pela Prefeitura de Americana, de uma solicitação ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo — Condephaat — para que este órgão autorizasse o tombamento⁹². Não encontramos, no Condephaat ou nos arquivos da Prefeitura, nenhum documento que comprove tal afirmação.

Sem apoio do prefeito, o “Comitê Pró-Carioba” procurou pelo Departamento de Cultura, Esporte e Turismo de Americana — Decet — e teve o auxílio de sua diretora, Guiomar Magri, parente do deputado estadual Wanderlei Macris. Através desse deputado foi feito, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o pedido de tombamento da vila de Carioba.

⁹¹ **O Liberal**, 20 dez. 1979, p. 1.

⁹² **O Liberal**, 18 fev.1980, p.1.

O Projeto de Lei n. 536/1980, que “dispõe sobre o tombamento, como monumento histórico do Estado de São Paulo, da Vila industrial do bairro Carioba, em Americana”, teve o seguinte andamento: em 21/11/1980, foi publicado no **Diário da Assembléia**; em 4/12/1980, foram publicados os pareceres favoráveis nºs. 1.983/1980, da Comissão de Constituição e Justiça, e 1.984/1980, da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia; em 5/5/1981, foi publicado o autógrafo nº. 15.658, que tombou Carioba; em 21/1/1981, foi publicada mensagem do governador do Estado com veto total; em 5/6/1981, foi publicado o parecer nº. 625/81, da Comissão de Constituição e Justiça, contra o Projeto de Lei; e, em 7/8/1981, foi publicado, no Diário Oficial, à página 32, o despacho que rejeitou o Projeto de Lei e manteve o veto, por decurso de prazo, nos termos do parágrafo 5 do art. 26 da Constituição do Estado.

A seguir, transcrevemos o veto do Governador Paulo Salim Maluf, governador nomeado pelos militares.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI

n. 536, de 1980

(mensagem n. 54 do Sr. Governador do Estado)

São Paulo, 20 de maio de 1981.

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento dessa nobre Assembléia, por intermédio de vossa Excelência, que, fazendo uso da competência a mim conferida pelo artigo 34, inciso III, combinado com o artigo 26 da Constituição do Estado, resolvo vetar totalmente o Projeto de Lei n. 536, de 1980, aprovado conforme Autógrafo n.15638, que me foi encaminhado, por entendê-lo inconstitucional, em face das razões que passo a expor.

Determina a propositura, seja tombada, como monumento histórico do Estado, a Vila Industrial do bairro Carioba, no Município de Americana.

Assim o fazendo, a medida infringe o princípio da Independência e harmonia entre os Poderes – inscrito no artigo 6. da Constituição Federal - , pois cuida de matéria que se insere na competência própria e exclusiva do Poder Executivo.

O tombamento, como limitação administrativa ao direito de propriedade que é, está sujeito à disciplina normativa do Poder Legislativo, que estabelece os limites dentro dos quais, a atuação governamental será considerada legítima. Dito de outra forma, o

tombamento, embora ato administrativo, mantém estreitas relações com o direito civil, pois afeta na essência o direito de propriedade, que deixa de ser exercido na sua plenitude. Por essa razão, subordina-se aos princípios estabelecidos na lei federal – o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 – conforme, aliás, o determina a legislação estadual, através do artigo 133 do Decreto n. 13426, de 16 de março de 1979, repetindo igual norma inserida no artigo 11 do Decreto sem numero, de 19 de dezembro de 1969. Não obstante definidos por lei os preceitos norteadores do tombamento, a sua aplicação, em cada caso concreto, constitui atribuição de Poder Executivo que, se atua discricionariamente ao apreciar a conveniência e a oportunidade da medida, vincula-se a estritos critérios legais para a qualificação de um bem sendo de valor histórico ou artístico.

Nem é por outra razão que, no sistema jurídico vigente, o ato de tombamento é precedido de manifestação de órgão técnico especializado, competente para proceder à precisa qualificação do bem, segundo a valorização definida aprioristicamente pelo legislador. Com efeito, o conceito, “*lato sensu*”, do bem cultural a ser preservado pressupõe a análise de múltiplos elementos que compreendem desde a natureza que circunda o homem, até as obras por ele construídas ao abrigo do tempo, representativas das várias fases da evolução da comunidade. A escolha de que deve ser preservado decorre de pesquisa exigente e resulta de seleção ou amostragem típica dos bens mais expressivos das várias épocas, já que seria impossível a conservação de todas as obras arquitetônicas.

Por esses motivos, o Decreto-Lei federal n. 25, de 1937, atribuiu ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – competência para ajuizar do valor dos bens móveis ou imóveis, para fins de qualificá-los como patrimônio histórico e artístico nacional. Idênticos fundamentos conduziram o constituinte estadual a determinar que o Estado manterá o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, na forma que a lei estabelecer (Constituição Paulista, artigo 129).

A Lei n.10247, de 22 de outubro de 1968, que regulou a matéria relativa à proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental, editada em cumprimento dos artigos 128 e 129 da Constituição Estadual, conferiu ao referido Conselho a atribuição de propor às autoridades competentes o tombamento de bens.

Assim, o próprio Poder Executivo, em cuja área se insere a competência de defender o patrimônio histórico, artístico e cultural não deverá exercê-la sem iniciativa do órgão técnico criado pela Constituição do Estado. Isto por que - permito-me sublinhar – a atribuição de valor histórico ou artístico a um bem não é atividade administrativa discricionária e sim vinculada, adstrita a critérios legais.

Resulta, por conseguinte, evidente a inconstitucionalidade da propositura, pois a matéria de que trata se situa fora da competência do Legislativo.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, de longa data, já consagrou entendimento no sentido de poder o Judiciário invalidar o ato de tombamento, uma vez demonstrado, por prova inconteste, que o bem não constitui valor histórico ou artístico que justifique providência dessa natureza.

Pelas mesmas razões antes expostas, essa nobre Assembléia houve por bem acolher o veto oposto ao Projeto de lei n. 636, de 1975, que decretava o tombamento da Igreja Matriz de São João Batista, em Bocaina, tendo reconhecido, no Parecer n. 297 de 1979, da Comissão da Constituição e Justiça, a procedência das alegações do Executivo quanto à inconstitucionalidade da propositura.

São esses, Senhor Presidente, os motivos que me levam a vetar o Projeto de lei n. 536, de 1980, em que pesem os elevados propósitos do seu ilustre autor.

Devolvendo, assim, a matéria ao reexame dessa nobre Assembléia, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO SALIM MALUF

Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça que havia aprovado o processo foi destituída e uma nova comissão foi montada. Esta, após o Veto Total do Governador, também vetou o Projeto de Lei. Mas o veto foi decidido pelo voto de qualidade do presidente da Comissão. O voto de qualidade é dado quando há empate na discussão entre os membros da Comissão. O Projeto de Lei não foi encaminhado à Assembléia Legislativa para a votação; por esse motivo, manteve-se o veto por decurso de prazo.

Paralelamente ao pedido de tombamento, o jornal local, **O Liberal**, e o da cidade de São Paulo, **Folha de São Paulo**⁹³, publicavam a forte crise política que atravessava o Condephaat. Esse órgão, que seria responsável pela manutenção de Carioba, se o projeto tivesse sido aprovado, provavelmente não garantiria a restauração da vila. Nesses dias, por questões políticas, engenheiros e arquitetos foram demitidos, pois denunciaram inúmeros programas não cumpridos. Eles pleiteavam, como solução, a transformação do órgão em uma fundação. Por outro lado, teses defendiam que o tombamento de monumentos históricos por organismos oficiais como o Condephaat não era o melhor caminho para a sua preservação.

⁹³ **O Liberal**, 27 maio 1981, p.1.

Durante o processo de tramitação, o Comitê Pró-Carioba organizou um grupo de pessoas que foram até a Assembléia Legislativa do Estado para pressionar os deputados e o governador para uma votação favorável ao tombamento da vila. O governador não os recebeu. Esse movimento teve relativa cobertura na mídia de Americana e do município de São Paulo. Jornais e TV fizeram várias reportagens sobre Carioba e o adiantado estado de abandono em que se encontrava.

Apesar de toda essa campanha para conseguir manter a vila de Carioba, ela já estava desfigurada. Os poucos prédios que restaram estavam rodeados de mato e entulhos de destruição. E, por mais que os moradores se esforçassem, com os poucos recursos de que dispunham, não conseguiam manter a integridade da vila.

Após o logro do tombamento, os proprietários da vila informaram aos moradores que eles lá poderiam permanecer *mais um pouquinho*; depois, o restante das casas seriam derrubadas. Os moradores acreditavam que agora somente lhes restava o acordo da Prefeitura com a família Abdalla, pois comentava-se que Carioba seria entregue à Prefeitura como “área verde”. E eles esperavam que com o acordo ainda tivessem chance de permanecer na vila.

D. Estela afirma que o deputado Wanderlei Macris ajudou o prefeito a conseguir a liberação das casas para a continuação do loteamento do Núcleo Habitacional localizado no bairro Zanaga. Entretanto, ela e mais umas 30 pessoas, orientadas por Waldemar Tebaldi, invadiram as casas do bairro para forçar a sua liberação. À noite, em cima de um caminhão, entre móveis e objetos pessoais, eles entraram nas casas para formar o que é, hoje, o maior bairro populacional da cidade. Ao pisar no Zanaga, com lágrimas nos olhos, avistou, no meio do nada, as casas enfileiradas, sem asfalto e, talvez como consolo, um ipê amarelo florido. Acostumada ao contato com a exuberante natureza de Carioba, sua mata, rio, estrada de bambus, aquele solo de terra vermelha, sem vida, por instantes lhe trouxe medo e angústia. Entretanto, a visão daquela árvore simbolizava uma nova vida. E a esperança vencida o medo. Mesmo assim, foi difícil controlar uma emoção dividida entre esperança e medo. Mas o medo, aquele que faz a respiração ofegante, também trazia o consolo do fim de uma luta perdida. D. Estela ainda fica com os olhos cheios d’água quando se lembra da sua mudança da vila.

Esse grupo de pessoas saiu de Carioba em 1982 e a eles juntaram-se os outros cariobenses, em um lugar, já habitado desde 1977, por vários ex-moradores da vila.

Os motivos da destruição da vila

Em meados da década de 1970, José João Abdalla vivia em uma cadeira de rodas, em razão de sucessivos Acidentes Vasculares Cerebrais — AVC — que, até o final de sua vida, somariam nove.

Graças à tragédia pessoal vivida pelo empresário e político, criaram-se várias versões para a destruição da vila, que encontravam justificativas na associação da história pública com a história privada do empresário. Depoimentos de empregados muito próximos a Juca Abdalla, relatados a diversos cariobenses, afirmam que ele demoliu a vila por culpar os operários pelo estado físico em que ficou o seu pai. *“Vocês fizeram isso com meu pai. Por que eu devo pensar em vocês? Eu não quero mais ninguém em Carioba”*, afirma um dos depoimentos.

Juca Abdalla e a irmã, bem como o pai e a mãe, pouco freqüentavam a vila. O período de maior envolvimento de J. J. Abdalla com Carioba foi nos anos de 1950/60, quando ainda vivia a mãe, seus filhos eram pequenos, e ele concorria a eleições para a Câmara dos Deputados. A mãe, Amélia, chegou a morar por temporadas na vila, e isso aproximava a família. As festas juninas, intensamente comemoradas, eram muito apreciadas pela mãe, que fazia questão de ver todos os moradores empenhados em sua realização. Os carroções da Fazenda Salto Grande eram enfeitados e serviam de decoração e transporte para o desfile dos “caipiras” que participavam da festa. Antes do seu início, obrigatoriamente passavam na casa onde ela residia. Entretanto, com o correr dos anos, os Abdalla começaram a ter com a região somente um envolvimento econômico, o que, na época, não era nem um pouco satisfatório.

Outra versão muito divulgada era a que atribuíu à perseguição do governo federal, que provocou os confiscos de alguns de seus bens, a falta de crédito e financiamentos e bloqueios

judiciais, além da imagem de “mau patrão” e “sonegador de impostos”, o ímpeto que levou a família Abdalla a desejar a destruição completa da vila.

O confisco de bens estendeu-se às suas terras espalhadas principalmente por todo o Estado de São Paulo. Em Americana, a maioria delas estava em área da Fazenda Salto Grande, arrendada para a Usina Cillos para a plantação de cana-de-açúcar. Mas as denominações como: Boa Vista, Arranchamento do Zezé e Sítio Jacutinga eram áreas praticamente desconhecidas⁹⁴. Algumas terras, segundo depoimento de moradores de Americana, estavam embaixo d’água, cobertas pela Represa de Salto Grande, construída na década de 1950. Além do confisco de suas terras, a grande “queixa” dos Abdalla eram as freqüentes desapropriações de terras — para abrigar as novas indústrias, muitas multinacionais, e loteamentos populares — no município de Americana, que não eram pagas pelo Poder Público Municipal.

A associação de parte dos operários com o governo militar para realizar a grande greve de 1966, a pressão dos constantes movimentos grevistas e os inúmeros processos trabalhistas foram creditados por Juca Abdalla, administrador dos bens da família, como causadores dos sofrimentos e do estado de saúde do pai. Por isso, ex-moradores acreditam que os antigos rancores do empresário contra o operariado vieram à tona quando ele podia decidir em favor de Carioba. Além disso, o abandono da fábrica e da vila provocou inúmeros furtos de tecidos e equipamentos, inclusive objetos do Clube Recreativo e da Igreja. Esses acontecimentos fomentaram o desprezo por Carioba na família Abdalla. Sentindo-se pressionados e roubados, ora pelos militares, ora pelos operários, ora pelo próprio Poder Público Municipal, que também, como já mencionado, desapropriou inúmeras de suas terras e não pagou por elas, os herdeiros não tiveram pudor em acabar com a vila.

Mas também devemos levar em conta que o filho seguia fielmente os ensinamentos do pai na condução de seus empreendimentos, pois foi, durante anos, preparado para assumir os negócios da família. Em um artigo publicado pela revista **Veja e Leia**, na época da greve da fábrica de cimento em Perus, J. J. Abdalla afirmava: “Tenho dinheiro suficiente para ir viver fora do país com todo o luxo. Estou aqui porque sou um nacionalista, mas se meu trabalho for

⁹⁴ **O Liberal**, 20 set. 1975, p. 9.

estorvado, terei de fechar a fábrica”.⁹⁵ Com Carioba ele teve essa oportunidade, e o filho executou a palavra do pai.

Todas as versões sustentadas pelos ex-moradores, pela família, pelos poderes públicos, pela imprensa guardam fragmentos da história de Carioba. Todavia, o destino dos bens da família e da vila operaria é revelador do descompromisso dos proprietários da fábrica com os operários e com a economia do município ou mesmo do País. Assim como revela como o Poder Público se isentou de suas responsabilidades — muitas vezes, tirando proveito em benefício próprio — diante de um conjunto de trabalhadores que lutou até o final por seus direitos. Revela, ainda, a formação do operariado que, vivendo em vilas gerenciadas pelas empresas, manteve-se dependente do poder do empresário, sob a ilusão de uma vida comunitária. Uma vida comunitária que os levou, no momento de crise, a recorrer a outros poderes paternalistas — o prefeito, os militares ou os próprios líderes sindicais. No momento em que mais necessitavam da tão alardeada comunidade, não houve união dos operários: cada um se salvou como pôde.

Não somente o desinteresse pela fábrica de Carioba foi sentido nesse período; outros empreendimentos industriais que começaram a ser administrados pelos herdeiros de J. J. Abdalla e depois passaram a lhes pertencer, após a divisão do Grupo Abdalla, também tiveram o mesmo destino. A predileção da família voltou-se para as fazendas herdadas e para as negociações financeiras para administrar o seu dinheiro. Nesse sentido, o Banco Clássico S.A., com sede no Rio de Janeiro, é hoje um banco de investimentos que opera principalmente ativos dos herdeiros de J. J. Abdalla.

A nítida visão dos herdeiros de que Carioba era um empreendimento econômico falido e o sistema de gerenciamento que havia garantido a fábrica e a vila até a década de 1960 não era mais sustentável e não gerava lucros levou-os a optar por uma outra forma de explorar a extensa área. Além disso, durante anos o Grupo Abdalla não pagou imposto à Prefeitura Municipal de Americana, o que acarretou uma grande dívida com o Poder Público.

⁹⁵ **Veja e Leia**, n. 256, 1 de ago. 1973, p. 24.

Quando os operários da fábrica foram notificados de seu fechamento e de que deveriam sair da vila, foi-lhes comunicado que a área seria loteada. Essa seria a razão da demolição de Carioba, pois a proximidade com o centro da cidade provocaria uma maior valorização daquelas terras. As velhas casas dariam lugar a um novo complexo residencial, com uma estrutura viária mais moderna. Esse também foi o motivo alegado no processo de acordo firmado entre a Prefeitura e a família proprietária, quando parte das terras e dos prédios passou para o patrimônio municipal como forma de pagamento dos impostos devidos.

Mas, se esse fosse o real motivo da destruição da vila, por que somente em 2000, passados quase 20 anos da demolição de suas casas, essas terras começaram a ser loteadas?

Provavelmente, a imensidão de terras ainda pertencentes à família e a forma de administrá-las justifiquem esse abandono de anos. Nesse sentido, a família não teria preocupação em usá-las de imediato, e, sim, quando fosse vantajoso. Além de que, segundo os antigos cariobenses, as necessidades sociais do proletariado não causavam inquietação à família.

Além disso, bens imóveis, pertencentes à fábrica de tecidos, ficaram por anos embargados pelo governo federal, impossibilitando a regulamentação de loteamentos.

Todavia, na década de 1970, o loteamento de Carioba, como especulação imobiliária lucrativa, mostrava-se inviável. Em frente à vila, na outra margem do Rio Piracicaba e já no município de Limeira, existia a Ripasa Celulose e Papel S/A, empresa conhecida pelo odor extremamente desagradável que emitia de suas chaminés e que desvalorizava os terrenos da região. Quem morava próximo, principalmente em Carioba, convivia diariamente com essa poluição ambiental, e o loteamento da área seria um empreendimento pouco lucrativo.

Ainda hoje, o odor presente na região, embora mais ameno graças à instalação de torres antipoluentes, dificulta esse tipo de empreendimento. E mesmo os mais recentes loteamentos da região, realizados em 2008, localizados em terras que outrora abrigaram a vila, mostram dificuldades de vendas. Na época, somente os cariobenses ficariam na vila.

Entretanto, a ligação de Carioba com a antiga Ripasa, criada em 1959, vai além do mau cheiro: existe entre os ex-moradores uma versão da história da vila que acredita que, na década de 1960, período em que o fechamento da fábrica de tecidos em Carioba era iminente, houve tentativas de negociação entre os proprietários das duas empresas para que as casas da vila fossem ocupadas pelos operários da fábrica de celulose e papel. A suposta venda da vila foi retomada após a paralisação definitiva da fábrica. *Quando a gente pediu para ficar nas casas, eles falaram que os funcionários da Ripasa iam morar em Carioba.* (Depoimento de D. Estela). Todavia, os acontecimentos mostraram que as negociações, se houve, não tiveram êxito, e o meio encontrado para não perder as terras foi demolir as casas da vila, já que os habitantes não deixavam as casas, motivo pelo qual, provavelmente, as negociações com a Ripasa não tiveram prosseguimento.

Independentemente dos motivos econômicos que provocaram a intenção de acabar com a vila de Carioba — loteamento da área, valorização das terras com o passar dos anos ou a venda das casas para a Ripasa —, os herdeiros da família poderiam encontrar meios satisfatórios para que os cariobenses permanecessem nas casas e a vila continuasse a existir. Mas não era esse o desejo.

O desejo estaria ligado à noção de honra. E seria usado caso a família mantivesse projetos, na região, que dependessem do prestígio político do chefe do clã. Segundo Mauss, o prestígio individual de um chefe, o estatuto político dos indivíduos, obtém-se pela guerra de propriedade, pois tudo é concebido como se fosse uma luta de riqueza:

Em alguns casos não se trata de dar e retribuir, mas de destruir, a fim de nem mesmo querer dar a impressão de desejar ser retribuído [...] Com isso a pessoa não apenas se eleva, mas se eleva também sua família na escala social [...] A noção de honra de cada ser, e uma das melhores traduções dessa palavra é: autoridade, riqueza.

96

⁹⁶ MAUSS, 2003, p. 238-240.

Nesse sentido, os herdeiros optaram por comprovar seu poder, ao mostrar-se capazes de destruir, sem que isso lhes fizesse falta, demonstrando, assim, essa autoridade e riqueza. O orgulho de nunca ter “falido” e, sim, “fechado por conta própria” suas empresas também reflete esse orgulho. Atesta isso o fato de, por várias vezes, Carioba ter ido a leilão e o Grupo Abdalla tê-la adquirido novamente. E mesmo a fábrica de cimento de Perus, em São Paulo, objeto do desejo do governo militar brasileiro, que por diversas vezes foi interditada, ainda está sob a administração dos herdeiros do Grupo.

As demolições

A demolição das casas acompanhou o processo de fechamento da fábrica de tecidos, pois, ao serem desocupadas, permaneciam por pouco tempo fechadas, sem que houvesse tempo hábil para serem ocupadas por outras famílias. Conforme o morador saía, os tratores dos proprietários a derrubavam. As habitações mais novas, próximas à igreja, foram as primeiras a serem deitadas abaixo. Embora não tivesse havido uma uniformidade, por exemplo, de quadras ou quarteirões, foi comum, conforme os moradores saíam de uma casa, remanejar famílias de uma casa para outra e destruir, muitas vezes, o quarteirão inteiro.

Mesmo tendo como alternativa, para a construção de suas novas moradias, o uso dos materiais que compunham as casas em Carioba, inúmeros moradores não demoliram a casa que habitaram na vila. Mas aqueles que se serviram desse recurso o fizeram com as próprias mãos ou serviram-se de terceiros para retirar portas, janelas, madeiramento, telhas, enfim, tudo o que conseguissem levar e aproveitar.

A terceirização desses serviços de demolição esteve mais presente no início da década de 1980, anos em que as últimas casas de operários deixaram de existir na vila. Essa década, marcada por uma crise econômica, de altas taxas de inflação, de desemprego e alto custo de vida, fez da demolição das casas de Carioba uma forma de sobrevivência, uma alternativa para desempregados ganharem algum dinheiro. Esses “bicos” sustentaram, por algum tempo, muitas

famílias de Americana. Há várias casas no bairro Cariobinha construídas com os materiais das casas de Carioba.

Apesar das pressões, os proprietários não atingiram de imediato o objetivo de eliminar todas as moradias dos operários. A morosidade do processo e a resistência dos moradores provocaram a adoção de uma outra estratégia: a derrubada do hotel, em 1979/1980, e, logo a seguir, a demolição do Clube Recreativo Esportivo Carioba. Observando o processo de destruição, percebemos que essa medida também foi planejada para minar a resistência dos moradores que ainda restavam e conseguir a desocupação da vila, visto que o prédio do hotel e o comércio existente no seu pavimento térreo, bem como as atividades recreativas e o time de futebol do Clube garantiam a circulação de pessoas e, assim, continuavam alimentando a vida de Carioba.

A desocupação das casas iniciou-se timidamente por volta de 1972, mas cerca de 150 casas operárias, praticamente a metade das existentes, foram destruídas simultaneamente logo após o fechamento da fábrica, em 1976. As habitações restantes caíram durante os anos seguintes. Entre entulhos, mato e casas patronais abandonadas, alguns moradores ainda permaneceram na vila até 1983.

Muitos ex-moradores de Carioba ajudaram a compor as favelas que formaram o cenário urbano da cidade de Americana nas décadas seguintes.



Figura 73 - Casa da vila de Carioba.
Nesta imagem, já em processo de abandono e demolição.
Fonte: **Domingo Jornal**, Americana, 13 fev. 1983, p. 4.

Capítulo IV

A negociação das terras de Carioba

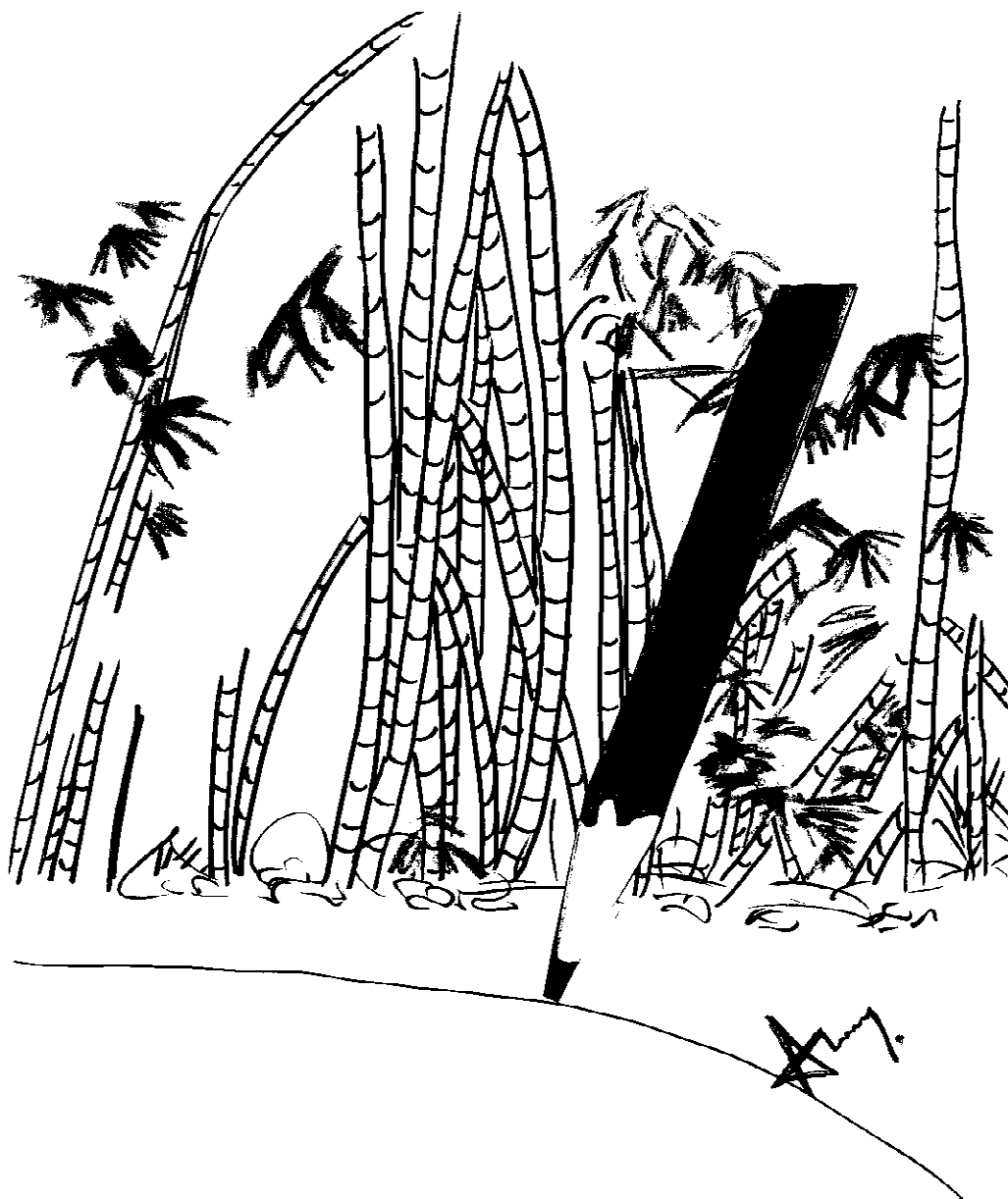


Figura 75 – A negociação das terras de Carioba
Desenho: Suzete Volpato

“A necessidade de se destacar caminha de mãos dadas com a necessidade de fazer parte”⁹⁷.

⁹⁷ ELIAS, 1994, p. 124.

O governo de Abdo Najar

Em 1971, o prefeito de Americana, Abdul Hadi Omar Najar (1969/1973), mais conhecido como Abdo Najar, iniciou uma série de desapropriações, concessão de estímulos fiscais e alienação de terrenos para implantação e incentivo à formação de um Parque Industrial em Americana. A intenção era criar Distritos Industriais fora do perímetro residencial da cidade, levando em consideração a posição das áreas junto a estradas ou rios, a melhor utilização econômica dos terrenos e sua importância para o município. Essas zonas distritais teriam energia elétrica, telefone, água, esgoto, galerias pluviais e transporte coletivo, enfim toda a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades industriais. Em troca, as empresas deveriam fornecer ao município os planos econômicos, técnicos e financeiros do empreendimento, o cronograma das obras e da instalação, a data do início de funcionamento e o projeto contendo a área a ser construída e a do terreno necessário à implantação da indústria. Além disso, deveriam apresentar a estimativa de faturamento nos cinco anos seguintes ao início das atividades, a mão-de-obra aplicável no mesmo período e os esclarecimentos ou os projetos sobre o controle da poluição das águas e da atmosfera. Apresentar documentos que comprovassem sua existência legal como pessoa jurídica, bem como o capital realizado. As empresas somente fariam jus aos benefícios previstos se ficasse comprovado, pelas estimativas oferecidas, que o retorno do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM — decorrente de seu faturamento, produção ou atividade cobriria o valor do imóvel nos cinco anos contados da data do início da produção. As empresas enquadradas na legislação municipal⁹⁸ que autorizou o prefeito a conceder tais benefícios receberiam isenção de impostos municipais por dez anos, com exceção da parcela atribuída ao município na arrecadação do ICM.

Vários terrenos de propriedade da fábrica de tecidos Carioba S/A foram declarados de utilidade pública e desapropriados amigável ou judicialmente⁹⁹ para dar lugar a essas novas indústrias que se instalariam no município. Além disso, muitos outros terrenos de propriedade da

⁹⁸ Lei Municipal nº. 1148, de 23 de abril de 1971 – “Autoriza o Executivo a conceder estímulos fiscais e alienar terrenos para implantação e incentivo do Parque Industrial de Americana”.

⁹⁹ Decreto nº. 496, de 8 de abril de 1971; Decreto nº. 501, de 23 de abril de 1971; Decreto nº. 502, de 23 de abril de 1971; Decreto nº. 519, de 16 de setembro de 1971; Decreto nº. 544, de 27 de março de 1972.

fábrica também foram usados para a abertura de avenidas, ruas e estradas marginais que dariam acesso a essas indústrias.

O prefeito Najar é retratado na história da cidade como uma pessoa com visão de futuro, empreendedora e extremamente austera na administração, além de ser considerado um sírio que amava a terra que o adotou.

Na sua administração, a cidade viu o alargamento de ruas e a instalação de várias indústrias à custa de desapropriações que nem sempre tinham o apoio dos munícipes. Construiu o Paço Municipal e trouxe o Colégio Polivalente para Americana, criado através de convênio entre a União, o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Americana, no mês de setembro de 1972. O colégio técnico iniciou suas atividades em março de 1977, no governo do prefeito seguinte, oferecendo cursos técnicos de mecânica, administração, secretariado e edificações. Em 1981, integrou-se como unidade do Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

Industrial bem sucedido e proprietário de extensas glebas de terra, Najar tornou-se uma lenda na cidade, estando o seu nome associado à justeza de suas ações públicas e ao crescimento do pólo têxtil de Americana. Após o seu mandato na Prefeitura de Americana, candidatou-se outras vezes para prefeito, em 1976, 1982 e 1988, perdendo respectivamente para Waldemar Tebaldi, Carrol Meneghel e, novamente, Tebaldi.

Na campanha eleitoral que o elegeu para a Prefeitura, Najar tinha no seu programa a construção de casas populares e planos habitacionais para famílias de trabalhadores. Mas foi somente em 1972, no final de seu mandato, que declarou de utilidade pública uma área de terreno de propriedade da fábrica de tecidos Carioba S/A para a construção de casas populares. Entretanto, logo em seguida, em janeiro de 1973, antes de entregar o cargo ao novo prefeito, revogou esse decreto. A área destinada compreendia uma gleba de terras limítrofes aos bairros Cordenonsi e Cariobinha e à Avenida Carioba, ou seja, essa área fazia limite com a vila de Carioba e, indiretamente, ligava-se ao centro urbano de Americana. Possivelmente a desistência da área se deva a sua penhora junto ao Instituto Nacional de Previdência Social — INPS — por falta de pagamento. Entretanto, se essa hipótese estiver correta, isso ocorreria somente em julho

de 1973, quando o governo militar confiscaria terras do Grupo Abdalla. Najar, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro — MDB —, mudou de legenda, passou para a Aliança Renovadora Nacional — ARENA —; segundo sua biografia editada pela família¹⁰⁰, a mudança de partido foi em troca da vinda do Colégio Polivalente para a cidade.

A idéia de um bairro com casas populares indica que, na visão do prefeito, com a vinda das indústrias que estavam sendo implantadas, as moradias populares abrigariam os novos trabalhadores e resolveriam o grande *deficit* habitacional da cidade, problema que se arrastava por anos, visivelmente a partir da década de 1960.

Dentro do período de seu mandato, Najar entrou em atrito com os Abdalla pela definição da portaria da fábrica e a retirada da cancela de entrada de Carioba. Nessa época, a Prefeitura já realizava serviços de iluminação, coleta de lixo e tantos outros serviços públicos na vila. Além desses serviços públicos executados pela Prefeitura, os recantos naturais e os redutos criados pelos cariobenses, como o Clube Recreativo com o seu time de futebol e a área de lazer no campo, proporcionavam intenso fluxo de pessoas e faziam de Carioba uma “terra de todos”, o que, na realidade, tornava a vila um local de divertimento popular para onde grupos numerosos de pessoas se dirigiam nos finais de semana. A retirada da cancela e o recuo da portaria próxima aos salões da fábrica transformavam a vila em um local público, não mais particular. Enfim, o governo municipal sinalizava a incorporação da vila aos diversos outros bairros de Americana. Foi sob a administração de Abdo Najar que a estrada de bambus desapareceu, ao ser cortada a maioria dos trechos de sua plantação. Na época, o prefeito alegava que havia constantes incêndios no bambuzal de Carioba e isso, comprometia a segurança dos munícipes. Najar, em diferentes momentos, comprou cimento dos operários de Carioba — que o receberam como pagamento de suas indenizações trabalhistas — para aplicar na construção de suas unidades fabris em Americana. Os depoimentos afirmam que Najar, quando prefeito, informava o Exército sediado em Campinas de que estava tudo normal em Carioba, mas, na realidade, a miséria e o abandono já eram uma constante na vila desde a grande greve.

¹⁰⁰ MARTINS, 2007, 112 p.

O governo de Ralph Biasi

O prefeito seguinte, Ralph Biasi (1973/1977), eleito pelo MDB, também desapropriou inúmeras áreas de propriedade da fábrica de tecidos Carioba S/A para serem cedidas, alienadas ou locadas às indústrias que se instalassem no município e mesmo para serem destinadas à abertura de ruas e avenidas¹⁰¹.

Biasi entrou para a história da cidade como o mais jovem prefeito, eleito aos 26 anos. O engenheiro era de tradicional família de Americana e possuía familiares que residiram em Carioba, mas seguiu carreira política fora da cidade. Foi deputado federal (1979-1983; 1983-1987; Constituinte: 1987-1991), secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (de 1º de junho de 1987 a 15 de agosto de 1988) e ministro interino de Estado da Ciência e Tecnologia (de 16 de agosto de 1988 a 17 de janeiro de 1989)¹⁰².

O seu governo municipal foi pautado pela instalação de indústrias e pelo fortalecimento da idéia de uma cidade próspera e industrial, detentora de um poderoso pólo têxtil. A fábrica de Carioba, em processo de fechamento durante o seu governo, perdeu o valor econômico e a relevância social de anos anteriores. Era considerada mais uma, dentro do complexo industrial da cidade. Nos depoimentos de antigos moradores, destaca-se o descaso desse prefeito com as dificuldades da vila e de seus moradores.

Em 1974, Biasi declarou de utilidade pública um terreno de propriedade da fábrica de tecidos Carioba S/A para fins de implantação de núcleos habitacionais. Essa área estava dividida em três glebas (A/B e C) e era basicamente a mesma de cuja desapropriação o prefeito Najjar desistiu no final de seu mandato¹⁰³.

Ainda nesse ano, autorizou a alienação de áreas expropriadas do mesmo proprietário à Caixa Estadual de Casas para o Povo — CECAP —, para construção de casas populares. A lei que autorizou a alienação dessas áreas também obrigava a Prefeitura Municipal de Americana a

¹⁰¹ Decreto nº. 607, de 24 de abril de 1973; Lei nº. 1225, de agosto de 1973; Decreto nº. 784, de 30 de junho de 1975.

¹⁰² Dados disponíveis em: < <http://www2.camara.gov.br> >. Acesso em: 18 maio 2009.

¹⁰³ Decreto nº. 662, de 10 de janeiro de 1974.

realizar a urbanização do imóvel de acordo com os padrões mínimos exigidos pelo Banco Nacional de Habitação — BNH —, que compreendia os serviços de obras de guias, sarjetas, água, luz, rede de energia elétrica, escoamento de águas pluviais e rede de esgoto¹⁰⁴.

Para o pagamento dos imóveis da fábrica de tecidos Carioba S/A, objeto de ações expropriatórias, o prefeito Biasi recebeu autorização da Câmara Municipal para obter empréstimos das empresas privadas. Mas a desapropriação das terras arrastou-se até 1976, com a imissão de posse judicial. A intenção do prefeito, anunciada no jornal da cidade, era vender parte do loteamento e com o dinheiro pagar a infra-estrutura instalada no local e a desapropriação das terras, já que as casas do conjunto habitacional seriam pagas pelo morador. Nessas terras foram construídas as casas do atual bairro Antonio Zanaga.

Esse bairro popular de Americana estava planejado para localizar-se nas terras ao lado de Carioba, onde são atualmente os bairros Jaguaré e Nova Carioba. Não foi possível esclarecer os reais motivos que levaram três prefeitos, Najar, Biasi e, posteriormente, Tebaldi, a desistir dessa área para a construção de casas populares. Mas como já mencionado, provavelmente esta área estava penhorada para pagamento de impostos devidos ao governo federal.

O governo de Waldemar Tebaldi

O sucessor de Biasi na Prefeitura Municipal de Americana foi Waldemar Tebaldi (1977/1983; 1989/1992; 1997/2000; e 2001/2004). Em seu primeiro mandato foi eleito pelo MDB, mas na história podemos incluí-lo como o primeiro prefeito do Brasil filiado ao Partido dos Trabalhadores — PT. Nos seus últimos governos municipais, foi membro do Partido Democrático Trabalhista — PDT —, no qual amparou seus programas de governo no tripé: educação, saúde e habitação.

Tebaldi, nesse seu primeiro governo (1977/1983) à frente da Prefeitura, teve o mandato prorrogado pela Emenda Constitucional nº. 14, de 9 de setembro de 1980, que estendeu até 31 de

¹⁰⁴ Lei nº. 1338, de 12 de dezembro de 1974.

janeiro de 1983, em todo o território brasileiro, os mandatos de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e suplentes, com exceção dos prefeitos nomeados. Em um período de transição política, da ditadura para a democracia, as eleições para esses cargos seriam realizadas simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para deputados.

O período de resistência dos cariobenses à demolição da vila percorreu todo o seu primeiro mandato como prefeito. Nele está o abaixo-assinado de centenas de pessoas que pediam a permanência na vila e o pedido de tombamento como monumento histórico da cidade, endereçado ao governo do Estado e vetado totalmente por este.

Durante o seu primeiro governo municipal, a vila de Carioba deixou de existir. Sob a sua administração, ele ainda desapropriou terreno localizado no Parque D.Albertina (campo de futebol e área de lazer do Clube Esportivo Recreativo), na vila de Carioba, pertencente à fábrica de tecidos Carioba S/A, para implantar a Estação de Tratamento de Esgoto de Americana, em outubro de 1982¹⁰⁵. Além disso, permitiu o uso do prédio da “Escola Municipal de Educação Infantil Ubá”, também na vila, para atividades do Grupo de Escoteiros “Nhambiquara”¹⁰⁶. O ensino pré-primário havia sido ali instalado em 1973.

Quando eleito pela primeira vez (1977/1983), Tebaldi preferiu investir nas terras dos Abdalla, desapropriadas por Ralph Biasi em 1974, mas que ficaram em pendência judicial até 1976. Quando este prefeito terminou o seu mandato, a Prefeitura estava com a posse judicial das terras desapropriadas e a contratação de companhia habitacional para dar início à construção do primeiro grande conjunto habitacional de casas populares. Ao assumir a Prefeitura de Americana, Tebaldi prosseguiu com esse projeto, implantando o bairro Antonio Zanaga I. E, para os cariobenses, prometia uma casa no futuro bairro. Mais tarde, expandiu o loteamento e construiu novas casas, formando o bairro Antonio Zanaga II, a partir de projeto aprovado pela Câmara Municipal, em 1979, já na prorrogação de seu mandato.

¹⁰⁵ Decreto nº. 1600, de 13 de outubro de 1982.

¹⁰⁶ Decreto nº. 1620, de 10 de novembro de 1982.

Inúmeros cariobenses residem nessa região, considerada a maior em território e densidade populacional da cidade. Para a população do Zanaga, Tebaldi construiu mais de 3 mil casas e reservou área para 130 estabelecimentos comerciais, além de implantar 2 escolas estaduais de ensino fundamental e 1 de ensino médio, 1 Escola Municipal de Educação Infantil — EMEI —, 2 creches, 2 Casas da Criança e 1 Centro Integrado de Educação Pública — CIEP —, 1 praça de esporte, 1 bosque, 3 Postos Médicos e 1 Pronto Socorro, diversos poços artesianos e hortas comunitárias, nos governos seguintes. É considerado o pai do “Zanaga” e grande benfeitor do bairro que o elegeu quatro vezes prefeito de Americana.

O grande populista de Americana era imbatível nas urnas e tornou-se uma lenda no bairro e na cidade. Em diversas declarações públicas, afirmou: “no Zanaga sinto-me em casa, posso andar pelas ruas e tomar um cafezinho nas casas das pessoas”, o que ele realmente fazia. Ao dar prosseguimento à formação do Zanaga e dotá-lo de infra-estrutura inexistente em inúmeros outros bairros da cidade, Tebaldi conseguiu um reduto eleitoral muito fiel.

O prefeito Waldemar Tebaldi preferiu formar um novo bairro, ao invés de desapropriar Carioba e manter as suas casas centenárias, garantindo moradia para cerca de 2 mil pessoas. Mesmo que Tebaldi mantivesse a vila de Carioba e prosseguisse com a formação do Zanaga, não haveria sobra de moradias em Americana; pelo contrário, ainda faltariam muitas casas para os seus munícipes.

As habitações de Carioba, apesar de edificadas há várias décadas e de estarem danificadas pelo descuido, eram melhores que as construídas no Conjunto Habitacional do Zanaga, as quais pecavam pela qualidade do material utilizado para a construção das casas e pelos poucos metros quadrados disponíveis para cada morador.

A questão de manter as moradias de Carioba não implicava somente a manutenção de centenas de famílias operárias desempregadas, implicava também a preservação da memória e da história da cidade e da região. Questões que o populista não enxerga, pois só lhe interessa, por mais que propague o contrário, o culto à sua pessoa. Além do mais, Tebaldi não nasceu na cidade, é de Araras, SP, e veio para Americana, recém-formado em medicina no município do

Rio de Janeiro. E não poderia entender o que era perder Carioba. As suas administrações foram pautadas por inúmeros protestos públicos por acabar com construções históricas da cidade, em nome da modernidade e à custa de obscuros acordos.

O governo de Carroll Meneghel

Ao término do primeiro mandato de Tebaldi, o prefeito seguinte de Americana foi Carroll Meneghel (1983/1988), eleito pelo MDB.

Carroll, empresário de fala simples, não tinha o ensino fundamental completo e era querido por boa parte da população. Na sua administração fez obras de saneamento, como: a construção da Estação de Tratamento de Esgoto em Carioba, o aterro sanitário e a canalização do Córrego do Parque. No sistema viário da cidade investiu na construção do Terminal Rodoviário e na Estação Rodoviária. Além de outras obras públicas, criou o Parque Ecológico e o Teatro Municipal. Entrou para a história como o prefeito que viu cair o palco do Teatro Municipal em sua inauguração e que cometia muitas gafes em público, fazendo parte do folclore político de Americana. Mas tem a imagem de ter sido um administrador sério.

Durante o seu governo, o Brasil passou pela transição política da ditadura à democracia e por uma forte crise econômica que afetou as indústrias sediadas em Americana. E coube a Carroll resolver a situação de Carioba, que já se arrastava há anos.

Quando Carroll assumiu a Prefeitura, em 1983, a situação financeira do município estava comprometida por altos índices de endividamento, em razão das desapropriações que, no curso de vários anos, foram realizadas e não pagas e dos empréstimos contraídos para a realização de obras públicas. Em razão da situação econômica brasileira, em que a inflação mensal atingia níveis insuportáveis, a dívida atingiu proporções muito mais altas que sua média.

A cultura política e a legislação da época permitiam que os gestores públicos gastassem mais do que arrecadavam com os impostos, e as dívidas, normalmente, eram pagas pelo próximo

administrador. Essa prática de gestão perdurou por muitos anos até a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

As desapropriações

As desapropriações por utilidade pública foram estabelecidas pelo Decreto federal nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, que ainda está em vigor, com alguns artigos regulamentados durante os anos seguintes, por outras leis. Nessa legislação, estabelecida no governo de Getúlio Vargas, consta das Disposições Preliminares, em seu artigo 5, que vários são os casos em que se considera a desapropriação para fins de utilidade pública. A seguir, selecionamos um deles.

K). A preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza.¹⁰⁷

Todos os prefeitos anteriores a Carroll poderiam ter desapropriado a vila de Carioba, pois desapropriaram, durante anos, inúmeras propriedades que pertenciam à fábrica de tecidos Carioba S/A. Por que não fizeram o mesmo com a vila, já que as desapropriações independem da vontade do proprietário?

Não pensamos a desapropriação, nesse caso, somente no sentido de classificar a vila como um patrimônio histórico ou natural, conforme o exposto na legislação citada, mas, sim, consideramos o aspecto social, pois mais de 3 mil pessoas foram desalojadas de suas moradias no decorrer de alguns anos, em um período de crise econômica e numa cidade em que faltavam habitações para os trabalhadores desde a década de 1920.

Talvez o motivo esteja no *costume* do administrador público de esforçar-se para deixar a sua marca nas obras construídas durante o seu governo, as quais lhe garantem futuros cargos elegíveis. Hoje, com certeza, quem mantivesse Carioba passaria para a história da cidade. Mas

¹⁰⁷ BRASIL, 1941, p. 1.

talvez isso não acontecesse há 30 anos, quando o direito de propriedade, principalmente dos latifundiários, era muito superior ao sentimento de responsabilidade e de justiça social, bem como ao da consciência do valor histórico de Carioba.

Por outro lado, em nome do progresso, também se destruía a história. Sendo assim, a formação de um parque industrial — ou até de um futuro loteamento residencial — justificar-se-ia por si só. Também nesse sentido, não haveria necessidade de preocupar-se com as pessoas. E Carioba, já velha e sem o *glamour* de outrora, não tendo mais relevância econômica para Americana, poderia ser descartada.

Podemos hipoteticamente justificar: a Prefeitura não tinha dinheiro para arcar com a desapropriação da vila. Mas ela também não o tinha para nenhuma das outras desapropriações. Todavia, ainda perguntamos: por que o poder público não desapropriou Carioba quando tinha mais condições financeiras e a vila estava inteira?

A Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 garantia o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade, por utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Esses mesmos termos foram garantidos na Constituição Federal de 20 de outubro de 1967, com modificação em um de seus incisos pelo Ato Institucional nº. 9, de 1969, o qual estabelecia:

§ 1º - Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas. (redação dada pelo Ato Institucional nº. 9, de 1969).¹⁰⁸

¹⁰⁸ BRASIL, 1969, p.1.

As constituições brasileiras sempre garantiram o direito de propriedade, o qual provém da natureza dos valores materiais. Esse direito garante a liberdade de usar algo como se bem entende e independentemente do consentimento alheio. A atual Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, tida como democrática e mais humanizada, chamada de “Constituição Cidadã”, também garante os princípios de propriedade e a possibilidade de desapropriações.

Essa mesma ideologia coibiu a posse das casas das vilas através da usucapião, que é uma modalidade de aquisição original de propriedade de bens imóveis ou imóveis pelo exercício da posse nos prazos fixados por lei.

O Código Civil - Lei nº. 3.071, de 1º. de janeiro de 1916, até a promulgação do novo Código Civil, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, por 86 anos, orientou a sociedade brasileira que havia como adquirir um imóvel pela modalidade de usucapião. Mas esse mesmo código afirma que: “Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos ou clandestinos, senão depois de cessar a violência, ou clandestinidade”¹⁰⁹.

Durante as várias décadas de existência da vila, os moradores de Carioba internalizaram que as casas não lhes pertenciam, elas eram concedidas para facilitar a proximidade com a fábrica e por benevolência dos patrões. E os vários governantes, políticos e advogados que os assessoraram em tantas greves em nenhum momento orientaram os moradores sobre a possibilidade de buscar esse direito.

Podemos afirmar que, como o direito à propriedade é um princípio estabelecido nas sociedades liberais, o seu questionamento era algo impensável, principalmente para os moradores da vila. Mas para os magistrados e políticos pode não ser bem assim.

Acreditamos, por isso, que os proprietários da fábrica e da vila temeram a possibilidade de os moradores, caso permanecessem nas habitações, virem a ganhar a posse das casas, apesar de a legislação garantir o contrário.

¹⁰⁹ Livro II – Do Direito das Coisas, Título I – Da Posse, Capítulo II – Da Aquisição da Posse, artigo 497.

Em 1975, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 634-B, que instituiu o novo Código Civil; entretanto, a idéia de um novo Código em substituição ao de 1916 é originária de 1961. O projeto foi aprovado nesse mesmo ano, sem emendas, pela Câmara dos Deputados; remetido ao Senado em 1984; lá, foi novamente arquivado em 1991; e foi aprovado, em definitivo, em 2002.

Mas, já no projeto original, havia diferenças com relação ao Código Civil de 1916. Uma delas era o predomínio da socialidade sobre as concepções que dão mais valor ao indivíduo, no sentido de prevalência dos valores coletivos sobre os individuais, sem perder de vista o valor fundamental que é a pessoa. Nesse sentido, ressaltava-se a função social da propriedade.

Tanto no Projeto de Lei de 1975 como no atual Código Civil, nota-se uma mudança com relação ao de 1916, pois, de um Código eminentemente agrário, passou-se para um mais urbano. Se esse Projeto de Lei tivesse substituído de imediato o Código Civil de 1916, a vila de Carioba teria mais chances de não ser demolida, pois sua função social poderia ter sido um forte argumento para a manutenção da vila¹¹⁰. Com o Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados em 1975 — mesmo ano em que o Grupo Abdalla dissolveu o seu conglomerado — e, no ano seguinte, com o encerramento das atividades da fábrica da vila, é possível pensar que os proprietários temessem perder a área, pois muitas terras que pertenciam à fábrica de tecidos Carioba S/A, até aquele momento, já haviam sido desapropriadas pelo poder público e não pagas. Essa hipótese fortalece a tese defendida no capítulo anterior, na medida em que retrata esse temor da perda das terras da vila. Uma perda para os operários e sem retorno econômico.

Apesar de a legislação prever o pagamento das desapropriações por utilidade pública, não havia padrão no pagamento das indenizações, que normalmente se arrastavam por muitos anos. Algumas pessoas que foram privadas de seus bens receberam por eles valores extremamente elevados e foram pagas, enquanto outros bens foram desapropriados a preços irrisórios e seus proprietários não receberam integralmente o valor acordado.

¹¹⁰ O artigo 1.228 do novo Código (que substituiu o antigo artigo 524 do antigo Código), assim dispõe sobre o direito de propriedade do século XXI: “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. § 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante”. (BRASIL, 2002)

No caso de Americana, o prefeito Carrol Meneghel, eleito pela oposição, da qual vieram seus antecessores que lhe deixaram as dívidas, foi obrigado a pagá-las porque o Grupo Naisa, da família Najar, juntamente com o Grupo Abdalla, entrou com ações judiciais contra a Prefeitura de Americana. As famílias pleiteavam o pagamento das sucessivas desapropriações realizadas e não pagas desde 1974.

Com a ação judicial dessas famílias, outras, de menores valores, estavam se juntando para garantir o pagamento das indenizações de terras também desapropriadas pela Prefeitura. As ações em fase de encaminhamento eram as da família Zanaga e de Jaime Jones, relativas a áreas desapropriadas em 1976. E mais: o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Francisco Thomaz de Carvalho Filho, “determinou o seqüestro de receitas municipais, até que fosse alcançada a importância de aproximadamente Cr\$212 milhões, para o pagamento das terras desapropriadas junto ao Grupo Naisa”¹¹¹. Esta determinação comprometeria praticamente a arrecadação de um mês, impedindo a administração de fazer frente a encargos e aos salários dos funcionários municipais.

Carroll buscou alternativas para saldar as dívidas que comprometiam a sua administração; uma das tentativas foi uma audiência com Franco Montoro, governador de São Paulo, para conseguir algum empréstimo a fundo perdido. Mas foi recebido somente pelo Secretário do Interior.

Durante esse processo, a Prefeitura formulou pedido de desistência da desapropriação da “Mata do Mirandola”, decretada pelo prefeito Waldemar Tebaldi em 1981. Embora livre de pagar essa desapropriação, a Prefeitura arcou com as despesas do processo, os salários dos peritos e os honorários dos advogados dos expropriados, em um período de alta inflação.

Também tentou desistir das áreas desapropriadas da Naisa, do Grupo Najar, na intenção de paralisar a ação de seqüestro de rendas da Prefeitura. “Qualquer recurso por parte da Prefeitura, a

¹¹¹ **O Liberal**, 17 jun. 1983, primeira página. Artigo de jornal anexado no processo enviado à Câmara Municipal de Americana para justificar o acordo com os grupos econômicos que entraram com a ação judicial contra a Prefeitura.

essa altura dos acontecimentos” – diz o advogado – “será no sentido de adiar, porque o pagamento vai ter de ser feito de uma forma ou de outra, ou por bem ou por mal”¹¹².

O clima na cidade, principalmente dentro do funcionalismo público municipal, era tenso. No início da administração de Carroll, aproximadamente 200 funcionários foram dispensados. Na época, mais de 20% do total de servidores¹¹³.

A única alternativa, alegada pela administração municipal, era tentar entrar em acordo com os grupos econômicos que judicialmente reivindicavam a remuneração das terras desapropriadas pela Prefeitura, já que esta não conseguiria efetuar os pagamentos.

O que se percebe pelos artigos sucessivamente publicados nos jornais da cidade é que a administração se encontrava em um “beco sem saída”. O acordo submetido à apreciação da Câmara Municipal nem chegou a ser votado e teve aprovação direta. Isto é, já havia uma combinação entre prefeito e vereadores. O projeto de lei, feito às pressas e sem a sua exposição pública, para não correr o risco de ser questionado ou barrado, foi aprovado por unanimidade. O jornal local apoiou tal procedimento, na medida em que afirmava em suas reportagens que os vereadores e a administração municipal não levaram em conta se os acordos eram bons ou ruins; somente consideraram que resolveria a situação de descalabro econômico-financeiro em que se encontravam as contas municipais.

O endividamento da PREFEITURA atingiu índices alarmantes, em razão das desapropriações que, no curso de vários anos, foram realizadas e não pagas e dos empréstimos contraídos para a realização de obras públicas.

Esta prática, ainda que justificada sob o manto do interesse público, afigurou-se nociva aos reais interesses da comunidade, em razão dos pesados encargos por ela gerados, decorrente da correção monetária, dos juros moratórios e compensatórios e de

¹¹² **Diário de Americana**, 18 jun. 1983, primeira página. Artigo de jornal anexado no processo enviado à Câmara Municipal de Americana para justificar o acordo com os grupos econômicos que entraram com a ação judicial contra a Prefeitura.

¹¹³ O prefeito fazia declarações de que teria que demitir praticamente todos os funcionários da Prefeitura, deixando apenas uma turma para trabalhos essenciais. A arrecadação de Americana mensal era em média de Cr\$260 milhões. O seqüestro determinava a retenção de aproximadamente Cr\$212 milhões. O prefeito alegava que se fizesse o pagamento, não sobraria recursos para pagar o funcionalismo municipal e manter as atividades da Prefeitura.

outros encargos financeiros. A situação chegou a tal ponto que a receita municipal, por si só, mostrou-se quase que totalmente insuficiente para atender somente o pagamento dos encargos que, assustadoramente, crescem na base de 9% ao mês, média encontrada nos meses de maio e junho de 1983 (Anexos I a IV).

Se considerarmos que, hoje, a dívida, somente com as desapropriações, ultrapassa a vertiginosa casa dos Cr\$6.500.000.000,00 (seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), constataremos inevitavelmente que, somente neste item, desapropriação, tornou-se impossível o pagamento e, até mesmo, dos encargos que se acumulam, mês a mês, elevando, de forma desmedida, o montante da dívida...

E, se mantida esta mesma progressão, alcançará, em 31 de dezembro de 1984, a assustadora soma de Cr\$30.661.282.711,10 (Trinta bilhões, seiscentos e sessenta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e onze cruzeiros e dez centavos), representando um acréscimo de 281%, em relação à importância encontrada em 31 de dezembro de 1983.

Por mais que possamos envidar os maiores esforços e, ainda que pudéssemos dispor de recursos até sobre humanos, dentro das perspectivas financeiras atuais, dificilmente esta dívida poderia ser paga...

Basta dizer que, como bem demonstram os balancetes da receita relativos aos meses de janeiro a abril de 1983 (Anexos V a VIII), a média mensal da receita arrecadada foi de apenas Cr\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), insuficiente, portanto. Comparando a dívida com esta arrecadação, irrisória dentro do contexto geral, poderemos perfeitamente concluir que, mesmo que o Município fosse relegado ao mais completo abandono, ao caos, sem a realização de obras, serviços, e pagamento de salários e demais encargos, com a única e precípua preocupação de destinar a totalidade dos recursos arrecadados ao pagamento desses encargos, a DÍVIDA NUNCA SERIA PAGA E, ETERNAMENTE, CRESCERIA, numa constante progressiva. (Processo Municipal n. 078/83, Exposição de Motivos, p. 2-5).

No acordo com o Grupo Najar, a Prefeitura devolveu 80% das terras desapropriadas e pagou os 20% das terras já ocupadas, mais os honorários advocatícios. Numa dessas glebas incluídas na desistência, a administração anterior havia implantado a Área de Lazer, que foi desativada por Carroll. A forma de desapropriação e de devolução da área foi criticada pelos jornais da cidade, pois, para a desapropriação e a construção da Área de Lazer, destruíram-se milhares de nogueiras, da espécie pecã, plantadas pelo Grupo Najar para o reflorestamento dessas

terras. E, com a remoção dos aparelhos de lazer e das cercas, os banheiros ficaram descobertos; os quiosques, abandonados; e as quadras cimentadas, largadas no meio do pasto¹¹⁴.

O acordo entre a Prefeitura Municipal de Americana e a Agro Imobiliária Jaguari S/A, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, sucessora da fábrica de tecidos Carioba S/A, foi referendado pela Lei nº. 1.884, de 29 de junho de 1983.

Esse acordo era referente a dois processos judiciais: 504/73, relativo ao Decreto nº. 607, de 24 de abril de 1973, e 921/75 (antigo 912/74), referente à Lei nº. 1.225, de 14 de agosto de 1973.

No primeiro, a Prefeitura desistiu de desapropriar algumas terras (477.090,00 m² – quatrocentos e setenta e sete mil e noventa metros quadrados de área remanescente, uma vez que, com relação à área restante, já havia realizado acordo e recebido por ela); em troca, recebeu os valores inicialmente depositados na ação e pagou os custos processuais, dos peritos e técnicos. A Agro Imobiliária Jaguari S/A renunciou a eventuais perdas e danos decorrentes do desapossamento das áreas desapropriadas e devolvidas, ficando-lhe a possibilidade de usá-la para futuros loteamentos residenciais ou destinados à implantação de indústrias. Caso a Agro Imobiliária Jaguari S/A se utilizasse do plano de loteamento aprovado, deveria destinar áreas às vias de circulação, ao sistema de lazer, às áreas verdes e institucionais.

No segundo processo, a área acordada era bem maior do que no primeiro; a Prefeitura havia utilizado uma pequena parte, onde estava o casarão sede da antiga Fazenda Salto Grande. No acordo, a Prefeitura recebeu como doação essa área e o casarão nela existente, hoje transformado no Museu Pedagógico “Dr. João da Silva Carrão”. Essa área doada (10.978,30 m² – dez mil e novecentos e setenta e oito metros e trinta centímetros) ao Poder Público ficou para ser compensada em futuro loteamento, limítrofe à área doada. A municipalidade também recebeu os valores inicialmente depositados na ação e pagou os custos processuais, dos peritos e técnicos. Interessante observar que a sede da Fazenda Salto Grande foi tombada pelo Conselho de Defesa

¹¹⁴ **Diário de Americana**, 26 jun.1983, primeira página. Artigo de jornal anexado no processo enviado à Câmara Municipal de Americana para justificar o acordo com os grupos econômicos que entraram com a ação judicial contra a Prefeitura.

do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico — Condephaat —, em 1982, a pedido da Prefeitura¹¹⁵. A Vila de Carioba, porém, nunca conseguiu o tombamento.

Ainda nesse processo, além da área do casarão, a Prefeitura recebeu a doação de áreas situadas em Carioba (441.777,78 m² - quatrocentos e quarenta e um mil e setecentos e setenta e sete metros e setenta e oito centímetros), com todas as construções e benfeitorias nelas existentes. O acordo foi aprovado tão urgentemente que, nesse item, o próprio processo afirma a necessidade de determinar as medidas corretas, pois a metragem estabelecida é aproximada, em virtude da urgência de tramitação do acordo. Essas áreas, nas exatas medidas, também seriam descontadas em futuros loteamentos.

As áreas doadas, pelas suas exatas medidas, deverão ser compensadas nas áreas que, obrigatoriamente, deverão ser reservadas para a instalação de sistemas de recreio, para áreas verdes e para fins institucionais, e, nessas condições, integradas ao patrimônio público municipal, no futuro loteamento que, no local, pela “Expropriada” será realizado, com observância às diretrizes municipais. Esta condição deverá ser consignada na oportuna escritura de doação.¹¹⁶

Todo loteamento se obriga a reservar terras que se destinam às áreas institucionais (construção de escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, etc.) e sistemas de recreio (praça pública, de esportes, bosques, parques, etc.). Como no processo anterior, essas áreas “doadas” seriam descontadas em futuros loteamentos que os proprietários implantariam. No caso de Carioba, as metragens doadas pelos proprietários à Prefeitura Municipal de Americana foram descontadas dos loteamentos que hoje formam os bairros Residencial Jaguar e Nova Carioba. Isto é, as áreas destinadas para fins institucionais e sistemas de recreio desses dois bairros limítrofes, também com a antiga vila de Carioba, são mínimas. Os dois bairros não possuem praça pública e têm que dividir uma escola de ensino fundamental, o CIEP Professora Maria Nilde Mascelani, pois a metragem destinada em seus loteamentos já foi descontada nas terras de Carioba que pertencem ao município de Americana.

¹¹⁵ Processo: 00486/74 – Tomb: Res. 8 de 15/4/82 – D.O.: 30/4/82 – Livro do Tombo Histórico: Inscrição n. 169, p. 39, 7/5/1982. Disponível em: <www.cultura.sp.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2008.

¹¹⁶ AMERICANA, 1983, p. 9.

A Prefeitura ficou com os prédios da escola, da antiga sede da Sociedade de Mútuo Socorro, da casa de Manoel Abdalla, da usina hidrelétrica; duas casas dentro da usina, o prédio dos salões da fábrica de tecidos, do escritório e a casa ao lado, além de uma casa de operário.

Na realidade, acreditamos que no acordo tenham ficado estipuladas somente as terras que seriam doadas ao Poder Público, que incluía a usina hidrelétrica e os salões da fábrica. A usina poderia ser cedida, como o foi, à Companhia Paulista de Força e Luz¹¹⁷, e os salões da fábrica já estavam sendo alugados pelos Abdalla para pequenas empresas da cidade. Assim poderia continuar com o novo proprietário. Os depoimentos de moradores de Carioba afirmam que a casa de Manoel Abdalla, hoje Casa de Cultura Hermann Muller, só não foi demolida porque uma família de negros morou por algum tempo em seu porão. Como os outros prédios foram cedidos para entidades filantrópicas — a escola, para um grupo de escoteiros; o escritório, para uma entidade religiosa e filosófica; as casas da usina, para zeladores —, eles também resistiram à demolição posterior, executada pela própria Prefeitura. O restante das habitações doadas ficou em completo abandono.

No acordo com a Agro Imobiliária Jaguari S/A, a Prefeitura comprometeu-se a proceder à desocupação dos prédios existentes na área de desistência da desapropriação. Por outro lado, a Imobiliária entregaria desocupados os prédios existentes nas áreas da vila de Carioba, ressalvados os imóveis industriais locados. Ficou a critério da Prefeitura ajuizar ação de despejo, se necessário.

Ainda na região do Salto Grande, ao lado do casarão, a Agro Imobiliária Jaguari S/A cedeu em comodato à Prefeitura, por um prazo de 20 anos, a exploração da pedreira lá existente.

Por desistir de receber perdas e danos pela não utilização das áreas a lhe serem devolvidas, a Prefeitura obrigou-se a conceder anistia de todos os débitos tributários, lançados até a data de 31 de dezembro de 1983. Esses débitos referiam-se a imposto predial, territorial, taxas de água e esgoto, taxas de extensão de rede de energia elétrica e taxas de pavimentação e serviços

¹¹⁷ Lei nº. 1948, de 6 de julho de 1984 - Dispõe sobre a doação de bens a Companhia Paulista de Força e Luz. A Prefeitura teria a participação de 5% do produto líquido mensal de produção energética gerada na usina doada, medida em KWH, que seriam descontados do consumo correspondente à iluminação pública do município.

preparatórios. Havia, ainda, outros tributos cujos fatos geradores tinham por objeto imóveis da Agro Imobiliária, bem como de seus diretores, situados no município de Americana, referentes também ao período anterior a 31 de dezembro de 1983. Os herdeiros de J. J. Abdalla tinham interesse em quitar as dívidas com o Poder Público, pagando os impostos devidos pelos pais em anos anteriores, pois, com as suas terras isentas de débitos, poderiam negociar facilmente futuros loteamentos ou vendas. Os acordos, como os realizados com a Prefeitura de Americana, com grande vantagem para os proprietários devido à crise econômica da época, eram interessantes e foram um grande negócio para os proprietários de Carioba.

A Prefeitura indenizou, ainda, 30% da área utilizada, sendo metade do valor pago na assinatura do acordo e o restante dividido em seis parcelas iguais, mensais e sucessivas, em valores atualizados na data de 30 de junho de 1983.

E assim, Carioba, depois de anos, passou para os domínios do Poder Público Municipal, porém continuou a pertencer aos cariobenses, que dela se apossaram pela memória — até hoje viva e rica.

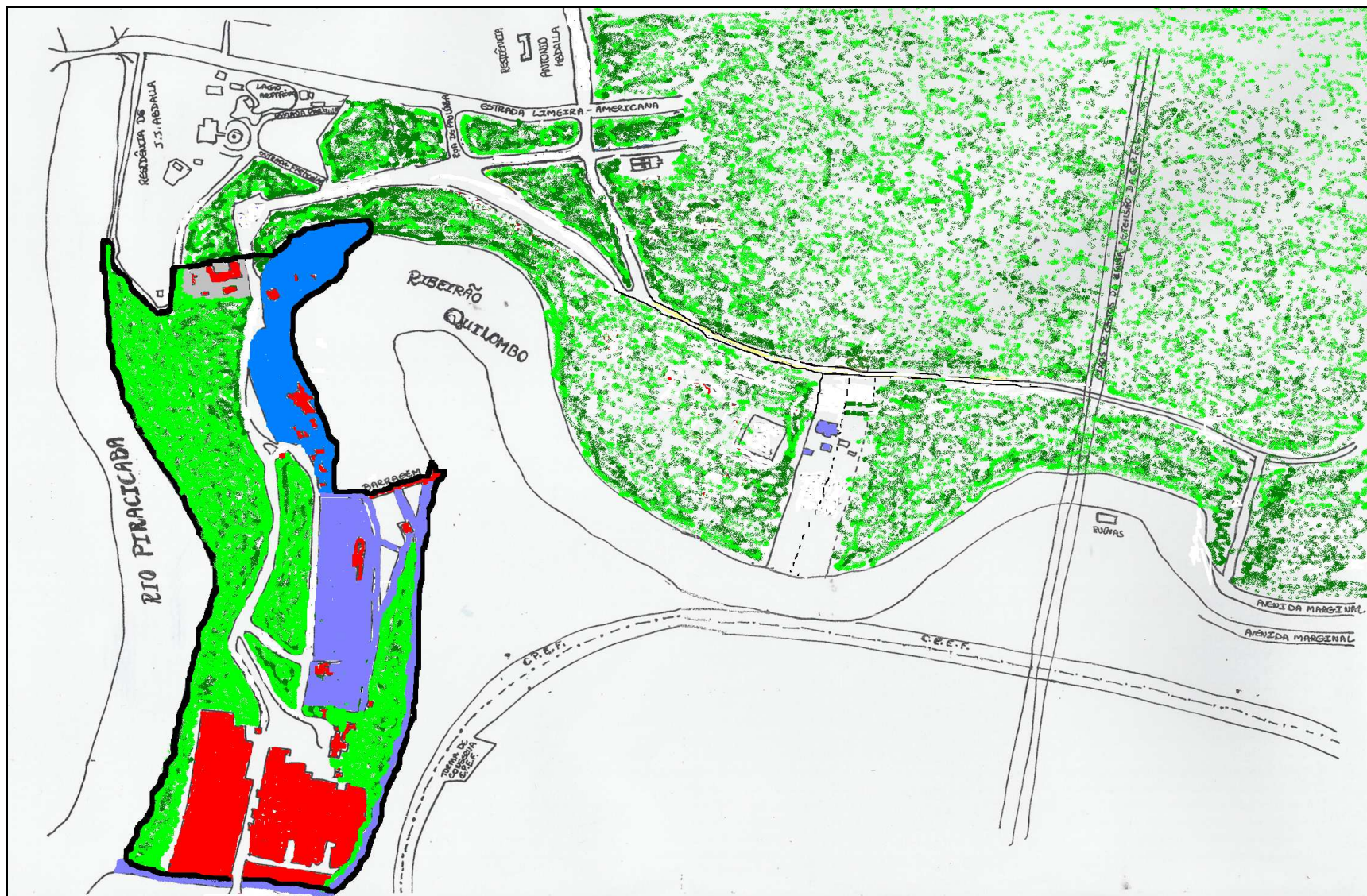


Figura 76 – Mapa da vila de Carioba após a demolição.
 A área contornada em preto pertence ao patrimônio municipal de Americana.
 Fonte: Câmara Municipal de Americana.

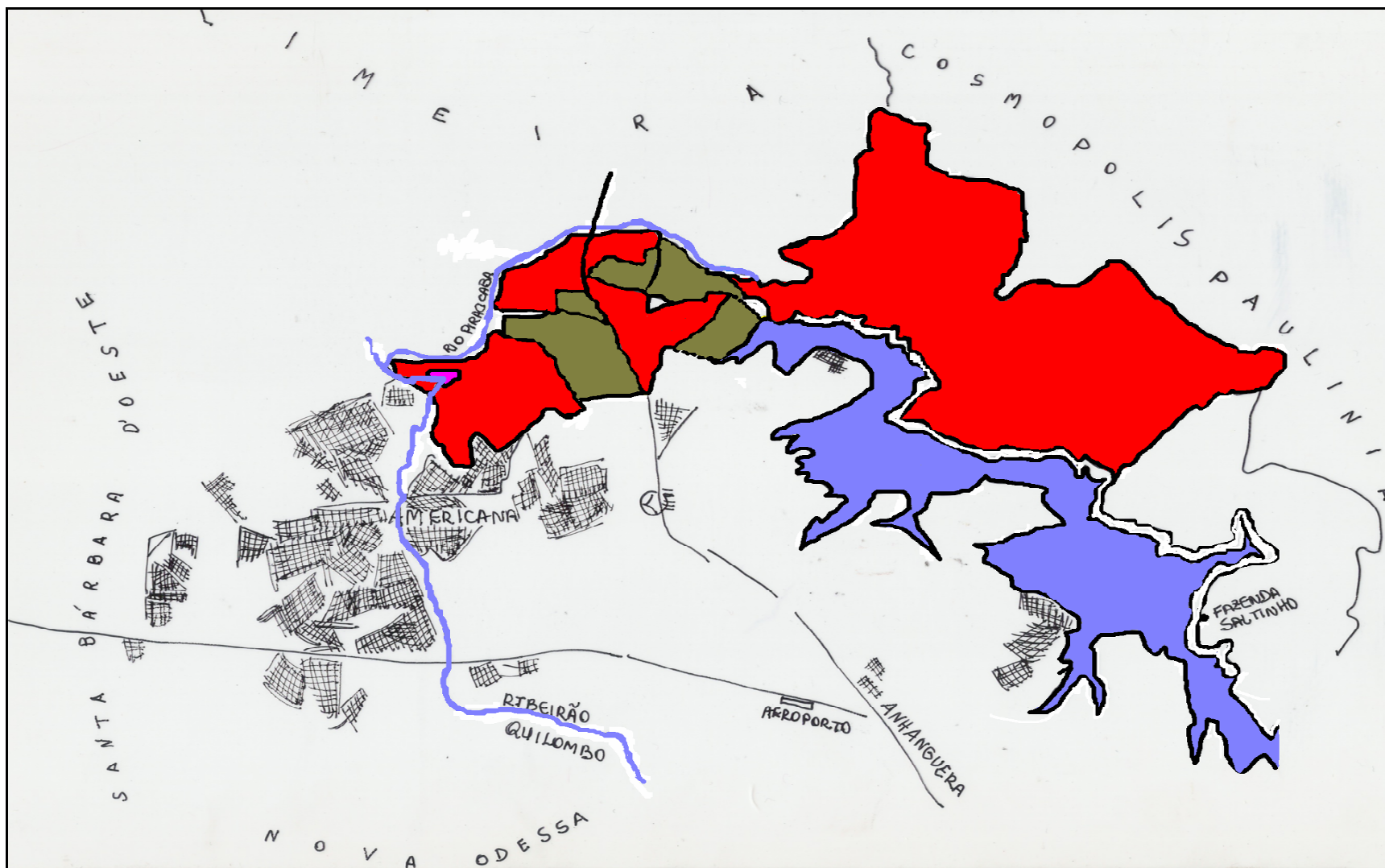


Figura 77 – Mapa das terras do Grupo Abdalla em Americana, 1983.

Em vermelho, área do Grupo Abdalla. Em verde, terras desapropriadas para implantação de indústrias e loteamentos residenciais. Em rosa, Carioba.

Fonte: Câmara Municipal de Americana.

Capítulo V
A construção da memória do paraíso



Figura 78 – Antepassados
Desenho: Suzete Volpato

Ao escolher e enquadrar alguma coisa, nós lhe damos a dimensão da importância que provém do fato de a termos selecionado. No momento em que se seleciona algo, lhe conferimos um valor adicional que o distingue de toda e qualquer coisa ¹¹⁸.

¹¹⁸ KIAROSTAMI, 2004, p. 138.

Os imigrantes da “bota”

A região onde hoje se localiza a cidade de Americana recebeu, no final do século XIX, os primeiros grupos de imigrantes italianos. As sucessivas levas que imigraram para o Brasil e principalmente para a região sudeste do País representaram, até a Primeira Guerra Mundial, um quarto da população do Estado de São Paulo. Esse número de imigrantes italianos está diretamente associado à expansão das lavouras de café e depois, paulatinamente, às indústrias instaladas pelos diversos recantos do Estado.

O elevado número desses imigrantes disseminou sua cultura desde a capital do Estado. Em várias cidades do interior criaram-se associações musicais, esportivas, recreativas e educacionais, além de sociedades líricas, bandas e várias outras atividades esportivas e artísticas. Trata-se de uma cultura voltada para o teatro, o cinema, a música e a culinária¹¹⁹. Aqui no Brasil, como em outros países da América, esse povo imigrante manteve-se em sua colônia por várias décadas, praticando o idioma de origem e cultivando seus costumes.

Os italianos que aqui chegaram tinham no catolicismo um dos elementos fortes de sua identidade. Segundo Canetti (2005), as características de um povo, o seu jeito de ser, a sua forma de agir e sentir expressam-se através de um “símbolo de massa”. Consideramos a igreja como o símbolo de massa dos italianos imigrantes, pois, em cada região em que eles se estabeleceram, uma capela ou uma igreja foi edificada. Esse espaço religioso uniu-os em terras desconhecidas¹²⁰.

Os motivos que levaram esse povo a emigrar em massa para o Brasil no final do século XIX residem principalmente no crescimento populacional e no processo de unificação da Itália, associados ao pequeno território acidentado, que impedia a expansão da agricultura.

Miséria! Esta é a verdadeira e exclusiva causa da imigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial [...] A fuga, inclusive a pé, em pleno inverno, para chegar ao porto de embarque – Genova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir

¹¹⁹ Para mais detalhes sobre a imigração italiana no Brasil, ver Rodrigues e Francesco, 1999.

¹²⁰ Embora Canetti (2005, p. 176) afirme que a Roma de São Pedro, que se enchia de peregrinos todos os anos, “não se adequava de modo algum ao papel de pólo da diferenciação nacional. Ela seguia voltando-se indiscriminadamente a todos os homens”; mesmo assim, atribuímos esse símbolo.

aspectos de verdadeira libertação [...] Vão para a América, como iriam à aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até ao som de sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu numa aldeia da região de Treviso ¹²¹.

As primeiras famílias de imigrantes que chegaram à Fazenda Salto Grande¹²², mesmo com profissões não relacionadas à agricultura, tiveram que se sujeitar a essa atividade e às condições dela provenientes. O Estado de São Paulo fez a sua própria política de imigração através de cafeicultores que fundaram a Sociedade Promotora de Imigração. A família Souza Queiroz, primeiros proprietários de Carioba, e outras famílias que a ela se ligaram por laços de parentescos, como a do Senador Vergueiro, foram fundadoras dessa sociedade.

No recenseamento de 1918, realizado pelo município de Campinas, havia em Villa Americana 5.201 brasileiros, 1.501 estrangeiros e 17 que não declararam nacionalidade. Desses estrangeiros, 904 eram italianos, 173 espanhóis, 130 portugueses, 111 russos, 42 alemães, 37 austríacos, 30 norte-americanos, 23 turcos, 13 argentinos, 9 suíços, 8 ingleses, 4 franceses, 12 de países europeus não discriminados, 3 africanos e 1 asiático. O recenseamento estimava ainda que, em cada 100 habitantes, 78 eram brasileiros e 22 estrangeiros. Sendo que, dos 78 brasileiros, 75 eram paulistas; e dos estrangeiros, 15 eram italianos¹²³.

Como já visto, a vila operária de Carioba foi habitada em sua maioria por imigrantes italianos. Eles construíram uma identidade própria, inspirada na cultura herdada de sua terra natal e mantida pelos seus descendentes. A tradição cultural voltada para as artes e trazida de suas províncias de origem transformou-se em associações esportivas, recreativas e de mútua ajuda dos habitantes da vila de Carioba. Essas associações fizeram vigorar na vila um sistema de trocas que equilibrava as relações conflitantes entre patrões e empregados, chefes e operários.

¹²¹ TRENTO, 1988, p. 6.

¹²² Em 1887, chegaram à Fazenda Salto Grande as seguintes famílias: Luiz Delben, Luiz Cia, Antonio Luchesi, Luiz Santarosa, Marcos Campari, José Faé, João Meneghel, Roviglio Bertini, Miguel Bertolo, Olivio Piloto, Luis Sacilotto, Pedro Mantovani, José Grazi, Antonio Ravagnani, Celeste Trovó, Antonio Trombin, Humberto Casagrande, Vergilio Marsson, José Francescato, Virgilio Duaneto, Luiz Nardo, João Scarazzato, José Tonhela, Cesar Casati, Natal Minarello, Paolo Dell'Agnese, José Rozalem, Felicio Seleghini, Antonio Altaraju, Paulino Salvador e Angelo Provedel. Disponível em: <www.americana.sp.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2009.

¹²³ Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Durante o período em que a família Muller foi proprietária de Carioba, as crianças que moravam na vila eram obrigadas a escolher atividades de teatro, esporte ou música. *Quando tava na escola, todo ano era chamado um grupo lá e tinha que escolher, pois o patrão não queria as crianças na rua sem fazer nada* (Depoimento de Hercule Giordano).

Em 1918, somente 37,7% dos habitantes de Villa Americana, maiores de 7 anos, sabiam ler e escrever. O analfabetismo estava presente na população esparsa (fora do perímetro urbano – Carioba se incluía na população esparsa), e, em maior número entre as mulheres. Nessa época, somente 40% da população em idade escolar - 7 anos -, freqüentava a escola, no Brasil. E os estrangeiros demonstravam maior interesse na escolarização dos filhos. Os dados do censo de 1918 corroboram essa afirmação.

Existiam em 30 de abril, 17 escolas todas do curso primario, com 17 professores: 16 mantidas pelo Estado, e subordinadas á Direção Geral do Ensino; 1, também do Estado, era mantida pelo Patronato Agrícola. Eram masculinas 5, femininas 3, e mixtas 9; 15 diurnas e 2 nocturnas; 8 na sede do districto, 5 em Carioba, 2 em bairros ruraes e 2 em Nova Odessa [...]

Dos 632 alumnos matriculados nas escolas, 174 eram filhos de paes brasileiros, 337 de paes italianos; 27 de paes portuguezes e 94 de paes de outras nacionalidades. Eram brasileiros 619, estrangeiros 13; dos brasileiros eram paulistas 617 e de outros Estados 2.

Considerando estes dados quanto á filiação dos alumnos, vê-se quanto é lastimável o descaso manifestado pelos paes brasileiros no tocante á instrução de seus filhos¹²⁴.

Segundo os depoimentos, concluídos os estudos, que iam até a 4ª. série, as crianças eram direcionadas para o trabalho na fábrica. Entretanto, faz-se necessário observar que, devido às repetições dos anos escolares, as crianças terminavam os estudos em média, com 12 anos. O censo de 1918, afirma que entre os declarantes que exerciam uma profissão, somente 22,4% eram mulheres e elas, em sua maioria estavam empregadas na fábrica de Carioba. Portanto, mesmo se alfabetizadas pela escola, a maioria das mulheres ficava em casa cuidando dos irmãos ou dos filhos¹²⁵.

¹²⁴ Censo de 1918, p. 7. Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

¹²⁵ Mais detalhes sobre a escolarização na vila de Carioba, consultar os anexos deste trabalho.

A mesma forma de organizar a vila estendeu-se pela administração seguinte, a da família Abdalla, pois esta também *não queria nenhuma criança na rua* (Depoimento de José Sarra). Só que nesse período não havia as opções de teatro, esporte ou música, e sim, somente o direcionamento das crianças para o trabalho na fábrica logo após a conclusão da 4ª. série escolar, também por voltas dos 12 anos. Até essa idade, as crianças brincavam livremente pelos vários recantos naturais de Carioba e visitavam as casas dos amigos. *As casas ficavam de portas abertas, a gente entrava numa e saía no quintal da outra e ficava andando assim pelas casas* (Depoimento de Ruth Silvestre). Algumas crianças, por exemplo, trabalhavam como babás, engraxates de sapato ou catadores de lenha, para ajudar no sustento da casa dos pais. *Eu olhava as crianças de uma costureira. Ficava lá com elas. Eu gostava porque ela fazia aqueles canecões cheios de leite e pão, como uma sopa, para a gente comer de café da manhã. Eu tinha uns 8 anos, ia na escola à tarde* (Depoimento de um morador que não quis se identificar).

Além das atividades voltadas para as artes que os cariobenses aprenderam de seus pais, vivenciaram na infância sob o controle dos Muller e mantiveram quando adultos, todos, adultos e crianças, desfrutavam da região em que a vila estava localizada, cercada de rios, córregos, matas e animais selvagens. Formada dentro desse ambiente, a vila proporcionou aos seus moradores atividades de zona rural em meio a uma infra-estrutura urbana. Isso fez com que os imigrantes e seus descendentes identificassem “recantos de prazer” dentro de Carioba. Os “recantos de prazer” eram os locais em que as pessoas desfrutavam da natureza, mas também eram aqueles criados pela engenhosidade dos seus habitantes. O trabalho infantil, as atividades esportivas e culturais, festas e comemorações misturam-se, assim como os tempos individuais e coletivos, nas memórias dos nossos depoentes.

Recantos de prazer: produtores da memória

Um desses locais era o Parque São Francisco, conhecido como “poça”. No local havia uma piscina de água corrente que foi construída pelos moradores, com água represada de um córrego. A piscina, que media 10 por 7 metros, era esvaziada todo domingo à noite e cheia novamente sábado pela manhã. Dentro do Parque foram edificadas dois salões cercados e cimentados, um

para a orquestra e outro para as danças e brincadeiras domingueiras¹²⁶. Ao fundo dos salões havia um campo de bocha e malhas, um local para jogos de cartas como o truco e a escopa, uma quadra para luta livre e um coreto para apresentações da orquestra. Os músicos dessa orquestra participavam de dois outros grupos musicais existentes na vila, o *Jazzband* e *Banda Musical de Carioba*¹²⁷. Os associados pagavam uma pequena mensalidade e o clube promovia, a cada dois ou três meses, uma matinê dançante com chope e lanches distribuídos de graça aos sócios.

Havia dois clubes em Carioba, com diretoria e estatuto: O Clube de Regatas e Natação Carioba, defronte à fábrica de tecidos, às margens do Rio Piracicaba, e o Club Recreativo e Sportivo Carioba, com sede próxima à escola. As atividades proporcionadas pelos clubes ajudaram a fortalecer a imagem da vila como um núcleo de cultura, entretenimento e lazer. E não só: foram eles que solidificaram o sistema de troca, a obrigação de dar, receber e retribuir entre os moradores da vila, aí incluídos os patrões, que permitiam a constante formação de comissões: de festas, de comemorações, de homenagens, de gratidão e de reivindicações, tanto trabalhistas como sociais.

O Club de Regatas e Natação Carioba foi inaugurado em maio de 1921¹²⁸ e nasceu dentro do clube de futebol de Carioba o Club Recreativo Sportivo Carioba. O seu sustento era garantido, assim como o de todos os clubes existentes em Carioba, através de: mensalidades; partidas dançantes rotineiras; bailes comemorativos; quermesses; e ajuda de beneméritos do lugar. O clube foi tricampeão de remo do interior e, além dos esportes aquáticos, o remo e a natação, mantinha equipes competidoras em várias modalidades no atletismo: corridas, salto em extensão,

¹²⁶ **O Liberal**, 12 set. 1983, p. 2.

¹²⁷ BERTALIA, 1999, p.124.

¹²⁸ As competições a remo, provavelmente, são os mais antigos acontecimentos esportivos de que se tem notícia; talvez somente corridas a pé as tenham precedido. No Brasil, o remo foi o início do esporte nacional, datando de 1851 a fundação do Grupo dos Mareantes, em Niterói, com o objetivo de estimular a prática do remo. E de 1897, a disputa da primeira regata feminina no Brasil. Mas foi a partir de 1900, na sua primeira década, que houve grande número de fundação de clubes de remo pelo Brasil. Tempos em que o remo era o esporte mais popular e mais sofisticado do País. Na década de 1930, a elaboração de estatutos e competições se intensificou (LICHT, 1986). Este mesmo autor afirma que no ano de 1935, em Americana, foi fundado o Clube de Regatas e Natação Carioba. Mas in: **Jornal O Município**, Villa Americana, 6 de maio de 1924, há a publicação das festas de inauguração do Club de Regatas e Natação Carioba. Na realidade, as festas ocorridas nos dias 3 e 4 de maio de 1924, comemoravam a inauguração do *pavilhão de danças e outros divertimentos* para os sócios desta agremiação. No artigo Remo e Natação – Uma entidade que se desenvolve no remo e natação – Palestra com um diretor do “Club de Regatas e Natação Carioba” - Organização promissora e actuação bem orientada, **O Município**, Villa Americana, 21 de março de 1925, o vice-presidente do club e entrevistado do jornal **O Estado de S. Paulo**, afirma que o clube foi *fundado a dois annos e meio. Tem a sua sede à beira do rio Piracicaba*. Portanto, fundado em 1922.

arremesso de pesos e de discos. Os seus praticantes participavam de competições de atletismo em outras localidades, como também eram anfitriões dos torneios realizados em Carioba. Mas o Clube de Regatas, que tinha entre seus sócios também as *senhoritas*, como se costumava dizer, que pagavam metade do valor da mensalidade cobrada dos associados, não se restringia às atividades esportivas: patrocinava também alguns espetáculos e bailes em sua sede. Nela, “os rapazes e senhoritas, terão o prazer de dansar tango, Rag time e Foxtrot, ao som do JazzBand Cariobense. O baile terá início as 3 horas e terminará as 6 horas. Alerta rapaziada”¹²⁹, anunciava o jornal da época, logo após a inauguração da sede do clube.

Quando, em 1938, em Santos (SP), o Clube foi “Campeão do Interior”, em competição organizada pela Federação de Remos de São Paulo, dois filhos de Hermann Muller, dirigente e proprietário de Carioba, participaram da competição: Horst Muller Carioba e Dr. Joaquim Muller Carioba¹³⁰, este último primogênito de Hermann e possível sucessor do pai nos negócios da família. Além dos salões de baile, ampliados em 1936, havia no Clube uma quadra de basquete de terra batida e um grupo de teatro, o Grupo Dramático do Clube de Regatas e Natação Carioba, que encenava espetáculos teatrais públicos com pagamento de ingresso. Em época de carnaval, o Clube de Regatas patrocinava “banho a phantasia, bailes ao ar livre e passeios de phantasia em barcos”¹³¹, e os bailes ao ar livre constavam normalmente de sua programação.

A prática do remo, principalmente nos primeiros 40 anos do século XX, expressava sofisticação: um esporte popular, mas “glamouroso” o suficiente para ser apreciado pela elite brasileira. Em Carioba, era praticado em sua maioria pelos operários, mas tinha a participação da família Muller, às vezes como desportistas, além de sempre como um de seus financiadores. Os sócios do Clube espalhavam-se pela cidade de Americana e circunvizinhas. Essa atividade proporcionou a projeção de Carioba na elite brasileira e, ao mesmo tempo, popularizou-a.

O Clube de Regatas e Natação de Carioba extinguiu-se entre 1949 e 1950. Ao acompanharmos a trajetória desse clube pelo jornal, observamos que, dentre as várias dificuldades enfrentadas para mantê-lo em atividade, embora ele tivesse um considerável

¹²⁹ **O Município**, 10 maio 1924.

¹³⁰ **O Município**, 19 out. 1938.

¹³¹ **O Município**, 19 fev. 1933.

patrimônio, composto de pavilhões e barcos, a principal razão apontada pelos moradores para o seu fechamento seria a condição do rio Piracicaba, que já não mais oferecia a possibilidade dessa prática esportiva¹³². Além desses fatores, os novos proprietários de Carioba, os irmãos Abdalla — que, provavelmente, não tinham o gosto pelo esporte demonstrado pelos Muller —, manifestaram a intenção de ampliar a fábrica e pediram, para isso, a área do Clube de Regatas, que ficava em frente aos salões da fábrica de tecidos. Assim, no lugar do Clube, no ano de 1950, o Grupo Abdalla inaugurou os salões industriais destinados ao setor de fiação da fábrica.

Já o outro clube, mais antigo, o Club Recreativo Sportivo Carioba, foi inaugurado em 1914. No decorrer dos anos, nele implantaram-se uma biblioteca e um salão de jogos com pingue-pongue, dama, xadrez e bilhar, além de uma quadra de bola ao cesto (basquete), *voley ball* (vôlei) e futebol de salão. O clube administrava o cinema e o campo (Parque D. Albertina), sede do seu time de futebol. Por muito tempo, até que um novo salão fosse construído, os bailes eram realizados em uma sala também usada para as projeções cinematográficas. Quando havia *partidas dansantes*, as cadeiras de madeiras (dobráveis) eram retiradas e os participantes podiam dançar.

Já os bailes de carnaval, os de final de ano e mesmo os rotineiros foram marcantes e populares; e, mesmo quando restavam poucos habitantes na vila no final da década de 1970, o C.R.S. Carioba ainda estava em atividade. Nos seus salões “Verde e Azul essa agremiação recreativa de Carioba realizava pomposos bailes. E como sempre foram festas de sucesso”¹³³. E era freqüentado por pessoas de diferentes localidades, até porque os associados do Clube não eram somente moradores de Carioba. O Grupo Abdalla, como os Muller, também incentivou as atividades do Clube Recreativo. Nicolau João Abdalla fazia a abertura dos bailes, principalmente o da “Rainha dos operários”.

“Rainha dos operários” era um concurso realizado todos os anos entre as operárias das fábricas de Americana e Carioba. No mesmo concurso também se elegiam duas princesas. Na realidade tratava-se de vendas de votos, e o dinheiro arrecadado patrocinava o concurso. Quando Carioba vencia, a primeira dança da eleita era com o Sr. Nicolau. Nas partidas de futebol

¹³² Os depoimentos afirmam que, com o passar dos anos, bancos de areia formaram-se onde estava o Clube de Natação. Entretanto, a extração de areia neste trecho do rio está presente nos períodos em que foram proprietários de Carioba tanto a família Muller como a família Abdalla.

¹³³ **O Município**, 19 fev. 1933.

realizadas em Carioba, o pontapé inicial também era de Nicolau Abdalla. *Os Abdalla eram muito bom, quando tinha o time de futebol, uma vez por semana iam treinar, eles saíam mais cedo e não descontava hora de serviço, pois eram todos empregados da firma.* (Depoimento de José Sarra). Os jogadores não recebiam salários para jogar pelo time de futebol, que foi, por várias vezes, campeão amador. *Muita gente vinha de Americana, queria jogar no Carioba porque sabia que era time bom* (Depoimento José Sarra). O campo de futebol foi mantido pelo prefeito Carrol Meneghel, mesmo depois que o antigo Parque Dona Albertina cedeu lugar à Estação de Tratamento de Esgotos.

O time de futebol de Carioba por muito tempo rivalizou-se com os de Americana, principalmente o Rio Branco, hoje na segunda divisão do Campeonato Estadual Paulista. O time de Carioba foi criado com o objetivo de construir uma imagem positiva dos imigrantes que montaram o *União de Carioba*. Mais tarde, recebeu o nome do clube de Carioba. As competições realizadas não se restringiram somente ao futebol, pois havia equipes de distintos esportes: basquete masculino e feminino, vôlei, pingue-pongue, dama e xadrez. Na década de 1940, criou-se o *Infantil Cariobense*, que também disputava com times da cidade de Americana e da região. Apesar da tentativa de fazer intercâmbio entre as agremiações infantis, como a registrada em 1944, em que o *Infantil Corinthians* de São Paulo visitou Carioba e disputou uma partida com o time local¹³⁴, essa liga infantil teve curta duração.

Outro “recanto de prazer”, o Parque Dona Albertina, tinha em seu entorno matas e córregos, além da foz do Ribeirão Quilombo e do curso do rio Piracicaba. Nele havia, além do campo de futebol com arquibancadas de madeira com capacidade para 500 pessoas, dois coretos; um salão para bailes; uma churrascaria; mesas e bancos que estavam sob touceiras de bambus, outrora plantados pelos cariobenses para proporcionar sombras aos frequentadores e delimitar o local. Em 1925, o campo foi inaugurado com a visita do Esporte Clube Germânia, fundado em 1899, em São Paulo, hoje Esporte Clube Pinheiros, que na ocasião entregou ao time de Carioba um cartão de ouro¹³⁵. Além das memoráveis disputas futebolísticas, das inúmeras taças oferecidas e ganhas, foram os piqueniques realizados no Parque que o tornaram famoso por muitos anos.

¹³⁴ **O Município**, 19 mar. 1944.

¹³⁵ **O Liberal**, 18 ago. 1983, p. 4.

Nele, eram recebidas pessoas de várias localidades. Eram empresas, escolas, times de futebol, associações diversas que vinham desfrutar da bela natureza da região. Os famosos piqueniques da Paulista, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tomados aqui como exemplo, mostram que essa empresa fretava vários carros de passageiros com seus operários, que paravam especialmente atrás do Parque D. Albertina. Não havia estação, somente uma trilha que levava até os portões do Parque, onde os operários da Paulista ficavam durante todo o dia¹³⁶. Após deixar as pessoas em Carioba, o trem retornava para a Estação Férrea de Americana, no centro da cidade, e aguardava até final do dia para buscá-las novamente.

Pic-Nic - Chegarão hoje em trens especiaes, os operários da Cia. Paulista, que a exemplo dos annos anteriores, virão realizar um grandioso convescote no estádio do C.R.S. Carioba gentilmente cedido pela diretoria do mesmo. A caravana está calculada em 1500 pessoas e trás uma bem afinada Banda de Musica e um optimo jazz band.¹³⁷

Pic-Nic – Deverão chegar hoje em trem especial os operários da fábrica de Seda de Campinas, do sr. Francisco Matarazzo Filho, que pela primeira vez vem fazer um pic-nic no Estádio do Club R.S.Carioba. A comitiva as 14 horas suspenderá seus divertimentos afim de tomar parte na festa de São João que se está realizando nesta localidade.¹³⁸

O auge dos piqueniques da Cia. Paulista ocorreu na década de 1930; entretanto, o Parque proporcionou lazer de variadas maneiras e em todas as épocas para os habitantes da vila operária e de muitas cidades do Estado. Nele também havia festejos e bailes, principalmente de carnaval. Ele atraiu as pessoas e movimentou a região.

Tinha vez que chegava domingo, feriado que tinha dez, vinte ônibus que vinha no campo de Carioba [...] Chegava 1º. de maio, reunia todos no campo e faziam churrasco naquela grelha comprida, era churrasco o dia inteiro. (Depoimento de José Sarra).

¹³⁶ TENCA, 2002. O autor afirma que a idéia de um espaço de lazer para a família ferroviária era uma política da empresa para controle de trabalho. O famoso piquenique da Paulista, próximo a Americana, ou seja, em Carioba, fazia parte das atividades, embora de lazer, desse controle. Este autor distingue lazer de ócio. As narrativas desses trabalhadores da Paulista não apresentam frustrações; nem eles se mostram vítimas do trabalho e, sim, o contrário. Cremos que, comparativamente, temos em Carioba a mesma afirmativa.

¹³⁷ **O Município**, 10 maio 1936.

¹³⁸ **O Município**, 28 jun. 1936.

No 1º. de maio de 49, o Abdalla estava forte aquele tempo. Nós fomos em Perus fazer um piquenique. Foram 5 ou 6 pessoas para matar o gado. Mataram um montão de bois e levaram para Perus. Alugou um trem, só que o trem não parou na estação e sim na fábrica de cimento. Paravam em Campinas, Jundiaí e pegaram todos e fomos para Perus. O Abdalla trazia várias atrações para Carioba: luta de sumô, de boxe, artistas, de teatros, peças, músicos. Levava no campo. (Depoimento de Antonio Silvestre).

Em 1917, criou-se em Carioba a Sociedade de Mútuo Socorro, após a fusão de dois grupos de teatro amador, constituídos por habitantes da vila. Esses grupos tinham o costume de apresentar peças teatrais com venda de ingressos. O valor arrecadado era revertido para prestar assistência médica aos habitantes da vila, já que os operários não usufruíam desse benefício. A Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller”, assim denominada após a morte deste, dependia dos associados e de suas contribuições em dinheiro para poder oferecer atendimento médico e hospitalar — que ocorria em Campinas, pois na Villa Americana não existia hospital.

A Sociedade, que foi um espaço de negociação para melhoria de vida dos operários, também promovia bailes e festas, principalmente quermesses, casamentos e batizados. Entretanto, esta sociedade operária era extremamente atrelada aos proprietários, à família Muller. Recentemente, a Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller” foi incorporada à Irmandade de Misericórdia de Americana — Irmam —, mantenedora do Hospital São Francisco.

A diferença entre as associações em Carioba e as existentes em Villa Americana

O que ficou na memória dos habitantes da cidade e da região é que Carioba foi um pólo de diversão popular durante a sua existência. Essa memória retrata-a como um lugar original, criador e único detentor dessas atividades. Entretanto, os mesmos tipos de associações, festas e atividades foram criados em Villa Americana pelos italianos e seus descendentes. Lá havia clubes de futebol, bandas musicais, teatro, cinema, parques, clubes dançantes, carnavais memoráveis, festas tradicionais e associações recreativas e de mútua ajuda como: a Sociedade D. D. União Operária, a Sociedade Italiana M. S. Unione e Fratellanza e o C. R. F. “Ermete Novelli”.

A Sociedade Dramática Dansante União Operária foi fundada em 16 de janeiro de 1920, tinha diretoria eleita e prédio próprio¹³⁹. Não há informações de quando deixou de existir. Mas os indícios apontam para o final da década de 1930.

A Societa Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Fratellanza foi fundada em 27 de janeiro de 1901¹⁴⁰. Era uma sociedade numerosa e unida, que representava enfaticamente a colônia italiana de Villa Americana, preservando os costumes e a língua desse povo. Provavelmente extinguiu-se entre 1938 e 1939.

O Circulo Recreativo Filodramático “Ermete Novelli”¹⁴¹ foi fundado em 27 de setembro de 1914¹⁴² e extinguiu-se, provavelmente, na década de 1930, como a maioria das sociedades similares.

Em Villa Americana havia vários times de futebol, como, por exemplo: o Rio Branco, o Selecta Futebol Clube e o Commercial Futebol Clube, além de cinemas, como o Central¹⁴³; concursos e grupos dramáticos, que tiveram participação ativa, juntamente com as ações beneficentes das associações recreativas.

Havia também diversos parques criados para o lazer e o entretenimento da população, como o Parque Brambilla. Mas foi o Parque Ideal que se tornou famoso, possivelmente por ser freqüentado pela elite de Villa Americana. Ele era o maior e o mais equipado dentre os existentes no município até o início da década de 1930. O local, antes da formação do Parque, constituía-se de terras amplamente arborizadas e de um córrego, cujas águas represadas formavam um lago e abasteciam os trens da Paulista - Companhia de Estradas de Ferro. Em 1917, o Parque Ideal serviu de propaganda para a elevação de Villa Americana a município. Após o seu fechamento, que tudo indica ter sido bem antes do período das associações recreativas fundadas pelos

¹³⁹ CALDEIRA, 1930, p. 32.

¹⁴⁰ CALDEIRA, 1930, p. 36.

¹⁴¹ Ermete Novelli (1851-1919), italiano e ator de teatro, é considerado um dos maiores mestres da arte dramática italiana. Informação disponível em: <<http://It.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁴² CALDEIRA, 1930, p. 32.

¹⁴³ O Central, teatro e cinema de Villa Americana, pertenceu à empresa Feola & Faraone, a Feola & Piccoli e a Carmine Feola. No final de 1939/40, o cinema foi vendido para a Empresa Maluf, de Alfredo Maluf e Alfredo Nardini e recebeu o nome de Cine Glória (**O Município**, 2 ago. 1942). Anos mais tarde, esse cinema foi reformado e recebeu o nome de Cine Comendador, em homenagem ao Comendador Alfredo Nardini. Hoje esse cinema não existe mais.

italianos, em seu lugar, alguns jovens novamente represaram as águas do córrego, só que agora para formar uma piscina. Por muitos anos, o local ficou conhecido como “Jardim da Piscina”, mas hoje recuperou o seu nome e a beleza. O córrego ainda passa por um bom trecho da atual Avenida Brasil, em frente ao Paço Municipal e a hospitais.

Há indícios de que essas associações eram incentivadas, ora pelo governo brasileiro, ora pelo italiano. A sua propaganda servia para criar uma imagem positiva da imigração, além de exercer o controle do operariado que, na época, era composto em sua maioria por esses imigrantes, muitas vezes caracterizados como pobres, marginais, arruaceiros e anarquistas. Essa divulgação também interessava aos imigrantes operários, pois exprimia grandeza e revertia a imagem negativa dessa categoria.

Como exemplo, em maio de 1927, o Sr. Paschoal Ardito, na época, agente consular italiano em Villa Americana, recebeu pedido do Conselheiro da Inspetoria da Imigração de São Paulo para que enviasse cartões, fotografias das fazendas, indústrias e associações mantidas por elementos da colônia italiana. Afirmava que o intuito era fazer uma “larga propaganda das obras encetadas e mantidas de pé por esta briosa colônia domiciliada em todos os recantos deste estado paulista”¹⁴⁴.

Tais associações e empreendimentos dos italianos estiveram fortemente presentes até o final da década de 1930, tanto em Carioba como em Villa Americana. Conforme a literatura sobre o período, os italianos formavam um grupo que dominava as áreas de cultura, esporte e entretenimento. E Carioba, especialmente, mostrava-se como um grupo mais coeso e unido, quando se tratava dessas iniciativas. Tanto que suas associações recreativas e esportivas perduraram até a extinção da vila, na década de 1980. E a Sociedade Mútuo Socorro “Comendador Muller” teve uma sobrevida de quase 30 anos após a destruição de Carioba. A longa sobrevivência dessas organizações e a natureza de grupo semi-fechado da vila operária de Carioba podem ter sido fatores centrais para a construção da memória de organizações únicas e singulares.

¹⁴⁴ **O Município**, 1 maio. 1927.

Sem dúvida, essa construção foi facilitada e auxiliada pela imprensa local, cujos periódicos dedicavam espaço considerável a Carioba e Vila Americana, conforme veremos a seguir.

O jornal “O Município” - divulgador da colônia italiana

O jornal **O Município**, utilizado para este estudo, circulou de 1924 até 1949¹⁴⁵ e foi propriedade, nos primeiros anos de sua impressão, de um cônsul italiano. Através do jornal, seu proprietário e redator, Ivo Piccoli, divulgou e organizou o *fascio*, partido fascista, em Villa Americana¹⁴⁶.

¹⁴⁵ O período de circulação deste jornal ainda não está confirmado. Encontramos publicações de 1924 a 1949, mas, nas leituras dos artigos, é possível observar que desde 1917 havia publicações deste jornal.

“Evocando o Passado

Consoante notícias anteriores, pretendemos dentro em breve editar um suplemento mensal, dedicado exclusivamente aos acontecimentos de relevância ocorridos nos primórdios da existência de nossa cidade... Para confecção do nosso suplemento temos em mãos os seguintes jornaes e phofographias: [...] N. 9 do ‘O Município’ de 7-10-1917[...] N.46 do ‘O Município’ de 23 de junho de 1918.” (**O Município**, 6 out. 1940). Mas no mesmo jornal é possível ler o ano de suas edições, como, por exemplo, em 3 de agosto de 1924, no lado esquerdo do jornal, está registrado: “Anno I. Também, transcorrendo a 12 de novembro o nosso 3.0 anniversario... (**O Município**, 24 out. 1926). Portanto, a data de 1924 a 1949, definida no texto, refere-se àquela adotada pelo próprio jornal, em publicações semanais, aos domingos.

¹⁴⁶ “Está definitivamente organizado, nesta cidade, o “fascio”, que quer dizer – a aggregação dos elementos italianos fieis aos grandes e sábios princípios da obediência e respeito ao regimen do Partido Fascista, da Itália, sob a chefia do extraordinário homem – Benito Mussolini”. (**O Município**, 29 maio 1927).

“Teve logar, em o Theatro Central, na noite de 11 do corrente, a annunciada conferencia da talentosa e fulgurante escriptora e jornalista italiana Yole Dreoni, que chegou a esta cidade segunda-feira última ficando hospedada na bella e aprazivel residência do sr. Fortunato Faraone”. (**O Município**, 15 jan. 1928).

“O fascismo no exterior.

Afim de demonstrar aos seus associados o que é o fascismo no exterior, realizou-se, no dia 25 do mez p.findo, uma reunião, no escriptorio da firma Faraone, Filho & Cia., do “fascio” de Villa Americana, com a presença dos srs.: Fortunato Faraone, Sabato Ronsini, Stefano Tancredi, Domingos Nardini, Ivo Piccoli, Francisco Sacilotto, Alexandre Rubinato, Domingos Vitta, Agostinho Pinesi, Ângelo Marton, Candido Ardito, João Spedo e Rômulo Losi” (**O Município**, 17 ago. 1927).

“Pelo Fascismo

Realizou-se, domingo, na visinha e adiantada cidade de Campinas, a festa patriótica e deslumbrante da instalação do “Fascio” de Campinas e do baptismo do Crucifixo e do Estandarte, cerimônia esta celebrada pelo exmo. Revdmo. Sr. D. Francisco Barreto, querido Bispo da Diocese”. (**O Município**, 9 de jun. 1927).

Esse jornal fez constantes campanhas para arrecadar fundos em prol da Itália e ajudou a propagar as maravilhas dos empreendimentos italianos, além de ressaltar a necessidade da identificação com esse país¹⁴⁷.

O jornal ajudava a divulgar as atividades associativas e recreativas ligadas ou criadas pelos italianos, tanto as de Villa Americana como as de Carioba. Mas percebe-se que as sociedades existentes na vila operária sempre eram destacadas de uma forma especial e bem mais elogiosa¹⁴⁸.

A análise das edições publicadas desse jornal indica que, durante os anos em que circulou, ele foi um meio eficaz na criação e na divulgação de alguns conceitos sobre Carioba, tais como:

¹⁴⁷ **“Pelo Jubileu de S. M. Victor Emanuel III.**

Promovido pela Sociedade Italiana desta cidade para festejar o 25º. Anniversario de Reinaldo de S. M. Victor Emanuel III, realiza-se Sabbado no theatro Central um espectáculo cinematographico de gala com films patrióticos revertendo o resultado a beneficio dos pobres de V. Americana. Domingo, alvorada com uma salva de 21 tiros, percorrendo pelas ruas da cidade duas bandas de musica. Às 9 horas reunião do povo na sede social, seguindo dahi para a rua 30 de julho saudando as autoridades, e em seguida será celebrada no Estadium Rio Branco uma grande missa campal. Às 7 ½ da noite, no Theatro Central haverá uma reunião sendo o ingresso livre falando por essa ocasião o Snr. E. Brambilla, correspondente do Jornal Il Piccolo de S. Paulo. É de esperar que Villa Americana em peso, nacionaes e estrangeiros concorram para abrilhantar esta festa prestando assim uma justa homenagem ao Rei Soldado, Victor Emanuel III, Rei da Itália.”

(**O Município**, 1 de jun. 1925).

“Columna italiana

Chamamos a atenção da culta colônia italiana aqui domiciliada, para esta nova secção escripta no idioma de Dante, cujo inicio devemol-o á penna do distincto cavalheiro snr. Sabato Ronsini.

Leiam:

‘Aprofittandomi della gentile ospitalità concessami dal “O Município”, mi proveró di tanto in tanto a scrivere qualchecosa nel doce idioma “ove il si suona” riguardante l’Italia questa Itália di oggi, da tutti discussa, da alcuni elogiata e da altri calunniata, dovendosi in questi, com nostro rammarico [...]’.

(**O Município**, 17 ago. 1927). Tradução livre de Suzete Volpato: “Aproveitando-me da gentil hospitalidade concedida pelo ‘O Município’, me providerei de tanto em tanto em escrever qualquer coisa no doce idioma ‘onde o si soa’, observando a Itália, esta Itália de hoje, que todos discutem, por alguns elogiada e por outros caluniada, onde, com nosso lamento [...]”.

¹⁴⁸ Vejamos os exemplos a seguir:

CINEMAS

“Central

Matinée chic às 2,40 de hoje, com o formidável trabalho da Universal Jewel, em 9 duplas partes, ‘Chamas’, pelo apreciado artista americano William Russel, coadjuvado por outros elementos da troupe Universal.

Carioba

Este popular e querido cinema de Carioba organisou para as suas funções de hoje um magnífico programma, no qual figuram produções de grande valor artístico, filmadas por notabilidades da scena muda”.

(**O Município**, 15 out. 1926).

as maravilhas naturais, o espírito solidário e acolhedor da comunidade, os padrões justos e empreendedores.

O jornal manteve, até o seu fechamento, em 1949, uma coluna intitulada: “Carioba, do correspondente”, a qual divulgava as atividades sociais da vila. Entretanto, desde o início da década de 1940, essa coluna e os artigos publicados mostravam-se mais discretos quanto às suas predileções políticas e étnicas.

Os italianos e seus descendentes acompanhavam os acontecimentos da Itália noticiados pelo jornal **O Município**, o qual se esforçava para arrecadar donativos em dinheiro para as campanhas italianas e também para as guerras em que a Itália se envolvia. Observamos que essas campanhas auxiliadas pelo jornal tinham apoio da comunidade, que manifestava euforia pelos empreendimentos italianos. Havia certa confusão sobre ser brasileiro ou ser italiano no Brasil. Com uma nova identidade em formação, esses italianos e seus descendentes procuraram manter a memória e a ligação com o seu país de origem, como acontece com todo imigrante que, a princípio, mantém o desejo de um dia voltar para sua terra natal. Entretanto, em determinados momentos, havia um forte sentimento de “ser brasileiro”, pressionado pelo sentimento nacionalista da política de Getúlio Vargas.

Toda essa história de uma vila movimentada pelo esporte, pela cultura e pelo divertimento, animada pela hegemonia italiana, durou até o início de 1940. Os acontecimentos históricos nacionais e internacionais tiveram impacto sobre o desenvolvimento da cidade de Americana e provocaram mudanças importantes na vila de Carioba.

Provavelmente muitos foram os fatores que se articularam e que levaram à perda da hegemonia dos empreendimentos italianos, tanto em Carioba como em Villa Americana.

A Segunda Guerra Mundial trouxe diferentes pressões aos italianos e seus descendentes. A partir da entrada do Brasil nesse conflito europeu, ao contrário de outrora, já não era sinal de honra pertencer ao povo italiano e enaltecer seus empreendimentos. Essas idéias também se estendiam aos alemães. No início do conflito, foram publicados pelo jornal da época, **O**

Município, vários artigos que descreviam e acompanhavam as conquistas alemãs (algumas com fotos), que foram paulatinamente desaparecendo do semanário.

Nesse período, o jornal já não mais pertencia à família Piccoli, de ardorosos defensores das causas italianas e grandes propagandistas dos empreendimentos de Carioba. Ivo Piccoli, o seu proprietário, era um cônsul italiano fascista e amigo da família Muller.

A vila e a fábrica de Carioba foram vendidas a pessoas desconhecidas da cidade (os irmãos Abdalla) que tinham uma cultura bem diferente dos moradores da vila. Apesar de não interferirem de imediato nas organizações comunitárias, a partir da década de 1950, a vila recebeu grupos de pessoas oriundas de variadas regiões do Brasil, principalmente do Nordeste e das fazendas do Noroeste paulista. Além do quê, os Abdalla realizaram negócios com o Japão e acolheram orientais e seus descendentes na vila. A cultura diferente dessas pessoas, em conjunto com a gradativa saída de antigas famílias de Carioba, embora não tenha impedido a continuidade das associações recreativas e esportivas fundadas pelos italianos, dissipou o seu “brio italiano”.

A Villa Americana que, nessa época, já detinha inúmeras fábricas têxteis e estava em pleno crescimento industrial e com um intenso fluxo migratório, acabou dando preferência aos salões fabris, em detrimento das habitações e das diversões, que ficaram em segundo plano. As atividades recreativas e culturais nos modelos expostos anteriormente desapareceram de Villa Americana entre 1939 e 1941. As entidades foram obrigadas a trocar as suas denominações, no final de 1930, por ocasião da Segunda Guerra Mundial; entretanto, as diretrizes econômicas do governo de Getúlio Vargas, que estavam atreladas a um projeto de brasilidade e cultura, selaram os seus destinos. Em Villa Americana, esse fator contribuiu para o sumiço dessas agremiações e para a fundação, nas décadas seguintes, de clubes recreativos em concepções semelhantes — voltados para bailes e bingos, por exemplo. O mesmo não aconteceu com Carioba, pois as suas associações recreativas e esportivas tinham nomes brasileiros e estavam sob a “proteção” de projeto industrial¹⁴⁹.

¹⁴⁹ “Os Estrangeiros no Brasil

Em 18 de abril p.findo, o sr. Getúlio Vargas assignou um decreto-lei, regulando e impondo certos limites ás actividades políticas dos estrangeiros em nosso paiz. A oportunidade desse decreto veio por cobro ás actividades

Durante os anos em que circulou na cidade, o jornal mostrou-se sempre preocupado com a preservação da memória da Villa Americana, pois periodicamente publicava artigos sobre a formação dos povoados da região. Entretanto, somente uma publicação trata dos imigrantes procedentes dos Estados Unidos. O artigo foi originalmente publicado pelo jornal norte-americano **The New York Herald Tribune** e reproduzido pelo jornal **O Município**. A sua publicação coincidiu justamente com um período de aproximação de Vargas com os Estados Unidos.

“The New York Herald Tribune” publica interessante chronica sobre os descendentes de emigrados norte-americanos no Brasil. Diz que depois da guerra civil nos Estados Unidos, os descendentes de três mil confederados se exilaram voluntariamente

E no artigo 5.0: ‘Das entidades a que se refere o artigo 3.0 não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros’ [...]

¹⁵⁰ O Município, 19 mar. 1939.

no Brasil, onde vivem ainda hoje, conservando muitos delles, os seus costumes nacionaes e a recordação dos soffrimentos dos seus antepassados sob a opressão dos “yankees”. Tendo occupado, a principio, enormes extensões de terras, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, achando-se hoje concentrados, no entanto, numa pequena cidade paulista, a oitenta milhas da Capital. Essa cidade chama-se “Villa Americana”.

(Da “Folha da Manhã” de 27-11-935) ¹⁵¹.

Quando aqui chegaram os norte-americanos, protestantes em sua maioria, suas atividades de lazer eram os piqueniques, os cultos e os bailes nas fazendas vizinhas de outros confederados¹⁵². Em Villa Americana, os italianos, organizados em sociedades recreativas e esportivas, promoviam bailes, jogos, quermesses e festas católicas, de que os norte-americanos começaram a participar. Apesar da rigidez na tentativa de manter os seus costumes, com os anos, os casamentos mistos, muitos com italianos, dispersaram esse grupo já reduzido¹⁵³.

A fábrica de Carioba, construída em 1875 pelos irmãos Souza Queiroz, políticos e cafeicultores, teve como sócio o norte-americano — parente dos Souza Queiroz por laços de casamento — Guilherme Putney Ralston, experiente montador de tecelagens no Brasil. Ele instalou e gerenciou a fábrica de tecidos.

Ellen se casou com William Ralston, sobrinho do dono da fazenda que mais tarde veio a se chamar Carioba. Os Ralston moravam na Fazenda Palmeiras, beirando a estrada de ferro, antes de chegar à Estação. Tinham uma boa casa e davam muitas festas com musica e danças e então vestidos armados das moças rodopiavam no salão, revivendo quase as festas do Sul. Parece que os Ralston foram vendendo suas propriedades aos poucos e acabaram indo morar na Carioba, onde montaram uma pensão para se sustentar[...]

Ao tempo de nosso casamento meu marido estava empregado na fazenda do Sr. Tito Fonseca, no caminho de Jundiaí, quase 20 quilômetros além de Campinas. O Sr. Fonseca era sogro de Guilherme D. Ralston, um americano bem conhecido e um dos primeiros a vir para o Brasil. Tinha sido dono da fábrica de tecidos

¹⁵¹ **O Município**, 8 dez. 1935, primeira página.

¹⁵² Ver: BINZER, 2004. Esta autora descreve um desses encontros com a colônia norte-americana na igreja do campo.

¹⁵³ GUSSI, 1997.

mais tarde chamada de Carioba, perto do que foi depois Americana.¹⁵⁴

As diversas colônias de norte-americanos espalhadas pelo País fracassaram como empreendimento, com exceção da que se estabeleceu em Santa Bárbara. O grupo chefiado pelo coronel Willian Norris, ex-combatente e ex-senador do Alabama, acomodou-se às beiras do Ribeirão Quilombo, do lado esquerdo e bem próximo à futura Estação Férrea, hoje centro da cidade de Americana¹⁵⁵.

Os métodos agrícolas trazidos pelos sulistas norte-americanos, num país extremamente rudimentar, atraíram pessoas que vinham observar suas roças e as ferramentas usadas por eles, que começaram a vender esta técnica do arado e do plantio através de cursos oferecidos aos agricultores. A eficiência de suas técnicas agrícolas determinou uma elevada produção de melancia, o que, por sua vez, exigiu um rápido escoamento para evitar perdas. Essa necessidade fez com que esses colonizadores pressionassem as autoridades locais para a construção de uma estação de embarque de mercadorias, próxima de suas terras¹⁵⁶.

A “Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluvias”, criada pelos grandes fazendeiros de café, estendeu a sua linha e construiu tempos depois, a “Estação de Santa Bárbara”, a pedido da Câmara Municipal de Santa Bárbara, à qual pertencia Americana¹⁵⁷. A Estação foi construída no “bairro do Gerivá” e era parte de um dos quarteirões policiais da “Freguezia de Santa Bárbara”. O “bairro da Estação”, como ficou conhecido a partir de 1877, pagava imposto de balcão, hospedaria e outros para Santa Bárbara, desde a inauguração da Estação, em 1875. Mas com o crescente movimento causado pela construção da estação férrea, Ignácio Corrêa Pacheco, sub-delegado e dono de parte dessas terras, loteou-as a partir de 1890 e deu o nome de Villa Americana, à localidade e à Estação¹⁵⁸. O que possibilitou a fixação de um povoado ao seu redor,

¹⁵⁴ JONES, 1967, p.281, 202.

¹⁵⁵ JONES, 1967; GUSSI, 1997.

¹⁵⁶ JONES, 1967.

¹⁵⁷ [Lei Provincial de nº 44-, de 12 de julho de 1869](#). Fonte: Prefeitura Municipal de Americana. Disponível em: <www.americana.sp.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2009.

¹⁵⁸ No Projecto n. 45, de 1902, Prudente de Moraes, afirma que o fundador de Villa Americana foi Ignácio Corrêa Pacheco por ter loteado parte da Fazenda Machadinho. Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

já habitado pelos operários da estrada de ferro, fazendeiros e comerciantes. A partir de 1894, tomaram vulto as construções e duas cidades – Santa Bárbara e Campinas –, começaram a coletar imposto dos prédios residenciais e comerciais do loteamento, inclusive o prédio ocupado pela Estação. Na época, vigorava desde 1833, um acordo entre as Câmaras Municipais de Piracicaba (Santa Bárbara pertenceu a Piracicaba até 1869) e Campinas, o qual instituía o Ribeirão Quilombo, como marco divisório entre os municípios. Nesse sentido, o povoado estava dividido por esse curso d’ água, e, uma parte pagava imposto para Campinas e outra parte, para Santa Bárbara. Essas terras, então valorizadas, onde havia poucos norte-americanos, foram disputadas por Campinas e Santa Bárbara. E resultaram em um processo judicial e político que culminou, em 1904, com a elevação do “Povoado de Santo Antonio de Villa Americana” a “Districto de Paz de Villa Americana”, no município e comarca de Campinas¹⁵⁹.

A linha férrea que hoje corta o centro da cidade passava por Carioba, ao lado dos salões da antiga fábrica de tecidos. O seu construtor foi o engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, funcionário da “Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluvias”. Ele era irmão de André Rebouças, também engenheiro. Antonio faleceu de febre palustre, em 1874, quando fazia sondagens e estudava a ponte no rio Piracicaba. Antes de falecer, o seu relatório construtivo apontou dificuldades em algumas partes do trajeto da linha férrea, que não foi modificado pelo seu sucessor.

A passagem inferior, acima citada, encontra-se na Fábrica Carioba, próxima à ponte do Quilombo, que faz frente ao campo de futebol, e onde principiava uma estrada dita “do Azanha”. O fazendeiro, dono dos terrenos onde se edificou a fábrica, devia ser pessoa importante, pois, não era coisa fácil convencer o engenheiro Rebouças da necessidade de uma passagem inferior¹⁶⁰.

Um dos proprietários da Cia. Paulista era o Barão Souza Queiroz, pai dos construtores da fabrica de tecidos. Portanto, os trilhos da estrada de ferro que passa ao lado da fábrica, o trecho mais difícil de fazer, foram intencionalmente mantidos para favorecer as terras e a fábrica. “Foi bem estudado e escolhido o local que abrangia todos os elementos imagináveis de êxito, em

¹⁵⁹ Projecto n. 45, de 1902. Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 1925, o Districto de Paz de Villa Americana é elevado a município, mas ainda tendo como Comarca, a cidade de Campinas. Em 1954, Americana se eleva a Comarca.

¹⁶⁰ TRAVAGLIA, 1976, p. 93.

excepcionais condições”¹⁶¹, como aponta a esposa de um deles, pois havia transporte para escoar a produção, proximidade com rios e córregos para força motriz. Esse mesmo local, anos mais tarde, tornar-se-ia imortal na memória dos cariobenses. Lá, inúmeros trens fretados especialmente para irem a Carioba paravam em frente ao Parque D. Albertina, onde mil a 2 mil pessoas passavam o dia.

Todavia, a fixação dos norte-americanos na região não foi por muito tempo, pois, conforme a situação financeira das famílias se consolidava e elas recuperavam os padrões que tinham no país de origem, retornavam aos Estados Unidos¹⁶². Além disso, muitos filhos desses imigrantes foram estudar em outras cidades do Brasil e deixaram Americana. À medida que a economia dos Estados Unidos foi se restabelecendo após a Guerra Civil, o algodão aqui caiu de preço e a produção para a exportação diminuiu, declinando a partir dos anos de 1870-1871¹⁶³. O algodão começou a servir o mercado interno, abastecendo as primeiras fábricas de tecidos implantadas no interior de São Paulo. Posteriormente, o colapso dessa economia para exportação abriu espaço para que os norte-americanos desenvolvessem as culturas da melancia e da cana-de-açúcar na região de Americana, porém a própria plantação de melancias, no decorrer dos anos, passou às mãos de outros pequenos sitiantes, principalmente italianos¹⁶⁴. A economia do algodão sustentava umas poucas famílias de norte-americanos que ainda permaneciam na região, e muitas dessas produções eram dirigidas para a fábrica de Carioba. Nessa época, o beneficiamento do algodão em Villa Americana foi controlado pelo médico norte-americano Cícero Jones.

Representante de uma das famílias mais conhecidas e que ainda tem descendentes na cidade, o médico norte-americano Cícero Jones, além de clinicar no povoado e de ser dono da fábrica de beneficiamento, como já citado, também era proprietário de uma fábrica de fitas de seda, em sociedade com o alemão Hans Schweizer. Era Jones quem recebia autoridades que porventura viessem visitar a “colônia americana”. Com o falecimento do Dr. Cícero, em 1924, a empresa passou a ter somente Hans como proprietário e, no início da década de 1940, foi vendida

¹⁶¹ QUEIROZ, 1951[?], p.5.

¹⁶² JONES, 1967.

¹⁶³ CANABRAVA, 1984.

¹⁶⁴ GUSSI, 1997, p. 98-99.

para o imigrante sírio e depois membro da maçonaria, Abdo Najar¹⁶⁵. Em terras da empresa da família Jones existiu a “Villa operária denominada de Villa Jones”¹⁶⁶. Hoje, o bairro central ali formado tem a mesma denominação.

Um olhar sobre o passado

Com a Era Vargas (1930-1945) e o seu projeto de nacionalismo, que significou a construção de uma identidade brasileira, muitos dos grupos de imigrantes espalhados pelo Brasil, que priorizavam a manutenção de suas características culturais, foram paulatinamente perdendo a coesão. Esses grupos mais numerosos, principalmente os italianos, além de absorverem a cultura local, conseguiram inserir ali os seus próprios costumes, criando uma identidade própria. Em Americana, os italianos indiscutivelmente dominaram a economia e as atividades recreativas e esportivas populares durante as três primeiras décadas do século XX, e Carioba teve a supremacia desses empreendimentos.

Apesar de tornar-se um símbolo do nacionalismo, tanto político como econômico, Vargas, adepto dos princípios fascistas e historicamente aliado da Alemanha nazista, não se opôs ao domínio italiano dentro do Brasil. Entretanto, no período compreendido entre 1935 e 1941, agiu de forma ambígua, ao aproximar-se ora da Alemanha, ora dos Estados Unidos, na busca do mercado sul-americano.

Ao optar oficialmente pelos Estados Unidos, em 1941, o Brasil engajou-se na campanha da boa vizinhança criada pelos norte-americanos. Essa política buscava a união das Américas diante de uma possível invasão alemã. A estratégia montada pelos Estados Unidos colocava o Brasil como cooperador militar e os demais países sul-americanos, como fornecedores de matéria-prima.

¹⁶⁵ Najar foi um dos fundadores da Loja Maçônica Sublime Universo, em 1964, e próximo da Loja Maçônica União e Fraternidade, de 1960. (MARTINS, 2007, p 73).

¹⁶⁶ **O Município**, 30 out. 1929.

Desta forma, o continente compunha um arranjo estratégico cujo objetivo estava muito além da contribuição militar. Tratava-se da legitimação de um sistema de poder por meio de mecanismos de controle bastante sutis. Os Estados Unidos aumentavam, assim, a sua esfera de influência política, beneficiando-se economicamente, castravam o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, afastavam o risco de políticas autônomas nesses países (como revoluções) e, o que é melhor, sem “*dar a impressão de estarem interferindo nos negócios internos dos Estados soberanos*”. Discretamente, a *soberania continental* se sobrepunha à *soberania nacional* [...] A política da Boa Vizinhança foi um instrumento de execução de um plano de americanização do continente. Para atingir um preciso alvo político, a estratégia utilizada foi a atração cultural¹⁶⁷.

Nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial residiu o auge da política da boa vizinhança, quando a cultura norte-americana se tornou um modelo para os países sul-americanos. Nesse período, também era de interesse dos Estados Unidos propagar informações positivas das culturas dos “vizinhos”, mesmo que elas fossem pouco claras¹⁶⁸.

O Brasil entrou no pan-americanismo por ver aí uma chance de afirmar-se como potência no continente, junto com os Estados Unidos. Para atingir seus objetivos, a estratégia era industrializar o Brasil, fortalecendo-o economicamente. A adesão ao pan-americanismo fez com que Vargas criasse, dentro do seu próprio jornal, **A Manhã**, uma página semanal intitulada “Pensamento da América”, que logo se transformou em um suplemento mensal, publicado em cadernos independentes. O “Pensamento da América”, publicado de 1941 a 1948, dedicava-se à literatura e às artes, em geral, dos países sul-americanos¹⁶⁹.

Nesse período Carioba passava pela transição de proprietários, e não observamos a interferência desse projeto cultural na vida cotidiana dos moradores. Por outro lado, o projeto político de industrialização do País fez-se sentir nos anos subseqüentes, ao nortear os rumos da fábrica de tecidos.

¹⁶⁷ BERABA, 2008, p. 31-32.

¹⁶⁸ Nesse período, é possível estranhar Carmem Miranda dançando rumba e brasileiros sendo chamados de Manuelito nos filmes hollywoodianos.

¹⁶⁹ **A Manhã** era um projeto conjunto do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e intelectuais modernistas que ocupavam cargos no governo de Vargas (BERABA, 2008).

O projeto político de Getúlio Vargas para formar a identidade nacional atrelava-se ao seu projeto econômico e permitiu investimentos estrangeiros, formando empresas mistas e acordos com o governo norte-americano que ampararam a industrialização e promoveram o início da disseminação da cultura dos Estados Unidos.

A nova política de industrialização, que Vargas endossou explicitamente só depois do início da guerra, não foi vitória de um dinâmico setor urbano; foi uma política imposta do alto, durante uma ditadura. A teoria de uma tal política estava no ar; as doutrinas corporativistas e fascistas na Europa, o New Deal na América do Norte, o socialismo estatal na União Soviética. Na altura de 1945, a direção da política do governo era irreversível. Vargas, em parte reagindo à pressão dos militares superiores, havia comprometido todos os governos subsequentes com a responsabilidade de dirigir a economia nacional em larga escala. Mesmo o caráter de uma tal tutela pareceria, mais tarde, difícil de mudar. A Depressão demonstrou que o Brasil não poderia escolher senão a industrialização, se quisesse se transformar em uma nação moderna e numa potência mundial. A pressão inicial a favor da industrialização, sob os auspícios do Estado, partiu dos militares, cujo apoio tinha sido a condição *sine qua non* do golpe de Vargas, em 1937[...] Na área da política econômica, assim como na esfera das instituições políticas, deveria ficar provado ser mais fácil derrubar o ditador do que repudiar o seu legado¹⁷⁰.

O presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) reforçou o senso de nacionalismo promovido no governo de Getúlio Vargas. Todavia, esse nacionalismo impunha a idéia de que a urgente industrialização do País era a solução para o Brasil vencer o subdesenvolvimento e as suas injustiças sociais. E para obter sucesso nesse projeto desenvolvimentista, o governo brasileiro também procurou pela colaboração dos Estados Unidos e dos investidores privados norte-americanos, o que já fazia, embora com menor intensidade, desde o final da década de 1930¹⁷¹. A interferência norte-americana no Brasil tornou-se muito mais presente na Era Kubitschek e abriu caminho para a reconstrução do passado norte-americano em terras brasileiras. No caso de Americana, para fazer a reconstrução do passado que ligasse a cidade aos Estados Unidos, foi necessário recompor a história dos antepassados.

¹⁷⁰ SKIDMORE, 2007, p. 70-71.

¹⁷¹ Skidmore (2007, p. 214-215) afirma que o Governo de Kubitschek se dedicou às relações públicas com os americanos como nenhum outro regime brasileiro.

O trabalho de reconstruir o passado dos norte-americanos foi realizado por algumas famílias de seus descendentes, como os Jones, particularmente o casal Judith Mac Knight Jones e James Roderick Jones (falecido). James foi vereador (1960/1963 - 1969/1973) em Americana e candidato a prefeito (1955). Ele foi o zelador do Cemitério do Campo e um dos fundadores e presidente, por várias décadas, da Fraternidade Descendência Americana.

A crescente evidência norte-americana no País possivelmente provocou o surgimento em 1954, no município de Santa Bárbara D'Oeste, dessa Fraternidade, localizada no Cemitério do Campo. Nessas terras estão sepultadas as famílias dos imigrantes norte-americanos que se estabeleceram na região entre 1866 a 1868. O cemitério foi composto em uma fazenda de um desses imigrantes, pois, na época, os protestantes não podiam ser enterrados no cemitério católico dos povoados. O pequeno cemitério manteve-se à custa do esforço de um pequeno grupo de descendentes.

Quando fundada, a Fraternidade Descendência Americana tinha como objetivo preservar a história desse povo imigrante, conservando o cemitério e realizando reuniões para manter a memória e a cultura norte-americana. Nesse local realiza-se, desde 1975, a “Festa dos Confederados”, criada para angariar fundos para a manutenção da área do cemitério. A festa é montada para mostrar como viviam os norte-americanos em suas fazendas no Sul dos Estados Unidos quando migraram para o Brasil. São servidas comidas típicas, apresentam-se danças típicas e grupos de descendentes vestem-se em trajes dos cavalheiros e damas da época, além de uniformes do exército confederado.

Uma festa dentro de um cemitério não deixa de ser um evento inusitado. Tivemos a oportunidade de presenciar, no decorrer de uma dessas festas, o sepultamento de uma descendente norte-americana. A cena: próximo ao portão de entrada estava um palco montado e danças folclóricas sulistas apresentavam-se; por todo o lado, barracas típicas, cheias de gente que circulava, completavam a paisagem daquelas terras cercadas de árvores em meio aos canaviais; no fundo, a igreja e, mais adiante, o cemitério. De repente, as atividades que alegravam a festa pararam e o caixão com o morto saiu da igreja, sumindo entre as árvores, em direção ao cemitério. Logo em seguida, a música voltou a ser ouvida e um número grande de espectadores

nem percebeu o que estava acontecendo: continuou comendo, conversando, indiferente à cerimônia que paralelamente se realizava no cemitério.

Judith Mac Knight Jones escreveu o livro: **Soldado descansa! Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil**, publicado em 1967. Essa obra, que descreve as famílias e os costumes da época da imigração, apesar de receber inúmeras críticas por ser elaborada essencialmente pela memória das famílias descendentes, continua sendo referência para os estudiosos do assunto. Judith, na época, recebeu várias homenagens pela publicação de seu livro¹⁷². Ela pertence à família Mac Knight, uma das que formaram a colônia norte-americana na região, em 1866. Seu marido, James, era descendente do Coronel Norris, chefe dessa colônia e neto de Cícero Jones. O casal não perdeu o contato com os seus familiares nos Estados Unidos, como aconteceu com a maioria dos descendentes desses imigrantes. E continuaram representando a “colônia norte-americana”, como fazia o avô de James, atendendo imprensa, pesquisadores e autoridades, tanto brasileiras como americanas, durante as últimas décadas do século XX.

O livro fez parte das comemorações do centenário da imigração norte-americana, em 1966. Inúmeras notícias sobre o assunto foram publicadas pelo jornal local, **O Liberal**¹⁷³. Paralelamente a esses artigos, o jornal noticiava acordos brasileiros da Confederação Nacional das Indústrias — CNI — com a United States Agency for International Development — Usaid —, do governo norte-americano. A Usaid foi criada em 1961, pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, quando assinou o Decreto de Assistência Externa, unificando diversos instrumentos de assistência dos Estados Unidos aos países subdesenvolvidos, com o objetivo de operacionalizar políticas externas imprescindíveis no período da Guerra Fria¹⁷⁴. No Brasil, ficou mais conhecida com a sigla MEC-Usaid, que representava acordos políticos e econômicos e, entre outras ações, fundamentou a reforma educacional do período militar. Um dos resultados

¹⁷² **O Liberal**, 30 jul. 1967, primeira página.

¹⁷³ Americana festeja centenário da vinda dos norte-americanos. **O Liberal**, Americana, 17 de julho de 1966, página 3. Centenário da vinda dos norte-americanos – dia 26 a abertura dos festejos. **O Liberal**, Americana, terça-feira, 19 de julho de 1966, primeira página. Rebeldes norte-americanos sepultados no Cemitério do Campo. **O Liberal**, Americana, 21 de julho de 1966, página 3. Centenário da imigração é notícia para o repórter do Time. **O Liberal**, Americana, domingo, 11 de setembro de 1966, primeira página. Morre nos EE.UU. o americanense Carrol Byrd Jones. **O Liberal**, Americana, domingo, 9 de outubro de 1966, primeira página. HOWARD, Leon. A literatura norte-americana. **O Liberal**, Americana, 11 de setembro de 1966, página 3.

¹⁷⁴ Para conhecer a atuação da Usaid no mundo, acessar: <www.usaid.gov> .

desse acordo foram as Leis da Reforma Universitária, 5.540/1968, e a também Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, Lei n.5692, que perdurou até 1996.

Mas os acordos de 1966, noticiados pelo jornal, traziam também grupos de especialistas norte-americanos para auxílio técnico à indústria têxtil brasileira. Esses técnicos prestariam assistência em diversos Estados brasileiros: Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Guanabara, Santa Catarina e São Paulo, “em um excelente exemplo da iniciativa brasileira, em cooperação com a Aliança para o Progresso”, publicava o jornal¹⁷⁵. A Aliança para o Progresso, outro programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos para a América Latina, foi criado também por [John F. Kennedy](#) em 1961 e extinto em 1969 por Richard Nixon, com o mesmo objetivo, ligado aos avanços da Guerra Fria. Esse acordo de cooperação realizado com seis empresas têxteis da cidade, segundo as publicações, teria gerado aumento de produtividade dessas indústrias em 20%, em apenas seis meses.

Dentro deste contexto evidente da interferência norte-americana na cidade em prol do desenvolvimento técnico das indústrias têxteis, a vila e a fábrica de Carioba sofriam a maior greve de sua história. Nos jornais de Americana, ao lado dos festejos da imigração norte-americana e dos diversos acordos com os Estados Unidos, quase se emparelhava a situação caótica provocada por uma greve de quase um ano e as constantes prisões dos irmãos Abdalla. A decadência de Carioba justapunha-se ao crescimento do poderio dos grupos de origem norte-americana. É possível perceber claramente o declínio de um projeto econômico e político e a ascensão de um novo. E, atreladas a esses projetos, estão construções e desconstruções do passado. Estão lembranças e esquecimentos.

¹⁷⁵ **O Liberal**, 17 jul. 1966, primeira página.

Capítulo VI

Americana e Carioba em luta

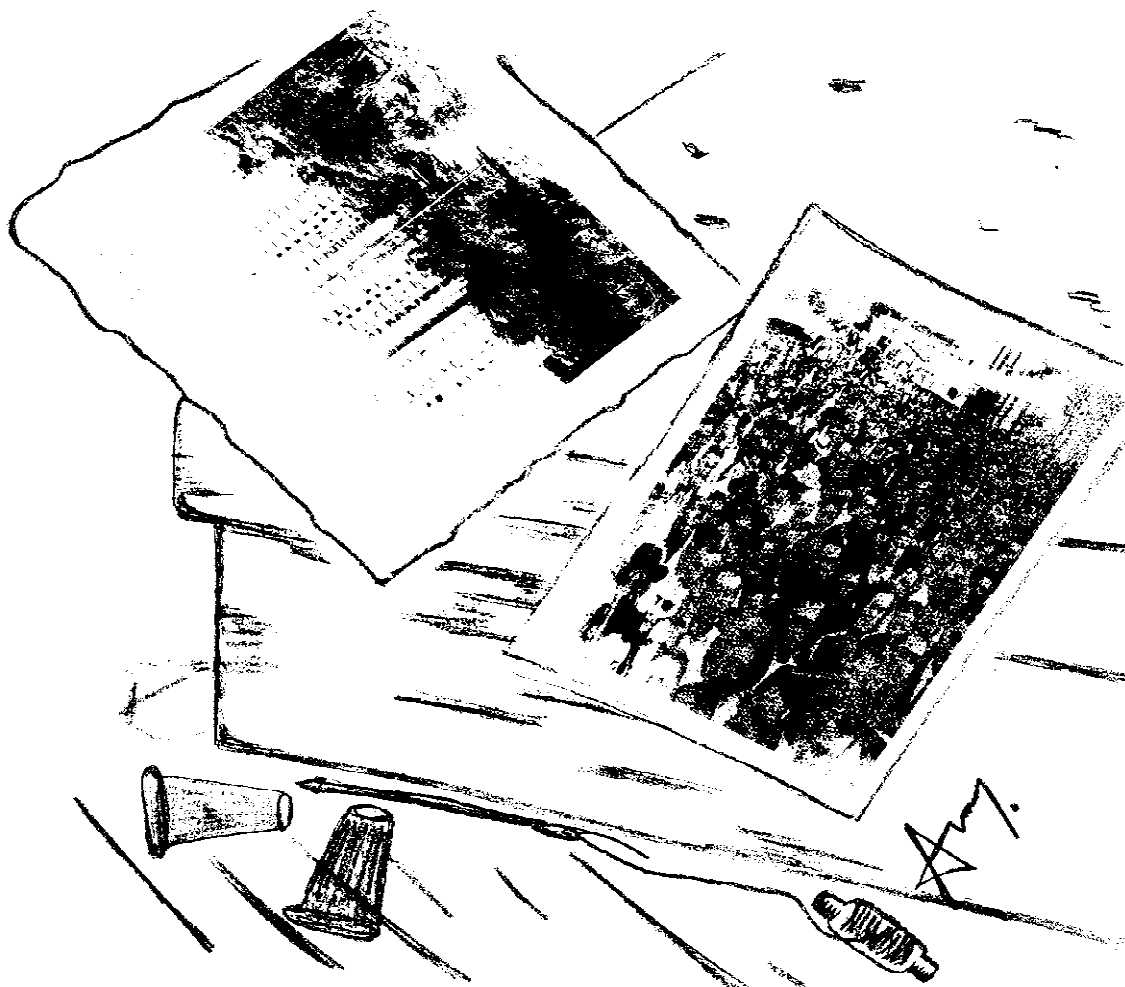


Figura 79 – Recordações
Desenho: Suzete Volpato

A idéia de que existe uma *produção simbólica* e um *sistema de símbolos* que dão as indicações e contornos de grupos sociais e sociedades específicas parece-me que pode ser bastante reveladora e eficaz. Entender cultura como código, como sistema de comunicação, permite retomá-la enquanto conceito sociológico, propriamente dito. Não mais um repositório estático de hábitos e costumes, ou uma seleção de objetos e tradições, mas o próprio elemento através do qual a vida social se processa – a simbolização [...] Assim é que Geertz fala em *ethos* quando pretende descrever os “aspectos morais (e estéticos) e valorativos de uma cultura determinada” e em *visão de mundo* quando quer se referir aos aspectos “cognitivos, existenciais”¹⁷⁶.

¹⁷⁶ VELHO, 2004, p. 105.

Registros e símbolos

Em 1998, Americana oficializou o Brasão que hoje representa o Município.

O Brasão de Armas de Americana é exclusivo do Poder Público Municipal e é usado obrigatoriamente em correspondência, documentos ou papéis oficiais, no gabinete do prefeito e na sala da Câmara de vereadores. E, facultativamente, na fachada de edifícios públicos, em carros oficiais e em locais onde se realizem festividades promovidas pela municipalidade.

Apesar de não ser notado pela maioria dos munícipes, o Brasão de Armas é um símbolo que representa a cidade e nele estão referências que indicam ou evocam as características de seu povo. Americana, até o momento, teve quatro brasões.



Figura 80 - Primeiro Brasão, 1925



Figura 81 - Segundo Brasão, 1965



Figura 82 - Terceiro Brasão, 1975

Fonte: Câmara Municipal de Americana

A Câmara Municipal de Americana divulga em seu *site* que há poucos dados sobre o primeiro Brasão de Armas, mas acredita que a sua utilização ocorreu antes de 1933. Podemos afirmar que, a partir de 1925, encontramos no jornal **O Município** publicações da Prefeitura de Americana com o primeiro Brasão de Armas. A data coincide com a instalação do município de Vila Americana. Nesse brasão há figuras como a abelha, símbolo do trabalho, completada com a divisa “Ex Labore Dulcedo”, demonstrando claramente que a abelha foi escolhida com o objetivo de caracterizar Americana como o município no qual o trabalho ocupa a principal atenção. Aliás, o trabalho foi mantido em todos os brasões da cidade. A bandeira do Estado de São Paulo está

representada nas listras incluídas no Brasão, e a coroa mural, também ali presente, já era usada na armaria cívica paulista desde a adoção das armas de Campinas, em 1889. Os ornatos externos indicam as riquezas da terra: o ramo de café, de um lado, e o de algodão, de outro, revelam a produção agrícola do município¹⁷⁷.

A Câmara Municipal divulga que o ramo de algodão faz menção aos imigrantes norte-americanos. Entretanto, a estatística agrícola e pecuária do censo de 1918 mostra que havia em Villa Americana: 330.550 pés de café; e, em alqueires, 115,5 de arroz, 49,0125 de feijão, 255,5 de milho, 55,5 de cana, 200,91 de algodão, 7,5 de mamona, 4 de alfafa e 50,0125 de outras culturas, além de gado: *bovino, cavallar, caprino, muar, ovino, suíno*. Essas culturas estavam divididas em sítios e chácaras, muitos dos quais se especializaram no cultivo de frutas como: o abacaxi, a banana, a laranja e a melancia.

A maioria desses pequenos proprietários rurais era de origem italiana ou dela descendia. Na década de 1920/30, o município havia se transformado em importante centro de fruticultura do Estado. Encontramos as seguintes propriedades rurais que plantavam algodão em Villa Americana nesse período: a Fazenda Machadinho, de Emilio Horschutz (8 alqueires); a Fazenda Campo Bello, de Miguel Francisco Hawthorne (meio alqueire); a Fazenda Bella Vista, de Joaquim Rodrigues Azenha (15 alqueires); a Fazenda Salto Grande, de Rawlinson, Muller & Cia. (110 alqueires); o Sítio Alexandre, de Alexandre T. Araiun; e o Sítio Paineira, de Luiz Pontello & Irmão.

As plantações de algodão não eram feitas em grande escala e dividiam as terras com o café, o arroz, o milho e as frutas. A exceção reside na Fazenda Salto Grande, que também seguia os princípios de diversificação de culturas, mas a sua extensa área favorecia o cultivo em grande escala. Além disso, em 1921, a Fazenda Salto Grande estava nacionalmente em destaque, pois plantava algodão e fazia sua seleção científica, cujas sementes eram vendidas a agricultores da região e de outros Estados. Essa plantação supria a fábrica de tecidos Carioba, e tanto a fábrica como a Fazenda pertenciam à mesma família.

¹⁷⁷ Fonte: Câmara Municipal de Americana.

Os dados estatísticos permitem deduzir que a referência ao cultivo de algodão no Brasão de Armas da Prefeitura representava o poder dos proprietários da Fazenda Salto Grande na região e o lugar de destaque de Carioba, cujos proprietários estão aliados à fazenda e ao algodão. Só de forma marginal tais dados referem-se aos norte-americanos, como apontado pela Câmara Municipal da cidade. Importa destacar que somente a Fazenda Campo Bello pertencia a descendente dos imigrantes norte-americanos.

A região de Carioba, nessa época, já havia se tornado uma grande potência econômica e política. Os seus proprietários, a família Muller, tinham forte influência na sociedade local e desfrutavam do apoio do jornal **O Município**. Esse periódico, por sua vez, teve apoio dos Muller, quando enfrentou dificuldades financeiras, em 1928. Na época, era costume, nesses casos, abrir um “livro de ouro” para arrecadar donativos. A contribuição da fábrica de Carioba, bem como os donativos dos proprietários, foi a maior. A família Muller, além de culta e letrada, desfrutava do espaço público representado pelo jornal; portanto, apoiava a necessidade de imprensa escrita em Villa Americana¹⁷⁸.

Como já observamos neste estudo, os eventos e as figuras de notabilidade, tanto política como econômica ou social de Villa Americana eram destacadas pelo semanário, que tinha a preocupação em recordar fatos passados em Villa Americana: constantemente nos deparamos com uma coluna que fazia esse papel. O formato dessa coluna é semelhante ao existente no jornal **O Liberal**, fundado em 1952 por Romeu Mantovani e Jessyr Bianco, com maquinários de

¹⁷⁸ “**LIVRO DE OURO**

Os amigos da imprensa, compreendendo que “O Município” é um órgão que deve ser mantido, a todo custo, para impulsionar com desassombro a marcha do progresso local, dignaram-se a assignar seus nomes em o nosso “Livro de Ouro”, subcrevendo importâncias superiores ao valor da assignatura, o que muito nos penhorou e profundamente agradecemos. Eis a relação dos que assignaram no “Livro de Ouro”: Rawlinson, Muller&Cia., 200\$000; Hermann T. Muller, 100\$000, Hans Muller, 100\$000; d. Albertina Muller, 25\$000; F.Muller, 22\$000; A. Strieder, 20\$000; Américo Colla, 20\$000; Antonio Foffa, Pedro Rando, José Pinto, Luiz Delben, João Pelusch, Pedro Moscheta, Família Rehder, Humberto Delben, João Bosch, João Bonazzi, Antonio Cia, Pedro Jensen e Frederico Penachioni, 12\$000, cada um. José Ferraz Aranha, 9\$000; Roberto Sprogis, Walter Richard, Francisco Giongo e Tercílio Brunelli, 6\$000 cada um.” (**O Município**, 25 jan. 1928). O padrão de moeda no Brasil foi, até 1942, o *mil-réis*. Um mil-réis escrevia-se 1\$000. A moeda divisionária era o *real* (no plural, réis), 1 000 dos quais constituíam o mil-réis. Duzentos réis, portanto, escrevia-se \$200. Usava-se *conto* ao falar em grandes importâncias em dinheiro. Equivalia a 1 000 mil-réis e escrevia-se 1: 000\$000. Em 1942, o mil-réis foi rebatizado com o nome *cruzeiro* (DEAN, 1991, p.8). O Decreto-Lei n. 4791 de 5/10/1942 – (D.O.U. 6/10/1942) instituiu o cruzeiro como unidade monetária brasileira.

impressão do antigo jornal **O Município**, do qual Romeu Mantovani foi redator na década de 1940.

Vale lembrar aqui a coluna d'**O Município** intitulada “Carioba, do correspondente”, a qual divulgava as atividades sociais da vila. Havia uma outra coluna que geralmente saía ao lado da coluna de Carioba, a de Nova Odessa, que na época era um distrito de Villa Americana. Portanto, o jornal destacava Carioba da mesma forma que fazia com um distrito autônomo da cidade de Americana. No caso de Carioba e Villa Americana, os habitantes da vila operária intitulavam-se cariobenses — denominação que perdurou até a sua extinção —, e não villamericanenses.

Essa valorização da identidade cariobense pelo jornal e pelos habitantes de Carioba pode ser notada também na própria escola local: criada para formar o cidadão, trabalhava, portanto, sempre com os dados oficiais e não com as preferências ou com as culturas, mas fazia concessões a Carioba. Nos registros escolares, encontra-se nos cabeçalhos de documentos ou no seu final, a denominação de Carioba, e não Villa Americana. Ex: “Carioba, dia, mês e ano”. Nos depoimentos de pessoas que freqüentaram a escola da vila também se encontra essa forma de identificação, pois, no início de cada lição escolar, havia o hábito de escrever nos cadernos a mesma sequência: “Carioba, dia, mês e ano”¹⁷⁹.

¹⁷⁹ “**Carta aberta**

Ao Exmo. Sr. Hermann Theod. Muller, D.D. Presidente do Directorio Político de Villa Americana. Illustre Senhor.

‘... O nosso povo, que não deixa, como jamais deixará, de reconhecer em V. S. um chefe político muito querido e respeitado, attencioso e digno, portanto, do lugar que occupa, um verdadeiro benemérito da causa publica; emfim um dos lídimos e principaes factores do progresso desta terra...’

(**O Município**, 9 set. 1928).

“CARIOBA - Uma alta expressão de trabalho e patriotismo. Uma cidade que é um poema de Belleza. Uma chronica á guisa de reportagem.

Ivo Piccoli, o fidalgo proprietário do ‘O Município’ bem feito jornal que muito trabalha pelo progresso de Villa Americana e que é um apaixonado pelas grandes realizações dos Irmãos Muller proporcionou-me a agradável oportunidade de escrever uma chronica á guisa de reportagem, sobre o que me foi dado observar em Carioba, incontestavelmente, um pedaço do céu engastado dentro da terra bandeirante... Isto tudo obra dos Irmãos Muller, corações que não são emperdenidos pelo materialismo egoísta, que nada constroe em beneficio da solidariedade humana. Toda esta obra teve inicio com Franz Muller (pae) o cérebro que tudo idealizou, e que seus filhos aperfeiçoaram... N’ella vive uma população toda sorriso e alegria. É um lugar predestinado ao socego de espírito, onde encontramos também conforto e um bem estar; proporcionado pelos seus encantos maravilhosos... Conheci entre os seus esteios o fidalgo e indulgente snr. Antonio Pinto Duarte... É o chefe geral dos escriptorios da firma...” (CAMPOS, 1938).

A uma outra fase corresponde o segundo Brasão de Armas, instituído pela Lei Municipal n. 692, de 18 de setembro de 1965, com a inclusão de apoios alusivos à indústria têxtil: o conical e a lançadeira. Na época, Americana já usava o cognome de “Princesa Tecelã” e esse brasão representou a sua marcante fase industrial, em expansão desde o final da década de 1930. Entre os anos de 1960 e 1970, a cidade de Americana praticamente dobrou sua população, e essa explosão demográfica ocorreu, principalmente, em virtude das inúmeras indústrias têxteis instaladas na cidade¹⁸⁰.

Alguns símbolos do Brasão anterior permaneceram: as abelhas, as listras da bandeira paulista, a coroa e a divisa “Ex Labore Dulcedo”. Desapareceu a produção agrícola: o café e o algodão, e destacou-se somente o trabalho industrial (têxtil) da cidade representada pela roca de fiar.

Mas foi no terceiro Brasão de Armas, de 1975, que apareceu claramente a preocupação de lembrar a imigração norte-americana e demonstrar o poder da ideologia pró-americana desenvolvida durante a ditadura militar brasileira.

Nenhum outro município brasileiro pode licitamente trazer, como traz o brasão de armas de Americana, referência aos Confederados do Sul dos Estados Unidos da América, o que torna o terceiro brasão de armas de Americana sem similitude frente aos estemas municipais brasileiros¹⁸¹.

A alteração do Brasão de Armas, em 1975, foi uma das mudanças feitas pelo Poder Público para estabelecer definitivamente a ligação da cidade com o povo norte-americano. Além disso, ele definiu a data de 27 de agosto de 1875, dia da inauguração da Estação Férrea, como o dia da fundação da cidade de Americana. A mudança do brasão e a criação oficial de uma data de fundação para a cidade são atos claros da política de memória do Poder Público.

¹⁸⁰ Fonte: Informativo Sócio-Econômico 2005, da Prefeitura de Americana. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para mais detalhes, consultar o quadro de Evolução da População 1940-2000, nos anexos deste trabalho.

¹⁸¹ Câmara Municipal de Americana.

Art. 3º - O Brasão de Armas ora instituído tem a seguinte interpretação: [...]

II - A aspa, ou cruz de Santo André, de blau (azul), debruada de prata e carregada de treze estrelas deste metal, em campo de goles (vermelho), é simbolismo da bandeira adotada pelos Estados Confederados, por ocasião da Guerra de Secessão Americana, aludindo aos colonizadores vindos do grande país irmão ao fim daquela guerra civil, que, radicando-se em nosso Município, contribuíram eficazmente para seu progresso, inspirando-lhe até mesmo o topônimo...

IX - Os integrantes da Guarda Nacional do Império ladeando o escudo, em uniformes característicos, evocam os próceres que recebem Sua Majestade o Imperador D. Pedro II e sua comitiva, quando da inauguração da Estação Ferroviária, em 1875, ponto de partida para progresso da região¹⁸².

Como justificativa para a alteração do Brasão de Armas, apontou-se um erro heráldico na configuração do Brasão anterior. A data da fundação da cidade foi definida após a conclusão de que a Estação Ferroviária havia possibilitado o embarque de mercadorias e o grande comércio, atraindo pessoas ao povoado, que rapidamente cresceu. Historiadores locais afirmam que essa data foi escolhida em virtude de o prefeito na época, Ralph Biasi, querer comemorar o centenário da cidade em sua gestão. Após a oficialização da data de fundação e do lançamento do terceiro Brasão de Armas a comemoração do centenário ocorreu.

Nesse mesmo ano, fortalecendo a comemoração do centenário da fundação de Americana, o Poder Público editou e distribuiu em todas as escolas e bibliotecas do município o livro escrito pelos historiadores Judith Mac Knight Jones e Abílio Serra Bryan sobre a história de Americana, uma obra cujo conteúdo ressalta o grande parque industrial da época e a imigração norte-americana. Sua capa dura, com escrita dourada, de 27x40cm, estampa o segundo Brasão de Armas. O livro foi coordenado por Jessyr Bianco, proprietário do jornal **O Liberal**, de Americana, cujos arquivos serviram como fonte para a pesquisa histórica realizada por Judith Mac Knight Jones e Abílio Serra Bryan.

A definição de uma data — inexistente até então — de fundação do município, o terceiro e novo Brasão de Armas e o livro distribuído nas escolas enalteciam a contribuição dos norte-americanos na formação de Americana. A imagem do grande movimento na Estação Ferroviária,

¹⁸² Lei Municipal nº. 1.408, de 3 de novembro de 1975, que “dispõe sobre os símbolos do Município de Americana”.

devido ao embarque de melancias — que já não mais estavam em suas mãos na década de 1910 — produzidas pelos norte-americanos, foi amplamente divulgada nas comemorações de fundação da cidade. Essa imagem do início do século XX permaneceu muito forte e constante até o final dos anos de 1990.



Figura 83 - Embarque de melancias na Estação Ferroviária de Villa Americana, 1917. Esta imagem foi anexada no processo de elevação da Vila para município.

Fonte: Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A volta do interesse por Carioba

Nos anos de 1980, a incorporação de parte das terras e dos imóveis da fábrica e da vila de Carioba ao patrimônio municipal e o acordo com a família Abdalla provocaram novo interesse pela região e tiveram o acompanhamento da mídia local. Um interesse pontual, que durou até a conclusão do acordo e que lamentava, como se lê no jornal de 26 de março de 1983: “como tudo passa e tudo acaba na vida terrena, mais cedo ou mais tarde os restos de Carioba seriam

consumidos pela incúria e incompetência dos homens, pela voragem do progresso, pela ganância dos que só pensam no dinheiro”¹⁸³.

Entretanto, artigos publicados no jornal não ficaram somente na lamentação, pois, ao mesmo tempo, iniciava-se uma série de reportagens que enalteciam as maravilhas paisagísticas e comunitárias de Carioba, bem como mitificava a família Muller, enquadrando-a como fundadora da vila operária¹⁸⁴.

A maioria dessas reportagens foi escrita pelo Sr. Hercule Giordano, um dos depoentes neste estudo. Ele escreve para **O Liberal** há várias décadas, narrando principalmente suas memórias sobre Carioba. Seu pai, Affonso Giordano, foi participante ativo das associações da vila operária; foi dirigente esportivo, ator de um dos grupos dramáticos da vila, fundador e presidente da Sociedade Mútuo Socorro “Comendador Muller” e, ainda, correspondente de Carioba para o jornal **O Município** no período em que a vila e a fábrica pertenceram à família Muller.

A família do Sr. Hercule saiu da vila na década de 1950. Paralelamente aos seus artigos, ele iniciou, após a aposentadoria, um ciclo de palestras em escolas de Americana para *falar de Carioba*. Alguns artigos escritos pelo Sr. Hercule são do ano de 1966, período da grande greve de Carioba. Eles narravam a história da Sociedade de Mútuo Socorro “Comendador Muller”, ressaltando que Carioba sediou a primeira entidade assistencial da cidade, e não faziam referência alguma à greve. Em um período de extrema dificuldade e decadência, esses artigos mostravam os áureos tempos da vila.

À primeira vista, a série de artigos escritos, principalmente pelo Sr. Hercule, após a desconstrução da vila, bem como os depoimentos — pois ele afirma que os escreveu após conversar e junto recordar com amigos cariobenses —, poderia levar-nos a supor que se tratava somente de saudosismo ou nostalgia do passado. Uma nostalgia ligada à infância ou à juventude perdida e que a memória conserva com certa nitidez. Um passado sempre feliz e melhor que o

¹⁸³ FAÉ, 1983, p.2.

¹⁸⁴ “Carioba vai demolir monumento ao fundador”. **O Liberal**, 3 mar. 1983; “Carioba: o Parque Dona Albertina”. **O Liberal**, 18 ago. 1983; “Carioba: Parque São Francisco”. **O Liberal**, 20 set. 1983; “O interesse e desinteresse por Carioba”. **O Liberal**, 31 dez. 1983.

presente. Ou, mesmo, que esse sentimento nostálgico seria um sentimento de ressentimento diante das transformações sociais e culturais que aconteceram com a vila. Todavia, aceitamos a nostalgia como uma “emoção histórica”, sensível às inconstâncias da psicologia individual e coletiva, mas igualmente importante no processo de interpretação do mundo e na forma de nele interferir. Nesse sentido, a nostalgia pode ser de recuperação do passado. Por outro lado, ela chega, muitas vezes, a um passado jamais vivido, a um passado idealizado que se utilizou de uma memória coletiva adquirida¹⁸⁵.

Hoje, para matar as saudades dos cariobenses de boa cepa, e outros não-nascidos lá, mas apaixonados pelo antigo e romântico recanto, tocado pelo outrora lendário rio Piracicaba, hoje divulgamos uma foto histórica. Trata-se de um acontecimento jamais esquecido pelos cariobenses. Na praça pública, em foto batida a 30 de maio de 1922, escoteiros, banda de música, autoridades em geral, gente importante daquela época, velhos, adultos e crianças – todo mundo acotovelado próximo ao monumento, a câmara fotográfica muito pequena para “juntar” tantas pessoas no mesmo instantâneo e o Comendador Muller imponente no alto do pedestal, no dia ensolarado e tão festivo. É que funcionários da Carioba (e quem não era funcionário daquela firma, naqueles dias felizes?!) na oportunidade entregavam ao boníssimo patrão - e mais do que patrão, o grande amigo de todas as horas – o retrato pintado a óleo, mostrando o comendador de colarinho branco, engomado, o terno escuro, a fisionomia imperturbável, e como sempre, tal e qual como se vê aí no clichê, tal e qual como a foto, transformada em pôster, pode ser vista na “Sala Carioba”, lá no Museu-Casarão do Salto Grande¹⁸⁶.

¹⁸⁵ As definições sobre nostalgia adotada para este trabalho referem-se aos conceitos da russo-americana Svetlana Boym, que podem ser encontrados no artigo de Rui Bebiano, “Nostalgia e utopia no declínio do Estado Novo”, intervenção no colóquio itinerante: **Saberes compartilhados, o espaço da utopia na cultura portuguesa**, de 2005, disponível em: <www.ruibebiano.net>. Acesso em 22 de novembro de 2008.

¹⁸⁶ FAÉ, 1983, p.2.



Figura 84 – Inauguração do busto do comendador, em Carioba.
Fonte: Fundação Romi.

Esses mesmos sentimentos nostálgicos influenciaram a família Muller, quando teve notícia de que a vila de Carioba estava acabando, pois, em 1982, Joaquim Muller Carioba, filho de Hermann Muller Carioba, doou à Unicamp 300 livros em alemão, hebraico e francês que pertenciam à família — edições dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX — e estão disponibilizados no Instituto de Estudos da Linguagem — IEL. Junto com os livros foram doadas 52 fotos originais, em bom estado de conservação, quase todas datadas das duas primeiras décadas do século XX, que registram as fases da fabricação de tecidos e o plantio de algodão. As fotografias, identificadas por Maria José Ferreira de Araujo Ribeiro, nascida em Americana, cujo pai ajudou a construir algumas casas de Carioba, foram catalogadas no Arquivo Edgard Leuenroth — AEL. Em sua carta de doação, Joaquim Muller Carioba pedia que o material fosse recebido como prova do enraizamento na terra que tão bem havia recebido Franz Muller e que ele tanto havia amado.

Não se pode deixar de ressaltar que, além da nostalgia, existia o interesse em gravar na memória da cidade ou da região o nome e a imagem de uma família de beneméritos industriais.

Tal política estendia-se à família, como se pode perceber por mais um dos instrumentos usados na luta pelo estabelecimento da memória oficial: a obra da neta do Comendador.

Em 1987, Brigitte Maria von der Leyen Pietzschke, neta do Comendador Franz Muller, autorizou a reprodução de um trabalho que escreveu sobre Carioba. Escrito cerca de dois anos antes, ele contava sua infância na vila. A série de reportagens que foi publicada no jornal **O Liberal** abrangia a página inteira e retratava o avô como uma pessoa muito respeitada pelos operários. Uma pessoa que atendia qualquer reclamação e um ouvinte, inclusive, dos problemas pessoais de seus funcionários. O perfil do comendador, segundo a autora, era o de um pai. Orientava quem vinha falar com ele, mas, quando tinha necessidade, ficava bravo com algumas atitudes. Afirmou que o avô era encantado pela região e resolveu escrever o trabalho depois que viu pela TV a notícia de que *Carioba estava no fim*.

Outros membros dessa família escreveram suas memórias posteriormente à destruição da vila de Carioba, provavelmente, instigadas pelos acontecimentos¹⁸⁷.

Embora estivesse aparentemente havendo toda uma movimentação para preservar a memória de Carioba ou da família Muller, não passou disso por vários anos, pois, somente em 1991, com um novo pedido dirigido ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico — Condephaat –, para tombear os imóveis remanescentes de Carioba, é que se voltou a discutir a importância da vila para a cidade de Americana. E foi novamente o jornal **O Liberal** a noticiar:

O diretor da Divisão de Cultura e Turismo da Prefeitura, Luiz Antonio de Moraes, diz que a administração municipal vai transformar o casarão onde viveu Franz Muller em uma extensão do Museu Histórico e Pedagógico “Conselheiro Carrão”. Ele espera que a viabilização do tombamento dos imóveis remanescentes, já reivindicado junto ao Conselho de Defesa do patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico (Condephaat) possa trazer os recursos necessários para as reformas do casarão. Técnicos da entidade estiveram em Carioba na última semana avaliando a conservação dos prédios¹⁸⁸.

¹⁸⁷ LEYEN, M., 1995a. LEYEN, M., 1995b. LEYEN, M., 2005. MULLER, H., 1992.

¹⁸⁸ VERZIGNASSE, 1991, p.14.

Paralelamente a esse tombamento, que mais uma vez não se concretizou, Carioba foi alvo de inúmeros projetos que também não tiveram continuidade, como transformá-la em uma Vila Escola¹⁸⁹ e num Museu Têxtil¹⁹⁰. Foi organizada uma exposição itinerante pelas escolas e instituições públicas do município, além de seminários e festas como: Carioba Existe¹⁹¹, Educação e Memória para a cidadania¹⁹², Resgate da Memória e Identidade Cultural¹⁹³, desenvolvidos por pesquisadores locais associados a universidades como: Universidade Estadual de Campinas — Unicamp —, Universidade de São Paulo — USP — e Universidade Estadual de São Paulo — Unesp. Houve, também, o apoio de autoridades municipais e estaduais e de antigos moradores.

Passados mais alguns anos, em 1996, o prefeito Frederico Pólo Muller (1993-1996), que não tem parentesco com a família proprietária de Carioba, aprovou a Lei Municipal n. 030025, de 12 de dezembro de 1996, que criava a Fundação Carioba. Essa lei foi revogada pela Lei n. 3309, de 8 de julho de 1999, na gestão de Waldemar Tebaldi.

Frederico, em seu governo, lançou uma proposta, dividida em três projetos, para revitalizar a região. O Projeto “Americana – O Pólo da Moda” previa a restauração da casa que havia sido de Hermann Muller, que seria um local para desfiles e outros eventos destinados a apresentar as novidades lançadas no mercado pela indústria têxtil de Americana. Na casa ainda haveria o Museu de Imagem e do Som, a Biblioteca “Florestan Fernandes”¹⁹⁴ e a “Sala Comendador Muller”, local para exposição permanente da história da vila¹⁹⁵. O Projeto Entre-tramas previa a reurbanização de uma área de 500 mil metros quadrados no local em que outrora existiam as casas de operários. Ele criaria um espaço para lazer e esportes, trilhas e caminhadas, além do

¹⁸⁹ Os pesquisadores Sandra Racy, Melquisedec Ferreira e Cristina Schimidt estudaram a vila de Carioba e conseguiram resgatar, graças ao apoio da família Muller e de pessoas que viveram na vila, fotos e documentos. (BEDENDI, 1991). Na época, eles procuravam apoio para patrocínio de sua pesquisa, o que não conseguiram. Melquisedec é funcionário da Prefeitura de Americana e Sandra trabalhou alguns anos na assessoria de imprensa.

¹⁹⁰ Desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura. (**O Liberal**, 15 set. 1991).

¹⁹¹ “Carioba existe” é o tema da festa de encerramento, na Casa Muller, das atividades do seminário “Educação e Memória para o resgate da cidadania”.

¹⁹² Esse seminário procurava conquistar o interesse de empresários locais na restauração dos imóveis em já estado precário de conservação. (VERZIGNASSE, 1992, p. 8).

¹⁹³ Realizado em 1993, esse seminário intencionava transformar o Casarão de Carioba no Centro Cultural da cidade. (**O Liberal**, 11 nov. 1993).

¹⁹⁴ Florestan Fernandes era sogro do prefeito Frederico Pólo Muller.

¹⁹⁵ A autoria do projeto é da arquiteta campineira Ana Villanueva, que levou oito meses para desenvolver o trabalho encomendado pela Prefeitura de Americana. (SILVANA MARIA, 1996, p. 1).

Projeto “Circo da Moda”, um mirante e um píer¹⁹⁶. Na inauguração desses projetos, três filhos de Hermann Muller — Everardo, Francisco e Horst — estiveram presentes em Carioba. Eles forneceram fotos e depoimentos aos pesquisadores da Prefeitura quando estes entraram em contato com a família para a elaboração desses projetos de revitalização da vila. “Emocionados, eles procuraram relembrar muito pouco da história da família como se trouxesse saudade e tristeza [...] Horst lembra que seu avô comprou a fábrica de tecidos em Carioba, que estava fechada, por 102 contos de réis”¹⁹⁷.

A Fundação Carioba estava envolvida entre os três projetos e tinha o objetivo de servir de base às futuras discussões das diretrizes econômicas do município. A função do órgão seria a de estabelecer o perfil histórico, cultural e empresarial de Carioba, principalmente no que dizia respeito à indústria têxtil. Além disso, a fundação teria como objetivos: desenvolver o setor têxtil no campo da tecnologia, trazendo conhecimento e gerando eventos; fortalecer o segmento de serviços no setor têxtil, notadamente o segmento de produção de moda e tendências, como apoio ao crescimento da indústria de Americana; promover o fortalecimento da indústria através de ações conjuntas que estimulariam a união e a solidariedade.

Não foi sem um motivo que surgiram os projetos de valorização de Carioba. Na época, Americana sofreu uma de suas maiores crises: o mercado de tecidos foi invadido pelos produtos asiáticos importados. Centenas de pequenas fábricas faliram e muitas de grande porte transferiram-se para outros Estados do Brasil, que ofereceram incentivos fiscais para a instalação e a permanência dessas unidades em suas regiões. Portanto, a cidade buscava alternativas para incentivar e diversificar a sua economia.

Assim, na gestão de Frederico, através do Decreto n. 04009 de 19 de agosto de 1995, os imóveis públicos de Carioba passaram a incorporar o patrimônio cultural e histórico do município. E, no ano anterior, o Departamento de Cultura Esporte e Turismo de Americana — Decet — criou um núcleo de pesquisas históricas, de onde saíram trabalhos voltados para estudantes, como o “Turismo Criança” e novos projetos, como “Marcos Históricos” e a “Série

¹⁹⁶ A autoria desse projeto é do arquiteto americanense Roberto Gambarato.

¹⁹⁷ ADRIA, 1996, p.4.

Preservando Nossa História”. Esses projetos tiveram a colaboração de antigos moradores e personalidades do município. Dois anos antes, em novembro de 1993, a Prefeitura já havia promovido o seminário “Resgate da memória e identidade cultural”, com o tema “imigração e memória histórica”, com intercâmbios entre as cidades de Sumaré, Nova Odessa, Piracicaba, Limeira e Campinas. Esse seminário reuniu professores e pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas — PUCC —, Universidade de São Paulo — USP —, Universidade Estadual de Campinas — Unicamp — e Universidade Metodista de Piracicaba — Unimep. O Projeto Raízes também se iniciou em 1993 e procura, pois existe ainda hoje, levar os estudantes das escolas do município a alguns pontos de Americana considerados históricos.

Esses movimentos, que também buscavam o conhecimento e a preservação da história de Americana, propiciaram a montagem de uma comissão de estudos para rever o Brasão de Armas do município. Agora, havia a necessidade de incluir a contribuição de outros povos imigrantes que foram formadores de Americana, pois o poderio norte-americano já não estava tão presente na cidade. E a crítica às relações entre Brasil e Estados Unidos da América do Norte nos anos de 1980/90 produzia seus efeitos. O Sr. Hercule Giordano, em seu livro de recordações, afirma ser de sua autoria um requerimento enviado ao prefeito para que alterasse o Brasão, visto que este não refletia a verdadeira história da cidade¹⁹⁸. Os estudos foram concluídos, mas, dentro dessa comissão, havia discordância, motivo que levou o executivo a arquivar a proposta do novo Brasão.

Entretanto, sob o mesmo governo, em 1996, foi aprovado pela Câmara Municipal o “Dia da Comunidade Italiana”, que deve ser comemorado pelo município todo dia 2 de junho¹⁹⁹. Essa lei possibilitou, no governo seguinte, em 1998, a realização da primeira “Festa da Achiropita do Interior” em Carioba, evento que se repetiu anualmente até 2000²⁰⁰.

No ano seguinte, na administração do prefeito Waldemar Tebaldi (1997-2000), o novo Brasão de Armas passou a vigorar. Mas a comissão — a mesma montada no governo municipal

¹⁹⁸ GIORDANO, 2004, p. 72-73.

¹⁹⁹ Lei n. 02984, de 5 de junho de 1996 – “que institui o Dia da Comunidade italiana no Município de Americana” —, regulamentada pelo Decreto n. 4188, de 28 de junho de 1996.

²⁰⁰ A festa teve início com a chegada dos italianos no início do século XX na região do Bixiga, em São Paulo, capital, os quais trouxeram a devoção a Nossa Senhora Achiropita.

anterior — foi questionada no sentido de que entre seus 11 membros, 8 eram descendentes de italianos. Acrescentamos a essa observação, que metade desses integrantes havia morado em Carioba ou pertencia a famílias que indiretamente estavam ligadas a essa extinta vila operária. Eis os nomes: Alcindo Dell’Agnese, Antonio Bertalia, Fanny Olivieri, Guiomar Maria Magri, Hercule Giordano, Itabajara Fonseca, Jaime Feola, Judith Mc Knight Jones, Laudelino Basseto, Melquesedec Ferreira e Onofre Bôer.



Figura 85 - Atual Brasão de Armas, 1998.

Artigo 1º - Fica o escudo anexo adotado como novo Brasão de Armas do Município, com a seguinte descrição heráldica:

Escudo ibérico em goles (vermelho) tendo em chefe a Cruz de Santo Antônio - TAU - (representando o Santo Padroeiro); ao centro, uma colmeia entre duas abelhas (representando o trabalho de todas as colônias); em ponta, dois machados em aspa (representando a fazenda que deu origem ao primeiro núcleo urbano); no centro, a sinistral uma roca (representando a atividade têxtil) e a dextro um arado (representando a colaboração dos norte-americanos), tudo em ouro. O escudo é encimado por uma coroa mural de prata, tendo suas portas abertas em goles (vermelho). Como suporte a dextro um galho de café frutificado ao natural e a sinistral uma haste de algodão florido, também ao natural (representando as culturas do início), entrecruzados em ponte sobre os quais se sobrepõe um listel de goles (vermelho) tendo a divisa "Ex Labore Dulcedo" em letras de ouro ²⁰¹.

²⁰¹ Fonte: Câmara Municipal de Americana, Lei n. 3.152, de 17 de abril de 1998.

A exposição de motivos da comissão justificou a troca para um novo Brasão de Armas, afirmando que o anterior somente homenageava a imigração norte-americana, esquecendo-se de outras nacionalidades que constituíram a cidade de Americana. Essa comissão também instituiu o Hino do Município, cuja letra é um resumo histórico do povoamento de Americana, sob a ótica de ter sido este realizado pelas diversas nacionalidades de pessoas que imigraram para a região, espalhadas nos diversos povoamentos que constituíram o município. Contudo, a vocação têxtil e a característica de “Cidade Trabalho” prevalecem na letra do Hino.

Hino de Americana²⁰²

Letra e Música: Ivanfly Bueno Quirino

Arranjo: Antonio Carlos Neves

Nascida, às margens do Rio Quilombo,
Junto à estrada de ferro,
Por entre as terras de Machadinho,
Os homens bravos prosperam!
O Imperador proclamou,
Uma estação coroou
À luz que Ignácio Correa Pacheco, [português]
Um povoado formou,
Já habitavam,
Por estas paragens,
Muitos dos confederados [norte-americanos]
Que nos trouxeram
O trole, a melancia
O algodão e o arado.
E o progresso chegou,
Qual despertar do amanhã,
E os teares tecidos teciam
A “Princesa Tecelã...”

Vida, lida...
Ah, Como a vila cresceu!
Vida, lida...
Uma cidade apareceu!

Vida, lida...
O parque têxtil surgiu!
Brilha, Americana,
A cidade que veste o Brasil!
Filhos de Carioba, [italianos, espanhóis, portugueses,
alemães, russos]
Salto Grande, Machadinho, [italianos, portugueses]

²⁰² Fonte: Câmara Municipal de Americana.

Filhos da Palmeiras...
Paulistas são os seus filhos,
Filhos brasileiros!
Santo Antonio abençoou,
A liberdade surgiu,
Brilha o povo de Americana
A cidade que veste o Brasil!

Americana,
Cidade Trabalho,
Orgulho desta nação!
Americana,
Que traz no passado
Sua história de grandezas.
Mãe, que eu chamo de chão,
Terra de minha raiz.
Americana é justa e verdade...
Princesa do meu País!!

No ano seguinte, dois livros foram publicados sobre a história da cidade: **Recordações de Carioba** e **Preservando nossa história**. Ambos, patrocinados pelo Fundo de Assistência à Cultura de Americana e distribuídos nas escolas do município, foram baseados na memória de moradores de Carioba e da região e enalteciam a vila operária e a família Muller. O segundo focalizou também o espírito empreendedor e humanitário adotado por essa família nas relações de trabalho.

Apesar de terem sido esquecidos os projetos de revitalização de Carioba elaborados no governo municipal de Frederico Muller, a administração de Waldemar Tebaldi restaurou, em parte, a casa patronal que pertencia a Manoel João Abdalla, a qual, com o acordo entre a Prefeitura e os Abdalla, passou ao Poder Público que, além disso, criou a Casa de Cultura Hermann Muller, “restaurada” pela equipe de manutenção da Secretaria de Educação de Americana, em 1999. E a casa de Abdalla ganhou o nome de Muller. Reformou-se o telhado e grande parte da casa de 62 cômodos. Parte da reforma foi financiada pela Ripasa, pelo Fundo de Assistência à Cultura e pela Prefeitura Municipal de Americana. Entretanto, ela não foi restaurada por inteiro, segundo autoridades da época, em razão do alto valor necessário para a conclusão da obra. É possível observarmos, ainda hoje, diversos setores da casa com portas trancadas para esconder a reforma inacabada. Tempos mais tarde, essa equipe de “restauradores”

e o Secretário de Educação seriam acusados de “jogar no lixo”, além de carteiras, mesas e outros equipamentos empilhados na antiga escola de Carioba, móveis e papéis que estavam nessa casa, protagonizando um dos ruidosos escândalos na cidade.

A reforma foi realizada para dar prosseguimento à criação da Casa de Cultura²⁰³, que tinha como objetivo apoiar a produção cultural através de eventos permanentes e servir de sede para entidades e grupos artísticos e também de espaço para o lazer da população. Carioba, diferentemente de projetos anteriores, estaria nesse momento direcionada somente para eventos culturais e, para tanto, a administração municipal realizou vários fóruns sobre “Política Cultural Municipal e Regional”. E novamente diversos órgãos e instituições participaram dos eventos, como o Ministério da Cultura, a Universidade Estadual de Campinas — Unicamp — e a Secretaria Estadual de Cultura. Nesse período, a imagem do embarque das melancias e a imigração norte-americana enfraqueceram em definitivo. E surgiu Carioba novamente. Nas comemorações de aniversários da fundação da cidade havia extensos artigos sobre a vila, a fábrica e a família Muller.

Além de os descendentes do Comendador Franz Muller agirem no sentido de preservar a memória de seus empreendimentos familiares, muitos ex-moradores, inconformados com a destruição da vila, empenharam-se em ressaltar as suas qualidades em conversas informais e em depoimentos para pesquisadores e na mídia.

A memória construída é de que a vila era um lugar paradisíaco. E o foco está na família Muller. Parece que o *flash* de luz, ao direcionar-se para as características ímpares que lhe eram atribuídas, obscureceu toda a sua trajetória histórica. Mas, apesar de a mídia local enaltecer as qualidades administrativas dos Muller, a comunidade composta pelos ex-moradores expõe a vigência de relações pessoais e próximas entre proprietários e operários e a simplicidade de uma vila operária.

²⁰³ Lei n. 3.313, de 14 de julho de 1999. Em 8 de julho de 1999, através da Lei n. 03309, criou-se o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Carioba, que objetivava manter e desenvolver a tradição histórica e projetos culturais e turísticos da vila de Carioba.

As mudanças e as associações que apontamos no decorrer deste estudo, as quais foram apoiadas pelo Poder Público e pela mídia local, indicam que as manobras com a história entraram no “mercado simbólico do capitalismo”²⁰⁴ desde a década de 1910 e nos últimos 50 anos, com muita eficácia. E esses sistemas simbólicos legitimam o poder.

Entretanto, o próprio sistema capitalista, ao desprezar durante anos tudo que é antigo em nome do progresso, provocou uma recente “exaltação da memória coletiva”²⁰⁵, que é partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de perder a sua memória. E que também é, agora, um novo filão do mercado. Os bailes retrô, as músicas regravadas e as películas refilmadas não espelham a falta de criatividade do nosso tempo e, sim, um retorno financeiro garantido.

Além disso, os objetos da história social e cultural do passado mais recente, também sentido nas últimas décadas, mudaram da história monumental para as margens da sociedade ²⁰⁶, adotando um foco próximo dos narradores, em que a memória tem papel de destaque na construção da história. Essa linha de pensamento acredita encontrar uma verdade na história de vida de seus depoentes.

Nesse sentido, apesar do polêmico embate teórico entre história e memória, pensamos que a memória não deva ter uma importância secundária, pois ela possibilita o conhecimento das transformações sociais e culturais.

Entretanto, a memória não pode ser a única referência para a história, pois, se valorizarmos somente a subjetividade corremos o risco de revelar o passado pela ótica de uma pessoa ou de um grupo. E, muitas vezes, apenas movidos pela emoção, pois a memória tende a recuperar os episódios singulares e organizá-los segundo os desejos de quem rememora. Eles resgatam a intensidade de uma experiência individual ou de determinado grupo.

²⁰⁴ SARLO, 2007.

²⁰⁵ LE GOFF, 1982, p.54.

²⁰⁶ SARLO, 2007. Entretanto, o questionamento de grandes eventos históricos e grandes personalidades em prol das pessoas comuns tem Marc Bloch e Lucien Febvre como grande referencial.

Então, o que esse neo-historicismo traz de novo, já que sempre a história de alguém, seja ele vencedor ou vencido, é que vai dominar o conhecimento do passado em determinado momento? E, embora Benjamin afirme que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”, as lembranças do passado podem trazer, talvez, novas possibilidades de novas perguntas sobre o passado, uma vez que a história total é impossível. Nesse sentido, o cuidado estaria em tentar distinguir e delimitar o campo de atuação das ideologias e o lugar da pessoa na construção social da identidade²⁰⁷.

Essa prática de estudo da história que se apóia na memória das fontes testemunhais, muitas vezes sai do âmbito da análise nos trabalhos acadêmicos e atinge diversas esferas da comunicação com o público. Por diversas vezes, o tornar público tem o apoio do Poder Público, reivindicando o estatuto de verdade. E foi o que aconteceu com a história de Carioba, depois de ser incorporada ao patrimônio municipal. Os seus narradores, alguns cariobenses, retomaram as suas lembranças, tudo fazendo para engrandecer e não macular a memória da vila.

²⁰⁷ Como afirma Velho, 2004.

Considerações Finais

Desde a implantação da fábrica de tecidos, no século XIX, Carioba representou pioneirismo e progresso. Essas concepções foram desenvolvidas para justificar e conduzir o projeto político e econômico capitalista da industrialização do País e foi um suporte à idéia de construção de uma identidade nacional²⁰⁸. Nesse sentido, Carioba foi um veículo de propagação dos ideais de modernidade de ricos fazendeiros e industriais, que administraram a fábrica e a vila de forma que interferia na vida privada dos operários, mantendo-os sob controle e em posição de dependência. À força dessas ações, construiu-se na memória da região a imagem de uma grande e próspera empresa familiar.

Este estudo procurou demonstrar a força do nome Carioba e o lugar de sua comunidade na construção desse nome. O seu folclore, formado de histórias medievais e coloniais, vinculado à natureza peculiar da região e ao centro popular de lazer e diversão em que se transformou, criou força própria. Essa instituição de nome Carioba – “pano branco”, em tupi-guarani — tem sua face mítica, religiosa e mágica. Os cariobenses a vêem como uma dádiva, um presente recebido pelas pessoas que ali habitaram. Mas, ao mesmo tempo, usaram o seu prestígio, ou o “produto particular de sua cultura”²⁰⁹, como uma espécie de moeda de troca – e ainda usufruem dessa propriedade, desse direito que se tem pelo presente adquirido²¹⁰. Entretanto, a fama que proveio de seu nome é possível somente a partir de uma classificação e da discriminação social, enfim, um papel, uma função social²¹¹. Nesse sentido, a vila operária foi montada para servir ao projeto de industrialização, e toda a sua infra-estrutura e as relações harmoniosas ou tensionadas objetivavam atingir a produção fabril. Esse projeto constituiu a região como símbolo: de riqueza,

²⁰⁸ Na época da implantação da fábrica de tecidos, o escritor e político José de Alencar era um dos representantes e um defensor da busca pela nossa identidade nacional. Encontramos Carioba em duas obras de sua autoria: **Iracema** (1865) e **Til** (1872). Na obra **Iracema**: “Quando Iracema foi de volta, já o pajé não estava na cabana; tirou a virgem do seio o vaso que ali trazia oculto sob a carioba de algodão entretecida de penas.” (1991, p. 46). Na obra **Til**, José de Alencar descreve a região de Carioba em seu romance regionalista. “Cerca de uma légua abaixo da confluência do Atibaia com o Piracicaba, e à margem deste último rio, estava situada a fazenda das Palmas.” (1971, p.13). Este romance, escrito três anos antes da inauguração da fábrica de tecidos, após uma visita de Alencar à fazenda de fictício nome, torna possível ser de sua autoria o nome dado à região e depois à fábrica, até porque acreditamos que a fábrica é anterior a 1875, como oficializada pelo Poder Público Municipal.

²⁰⁹ VELHO, 2004, p.9.

²¹⁰ MAUSS, 2003, p. 218.

²¹¹ ARENDT, 2003.

de prosperidade, de harmonia, de felicidade, que persistem na memória coletiva da cidade e região²¹². Uma memória que não é somente uma conquista, mas um instrumento de poder²¹³.

Além disso, o êxito e a perenidade dos empreendimentos da fábrica – os saberes do ofício da tecelagem – e da vila – os saberes do entretenimento — fabricaram o *status* de superioridade da vila com relação à cidade de Americana, estabelecendo uma rivalidade que perdurou por anos. Mas Carioba reuniu, principalmente, atributos indispensáveis para a sobrevivência do operariado de Americana: emprego para toda a família, moradia gratuita, água, esgoto e energia elétrica sem custos aparentes, lenha e leite mais baratos e a possibilidade de criar animais para o abate ou mesmo de cultivar uma horta cujos produtos poderiam ser usados no sustento da família. E uma exuberante paisagem, cercada de rios e matas que, além de proporcionar lazer, também era um meio de sustento dos operários. Esses meios de sobrevivência fabricaram uma memória coletiva paradisíaca que contribuiu para o apagamento das lutas dos cariobenses; dos diversos movimentos grevistas de sua história; dos sofrimentos que levaram a essas conquistas; das pressões e do controle dos patrões. Essa memória também eliminou fatos que a poderiam macular, como o envolvimento político com o fascismo, com a ditadura de Vargas e com os militares em 1964. Uma memória que foi construída através de depoimentos de grupos de moradores mais antigos da vila, fornecidos à mídia, a pesquisadores, ao Poder Público.

O momento em que a vila foi aniquilada, momento de fortes sentimentos contraditórios de afeto e perda, favorecia a montagem da história através de depoimentos, expressão das subjetividades dos ex-moradores; e assim se conheceram fragmentos da história da vila, “uma imagem do passado”²¹⁴. Entretanto, esse grupo de moradores considerou-se proprietário desse bem e eliminou da memória de Carioba as pessoas que a lesaram e depois a destruíram. E

²¹² De Masi (2000) assegura que a possibilidade de desfrutar de belas paisagens e usufruir do ócio é um caminho para a felicidade. Nos depoimentos dos cariobenses, os momentos de convívio e de desfrute da paisagem pitoresca da região são retratados como momentos felizes, tornando suas afirmações muito possíveis. Já Hillman (1984, p.66), afirma que devemos desenvolver a capacidade de experimentar e amar a vida como ela é, pois a felicidade é saber transformar o sofrimento em valor espiritual. Nos depoimentos colhidos para este estudo, todos se declararam felizes em Carioba, apesar da pobreza e do trabalho duro na fábrica de tecidos. Estes depoimentos de antigos moradores reforçam a idéia de Gikovate (2008), que pressupõe a ausência de desconforto: fome, sede, dor, vazio, desamparo como um caminho para a felicidade.

²¹³ LE GOFF, 1982.

²¹⁴ BENJAMIN, 1994, p.224.

entraram em luta com o Poder Público pela preservação e pelo reconhecimento de uma época e das pessoas que a construíram.

Ao mesmo tempo, a cidade de Americana desfrutava de marcar a história com o fato de ter sido a única cidade do Brasil fundada por imigrantes norte-americanos, deslocados de seu país de origem pela Guerra de Secessão. As políticas do governo militar favoreceram o crescimento da economia aliada à cultura norte-americana, e os governantes de Americana aproveitaram e construíram um paralelo entre a cidade e os Estados Unidos através da história de sua fundação. Parecia que pertencer, em parte, ao povo norte-americano era poder desfrutar também da riqueza e do domínio dos Estados Unidos, os “donos do mundo”. Essa fama, esse *status* também era uma distinção social e tornava Americana superior aos outros municípios e também a Carioba, sua rival de anos.

Paralelamente, alguns antigos moradores publicaram suas memórias sobre a região e trabalharam com vereadores e prefeitos para que Carioba voltasse a ser lembrada na cidade. E uma rede de interligações foi ativada para preservar a memória de Carioba²¹⁵. Esses antigos moradores conseguiram que o Brasão de Armas e a Bandeira de Americana, símbolos que representam o município, que outrora retratavam somente a imigração norte-americana, fossem alterados e incluíssem os italianos e os diferentes povos europeus que fundaram as cidades da região. Além disso, um Hino Municipal foi composto, também com as mesmas orientações. Artigos que enalteciam Carioba e a transformavam em um paraíso sob a administração dos Muller invadiram os jornais da cidade, mas principalmente **O Liberal**. Assim, antigos moradores de Carioba também conseguiram que uma legislação municipal comemorasse o Dia da Comunidade Italiana e que a Prefeitura Municipal de Americana assumisse a *Festa da Achiropita* como festa oficial, o que, todavia, não perdurou.

O Sr. Hercule, um dos depoentes neste estudo, é o responsável por grande parte dessas conquistas, por ter sido um militante das causas dos italianos, ligados a Carioba. Ele também relacionou nomes de antigos cariobenses para denominar as ruas de um novo bairro residencial na cidade — o Parque Nova Carioba — loteado em 2003. Outrora, diversas ruas, avenidas, praças

²¹⁵ ELIAS, 1994.

e bairros receberam nomes de moradores de Carioba; entretanto, na sua maioria, receberam nomes dos principais membros da família Muller, como o do comendador, da sua esposa, do filho Hermann, da filha Margarete e do genro Wenner Plaas.

O mesmo não aconteceu com a família Abdalla, pois somente Nicolau denomina a avenida que passa em frente à casa em que residiu na vila²¹⁶. Durante os anos em que foi proprietária de Carioba, essa família não se preocupou em criar espaços que reverenciassem a sua memória, como fez a família Muller, nem despertou nos operários o desejo de homenageá-la. O que é possível perceber, na realidade, é que, nos anos finais da fábrica de tecidos e da vila, intencionalmente a família Abdalla procurou “apagar” qualquer relação com esse empreendimento. E, para tanto, contou com o apoio do Poder Público Municipal, co-responsável pela destruição e pelo esquecimento de Carioba.

Apesar da presença, na história do município, da memória cariobense restrita ao período que compreende as décadas de 1920 a 1940, os ex-moradores de diferentes épocas e espalhados pelos diversos bairros da cidade mantiveram viva a lembrança da vila, mesmo após a sua demolição. Muitos se encontram nas festas de São João Batista — são os filhos e os netos de cariobenses que fizeram ressurgir a festa para manter a Igreja — e nos funerais de ex-moradores, quando revivem histórias e conversam sobre a vila. Nenhum deles perdeu a *alma cariobense*. Pelo contrário, passaram aos seus filhos e netos o amor e o respeito pela Carioba que conheceram e que imaginaram.

A reiterada insistência dos cariobenses em serem identificados somente pelo primeiro período da história da vila nos intrigou e incomodou durante todo este trabalho de pesquisa. Por que o esquecimento do outro período vivido e a aceitação de apenas uma parte da história da vila, como sendo sua história, justamente aquela parte da história que poucos haviam efetivamente vivenciado? Por que o silêncio da maioria dos moradores ainda vivos da vila? Por que *falar sobre o seu fim* era algo proibido e cheio de mistérios?

²¹⁶ Lei Municipal 3.162/98. O projeto foi de autoria de José Antônio Zazeri, vereador de 1989 a 1992; de 1993 a 1996; de 1997 a 2000. Presidente da Câmara Municipal de 1997 a 1998 e vice-prefeito de 2005 a 2008.

Na realidade, achar uma outra forma de viver, além da existente em Carioba, foi um grande desafio para as famílias que foram obrigadas a deixar a vila. A adaptação levou anos, pois as pessoas separaram-se de amigos, do sistema de organização, do local que tanto amavam, do trabalho e do lazer e entretenimento. Além disso, eles sabiam que a destruição de Carioba não havia sido obra somente da família proprietária e do Poder Público Municipal, também havia sido protagonizada por parte de seus companheiros cariobenses. O sentimento de culpa por haver cedido aos *interesses* individuais diante dos ataques dos proprietários para desocupar a vila transformou o silêncio em uma proteção e, ao mesmo tempo, em uma forma de ocultar a vergonha. Proteção de si e dos amigos, ao perceber que, levando ou não materiais das casas, ao mudar-se da vila, essa atitude contribuiu com a sua destruição. Vergonha por não conseguir combater o poder econômico e político e ter que escolher entre a miséria e o abandono presentes em Carioba, na esperança de uma vida mais digna em um lugar desconhecido. O desmoronamento da cultura de ajuda mútua e de recursos financeiros não impediu os movimentos de resistência dos moradores, mas impossibilitou uma luta mais justa para os cariobenses. E a comunidade, marcada por inúmeras lutas, não conseguiu preservar sua *benamata* vila.

Referências Bibliográficas

Livros

- ALENCAR, J. **Iracema** – Lenda do Ceará. São Paulo: Ática, 1991. Série Bom Livro.
- _____. **TIL**. São Paulo: Record, 1971. Coleção Romance Brasileiro. V.5.
- ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura** - Obras Escolhidas, 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. V.1
- BERABA, A. L. **América aracnídea: teias culturais interamericanas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BERTALIA, A. **Recordações de Carioba: álbum de memórias**. Americana, SP: Caminho Editorial, 1999.
- BINZER, I. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BORMANN, H. **A vida de Erich**. Tradução de Horst Muller Carioba. São Paulo: edição própria, 1994.
- BOURDIEU, P. et al. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CALDEIRA, J. N. **As nossas riquezas** – município de Villa Americana. São Paulo: Edição da Empresa Commercial e de Propaganda Brasil & Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1930.
- CAMILLO, E. E. R. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Centro de Memória - Unicamp, 1998.
- CANABRAVA, A. **O algodão em São Paulo, 1861-1875**. São Paulo: T.A.Q., 1984.
- CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COUPÉ, M. A. N.; NOGUEIRA, E. J.G. **Heróis desconhecidos**. Cunha, SP: Editora Santuário, 1983.

COUTO, A. M. M. **Greve na Cobrasma** – uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablume, 2003.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMINICIS, R. F. et al. (Org.); **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. v. 1.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREUD, S. **Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (v. XIII).

GIORDANO, H. **Minhas memórias**: histórias de um cariobense, revivências de Villa Americana. Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004.

GOBBO, C., et al. **Preservando nossa história**. Americana, SP: Copyright autores, 1999.

GUSSI, A. F. **Os norte-americanos (confederados) do Brasil** – identidades no contexto transnacional. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. (Coleção Tempo e Memória).

HILLMAN, J. **Uma busca interior em psicologia e religião**. São Paulo: Paulinas, 1984.

JONES, J. M. **Soldado descansa!** Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil. Americana, SP: Jarde, 1967.

JONES, J. M.; BRYAN, A. S. **Americana, Brasil** – Edição Histórica – SP. Americana, SP: Focus, 1975.

KIAROSTAMI, A. **Abbas Kiarostami**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Lisboa: Portugal, Edições 70, 1982.

LEYEN, M.M. **Bruno e Margarete von der Leyen – Antepassados**. São Paulo: edição própria, 1995a. V. 1.

_____. **Bruno e Margarete von der Leyen** – Minha infância. Tradução de Bárbara Naschold. São Paulo: edição própria, 1995b. V. 2.

_____. **Bruno e Margarete von der Leyen, 1910 a 1918.** São Paulo: edição própria, 2005. V. 4.

LICHT, H. **O remo através dos tempos.** Porto Alegre: Corag, 1986.

MARTINS, J. P. S. **Abdo Najar, o tecelão do futuro.** Campinas, SP: Komedi, 2007.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MULLER, H. **História da família.** São Paulo: edição própria, 1992.

PIETZSCHKE, B. M. **Carioba.** São Paulo: edição própria, 1982.

_____. **Honnef às margens do Reno.** São Paulo: edição própria, 1983.

QUEIROZ, L. R. S. **Álbum de família: Souza Queiroz.** São Paulo: Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância e à Juventude, 2007.

QUEIROZ, V. P. S. **Reminiscências de Campinas.** Campinas: edição própria, 1951 [?].

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAVAGLIA, I. **Os pioneiros.** Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1976.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel; Instituto Italiano de Cultura di San Paolo; Instituto Ítalo-Brasileiro, 1988.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Dissertações e Teses

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Educação étnica: a pluralidade das propostas educacionais de origem germânica no estado de São Paulo.** 2007. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHAVES, Marcelo Antonio. **Da periferia ao centro da (o) capital:** perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil: São Paulo, 1925-1945. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho:** leis e direitos na cidade de São Paulo -1953 a 1964. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIETRICH, Ana Maria. **A caça às suásticas** – O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política. 2001. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

NOMELINI, Paula Christina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930).** 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. **Política trabalhista e relações de trabalho o Brasil:** da era Vargas ao Governo FHC. 2002. 365 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, Maria José Ferreira de Araújo. **Memória, imigração e educação:** fábrica de tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX. 2005. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TENCA, Álvaro. **Nos trilhos da memória: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de velhos trabalhadores, ex-alunos do curso de ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.** 2002. 277 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

UHLE, Ana Rita. **De casaca ao pé da estação.** 2006.170 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Periódicos/Anais/colóquios/relatórios

ANDRADE, José Eduardo Pessoa de; CORREA, Abidack Raposo; SILVA, Cláudio Vicente Di Gioia. Pólo de Tecelagem Plana de fibras artificiais e sintéticas da região de Americana. **Relatório da Gerência Setorial de Bens de Consumo não Duráveis**, Americana, fev. 2001. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2009.

BEBIANO, Rui. Nostalgia e utopia do Estado Novo. **Intervenção no colóquio-itinerante Saberes Partilhados:** o espaço da utopia na cultura portuguesa, abril, 2005. Disponível em: < www.ruibebiano.net>. Acesso em: 10 dez. 2008.

CARVALHO, Diego Francisco de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. **Histórica** – Revista eletrônica do Estado de São Paulo. São Paulo, n. 27, nov. 2007. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 3 maio 2009.

Consequência natural – nada mais lógico que a decisão de revogar as penas de banimento e dar fim à CGI. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, n. 539, 3 jan. 1979.

Dura contra agiotas. **Veja e Leia**, São Paulo, Editora Abril, n. 25, 26 fev. 1969.

Enfim, J. J. Abdalla pagou. **Veja e Leia**, São Paulo, Editora Abril, n.256, 1 agost. 1973.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 2 maio 2009.

GONÇALVES, José Sidnei; RAMOS, Soraia de Fátima. Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.38, n.2, fev.2008. Disponível em: <www.ftsp.gov.br> . Acesso em: 5 maio 2009.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 2, n.3, set./dez. 1988. Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 18 out. 2008.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal do Rio de Janeiro – Discutindo a questão da habitação popular (1892-1902). **Revista de História Geral**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, Verão 2000. Disponível em: <www.historia.uff.br>. Acesso em: 10 jan. 2008.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Memórias subterrâneas: repensar a história regional entre lutas, práticas e representações. **Interatividade**, Andradina, SP, v.1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.firb.br/interatividade/edicao2/private2/oliveira.htm>>. Acesso em: 2 maio 2009.

O BRASIL declara renda. **Veja e Leia**, São Paulo, Editora Abril, n. 28, 26 mar. 1969.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
Disponível em: <http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2009.

REGO, Fernando Rabello Valle. Vila operária Confiança: estratégias de preservação do espaço social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, Londrina. História: Guerra e Paz. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Editorial Mídia, 2005. Referências adicionais: Classificação do evento: Nacional; Brasil/ Português. Disponível em: <www.anpuh.uepg.br/xxii-simpósio/anais/textos>. Acesso em: 9 maio 2009.

SOUZA, Mayara Paiva de. A constituinte de 1946: a bancada udenista e a reinterpretação do tempo. **Fênix - Revista de história e estudos culturais** -, Goiás, v.5, Ano V, n.4. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br> . Acesso em: 9 nov.2009.

TIAGO FILHO, Geraldo Lúcio. Evolução histórica do conceito das pequenas centrais hidrelétricas no Brasil. In: SIMPÓSIO DE PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, 5. 3 a 6/abril/2006, Florianópolis: SC. **Comitê Brasileiro de Barragens**. Disponível em: <www.artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1151321731_93doc>. Acesso em: 15 jul. 2007.

Artigos em jornais

ACORDO entre CNI e USAID beneficiará indústria têxtil brasileira. **O Liberal**, Americana, p.1, 17 jul. 1966.

ADRIA, Késia. Emocionados, irmãos Hermann Muller voltam ao casarão. **O Liberal**, Americana, p.4, 20 maio 1996.

AGAGÊ, Carioba: Parque São Francisco. **O Liberal**, Americana, p.2, 12 set. 1983.

_____ Carioba: O Parque Dona Albertina. **O Liberal**, Americana, p.4, 18 ago. 1983.

AMERICANA festeja centenário da vinda dos norte-americanos. **O Liberal**, Americana, p.3, 17 jul.1966.

BEDENDI, Liliam. Pesquisadores querem fazer de Carioba uma vila-escola. **O Liberal**, Americana, 15 set.1991.

CAMPOS, Álvaro Correa. Carioba. **O Município**, Villa Americana, 24 abril 1938.

CARIOBA: Telegrama ao Presidente e Ministros. **O Liberal**, Americana, 1 set.1966.

CARIOBA: Governador não concedeu audiência solicitada. **O Liberal**, Americana, p.1, 4 set.1966.

CARIOBA: Herbert Levy sugere volta ao trabalho. **O Liberal**, Americana, p.1, 18 set. 1966.

CARIOBA: um lugar único. **O Liberal**, Americana, p. 4, 27 jul. 1974.

CARIOBA. **O Município**, Villa Americana, 10 maio 1924.

CARIOBA. **O Município**, Villa Americana, 19 out. 1938.

CARIOBA - A visita do Infantil Corinthians, da capital, a Carioba. **O Município**, Villa Americana, 19 mar. 1944.

CARIOBA. **O Município**, Villa Americana, 10 maio 1936.

CARIOBA. **O Município**, Villa Americana, 28 jun. 1936.

CARIOBA vai demolir monumento ao fundador. **O Liberal**, Americana, 3 mar. 1983.

CARIOBA: o Parque Dona Albertina. **O Liberal**, Americana, 18 ago. 1983.

CARIOBA: Parque São Francisco. **O Liberal**, Americana, 20 set. 1983.

CARTA aberta. **O Município**, Villa Americana, 9 set. 1928.

CENTENÁRIO da vinda dos norte-americanos – dia 26 a abertura dos festejos. **O Liberal**, Americana, p.1, 19 jul.1966.

CENTENÁRIO da imigração é notícia para o repórter do Time. **O Liberal**, Americana, p.1, 11 set.1966.

CINEMAS. **O Município**, Villa Americana, 15 out. 1926.

CONFERENCIA. **O Município**, Villa Americana, 15 jan. 1928.

COLONNA italiana. **O Município**, Villa Americana, 17 ago. 1927.

C.R.S. Carioba. **O Município**, Villa Americana, 19 fev. 1933.

EM DEBATE sábado o tombamento de Carioba. **O Liberal**, Americana, p. 1, 18 fev. 1980.

EVOCANDO o Passado. **O Município**, Americana, 6 out.1940.

FAÉ, Walter. O Comendador Muller disse adeus a Carioba. **O Liberal**, Americana, p. 2, 26 mar. 1983.

FÁBRICA de Carioba fechava. **O Liberal**, Americana, p.6 Cidades, 11 jan. 2007.

GOBBO, Diógenes. ‘Allegro ma non troppo’. **O Liberal**, Americana, p.10 C, 12 mar. 2006.

HOWARD, Leon. A literatura norte-americana. **O Liberal**, Americana, p.3, 11 set. 1966.

JANTAR e baile em homenagem a Judith Jones. **O Liberal**, Americana, p.1, 30 jul. 1967.

JUIZ revoga prisão de Nicolau J. Abdalla. **O Liberal**, Americana, p.1, 18 set. 1966.

LIVRO de Ouro. **O Município**, Villa Americana, 25 jan.1928.

MORADORES de Carioba pediram melhoramentos na audiência de ontem. **O Liberal**, Americana, p.1, 20 dez. 1979.

MORADORES antigos da cidade encerram projeto do “Resgate”. **O Liberal**, Americana, 11 nov. 1993.

MORRE nos EE.UU. o americanense Carrol Byrd Jones. **O Liberal**, Americana, p.1, 9 out.1966.

NECESSIDADES Locaes – Um centro recreativo familiar. **O Município**, Villa Americana, 19 mar. 1939.

NOTÍCIAS de Carioba. **O Município**, Villa Americana, 19 fev. 1933.

NOVOS seqüestros podem ser pedidos contra a Prefeitura. **Diário de Americana**, Americana, p.1, 18 jun.1983.

O ANIVERSARIO d’ “O Município”. **O Município**, Villa Americana, 24 out.1926.

O CLUBE de Regatas e Natação Carioba inaugurou a sua sede. **O Município**, Villa Americana, 6 maio 1924.

OS ESTRANGEIROS no Brasil. **O Município**, Villa Americana, 15 maio 1938.

O FASCISMO no exterior. **O Município**, Villa Americana, 17 ago. 1927.

O INTERESSE e desinteresse por Carioba. **O Liberal**, Americana, 31 dez. 1983.

OPERÁRIOS de Carioba foram ao Rio. **O Liberal**, Americana, p.1, 4 set. 1966.

PARTIDO fascista. **O Município**, Villa Americana, 29 maio 1927.

PELO FASCISMO. **O Município**, Villa Americana, 9 jun. 1927.

PELO JUBILEU de S.M.Victor Emanuel III. **O Município**, Villa Americana, 1 jun. 1925.

PESQUISADORES querem fazer de Carioba uma vila-escola. **O Liberal**, Americana, 15 set.1991.

PINHEIRO, Juliana. Operárias da história. **O Liberal**, 7 mar. 2004, caderno d!

PREFEITO fala das áreas de Abdalla em Americana. **O Liberal**, Americana, p. 9, 20 set. 1975.

PREFEITO leva situação do Município a Montoro e tenta obter recursos. **O Liberal**, Americana, p.1, 17 jun. 1983.

PREFEITURA vai pagar Cr\$100 milhões aos advogados – Juiz devolve terras para grupo Najar. **Diário de Americana**, Americana, p.1, 26 jun. 1983.

PREFEITURA Municipal, resolução n. 40. **O Município**, Villa Americana, 30 out. 1929.

PREFEITURA norte-americanos sepultados no Cemitério do Campo. **O Liberal**, Americana, p. 3, 21 jul.1966.

“PROPAGANDA e Stampa”. **O Município**, Villa Americana, 1 maio.1927.

REMO e Natação – Uma entidade que se desenvolve no remo e natação – Palestra com um diretor do “Club de Regatas e Natação Carioba” - Organização promissora e actuação bem orientada, **O Município**, Villa Americana, 21 mar.1925.

SILVANA MARIA. Carioba ganha outro projeto de revitalização. **O Liberal**, Americana, p.1, 17 maio 1996.

TERCEIRO Aniversario do Cine Glória. **O Município**, Americana, 2 ago. 1942.

TOMBAMENTO de Carioba é vetado pelo governador. **O Liberal**, Americana, p.1, 27 maio 1981.

VERZIGNASSE, Rogério. Bairro Histórico de Americana está desaparecendo. **O Liberal**, Americana, p.14, 11 ago. 1991.

_____. Americana faz projeto de preservação. **O Liberal**, Americana, p. 8, 10 maio 1992.

VILLA Americana. **O Município**, Villa Americana, p.1, 8 dez. 1935.

516 querem fazer greve. **O Liberal**, Americana, p.1, 28 jun. 1966.

Documentos Legislativos

AMERICANA. Decreto nº. 130, de 1 de abril de 1957, que “aprova plano de loteamento de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A – Cariobinha”.

AMERICANA. Decreto n. 496, de 8 de abril de 1971, que “declara de utilidade pública, para fins de instalação de indústria, uma área de terreno de propriedade dos Srs. Waldomiro Cia e outro, Ricardo Cia, Fazenda Salto Grande e Fábrica de Tecidos Carioba S/A”.

AMERICANA. Decreto n. 501, de 23 de abril de 1971, que “declara de utilidade pública, área de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, para implantação de indústria”.

AMERICANA. Decreto 502, de 23 de abril de 1971, que “declara de utilidade pública, áreas de terreno de propriedade de Fábrica de Tecidos Carioba S/A, Waldomiro Cia e outros, Ricardo Cia, Abraham Abraham, Adib Miguel Haddad e Produtos Alimentícios Olibrás, ou sucessores, para implantação de novas indústrias”.

AMERICANA. Decreto n. 519, de 16 de setembro de 1971, que “declara de utilidade pública, áreas de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, para implantação de indústria”.

AMERICANA. Lei Municipal n. 1148, de 23 de abril de 1971, que “autoriza o Executivo a conceder estímulos fiscais e alienar terrenos para implantação e incentivo do Parque Industrial de Americana”.

AMERICANA. Decreto n. 544, de 27 de março de 1972, que “declara de utilidade pública, área de terreno de propriedade de Fábrica de Tecidos Carioba S/A, para futura instalação de indústria, conforme Lei nº 1148, de 23 de abril de 1971”.

AMERICANA. Decreto n. 607, de 24 de abril de 1973, que “declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 1148, de 23 de abril de 1971, área de terreno de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, e dá outras providências”.

AMERICANA. Lei n. 1225, de agosto de 1973, que “inclui áreas ao Distrito Industrial e dá outras providências. Áreas de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, localizadas no Bairro Salto Grande. Áreas retificadas pelo Decreto n. 670, de 19/03/74”.

AMERICANA. Decreto n. 662, de 10 de janeiro de 1974, que “declara de utilidade pública área de terreno destinada a fins habitacionais, de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S.A.”.

AMERICANA. Lei n.1.338, de 12 de dezembro de 1974, “que autoriza a alienação de áreas de terreno à CECAP, para construção de casas. Área localizada no Bairro Salto Grande, expropriada à Fábrica de Tecidos Carioba S/A”.

AMERICANA. Decreto n. 784, de 30 de junho de 1975, que “declara de utilidade pública, para serem desapropriados, imóveis de propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba S/A, destinados à abertura da Avenida Marginal do Ribeirão Quilombo”.

AMERICANA. Lei n. 1.408, de 03 de novembro de 1975, que “dispõe sobre os símbolos do Município de Americana”.

AMERICANA. Decreto n. 1.414, de 02 de julho de 1981, que “denomina praça pública no bairro Jardim São Pedro”.

AMERICANA. Decreto n. 1.600, de 13 de outubro de 1982, que “declara de utilidade pública área a ser desapropriada onde será implantada a Estação de Tratamento de Esgoto, Propriedade da Fábrica de Tecidos Carioba”.

AMERICANA. Decreto n. 1.620, de 10 de novembro de 1982, que “outorga ao Grupo Escoteiro NAMBIKWARA, permissão para uso de bem municipal. Prédio da Escola Municipal de Educação Infantil UBÁ, do Bairro Carioba, para execução dos jogos escoteiros”.

AMERICANA. Projeto de Lei 078/83, que “dispõe sobre a ratificação dos acordos firmados entre a Prefeitura Municipal de Americana e a empresa Agro Imobiliária Jaguari S/A” – sucessora da Fábrica de Tecidos Carioba S/A.

AMERICANA. Lei n. 1.884, de 29 de junho de 1983, que “referenda os acordos firmados entre a Prefeitura Municipal de Americana e a Agro Imobiliária Jaguari S/A”.

AMERICANA. Lei n. 1.948, de 6 de julho de 1984, que “dispõe sobre a doação de bens a Companhia Paulista de Força e Luz”.

AMERICANA. Decreto n. 04009, de 19 de agosto de 1995, que “incorpora ao patrimônio cultural e histórico do Município os imóveis públicos do Bairro Carioba e dá outras providências”.

AMERICANA. Lei n. 02.984, de 5 de junho de 1996, que “institui o Dia da Comunidade italiana no Município de Americana”, regulamentada pelo Decreto n. 4.188, de 28 de junho de 1996.

AMERICANA. Decreto n. 4188, de 28 de junho de 1996, que “regulamenta a Lei n. 2984, de 05 de junho de 1996, que institui o Dia da Comunidade Italiana”.

AMERICANA. Lei n. 03025, de 12 de dezembro de 1996, que “cria a Fundação Carioba e dá outras providências”.

AMERICANA. Lei n. 3152, de 17 de abril de 1998, que “adota novo brasão de armas do Município”.

AMERICANA. Lei n. 3.162, de 14 de maio de 1998, que “altera denominação da Avenida Presidente Médici. Passa a se chamar Avenida Nicolau João Abdalla”.

AMERICANA. Lei n. 03.309, de 8 de julho de 1999, que “cria o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Carioba. Conselho instituído para manter a tradição histórica e desenvolver projetos culturais e turísticos do Bairro Carioba”.

AMERICANA. Lei n. 3.313, de 14 de julho de 1999, que “cria a Casa de Cultura Hermann Müller e dá outras providências. Casa de Cultura com sede em Carioba, com o objetivo de apoiar a produção cultural através de eventos permanentes, servir de sede para entidades e grupos e de espaço de lazer para a população”.

BRASIL. Código Civil. Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Parte Especial – Livro II – Do Direito das Coisas, Título II - Da Posse, Capítulo II – Da Aquisição da Posse, art. 497. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br> >. Acesso em: 10 mar. 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, que “dispõe sobre desapropriações por utilidade pública”. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 15 mar.2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.638, de 31 de agosto de 1942, que “faculta a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância e dá outras providências”. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n.4791, de 5 de outubro de 1942, que “institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira, e dá outras providências”. Disponível em: <www.senado.gov.br>.Acesso em: 6 mar. 2008.

BRASIL. Decreto-Lei de n. 5.452, de 1 de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. Capítulo VII – Da Estabilidade, Artigos 492 e 497. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 5 maio 2008.

BRASIL. Decreto – Lei de n. 72, de 21 de novembro de 1966, que “unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social”. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 3 maio 2008.

BRASIL. Constituição Federal, de 20 de outubro de 1967. Título III – Da Ordem Econômica e Social, art. 157. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br> >. Acesso em: 10 mar. 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 359, de 17 de dezembro de 1968, que “cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências”. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 427, de 22 de janeiro de 1969, que “dispõe sobre a tributação do imposto de renda na fonte, registro de letras de câmbio e notas promissórias e dá outras providências”.

BRASIL. Ato Institucional n. 9, de 25 de abril de 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2008.

BRASIL. Decreto n. 74.727, de 16 de outubro de 1974, que “confisca bens da empresa denominada de CIBRAPE (com sede na capital do Estado de São Paulo)”. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Decreto n. 74.728, de 18 de outubro de 1974, que “altera os decretos no. 72.523 de 25 de julho de 1973 e o Decreto no. 72.562 de 31 de julho de 1973 que confiscam bens da

Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e da Estrada de Ferro Perus-Pirapora S.A”. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Decreto n. 74.729, de 18 de outubro de 1974, que “altera os decretos nos. 72.561 de 31 de julho de 1973, de 07 de agosto de 1973 que confiscam bens da Companhia Paulista de Celulose “Copase” e da Fábrica de Papel Carioca S.A”. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Decreto n. 74.577, de 18 de outubro de 1974, que “altera o decreto no. 72.577 de 07 de agosto de 1973 que confisca bem imóvel de propriedade do Lanifício Paulista S.A.”. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Projeto de Lei 634-B/1975, que “institui o Código Civil”. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2008.

BRASIL. Decreto no. 77.666 de 24 de maio de 1976, que “confisca bens pertencentes à Fábrica de Tecidos Carioba S.A., em substituição ao Decreto no. 76.279 de 16 de setembro de 1975”. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Decreto n. 77.666, de 24 de maio de 1976, que “confisca bens pertencentes à Fábrica de Tecidos Carioba S.A., domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, e dá outras providências”. Disponível em: <www.planalto.gov.br> . Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 14, de 9 de setembro de 1980, que “altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao artigo 209”. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

BRASIL. Lei n. 101, de 04 de maio de 2000 que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

BRASIL. Código Civil. Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei n. 536, de 1980, que “dispõe sobre o tombamento, como monumento histórico do Estado de São Paulo, da Vila industrial do bairro Carioba, em Americana”.

ESTADO DE SÃO PAULO. [Lei Provincial de nº. 44, de 12 de julho de 1869](#), que “autoriza o pagamento do prolongamento da estrada de ferro de Campinas a Rio-Claro”.

ESTADO DE SÃO PAULO. Projecto n. 45, de 1902, que “cria um districto de paz com denominação de Villa Americana no município e comarca de Campinas”.

ESTADO DE SÃO PAULO. Projecto n. 24, de 1917, que “cria o município de Villa Americana na comarca de Campinas”.

Outros documentos

Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 8/7/2008, Caderno Executivo I, seção PGE. Disponível em: <www.apesp.org.br>. Acesso em: 8 jul. 2009.

Diário Oficial da União, de 21/10/1974, Seção I – Parte I. Disponível em <www.glin.gov>. Acesso em: 15 maio 2009.

SERVIÇO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. GOMES JUNIOR. Dr. F. S. **Prophylaxia do impaludismo em Villa Americana, Nova Odessa, Carióba e Salto Grande.** São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1919.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura, Memorial do Imigrante/Museu da Imigração. **Imigração Italiana no Estado de São Paulo.** 4. ed., Série Resumos, n. 1, SP: São Paulo, Memorial do Imigrante.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura, Processo: 00486/74 – Tomb: Res. 08 de 15/04/82 – D.O.: 30/04/82 – Livro do Tombo Histórico: Inscrição n. 169, p. 39, 07/05/1982. Disponível em: <www.cultura.sp.gov.br> . Acesso em: 22 out. 2008.

Filmes/Programa TV

ROSA, L. G. (filmagem e montagem). **Pioneiro do progresso em Americana.** [Filme-vídeo]. Narração de Oliveira Neto, Americana, década de 1960. 1 cassete VHS, 23 min. preto e branco. Som.

GIKOVATE, F. Felicidade e os prazeres com Flávio Gikovate. **Café Filosófico.** Campinas, SP: TV Cultura, exibido em 21/12/2008.

Outros tipos de material impresso

JONES, J. M.; BRYAN, A. S. Americana – sua história e sua gente. **História em quadrinhos.** Americana, SP: Art & Mídia Comunicação Publicitária LTDA (produção gráfica), Secretaria da Ciência e Tecnologia (impressão), 1987.

Sites consultados/sugestões:

www.cpfl.com.br .
www.topicos.net/fileadmin/pdf/2003/03/arquitetos_alemae.pdf
www.senado.gov.br ,
www.al.sp.gov.br
www.camara-americana.sp.gov.br
[//biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br),
www.birigui.sp.gov.br
www.cunhatur.com.br
[//biografias.netsaber.com.br](http://biografias.netsaber.com.br)
www.cpdoc.fgv.br
www.portaldevilaisabel.com.br
www.portal.prefeitura.sp.gov.br
www.Achiropita.org.br
www.scielo.br
www.salvatorianos.org.br
www.arquivonacional.gov.br
www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br
www.apesp.org.br
www.cultura.sp.gov.br
www.americana.sp.gov.br
www.usaid.gov
www.ruibebiano.net
www.assuncao.com.br
<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/marcha-para-oeste>.
<http://bonattiholding.com/site/comum>.
www.raiobras.gov.br;
www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/so_sp/gd210205.htm.
www.carlosperinfilho.net/2002/24012002.htm .
<http://www2.camara.gov.br>.
www.glin.gov.
www.planalto.gov.br
<http://It.wikipedia.org>
www.bndes.gov.br
www.historica.arquivoestado.sp.gov.br
www.ftp.sp.gov.br
www.historia.uff.br
www.firb.br
<http://www2.uel.br>
www.anpuh.uepgbr
www.artigocientifico.uol.com.br

Anexos

Evolução da População 1940 - 2000

ANO	URBANA	RURAL	SUBURBANA	TOTAL
Americana	2.679	4.762	2.115	10.556
Nova Odessa	554	1.847	546	2.947
1940*	3.233	6.609	3.661	13.502
Americana	8.838	4.853	4.492	18.183
Nova Odessa	587	1.805	840	3.232
1950*	9.425	6.658	5.332	21.415
1960	32.000	5.856	-	37.856
1970	62.329	3.987	-	66.316
1980	121.743	261	-	122.004
1991	153.653	187	-	153.840
2000	182.159	434	-	182.593

Figura 86 – Evolução da população 1940-2000.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Americana — PDDI

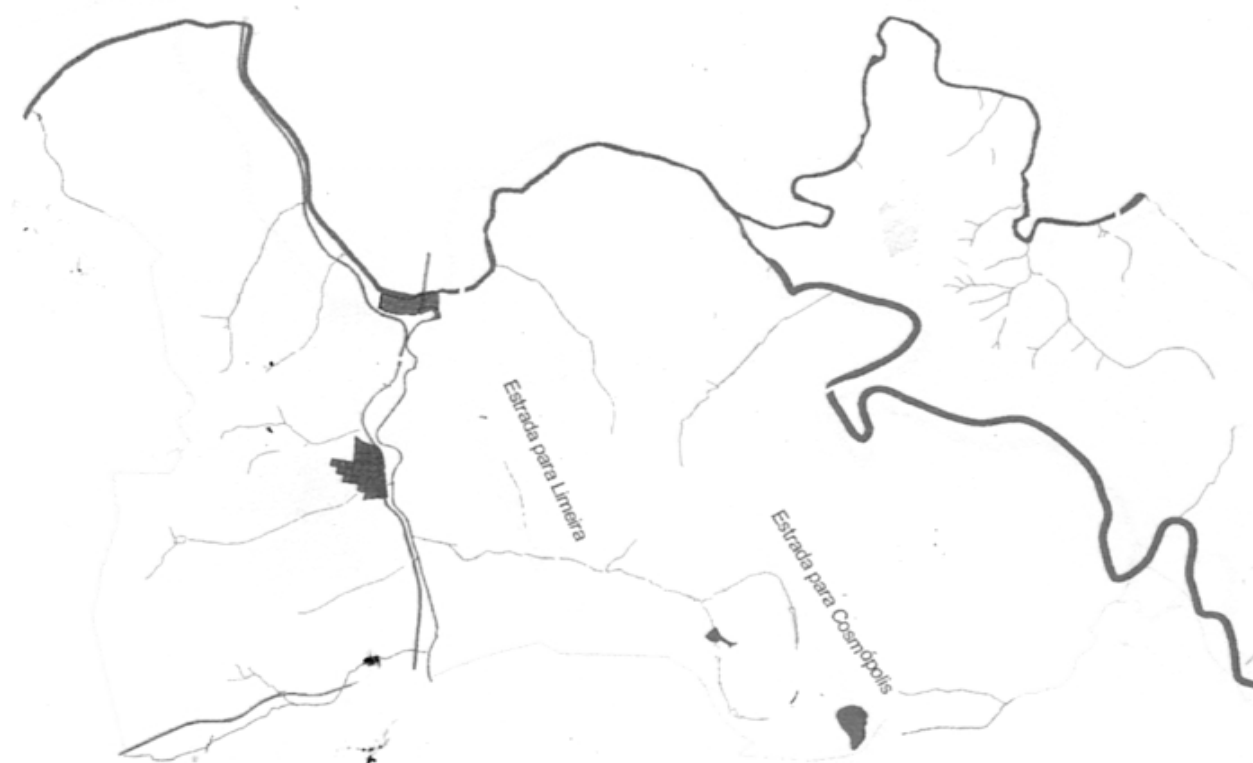


Figura 87 – Primeiros loteamentos de Americana, século XIX. Em cima, Carioba e, ao centro, Villa Americana.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Americana — PDDI

Depoimento da sra. Ernesta Sacoman Calligaris

Dona Neca.

Os pais de D. Neca eram: Bortolo Sacoman (certificado Bartolo) – e, Penélope Sacoman (nome original Maria Penálape Agabito), imigrantes italianos que desembarcaram no Rio de Janeiro, em 1878. Bortolo e Penélope se casaram no navio, na época, estavam com 15 anos. Os irmãos do pai sumiram, sabe-se que talvez um tenha ido para os Estados Unidos. Da mãe, nada se sabe, pois D. Penélope nunca falou nada de sua família para a filha. Do Rio de Janeiro foram trabalhar em uma fazenda, em Limeira e de lá, rumaram para Carioba.

P: Seu pai e sua mãe vieram para trabalhar na fábrica de Carioba?

N: Nãaaaao.

P: O que eles faziam em Carioba?

N: Meu pai era cocheiro.

P: De quem?

N: Do seu Hermann.

P: A sra. conheceu o seu Hermann? A sra se lembra dele?

N: Ohhh!!! Ele tinha uma perna de borracha.

P: Uma perna? É?! Por quê?

N: Não sei. Ele era um homem bacana.

P: Ele era alto?

N: Era.

P: Era velho? Moço?

N: Não. Casado. Tinha filho moço. Eu esqueço o nome dela. Eu sei que a moça era de Carioba.

P: Mas ela trabalhava na fábrica?

N: Essa moça? Trabalhooooou.

P: Ele a conheceu em Carioba?

N: É. Ele conheceu ela lá. Tinha um que ele era esportista. Era tudo mato. Ele corria pelo mato. Ele se chamava S. Henrique.

P: Era o filho mais novo do sr. Herman?

N: É. Ele tirava a roupa e corria pelado naquele mato e as moças que... Curiosas queria vê. Alguma ia lá vê.

P: Esse que tinha a perna de borracha era aquele que corria pelado no mato?

N: Não. Era o pai. S. Hermann. O pai do S. Henrique.

P: E por que ele tinha essa perna?

N: Ahh! Não sei!

P: Foi um acidente que ele teve?

N: Não sei. Eu era pequena. Eu conheci lá eles, só. Quando chegaram lá. Ele já veio assim. Quando eu cheguei em Carioba eu fiquei no mesmo serviço.

P: A sra vivia lá na casa do S. Muller?

N: Não.

P: Via os patrões passeando por Carioba?

N: Ele tinha a casa dele tudo. Jardinada.

P: A sra não trabalhou na casa dos Muller?

N: Eu tinha uma irmã que trabalhou na casa desse patrão.

P: Trabalhou?

N: Trabalhou. Ela trabalhou coitada.

P: Tinha um irmão que trabalhou também?

N: Trabalhou perto da casa do patrão. Pertinho.

P: Seu pai levava de carro o patrão?

N: Não tinha carro era carruagem. Levava para São Paulo de carruagem. Chegou a ir até em Santos com a carruagem. Não tinha carro. Meu pai era cocheiro, coitado.

P: Seu pai era cocheiro do Hermann. Ele gostava do patrão?

N: Ahhh! Ele era bom para o meu pai.

P: A sra conheceu o comendador? O pai do S. Hermann? O S. Franz?

N: O pai de quem?!

P: O pai do S. Hermann, você conheceu?

N: Não!!! Nunca falou nada. Não. Nunca ouvi falar do pai.

P: Todo mundo gostava do seu Hermann?

N: Gostava.

P: A casa era boa onde você morava?

N: Casinha tudo boa.

P: Tinha água encanada, esgoto?

N: Tinha água. Tudo.

P: O banheiro era dentro ou fora?

N: Tinha torneira, fonte. É eu não sei falar direito. Tem um moço que insiste em me entrevistar. Sou analfabeta. Não sei explicar direito. A minha mãe e meu pai se casaram no navio. Eles vieram da Itália. Meu pai era de Viena e minha mãe da Itália. Os dois namorava. Mas vieram solteiros. Casaram no navio.

P: E como eles se entendiam lá em Carioba? Um falava italiano, outro falava alemão. Cada um falava uma língua? Que língua que eles falavam lá, o português mesmo?

N: Tudo brasileiro. O brasileiro falava com o brasileiro.

P: O S. Hermann, falava em alemão ou falava em brasileiro?

N: Com a família era alemão. Com nós não. Ele falava bem o brasileiro. A mulher dele chamava Dona Muck. Aquele que corria pelado chamava S. Henrique.

P: Quando eles saíram de Carioba onde eles foram morar, a sra sabe?

N: Ouvi falar que foram para São Paulo. Não sei, eu era boba. Não fiquei muito tempo lá. Fiquei até os vinte anos. Eu casei com vinte e um anos. Aí vim morar em Americana. Nesta casa que estou. Ele construiu esta casa antes de nós casá. Depois foi morar lá na rua 30 (Rua 30 de julho, centro de Americana), na alfaiataria. Meu marido era alfaiate. Depois voltei e faz 62 anos que tô nesta casa. Quando eu morava em Carioba eu só trabalhava na fábrica. Eu ia na missa nos finais de semana eu não ia no cinema. Não ia nos bailes. Para ir na missa a gente vinha de Carioba para Americana. A primeira capelinha ficava no fundo aqui perto do rio e perto da casa onde eu morei. Depois fizeram mais para a frente, a igreja. O moço tá louco pra entrevistar eu desde que eu vim pra cá e eu não quero, porque eu não sei explicar direito as coisas. [...] Eu ia na missa e voltava para casa e ajudava minha mãe a fazer limpeza, arrumar a cozinha, catar lenha, não tinha fogão à gás, só à lenha. Catava graveto no mato.

P: A sra nadava no rio também?

N: Não.

P: A sra ia nas regatas ou nas pedras no rio, lá embaixo?

N: Eu fui em Piracicaba. O meu pai era doente. Meu marido era doente. O curandeiro falava vai naquele fulano que ele cura. Ele ia coitado. Vinha tarde e minha mãe chorava. Tinha medo. Vai

pra os curador, quanto curador, tudo mentira, tudo dinheiro jogado fora. Ia em cada curador que você não via nada, só via mato. Queria urinar, não tinha lugar. Pra sujar não tinha lugar. Era passar no mato mesmo. Que coisa horrível! Eu tinha um irmão coitadinho, chamava arcebíades, era um pouquinho mais véio do que eu. Eu trabalhava na espulinha e ele trabalhava para pôr as cordinhas do fuso, para trabalhar. Muitas vezes, tinha remessa de corda meia podre e o contramestre, ele punha a cordinha pras máquinas que eu trabalhava, então depressa, ele deixava minha máquina em ordem, eu corria com ele, pois se o contramestre visse um defeito, puxava a orelha dele. Eu chorava.

P: Ele batia também ou não?

N: O contramestre era ruim. Ele empurrava. Era de sobrenome Cola. Era bom porque a gente passava o dia trabalhando. Distraía e em casa ajudava a mãe também. Muitas vezes, não tinha tempo de fazer tudo e precisava levar café na fábrica para as outras.

P: E almoçar, almoçava lá na fábrica mesmo?

N: Não. Quando eu vinha aqui na Americana, almoçava na fábrica. Tinha uma pessoa que levava lá embaixo, quando eu morava lá, tinha uma carroça que levava as marmita lá na fábrica.

P: E todo mundo trabalhava na fábrica, todas as crianças?

N: A fiação era para as crianças. Só para criança. Depois eu fui trabalhar no tear. Mas tudo tinha raiva de mim bem. Algumas bateram em mim, tinha raiva. Porque namorava algum mocinho não sei, alguma me empurrava, dava tapa, aquela montueira. Tinha bastante moça e moço. “Vocês não tem vergonha essa menina não tem boca”. Ah! Ela fugiu com meu namorado, mas não era eu, ele vinha perguntar se eu tinha a peça que ele precisava. E ela pensava que tava de namorico com ele. Tinha inveja né?!

P: A sra. não era namoradeira era?

N: Não bem, os homens brigavam pra namorar. Tinha um moço de Campinas, ele era criança, que nem eu - 14 anos, tinha parentes aqui. Quase todos os domingos, ele vinha na casa dos parentes e ele viu eu. Ele só falava que queria casar comigo. Ele tava trabalhando e foi na casa da minha mãe. Quando era um sábado, eu vinha mais cedo um pouco, saiu um vulto da sala, do bambuzeiro, assim, e passou por trás e não deu para eu ver quem era. E minha mãe estava sentada na sala chorando e falou: “Neca aquele moço veio aqui e vai morrer fia, por que? Fia, que desespero de chorar, como ele chorava, como chorava”. E ele falava para mim, que se ele não casava comigo, ele morria. Não sei mais dele. Não vi mais. As pessoas falavam que depois que

morreu meu marido e eu fiquei viúva, acho que ele vinha pra cá. Em Campinas, eu tinha uma irmã e ele sempre ia na casa da minha irmã, e ia lá pra me encontrar, mas eu nunca ia em Campinas.

P: Tinha carro lá em Carioba?

N: Tinha trolly, depois veio os carro. Era asfaltada só a rua principal até na fábrica. O pessoal tinha raiva de mim, porque o pessoal gostava de mim. “Mas aquela menina não tem boca, vocês não tem vergonha. Quem manda ela ser bonita”. Agora fiquei velha né bem?! Casei com uma boa pessoa, meu marido tinha dó de mim. Minha mãe costumava fazer pão de manhã para levar no almoço, cozido, né. Então minha mãe passava o pão naquelas máquinas grandes e amassava o pão. Esse meu marido saía da casa dele às quatro horas da manhã, vinha pra vir ajudar, a pé até Carioba. Olha ele falava: “eu tenho dó”. Eu levantava cedo pra trabalhar, né. E antes, eu ajudava minha mãe para fazer pão. As outras também, mais era eu. Minha mãe gostava, Minha mãe em tudo lugar falava: “eu quero a Neca, eu quero a ela”. Eu ia na missa com ela. Quando meu pai demorava de viagem, meia noite eu estava na rua, no bambuzeiro. É a trolly, escutava barulho dos cavalos. “O pai vem vindo!”. Quando passava era um trolly, não era carruagem. A minha mãe era nervosa, ela chorava, tinha medo, né, que acontecia alguma coisa. Era igual eu. Acalmava para acompanhar ela. E meu pai também gostava de mim. Ele trabalhava na cocheira e eu trabalhava embaixo, na Carioba. Ele falava: “espera filha, você vai na metade do caminho e nós vamos os dois juntos”. Ele ficava na cocheira e eu descia a escada e ia na fábrica.

P: Aonde era a cocheira?

N: Era perto da casa do patrão.

P: Ele tinha bastante cavalo, trolly, carruagem?

N: Tinha.

P: Quantos irmãos você tinha?

N: Tinha 5 irmãos e 5 irmãs, uma morreu com dois anos de idade.

P: Teve alguma epidemia, doença, gripe em Carioba? A sua mãe não ficou isolada, lá em Carioba, por causa de doença?

N: Teve uma febre tifo. Deu na minha irmã. Ela ficou tudo furada. Levaram a minha mãe com a minha irmã. Isolaram elas. Deu na bexiga. Se olhá nela, ainda tem.

P: Tinha médico lá?

N: Tinha

P: Ele morava lá?

N: Chamava, ele vinha. Nós ficamos tudo sozinho em uma casa e nós chorava de dor. Nós tinha medo. Era dez hora, a gente levava uma cesta e lá perto do portão e chamava: “mãe, o almoço está aqui”. E ela vinha buscar o almoço. Depois a gente voltava e pegava a marmita. Bobagem o que fizeram né? Minha mãe sofreu, coitada! Essa minha irmã teve *bixiga*. No dia que minha mãe tava lá, morreu uma pessoa bem pobre, lá com *bixiga*. Que parecia essa minha irmã. Quando isso aconteceu meu pai já tinha morrido. Ele morreu quando minha mãe estava de três meses dessa minha irmã mais nova, que morreu com dois anos. Puseram meu pai num barril d’água e não conseguia cortar a febre. Puseram num barril de água até aqui. Mas não adiantou e ele morreu. A febre. Ele sofria ataque. Coitada! Ela só ia na missa e falava: “eu quero Neca comigo”. Eu vinha na missa pelo caminho de bambu.

P: O único que ficou em Carioba foi o seu tio Zé?

N: Não, ele mudou para cá. Ele veio morar na colina. Eu tinha um cunhado que se chamava Ferruccio e era casado com minha irmã Rosalina, ele era canalha, ele batia nela. Vivia com outras mulheres, eu falava: “coitada”, quando via ela. Mas eles pegaram uma turma. Souberam que ele judiava de minha irmã. A turma pegou ele no caminho do bambu, escuro, aquelas touceiras, bateu, machucou ele. Ele já morreu, ele foi, procurou, bateu cabeça pra saber quem foi que machucou tudo ele, quem bateu e ele morreu sem descobrir. Ela era uma sofredora, coitada. Ele era um gozador, deram uma sova nele (¹ Essa irmã, citada por D. Neca, morava atrás da atual igreja de Carioba. Essa senhora fazia todo o assado e o marido, o quentão das festas da igreja). Domingo era bom, elas arrumavam depressa a cozinha e ia tudo no matinê. E eu ficava em casa. Uma vez eu fiquei sozinha, já era casada - não sei onde o Luiz estava -, eu sei que fiquei sozinha. Elas foram no cinema e começou a passar a primeira sessão corrida e acabava oito e meia. Deu nove horas e deu onze horas e elas não vinham e eu comecei a chorar. Chorar. Chamei o Chico, o marido dela. “Por favor, venha ver o que aconteceu no cinema, olha a hora que era, era da primeira sessão”. E chovia, chovia. A casa não tinha forro e estava passando assim, caiu um escorpião. Eu chorava. Graças a Deus, não me chegou a morder. Passei mal e passei. Não passei vida boa. Em Carioba tinha bastante escorpião. Eu morei em uma época em uma casa que saía no rio Quilombo (onde foi a casa dos Abdalla e hoje é o Caipira Country). Você descia ali, numa ruazinha na fábrica de fitas e ia dar no quilombo, ali tinha uma capelinha. A primeira capelinha onde eu morava perto. A água do rio sempre subia e dava na garagem. Quando eu casei, eu não

convidei ninguém. Só fui eu e meu marido na igreja. Casei aqui, não foi em Carioba, não. Eu casei com 21 anos. 11 de abril de 1925. Meu marido era alfaiate e deixou uma casa para cada filha. Ele sofria de reumatismo e eu ajudava ele, arrematava as roupas, passava as roupas. Até hoje tem moço, daqui de Americana e de Carioba que fez terno e não pagou. A tesoura que saudade (a filha mostra a tesoura que guarda há anos). Eu choro bem. (Neca vê a foto do marido e chora).

P: Onde você conheceu o seu marido?

N: Lá em Carioba. Eu mesmo me penteava. Conheci no caminho de bambu, atrás do bambu. É ali que a gente passeava. Mas eu tinha medo da minha mãe. Tinha uns homens que assustava a gente no bambu e a gente tinha medo. No escuro, eles cortavam o mamão e colocava uma vela e um pano no meio do bambu. A gente tinha medo. Tinha lobisomem em Carioba. Ele entrava na casa da gente escondido no meio do mato. Meu marido era um pai. Ele levava um saco de castanha, avelã com aquelas coisas no fim do ano.

P: Essa cerquinha sempre teve não?

N: Sim, desde o começo [...] Tinha umas pedra lá embaixo, mas eu não ia, era tão difícil ir, fazia serviço direto pra minha mãe. Varrer, limpar as mesas, lavar roupa. Eu não podia namorar muito. Lá onde eu vi Santo Antonio. Eu levantei cedo e sofria de tontura, então tinha uma cerca de arame e eu olhei para o céu e vi Santo Antonio, ele veio falar. Depois daquilo fiquei na cama. Eu falei com o padre. Ele falou: “D.Neca, o Santo Antonio veio só para a senhora. Eu nunca vi tanta oração como o Santo Antonio ganhou da senhora”. Eu rezava muito. Logo que casei, eu acendi uma lamparina e quanto rezei! Depois que eu casei fiquei meia diferente, agora só rezo pra ele.

P: Tinha carnaval em Carioba?

N: O carnaval em Carioba era só na rua, eles molhavam a gente. Eu ficava em casa no quintal. Eu não ia na rua. Naquele tempo, se ia, eles socavam um balde de água na gente, farinha de trigo e água. A gente escondia. Jogava cada balde de água. Quando a gente via que não tinha essa coisa, a gente ficava. Tinha salão de baile, mas eu não ia, nunca fui. A gente só ficava olhando. Encostado no portão. Tudo corria, tinha medo, era brincadeira. Os vizinhos saiam para ver o carnaval e tudo corria. O pessoal saia tudo pra fora no portão. Mais meus pais não deixavam. A gente pegava papel crepon, molhava e pintava o rosto no carnaval.

P: A sra não quis estudar?

N: Não (o marido dela quis ensiná-la). “Neca se qué que eu te ensino a ler? Eu quero”. Então ele trouxe o livro, o capítulo. Ia lendo, ia lendo. Chegou numa figura e estava escrito assim: vaca pintada. Eu falei: “queeee suma daqui”. Achei que ele tava me xingando. Coitado e aí nunca mais peguei a aprender. Nunca mais (mas com oitenta anos ela aprendeu a escrever o nome). Tinha escola de noite, mas minha mãe tinha medo, né. Naquele tempo tinha aqueles cavaleiros morféticos e eu tinha medo de sair à noite. Uma vez, eu tava sozinha em casa, tinha varrido a calçada, passava gente e estrovava, né. E veio um desses senhores pedir esmola, eu esqueci a janela aberta, ele bateu e quando fui ver ele colocou a cabeça do cavalo dentro da vidraça. “Ai meu Deus! E agora, como vou dar a esmola? Que medo!”. Mas, aí ele foi embora.

P: Em Carioba o patrão obrigava a ir à escola?

N: Não, nunca ninguém obrigou.

P: Na fábrica também ia quem queria ou era obrigada a ir trabalhar?

N: Se não ia, perdia o dia, né, bem. Trabalhava naquela máquina de espulinha quando eu era pequena e o contramestre falou: “Eu vou arrumar um tear para você”. Eu falei: “Que bom, assim eu ganho mais”. Na espulinha ganhava pouco. Aí, eu fui no tear trabalhar com tudo aqueles tecelão. Com as moças. Eles pesavam as peças. Quando fui pesar a que deu mais pano foi a minha peça. Eu ganhei duzentos cruzeiros. Eu cheguei em casa e minha mãe falou: “O que é isso minha filha? Mãe eles me deram um tear, agora trabalho no tear”. Eu não tinha nem falado com ela. Coitada.

P: Como marcava o dia de serviço na fábrica?

N: Tinha uma lousa na parede, no portão e cada uma que chegava punha o nome, aquele que não tinha nome é porque perdeu hora e custou pra mim aprender, é duro viu. Eu peguei carvão e fiz uma cruz onde tava meu número e aí dava certo, apertava o botão. Eu sofri bem! Mas se Deus falasse: “Se quer voltar,bem?” “Ai que alegria!, eu falava”.

P: Tinha plaquinha para entrar na fábrica ou não? Onde colocava o número?

N: Não. Pra entrar na fábrica a gente só marcava o número que a gente veio. Tinha umas placas na parede, no portão, depois eles vinham verificar as pessoas que veio. Se não tinha número era zero que num trabalhava. Colocava o número na placa. Eu ia lá, olhava, colocava o dedo, se tinha desenho meu, colocava o dedo aí.

P: D. Neca, quando a sra ia trabalhar lá na fábrica, tinham quantos banheiros lá?

N: Tinha bastante, para homem e pra mulher.

P: Podia ir a hora que quisesse?

N: Podia. Os homens tinham os banheiros deles. Era homem e mulher tudo misturado no trabalho da fábrica. Minha filha trabalhou na fiação, novelera. Eu ia de noite acompanhar ela. Passava fio para pôr no tear. Eu sempre acompanhava ela.

P: Por que a senhora tinha medo?

N: Aquele tempo tinha muito marvado. Ladrão. Mal criado. Levava as moças de carro. Levava embora. Quantas que levaram. Nunca cheguei a ver porque eu nunca saía sozinha, mas o povo falava que levava. Agora a mulher do armazém não tem lugar para pôr o carro, tá tudo lotado. Eu tenho medo quando ela vai com essa turma. Eu falo: “Não deixa ela no carro, pega ela junto, senão leva ela embora com o carro”.

P: Lá em Carioba o pessoal brigava muito?

N: Brincava e brigava. Entre homens e mulheres.

P: De tapas ou só de boca? Todo mundo saía lá fora pra ver?

N: Ah! Igual na televisão. Uma vez uma vizinha, uma de lado outra do outro, discutiram na rua, elas se pegaram e ficaram um mês sem falar. Eu corri lá no fundo do meu quintal. Daqui a pouco, as duas se matam aí.

Depoimento do sr. Hercule Giordano

S. Hercule

Os avós do sr. Hercule vieram da Itália. Os avós maternos vieram de Nápolis e Údine. O avô materno foi professor na Itália e aqui, ensinou italiano em uma escola improvisada na Fazenda Salto Grande. Já os paternos vieram de Veneza e Campobasso. O avô paterno, Salvador, tinha o hábito de contar histórias sobre a Itália e tocar alegres canções italianas em seu gramofone no quintal da casa, para qualquer cariobense que quisesse ouvir.

[...] Tinha dois homens para varrer o bambuzal inteiro. Tinha dois quilômetros. Na beira do rio já tinha os bambus quando era criança. Não tinha uma palha no chão! [...] O Abdalla comprou Carioba de porteira fechada. Eu não culpo muito os Abdalla. [...] Meu pai trabalhou 28 anos em Carioba. Um dia foi trabalhar e tinha uma outra pessoa estranha. Saiu fugido de lá. Foram trabalhar e tinha novo patrão: “Escuta, e nós?”. Foi na madrugada fugido. Ninguém viu. Não pagou ninguém, nem nada. Então o povo ficou revoltado. Não contra revolta. Foi em 1944. Quando o homem está revoltado, não quer saber se é preto ou branco, então foi uma greve atrás da outra. Ninguém viu eles irem embora. Não sei o que houve lá, mas o Hans colocou o Pinto Duarte ao invés do S. Joaquim. Na época da guerra ninguém fechou: Matarazzo, Hering, só Carioba ia fechar? Em Americana tinha outro alemão. Conversa mole! É que era briga de família. [...] Não tinha lei trabalhista. Não tinha férias, nada. [...] Carioba foi vendida em 19 de setembro de 1944. Quando Abdalla comprou Carioba, ele deu em dezembro, 500 mil réis de abono e mais uma opala, pano de fazer camisa, isso, para cada operário era um salário. Depois no clube de Carioba deu mais de mil brinquedos para a criança escolher, pois queriam agradar o povo. Mas ficaram muito revoltados. [...] Meu pai saiu em 49 e eu em 51.[...] Seu Hans foi embora e deu para o Duarte como procurador. Dizem que vendeu Carioba por 80.000 reais. Na época era bom dinheiro, mas valia muito mais. Vendeu tudo, até Salto Grande, e as terras em outras cidades. O negócio é que o Duarte ficou rico depois. [...] Depois de 64 é que os Abdalla ficaram sem financiamento. [...] O divertimento de Carioba era conversa que ia até 11 horas da noite. Não tinha televisão, só os bailes. [...] Quando Hans vendeu Carioba, não tinha mais partido, só tinha dois: o dos dominante e dos pé descalços. Colocou a venda e eles vieram, os Abdalla.

[...] Os Muller ... Em Americana não existem mais esta família. Dona Margarida era von der Leyen. Tinha um que queria casar com ela depois que enviuvou, mas não quis, para não perder o von. Sabe o que é von? É duquesa. Não precisava de um partidão! [...] Nessa casa morava um russo, quando dava enchente, ele nadava e pegava as toras e vendia (referindo-se a foto apresentada para identificação). [...] Eu tenho uma carta que um dia eu recebi da filha da D. Muck, a vida da família. Dá pra ver até o que eles trouxeram para matar a fome: 200 galinhas, porco, tudo. [...] Minha mãe fez greve com nove anos aqui na fábrica de Carioba. Gente batia em nós com cinta. Na defesa da tese, a mulher falou que não sabia disso (referindo-se a tese defendida sobre Carioba, no qual participou). [...] Vila Quilombo, aqui tinha uma vilinha. O asfalto foi em 1935. Aqui tem mina. Cada seis casas tinha um sanitário, como não tinha privada era pinico, levava na mão. A água encanada tinha só na esquina, por enquanto. A turma ia buscar. Onde era o Grupo Escolar, do lado, tinha oito torneiras, tinha uma vaga de seis metros de circunferência. As mulheres iam lavar roupa lá e tinha batedouro. Depois encanou. Água era da nascente. Era um riozinho. Era asfaltado da fábrica até a fábrica de fitas. Tinha pedra sobrando da usina e então, passou a britadeira e veio piche da Alemanha. Foi o primeiro asfalto da América. A gente foi atrás para tombar, mas os cara falaram que não dava pra ver, tombar, porque passou muito tempo e outro asfalto tava por cima. Aí a gente não pode provar. Nem deu pra fazer um processo. Mas na época, Carioba tinha asfalto e Americana, não [...] Vieram só para construir a usina. Empreitou o trabalho, depois eles foram embora. Era emprego temporário, a empreiteira era alemão. Não era parente do Muller. Se acha que a família dos Muller ia trabalhar? [...] Um dos filhos do Hermann estava quase morrendo e queriam cortar o pé do menino, queriam levar ele para a Europa pra cura, estava infeccionado. “Temos que valorizar o médico brasileiro”, conversa mole, eles queriam valorizar o americano. Você sabe que fui eu que mudei o Brasão de Americana? É pau na moleira! [...] Os Muller não levaram nada, só se foi levando aos poucos. O meu pai falava que o comendador não era o patrão, era o pai dos pobres. Eu conheci, quando a D. Albertina - eu tinha 8 anos -, morreu. A turma chorava no enterro, era uma mãe. Meu pai falava que veio carro de tudo quanto era lugar, autoridades, políticos, todo mundo chorava. Agora os filhos dele [...] Diziam que ele era muito bom. Quando houve aquela febre amarela matava gente como matava formiga, tinha um aviso na porteira de Carioba para assistir pelo menos alguns mortos, e meu pai foi um voluntário. Este foi um homem e tanto, viu! Eu sou igual a meu pai! Meu pai fazia teatro, um galã. Quando tinha cena de beijo, não podia beijar, porque ele

contracenava com a irmã e dois irmãos. Não podiam beijar [...] Ivo Piccoli tinha uma tipografia e o jornal **O Município**, era cônsul italiano. Em 1929, ele (meu pai) era vendedor dos **Diários** e aí o Piccoli convidou ele para vender em Carioba. No Natal mandavam de graça para todos os assinantes um produto de vime, aquele produto da *lacta* que você mordida e saia um licor dentro. Como mudou o mundo! Agora a gente não ganha nada de graça! [...] O meu pai Afonso quando mudou para Americana montou o primeiro cinema. Ele fez um navio de dois metros de comprimento, era o Lusitânia que afundou. Perfeito. Deu para o meu tio Emílio e ele deu para pato tomar água. Vendeu. Não sobrou nada. [...] Os prédios eram tudo do patrão, eles davam o prédio, pois tinha que ter um bar, tinha que ter um barbeiro, um enfermeiro, então não cobrava, não pagava aluguel. O povo de Carioba não sabia nem onde era Americana. O povo de Carioba apanhava quando ia lá. Apanhava e batia mesmo. [...] Meu pai sempre foi mensalista, trabalhou por mês, então ele sempre foi um homem de brio. Trabalhava na estampa, e de correspondente, nunca ganhou nada. Eu também não ganho nada. Então, ele trabalhava até dez horas da noite para adiantar o expediente, mas como era mensal, não ganhava nada. Um dia ele estava com dores nas costas e ficou doze dias afastado. Não havia jeito dele sarar, aí o curador, curou ele. Aí veio descontado no ordenado doze dias. “O S. Manoel, eu trabalhei mais horas e o sr. não pagou”. Ele respondeu: “O mundo é dos espertos”. Ele pediu a conta na hora! [...] Quando as crianças nascia, o meu pai falava: “Vai na casa da vó que a cegonha vai chegar e eu acreditava, ia na casa da vó. Como é inocente criança! [...] Eu fiquei eu, minha mulher e minha filha, ficava na casa dos tios. Ele dava comida pra nós. Venha morar em Americana, morar com nós. E levamos três anos para construir. Aquele tempo não tinha Cohab, financiamento. [...] O pessoal mudava muito de casa em Carioba. Meu pai mudou três, quatro vezes de casa. A família ia aumentando mudava para uma casa maior. As pessoas procuravam e mudavam. Não precisavam de autorização da fábrica. Só quando iam pedir aumento, o patrão pegava um tal de Mané Lopes e ele ia com um cartão de despejo. Isso na época do Muller. [...] O Abdalla era um bobão, um bonachão. Um dia chutaram a bunda do Nicolau. Se era com o Muller [...] Acabou o respeito, quando acabou o respeito não vai nada para frente. O problema com os Abdalla era muita liberdade e muito puxa-saco. Humm, meu Deus do céu! [...] As casas eram bem cuidadas porque era a gente que cuidava deles, né. Tinha arvinha na frente do jardim, dália, sempre-viva, saudade, boca-de-leão, não tem mais essas coisas. Quanta laranja a gente chupava! Quando tinha que pintar eles davam a tinta, mas era caiada. Era amarelada queimada. Tinha uma turma de pintor para isso. Quando quebrava o vidro,

por exemplo, dependia de como quebrava, aí os patrão pagava. Tinha um tipo de encanador para trocar torneira, mecânico, uma equipe, para roçar o mato, de sete a oito pessoas. Onde tinha muito barro colocava tijolo, punha em frente da casa para não pisar no barro. A terra era vermelha. A gente tinha apelido de pé vermelho. No Abdalla tinha, mas não era como no tempo dos Muller. O Muller fez Carioba, era o pai e o Abdalla era o padrasto. [...] Um dia eu fui preso, em 1946 e me levaram em cana, greve. Era comunista. Eu chamei o padre e me soltaram. Isso eu não conto no meu livro. Se tá louco! [...] Suzete, qual é a época que mais amou na vida: infância e juventude, não é? É a época que eu mais me recordo. É porque é quando eu nasci. Não sei se todos são assim. [...] Na nossa escola, a gente levava pão com banana e para durar bastante, a gente passava ela no pão. “Ó mãe, o home tá vendendo cocada”. “Ah, só se ele trocar por ovo”. Podia criar galinha, tudo. Menos porco [...] Quando minha mãe veio para Carioba era analfabeta e foi estudar na cocheira dos cavalos. Minha mãe coitada não tinha instrução antigamente, era duro. Quando meu vô veio para o Brasil, começou a trabalhar, a pegar na enxada. A turma ensinava, mas ensinava italiano. [...] Lá tinha muita mula sem cabeça. Eu nunca vi. Conta muito de assombração. Um rapaz contou pra nós que na Campos Sales, tinha lobisomen. [...] O povo era muito religioso. Na capelinha fiz minha primeira comunhão. Quem construiu foi mutirão. Antes tinha missa na sala da casa dos Muller. Eles eram luteranos, iam para Campinas. Mas também não proibiam. Em 1951, tinha aula de religião, tinha 51 e um só não era católico, hoje só um é. [...] Para montar o bar, comércio, tinha que pedir permissão. [...] Por que chamar Zanaga? Por que não zanga? Devia ser Vila Abdalla ou mesmo Muller Carioba. O que ele fez para Americana? Só porque tinha uma fábrica de botão? [...] A região era um presépio, muita mata. Quem andava de avião era o Erich, o peladinho andava pelado. Onde é a casa do Hans era a do J.J. Abdalla, agora é da Politano. Vai até no rio. Vão fazer uma área de lazer [...] Tinha altofalante na vila. Quando o sujeito largava de alguém o altofalante tocava: “Cai fora pato qué, qué. Cai fora pato, que ninguém te qué”. Tocava pra brincar com a pessoa. Tocava essa quando o cara levava o fora. Quando alguém morria, o Augusto Barrera ia dar banho nele. Punha bacia com água morna, sabão e bucha nele. Quando o féretro passava, todo mundo fechava a porta em respeito. Meu tio morava em frente ao Clube Carioba e o baile de fim de ano é o mais esperado. Ele morreu e suspenderam o baile. Eram todos enterrados no cemitério da saudade. O S. Hans e a mulher dele não tão enterrados ali. Ficaram com vergonha. Foi enterrado em São Paulo. Ele foi o culpado. Mulherengo. Foi pego com mulher. Ele foi o culpado de ter mudado os Muller para os

Abdalla. Ele foi embora reclamando dos outros. Ele deixava os outros andar pelado. O único que era bom era o Hermann. Os filhos de S. Hans a gente fazia de bobo. A gente falava assim: “Se quer brincar com a gente, vai buscar sua bola”. E a gente brincava. [...] O gado era tratado com pedaço de cana. O leite dava uma chapinha e comprava com o salário. Vinha: “pi, pipi”. E pegava o leite pela chapinha. [...] Eu tenho e não consigo encontrar, hoje tem o relógio ponto, antes tinha a chapa, meu número na chapa e Rawlinson & Muller e Carioba, então, eu entrava, pegava a chapa e colocava do outro lado. Aí ia lá ver se tinha vindo trabalhar. Era obrigado trabalhar. Se tirava o diploma ia trabalhar.

[...] Quando tava na escola, todo ano era chamado um grupo lá e tinha que escolher, pois o patrão não queria as crianças na rua sem fazer nada. Nós não vemos esta atitude como uma perseguição, mas de respeito ao patrão. Era de teatro ou música e de esporte. Nós fomos criados em um lugar totalitário, não era de perseguir, era de respeito, a gente respeitava. Antes era assim: “Sr. Papai”. Agora é caduco, superado. [...] O sr. Hermann tinha uma perna de borracha, do joelho para baixo. Foi em Carioba mesmo, desastre. E o comendador, o cavalo empinou e ele caiu para trás e na tocana dele. Chamaram um médico alemão em São Paulo, ele ia na casa do comendador. Durou mais dez anos. Morreu de outra doença. D. Albertina morreu de diabetes. [...] Tinha 500 teares, 1200 funcionários. Eu comecei com 13 anos na fábrica. Minha mãe com nove anos. Não tinha lei [...] Pegou fogo um caminhão com 200 tambores de gasolina, subiu fogo que até Americana viu. Dava cada estouro, explodiu todo o tambor. Deu curto circuito no motor. Via a turma pular a janela do cinema, era noite. A turma corria e falava: “é o fim do mundo”. Foi antes de 45 [...] Era boa a casa porque tinha piso. Depois que veio a água encanada não tinha mais os bebedouros fora. Tinha aquele banheiro de cócora, com o buraco no chão. A gente tomava banho só de sábado. [...] O busto aí, é o dia da inauguração. Quem fez foi o operário, cada um deu um pouco com o dinheiro dele mesmo. Esse homem era um mito! Foi feito em Campinas, deve ser Campinas, que tem Campinas embaixo. Tinha o nome de todo o pessoal que contribuiu. O povo tinha amor no patrão. S. Hermann era sério. Dizem que era mulherengo. Eu nunca vi porque eu não era mulher! [...] O quebra popa era passando o sobrado velho. A gente tomava caldo-de-cana em Salto Grande. [...] Tinha dentista, médico. Quem estudava no grupo era de graça. [...] Quando o patrão, o comendador estava vivo ainda, havia dois grupos teatrais: o Teatro Amador de Carioba e o Criar dos Artistas. Então, havia briga porque são pago para ensaiar. O patrão chamou os dois e falou: “não quero briga no meu bairro. Se funde em um só ou

para tudo”. Assim formou o Grupo Dramático Flor da mocidade. Aí começou a fazer teatro. Meu pai foi fazer teatro até em São Paulo. Mas para fazer festa boa, precisava de dois a três meses para ensaiar. Era muito cansativo. Então, acharam melhor criar uma mensalidade, pois não conseguiam arrecadar dinheiro suficiente para pagar as despesas de saúde. Foi a turma do teatro que fundou a Mútuo Socorro. Então, como o patrão morreu, passou a ser chamado de Comendador Muller. E o Hermann ficou tão emocionado que fez uma sede e o pessoal ensaiava lá. Quem era sócio: em 58, as mulheres passaram a fazer parte e 75, para as crianças. [...] O Castro Gonçalves era bom mesmo! [...] Eu tive ajuda do Chateaubriand, fui representante dos Diários Associados quando deu problema com a minha transferência da escola. O Chateaubriand ia sempre em Carioba. Ele tinha amizade com a D. Maria da Penha, mulher do S. Joaquim. [...] O Getúlio Vargas veio para Carioba. Veio na época da eleição, em 47. Na época dos Muller, vinha muito o pessoal da aviação. Veio para ir no comício do Castro e acabou indo para o do Nico Duarte. Pegaram o carro dele e foram jantar em Carioba e aí eu fui junto. Depois que ele saiu da coisa, cinco ou seis guarda. Não podia dar a mão. Ergui a mão e não poderia dar a mão pra ele. Que medo! Foi um desastre mesmo! Ganhar um milhão pra que, se tem que ficar escondido! [...] A escola de antes que era escola! O conteúdo que ele aprendeu na quarta série, a gente aprende no colegial. Tinha oito classes na escola, 40 alunos cada. Caneca para tomar água e limpar pena. Tinha que levantar, falar presente. Não tinha merenda de graça, trazia de casa. Na merenda, vinha manteiga. Antonio Matarazzo foi o fundador da merenda em Americana. Foi professor. Em Santa Bárbara tem nome de escola com o nome de Antonio Matarazzo, Americana não sabe nem quem foi.

Depoimento da sra. Ruth Trombin Silvestre e sr. Antonio Silvestre

D. Ruth e S. Antonio

Os avós de S. Antonio e de D. Ruth vieram da Itália. Não se lembram da região. Somente S. Antonio sabe que a sua avó veio de Nápolis.

D. Ruth - [...] A história do gordine. Ele queria comprar um carro. Toda sexta-feira tinha cinco cruzeiros de vale. Mas com estas folhas de pagamento atrasado, entregamos a folha e pegamos o lote nesta rua. Naquela época não tinha nenhuma casa só lote, tudo loteado. Na ocasião fizemos uma greve de nove meses, tecelagem, fiação, tudo.

S. Antonio - Neste período da greve ela trabalhou em outra tecelagem, ganhava mais do que em Carioba. O salário estava baixo, tava ruim.

D. Ruth - Foi em 64, o Antonio fazia a comida, cuidava das crianças, tava doente na época. Veio um advogado que abriu os olhos da turma. O Pinhanelli (radialista local) foi o primeiro que falava na greve e que iriam perder o INPS, só que ele não sabia por que a gente tinha voltado. Voltamos a trabalhar aí ele falou: “Vamos comprar um gordine”. Mas tinha que colocar muita coisa nele. Então, pode parar!

S. Antonio - Mas a Ruth preferiu comprar o lote. Cariobinha era loteada, mas não tinha escritura. Tudo em Carioba era um paraíso, tinha água, luz e casa de graça. A Justiça deu ordem para não passar escritura de nenhuma terra dele. Ele não pagava e eu tirei dois lotes no meu nome e no nome da minha filha.

S. Antonio - Foi um risco esta troca. Gosto muito do Tite, gerente muito bom. A justiça começou a executar os bens dele (J.J.Abdalla) e interditou a fábrica aqui em Carioba. Quando os militares começaram a tomar conta, o G. Can, de Campinas, tomou posse de Carioba. Continuamos trabalhando, o Tite não mandava mais nada, o gerente foi um do Banco do Brasil, a justiça mandou tomar conta. Demorou um ano. A justiça embargou todos os bens dos Abdalla até 76. Ficamos um ano lá dentro sem virar uma máquina na fábrica. Não tinha dinheiro para comprar o fio. A fábrica parou de vez. Os Abdalla não tinham dinheiro. Não tinha crédito. O Nicolau fazia o que podia, mas não vinha dinheiro de São Paulo. A gente, depois do almoço, a turma da fiação

com a tecelagem, faziam bola de fio e jogavam no meio das máquinas. O Tite falava para deixar, porque aí não ficava pensando no pagamento. Parou tudo, geral, mais de mil empregados. Aquela época, se o empregado tinha dez anos pagava vinte. No ano que eu entrei na fábrica, o Hercule estava saindo de Carioba. O Abdalla entrou em acordo, indenizava, mas em vinte meses. O Sindicato de São Paulo chamou o Abdalla e todos os aposentados foram lá. Indenizaram mesmo os aposentados. Os Abdalla é que ofereceu o acordo. Quem tinha 30 recebia 60. Pagou em vinte meses, tudo que era empregado dele. Não falhou um mês no fórum! Recebia em dinheiro no fórum. Não tinha nada que definia que tinha que sair de Carioba, mas a turma ficou lá. Muitos saíram. Até que ele fez um acordo para levar o material das casas, tijolo, telhas, etc. Fez acordo para que ninguém mexesse mais nas terras dele. Porque a Goodyear, o Zanaga, tudo desapropriação de terras delas. A Prefeitura desapropriava – três cruzeiros por metro -, a turma falava. [...] O que eu gostava de Carioba era jogar bocha. Era bom! Tudo era bom! A gente trabalhava perto, tinha casa, água e força de graça. Ganhava pouco.

D. Ruth - Eu era pobre mesmo! Até 14 anos, eu ia descalça na escola. Um dia eu fui na escola sem blusa na escola porque eu não tinha outra e aquela estava molhada. A professora falou mais assim pra mim: “Não vem assim que é feio!”. [...] Eu entrei na fábrica de seda. Só que eu fui uma menina muito sofrida! Era brava. Queria trabalhar por conta.

S. Antonio – Eu era do Moinho azul e vinha trabalhar em Carioba. Minha avó nasceu na Itália, Nápoles. Todos meus parentes são italianos. Em Carioba, tinha negros e tinha um, meu amigo, que comia a banana com a casca. Eu morei em frente 20 anos, eles tinham 12 filhos. Onde eles moravam era a primeira igrejinha de Carioba. Lá só morava o Zé Fumaça, única família de negros.

D. Ruth - O Abdalla levava índio para visitar a fábrica, mas não trabalhou índio lá. Para as crianças dava brinquedo e para os operários tecidos. Como eu era muito pobre eles falavam para mim: “vá lá na casada da D. Penha que os Muller estão dando brinquedos”. “Que pena bem! Acabou o brinquedo!”. E eu vim embora. Só que depois do tempo do Muller, o Dr. Manuel, ele chamava as crianças no Clube e fazia fila. Ele era um homem muito bom. Ele era solteirão.

S. Antonio - Eu nunca vi esse homem!

D. Ruth - O J.J.Abdalla que era ruim. Era certos empregados que queria puxar saco. [...] Vinha um empregado chamar toda a molecada para o escritório e falava que o Dr. Nicolau vai dar um pega. O Nicolau formava uma roda - eu também ia lá -, e eu gostava de brincar, mas trabalhava.

Aí ele falava: “você não sabem que seu pai tem que ganhar seu ordenado para sobreviver? Agora seis vão descer e trabalhar tudo direitinho. Senão vou contar para o seu pai”. Molecada descia toda tremendo a escadaria do escritório. Então ele falava para o pessoal do escritório: “Coitadinhos! Que dó que dá deles!”. Então, ele ficava bravo, mas com o coração apertado. [...] Entrei com 14 anos na fábrica, mas tinha crianças com 12 anos. Trabalhei 27 anos em Carioba. Eu era brava. Eu me lembro bem. Eu sou bocuda até hoje, a chefe da enseada! O Tito Adorno tomava conta de Carioba, era bom demais, ninguém tinha medo dele. Quando morreu não tinha nem uma casinha para morar. Ele não pegou um prego da firma. Era um homem 110%. Ele cuidava de tudo na vila e na distribuição das casas. [...] Lá tinha luz elétrica, água e esgoto na casa perto da leiteria. Foi minha primeira casa.

S. Antonio - No 1º. de maio de 49, o Abdalla estava forte aquele tempo. Nós fomos em Perus fazer um piquenique. Foram 5 ou 6 pessoas para matar o gado. Mataram um montão de bois e levaram para Perus. Alugou um trem, só que o trem não parou na estação e sim na fábrica de cimento. Paravam em Campinas, Jundiaí e pegaram todos e fomos para Perus. O Abdalla trazia várias atrações para Carioba: luta de sumô, de boxe, artistas de teatros, peças, músicos. Levava no campo [...] O leite que ia para o São Francisco era todo do Abdalla, o cimento também. A tromba d’água que deu em 49 e teve problema com o circo, ele foi levado para Carioba.

D. Ruth - Quando morria um cariobense, a fábrica parava e todo mundo ia no enterro. Aquela multidão caminhando pela estrada de bambus até o cemitério. Eles eram como um irmão. Vinham aqueles enterros enormes. Vinha com o caixão na mão e cortava pela rua abolição, porque o portão era para cá antigamente. Ia e voltava aquela procissão de gente pela estrada de bambus. [...] A gente era dedicado e cozinhava no fogão, na chapinha, porque não pagava força. [...] A gente chegava jantava depressa para ir no terço e ia na missa de sétimo dia. Para pegar leite usava uma chapinha que pegava no escritório. Vinha um caminhão de lenha que a gente comprava por metro. Eu morava em uma casa que tinha cinco casas para um banheiro só. Depois eu morei em uma casa que tinha banheiro dentro. As casas perto da igreja foi tudo o Abdalla que construiu, casa nova, com água encanada. Tudo bom!

S. Antonio - Todos os contramestres não pagava aluguel. De mim não cobrava. Em 56 que ele tentou cobrar aluguel das casas. [...] Eram dois candidatos para prefeito para Americana. Nicolau sempre foi só para vereador. Então, um político falou para o Nicolau: “Você quer que o seu candidato seja eleito? Então devolva o dinheiro do aluguel”. O povo estava bravo, não podia

pagar. “Devolve o dinheiro para seus empregados que o seu político ganha estourado”. Nicolau falou pra turma: “Se vocês votarem em fulano, eu devolvo o dinheiro para vocês”. E dito e feito. Ganhou estourado. Esse comício foi na Campos Sales, perto de um bar. O comício foi lá e todos foram. O S. Nicolau até chorou no palanque.

D. Ruth - Eu era muito pobre! Eu era burra que só vendo! Eu não gostava de estudar, queria trabalhar. [...] Quando eu ia descendo para registrar, o Nicolau passou de carro e parou e me perguntou: “Onde você vai menina?” “Eu vou no escritório registrar”. “Senta aqui que eu te levo”. “Eu não vou montar no seu carro”. Porque eu sabia que... meu pai falava: “Não anda com qualquer um, cuidado. Senão você apanha e apanhava mesmo”. “Nossa! Monta aqui!”. E eu disse: “Eu não ando com qualquer um”. “Quem é seu pai?” “Meu pai é o João Trombin”. “Onde ele trabalha?”. “No escritório”. E aí ele disse pro meu pai: “Você tem uma filha brava, não quis montar no meu carro”. E meu pai ficou todo orgulhoso. Fiquei Filha de Maria. A Lúcia Faria me pôs na reunião e era com o Monsenhor Nazareno Maggi. Tinha uniforme, faixa, fita, fustão. Nesta época, que eu fui na igreja, que eu aprendi tudo de bom: a ser honesta, trabalhar, respeitar, não roubar, ter conselho. Quando era Filha de Maria namorava um outro em Carioba e depois comecei a namorar meu velho. [...] Iam derrubar a casa das irmãs na rua 30 de julho e aí, elas foram morar lá em Carioba. Nas irmãs salvatorianas eu bordava. Meu pai não me deixava sair de casa. Aprendi muito com as irmãs. Eu comecei a namorar ele, ele ia fazer 30 e eu, 18. “Eu não agüento desaforo nem de meu pai, então, se você se casar comigo você tem que me respeitar”. “Se eu casar tem que ser com um homem bom”. Ele falou: “Eu não falo, garanto”. Estou casada há 50 anos, fez em abril. Nós casamos e fomos morar em um quartão, em cima da casa, onde depois foi o escritório. Se vê que sacrifício! Não tinha nem banheiro e ia na casa da sogra. Aquele tempo tinha pinico, né! Lá era um quartão. Eu tinha sala de janta completa, cozinha, quarto e cabia tudo. Aí eu mudei na parte de trás e era enorme também, e tinha lá banheiro e banheira também. Ele jantava e ia para a bocha e eu, ficava sozinha lá. E falavam que tinha um caixão que andava sozinho pela casa. Eu nunca tive medo e nunca vi nada. A história é que tinha um menino que caiu da jabuticabeira e morreu. Aí, ele vinha sempre aqui. [...] Sábado e domingo tinha que lavar e passar e não podia perder a missa. Vinha padre rezar lá em Carioba. Eu falava: “Quero trabalhar bastante para meus filhos não sofrerem como eu”. Porque eu tive uma vida muito sacrificada. Minha mãe sofreu muito, coitada! Meu pai era bravo, tinha... [...] Meu pai xingava

cada nome feio, era bocudo. Era daqueles italianos bravo. A minha mãe não quis ser enterrada com meu pai e não foi.

[...] Eu tive meus três filhos virando tear lá em Carioba. 74, quando tive meu filho, a fábrica estava virando normal. A primeira, levei dois anos para arrumar. Meu marido ficou tuberculoso e ficou quatro, cinco anos, em casa. Trabalhei sozinha com uma criança de dois anos para cuidar. Aí, depois de sete anos nasceu a outra menina, Fabiana. Aquele tempo emprestava berço, então, emprestei berço para bastante gente. Só que eu falava assim: “Devolve o berço que eu quero arrumar um moleque”. Ah! Como eu gostava dos meninos que catava espula! Brincava com eles, puxava cabelos deles. Tem um menino que chama Mauro. Até hoje eu cato ele e falo: “O meu menino!”. Quando a Fátima tinha dezesseis e a outra, Fabiana, nove anos, nasceu o Fábio Antonio. Aí, quando pensei que estava grávida, a fábrica estava parada. Ficava para azeitar. Segunda feira, entrei pulando, gritando, a Cinira Amaral - a russa -, falou: “Putaquepariu! ganhou na loteria? “Russa, melhor ainda”. “Está grávida?”. “Tava mesmo, coisa!”. É a luz da minha vida. Faz dez anos que casou. Mora em Limeira. Eu tinha 38 anos e ele, 50. [...] A noite escolhia feijão todo dia, só ia na missa. Os homens fazia rodinha entre eles. As mulheres também ficavam nas escadinhas. Podia andar tranquilo na rua, pular corda, comer pipoca. A minha filha falava: “mãe, o S. Donato deu pipoca pra mim”. No outro dia do mesmo jeito. Aí, eu esperei ele e falei: “olha, minha filha acha que o sr. está dando pipoca para ela, eu não quero isso”. O sr. fala assim para ela: “Vai buscar o dinheiro, que a sua mãe mandou”. Então, você tinha que entender que não era de graça. Ele ficava na esquina perto do açougue e a criança já via ele e fazia fila.[...] Minhas crianças não iam no rio, só se fosse com a gente. Era muito bonito lá no meu tempo. Já tinha terminado a regata. [...] A escola foi na época do S. Pink. Um homem muito bom! Eu detestava a escola, ia todo mundo. Na minha época, não é como agora que todo mundo é inteligente. Não tinha lápis para escrever. Eu apagava as coisas erradas com miolo de pão. A tinta era caneta tinteiro, mata borrão. Não tinha material. Meu pai era muito pobre! Muito podre não! Não sabia levar a vida. Se fosse um homem honesto, minha mãe e ele trabalhava, dava para levar... [...] O uniforme era sapato preto, meia branca, saia pregueada, laço, saia azul marinho, blusinha branca, fita branca na cabeça. Chic, chic! No último! Os meninos era calça azul marinho e camisa branca. Calça pula rego. Tinha dentista na escola. Ficou pouco tempo. Depois formou um dentista onde ficou escritório, lá embaixo. A gente não tinha nem escova e nem pasta para escovar. Quando a gente começou a escovar era com sabonete. Não tinha bombril, sabão em pó.

Areiva a panela com areia e caco de tijolo. Não tinha TV. Foi fogo mesmo! Não perdia uma missa, adorava Carioba.

[...] Agora estou com 71 e ele vai fazer 83. Nasceu em 28 de novembro e eu, em 16 de outubro, mas fui registrada em 24. Eu gostava muito de Carioba porque tinha amigos. Eu mesmo briguei muito na tecelagem. Mesmo com os mestres, tinha uns bons e outros ruins. O Bertalia era técnico na tecelagem, mas ele tinha um erro muito grande. O tear em Carioba era muito pequeno, era até 10 liços, 12 liços. Dava problema porque tomava muito baile (você vai no casarão tem o de 6 lançadeiras que era o que eu virava). O Bertaglia, apanhou um dia. Não era para por esses artigos pesados. Até um dia eu peguei o Zé Américo: “Porque fulano só vira teares leves e eu pesado?”. “É que ele é fraco”. “Escuta, eu não tenho culpa se ele é fraco”. Eles me escolhiam para tear pesado. [...] A gente era sindicalizado, mas não era do sindicato. Até quando foi a greve de 20 dias, o Antonio estava doente em casa. O Romeu Sturari foi antes do Leão, ele era comunista, então ele agitava a turma: “Vamos fazer greve!”. Fazia piquete na fábrica e ele não deixava ninguém entrar, era por volta de 72, 73, uma das greve de 20 dias. A gente vinha todo dia, Romeu falava, falava. Tinha gente que passava fome, e eles davam comida. Lembro uma vez que a gente tava voltando do sindicato, um desses encontros de greve e todo mundo voltava a pé para Carioba, na estrada de bambus. No caminho, passando em frente à casa do Nicolau Abdalla, a gente viu que ele estava na varanda, aí a gente começou a cantar: “Ei, você aí, me dá um dinheiro aí...”. Nicolau não falou nada, só ficou olhando. Depois que passou a casa, paramos de cantar. A gente também se divertia na greve! O Nicolau - ele era bom demais -, ele apareceu de pijama na área da casa dele. A turma: “Olha o Abdalla, olha o Nicolau, Nicolau”. Muitas risadas neste episódio. Eu tinha boa impressão da família dos Abdalla. Esta greve de vinte dias foi antes da de nove meses. Nós ganhamos a greve de 20 dias e ele pagou tudo certinho. A de nove meses foi tão bom! Porque eu trabalhava sem registrar, então ganhava mais. Eu trabalhava e ele olhava as crianças para mim. Além de eu ganhar esses nove meses, eu ganhei os dias parados de greve. De modo que, eu ganhava dois ordenados todo mês, pois eu ia na Basílio Rangel, receber. Minha filha já é aposentada pela Prefeitura, professora de educação infantil. Como ela foi uma moça muito boa, então, quando ela ia casar, eu falei pra ela: “Aqui em Americana é tão difícil”. Dei o terreno, calçadinha e ajudamos a construir a casa. Carioba foi bom para quem soube levar. Quem a destruiu foi o Juca. O Abdalla não investiu na fábrica, tinha tudo maquinário velho, não dava

mais lucro, tinha dívida e não ia pagando a gente. Ele devia conservar as casas, todas tinham jardim. Ele devia alugar, então.

S. Antonio - [...] Mas ninguém saía de Carioba. Ele devia alugar, mas fez acordo. O Juca não morou, nunca morou lá. A gente tinha amizade com todo mundo, mas não tinha tempo para ficar conversando. [...] Tinha rixa de futebol, pé vermelho era de Carioba e barriga roxa do São Manuel. A festa junina, o baile caipira, começou com o S. Ercides (diretor da escola) de Carioba.

D. Ruth - Sabe quando eu fui comprar uma geladeira, televisão? Depois de ter feito três casas. Porque eu falei: “Não vou ficar gastando dinheiro à toa”.

D. Ruth - Minha mãe morava no Moinho Azul, bairro de Limeira. Casou e veio morar em Carioba. Eu nasci em Carioba, em 35. Dia 16 de outubro. Fui registrada em 24 de outubro. Eu não gosto do dia 24. Não tinha roupa, nem muita coisa. Meu pai queria que eu estudava e eu falei que não, queria trabalhar. Tirei o diploma em Carioba, a Ismênia Pereira fez meu vestido. Aí, eu fui lá na loja em Americana comprar um sapato. Aí, eu coloquei o sapato velho na caixa e vim com a sandália nova. Quando passei em frente ao grupo eu olhava para trás para ver se alguém estava olhando que eu estava de sapato novo. Era a satisfação de estar de sapato novo. Aí, eu fui no escritório com o diploma e eles pegavam. Comecei a trabalhar na enseada, na fabrica de fitas. Na espuladeira, depois no tear de seda. Mas eu não suportava trabalhar por hora, queria por produção. Meu objetivo era acostumar a trabalhar bastante e ajudar meu pai. Fui registrada depois de três meses. Aprendi a virar tear com a minha mãe, no tear xadrez, um só, lá embaixo. Na seção do Urbano Baldin. Gostava de trabalhar e meu marido, carregava rolo aquele tempo. Levava rolo nos teares. Eu era meninona, eu tinha 14 e ele 26, eu falava: “Ô homem, que rolo vem aqui?”. O mesmo artigo. Eu ficava contente, era opala, de fazer camisa. Eu queria virar tear e aí, deu três tear para mim e eu ganhava bem [...] Lá tinha uma lousa de produção e eu nunca ganhei o primeiro, mas segundo e terceiro sempre ganhava e tinha prêmio. Era entre trezentos tecelão! Eu chegava a ganhar mais que meu pai e minha mãe. Eu adorava trabalhar, nossa! Aí, chega tempo de namorado e comecei a namorar o Waldemar Barbosa - um ano. Aí, comecei a namorar outros moços, assim. Aí, eu pensei que queria arrumar alguém que fosse chefe de família, porque para sofrer eu ficaria com meu pai. Meu pai era aqueles italianos muito bravo, dava socos na cabeça. A rua de casa não tinha asfalto e se passava a mão nos móveis e tinha pó, ele batia em mim. Sexta-feira Santa tinha procissão, se eu quisesse ir, tinha que cortar capim para o cavalo antes. E eu era Filha de Maria. Foi a melhor época de minha vida, Filha de Maria! A

coisa que eu mais gostava era o dia da reunião com o Monsenhor Maggi. Era um espetáculo! Ele falou que ia fazer a planta da igreja nova e que seria a sala de visitas de Americana. Que seria quatro a cinco vezes maior do que a igreja velha de Santo Antonio. Então eu corria para sentar na primeira fila, porque para mim, ele era um santo. Tinha uma voz. Apreendi muita coisa na Pia União de Maria: andar direito, o respeito no namoro, como formar a família no alicerce firme. Aí, aprendi a bordar com as freiras em Carioba. Bordava com linha da Ilha da Madeira. Era onde era a casa do Ralph. Eu casei com 20 anos e com elas eu aprendi mais ainda: “Vocês casam e podem evitar filhos, mas nunca tirar, porque filho de um dia já tem alma”. Tudo eu aprendi na igreja, porque com os pais a gente não aprendia nada disso, só apanhava. Apreendi a não mentir, não roubar. Meu pai e minha mãe não tinha estrutura. Tinha dois irmãos e eu sou a mais velha. Quem veio da Itália foi meu nono, eles trabalhavam no Salto Grande, na época do café. Quem veio da Itália de Nápolis foi minha avó materna, Carmela Giuliani Misson. Meu avô materno era caprichoso. Eles trabalhavam no Moinho Azul. Tinha porco, arado. Era pobre, mas tinha coisa boa, que a gente se orgulhava de alguém assim na família.

S. Antonio - Eu nasci em Campinas, em uma família de italianos. Meu avô, que era italiano, minha avó, também. Bravo que nem só. Só que era um homem honesto. O pai dela não.

D. Ruth - Por isso eu falo: “que aprendi tudo na igreja e os ensinei a serem honesto, se pegar uma agulha é o mesmo que pegar 100 reais”. Eu hoje, se ficar de joelho o dia inteirinho, eu ainda não agradeço a vida de casado, os filhos e os netos que tive. Mas quem é mais brava aqui em casa, sou eu.

S. Antonio – É. A gente concorda com ela para não brigar! Fizemos 50 anos de casados em abril deste ano.

D. Ruth – [...] A gente se casou em 56. Trabalhando juntos é que nos conhecemos. Eu ia cantar na igreja e voltava para casa senão apanhava, nada de jardim. Até ele falava para mim que quem era contra mestre assim, tirava a gente da fabrica. Eu falei: “não quero não. Eu quero lutar bastante para os meus filhos não sofrerem o que eu sofri”. Eu peguei meu sogro e ele pagou meus móveis. Tudo à vista e aí, nós fomos pagando nosso sogro, para ficar mais barato pra gente. Casei devendo o vestido de noiva. Mas não tive vergonha, porque eu cumpri certinho. Em três meses eu paguei minha sogra, a nona. “Este mês eu acabo de pagar a senhora e vou comprar um terreno”. E ela falou: “Porque tanta pressa?”. Depois comprei outro, aí veio os pagamentos atrasados e fomos comprando. [...] A minha mãe não quis ser enterrada com meu pai e não foi. Eles eram bravo!

Nossa! Os homens da época, pagar a conta tá certo, mas o resto! Era bom para os de fora, mas para os de dentro... Era verdade, mas que coisa, não! Eu era tão brava! Um dia, eu trabalhava na tecelagem, chegou o marido da amante de meu pai. Fui lá tirar satisfação com ele. O marido da amante de meu pai varria a tecelagem [...] Chegou uma vez de eu chegar a mandar um cartão dizendo se ela não tinha vergonha de andar atrás dos homens com aquela perna cheia de varizes que parecia uma jabuticabeira. Carioba tinha muito disso. As colegas que contavam e conviviam. Todos. [...] Se a gente não tivesse sofrido tanto em Carioba, talvez a gente não estivesse bem como estamos hoje. Essa é uma palavra santa. [...] Trabalhei até aposentar, fiquei de licença só os três meses das crianças. O meu marido ficou aqueles anos doente. Mudamos de Carioba, em agosto de 76, o primeiro que mudou de lá depois do acordo. O Chico Sarra deu uns dois caminhões de areia e só, para construir esta casa. A turma continuava a morar em Carioba depois do acordo e ficou só ele de gerente lá.

S. Antonio - Aquele tempo não era fundo de garantia, era estabilidade. Tinha dez pagava vinte. Em Carioba, o mais novo tinha quinze anos de firma. Então, tinha gente de 35 e de 40 anos de firma, não mandava ninguém embora. Começou a pagar energia quando a Companhia Paulista colocou o posto lá. Em 69, mais ou menos, começou a pagar a energia. A usina era fraquinha, o quilombo começou a secar. Ela tocava a firma e as casas. A gente tinha chapinha para fazer a comida, o ebulidor. A usina não conseguia mais funcionar. Ficamos um ano sem trabalhar na fábrica. Em 59 que eu fiquei doente. Por causa da gripe asiática, não tratava, a mulher entrava cedo e ficava bordando. Foi na época do JK. A turma não pagava, na sexta-feira davam um vale de cinco cruzeiros teve época de dois. [...] Do recanto viemos morar na leiteria, ficamos ali e ia sempre pedir vaga na fábrica. A secretária Maria Felício falava que não tinha vaga. Minha mãe morava vizinha de uma tecelã e ela falou: “Fala para o Antonio que o Ângelo Stradiotto marcou trinta dias. Fui na fabrica e pedi para a secretária e falei para ela que o Ângelo tinha marcado 30 dias. Aí, ela mandou chamar o mestre da tecelagem, Zé Américo. “Então, segunda-feira você pode vir aqui”. Foi o tio de sua mãe que me ensinou a levar rolo nos teares, 500 teares. Aí, conseguimos uma casa em Carioba. Pagamos aluguel dois anos no São Manoel e vínhamos trabalhar em Carioba. Lembra do Tito Adorno? Ele que me arrumou uma casa na leiteria. Ficamos três anos lá, depois mudamos em uma casa na rua da represa. Eu levava rolo no tear dela. Ela era mocinha novinha, gordinha, catorze anos.

D. Ruth - Quando eu comecei na fábrica, ele passou a mão na minha bunda!

S. Antonio – Não. Eu esbarrei nela! Mas foi porque eu quis, né!

D. Ruth - Mas aí ele correu para o banheiro e eu esperei ele sair. Cruzei o braço e fiquei esperando ele. Achei que ele era casado, xinguei de filho-da-puta para cima. Eu gosto muito de brincadeira, mas confiança nunca. E casei com ele.

S. Antonio – A gente não brigava, conversava bastante.

D. Ruth - Ele chegava e falava: “Quer namorar comigo?”.

S. Antonio - Nesta época eu só marcava as coisa, era dirigente, e sempre que passava por ela mexia.

D. Ruth – Eu chamei a Marina, a Rosa, as três. Ele piscava para as três.

S. Antonio - Ela me chamou e disse: “Com quem o sr. quer namorar?”. “Com a Marina tenho amizade e com a rosa, também. Eu quero namorar é você”.

D. Ruth – “A pronto!”. Eu ia buscar espanador, pente, e ele falava: “Menina bonita pode escolher”. Um dia ele perguntou para mim, e olha tinha um mecânico. Nunca beijei, só conversei, mas foi paixão à primeira vista. Fiz até promessa para esquecer este moço. “E o Waldemar Barbosa?”. Larguei, tá largado. E naquela época, se a moça fosse pedida para namorar duas vezes, mesmo se fosse em casa, já ficava falada. Mesmo se fosse virgem. Aí, eu comecei a gostar dele. Pelo jeito de conversar, pela simpatia, não era convencido. Começou a namorar eu, aí ficou convencido.

S. Antonio - Tem marido..., o pai dela ia de lá para cá..., eu tinha uma casinha para alugar e a mulher falou: “me aluga que eu viro sua amante”. Aí, eu pensei nela, na filha e mandei ela embora. Nunca enganei ela!

D. Ruth - Comecei a namorar ele era uma meninota, tinha dezessete. Ele vinha na casa das sete às nove, dez horas ia embora para não amolar. As cinco, no sábado e domingo e tinha que namorar em casa. Eu não ia no cinema nem em baile, eu era Filha de Maria. Eu casei de faixa e fita de Maria, hino de Ave Maria de três vozes, com o coral de Carioba. Quem fez o casamento foi o padre Airton. Quando eu ia sair na porta da igreja, a presidente das Filhas de Maria tirou a fita e faixa. Faixa azul. “Eu quero que você me respeite, pois eu quero casar de faixa e fita”. E muita gente não acredita que eu casei virgem, porque eu brinco muito.

S. Antonio – Ela gosta de contar piada.

D. Ruth - Uma vez em Carioba, tinha um tear com o breque duro, ferro. Vai que até gastou a minha aliança e aí, eu mandei fazer outra. E pedi para o padre José benzer a aliança, ele falou:

“Vai casar de novo?”. Eu falei: “Não, já sou casada duas vezes”. Ele assustou porque era novo de lá e eu disse: “No civil e na igreja”. Ele me xingou até.[...] O meu prazer era fazer casa, então, ele tinha que carpir terra, terreno.[...] O que mais a gente gostava de Carioba era a união, era uma amizade gostosa. Os homens faziam rodinha entre eles. As mulheres também ficavam nas escadinhas. Podia andar tranqüilo na rua, pular corda, comer pipoca. Fazia roda, as crianças brincavam na rua, comiam pipoca. A criançada tinha liberdade, sem perigo. Tinha uns lá que a gente já sabia que a gente já sabia que era sem-vergonha, então ficava de olho. As casas ficavam de portas abertas, a gente entrava numa e saía no quintal da outra e ficava andando assim pelas casas. Tinham medo de assombração, eu não tinha, mas o povo tinha medo. O bom é que eu ia trabalhar e ninguém mexia nas coisas. Às vezes, o Zé Fogo chegava duas horas da manhã, luz acesa, porta aberta e batia na porta falando: “Tem alguém doente aqui, está tudo aberto?”. Carioba era aberta. [...] No caminho do bambu ia e vinha a pé, ia na procissão de Santo Antonio, cinco horas da manhã. Tive muitas amigas boas em Carioba: Tereza e Maria Armelim, a família Granzotti, Antonia Giordano, Marco Giordano, D. Guiomar, D. Cecília. Então, era uns vizinhos que a gente se dava bem. A gente não lembra bem porque eram tantos. Quando morria alguém a gente sentia tanto! Levava o caixão na mão. Tudo a pé. Estrada de terra, predinhas que escorregava... Quando não chovia, muita seca, secava o rio, aí a gente pedia para o mestre e vinha molhar o cruzeiro aqui na saudade, três dias. Trazia água da Carioba e no terceiro dia chovia.

Depoimento do sr. José Sarra e sra. Maria Aparecida Cardoso Sarra.

Zé e Cida Sarra.

Os avós do sr. José Sarra vieram da Itália, bem como a avó materna de D. Cida. Ambos não se recordam de qual região da Itália eram procedentes.

Zé Sarra - Nasci em Jaborandi, SP, e vim para Americana, em 1941, para morar no Lajeado, depois da Ripasa, para o lado do rio Piracicaba. Onde nós moramos era da antiga família Arcaro. Meu pai cuidava e plantava tudo ali. Depois ele começou a trabalhar na usina de Carioba, como maquinista. Desde aquela época, trabalhou muitos anos na usina. Depois ele foi transferido para ser eletrecista na fábrica e se aposentou lá. Minha mãe sempre foi dona de casa, nunca trabalhou em fábrica, nada. [...] Maria, Pedro, Francisco, João, José, Joaquim, nós éramos em seis irmãos, na época em que viemos para Americana. Depois teve mais três irmãs, no total de nove irmãos. Com o tempo, o meu tio, Vicente Sarra, tinha uma pensão e bar em Carioba, quando ele mudou para Americana, quando não quis mais saber e vendeu a propriedade para outro. Então a casa que ele morava, vizinha da escola, ele pediu para dar para meu pai, porque a família era muito grande. Aí, então ele cedeu a casa para o meu pai, ainda era o tempo dos Muller Carioba.

Cida Sarra – Eu nasci em Piracicaba e vim morar em Carioba por volta de 1949. A gente era em 8 irmãos. Meu pai e minha mãe trabalhavam na fábrica. Eu também trabalhei lá, fui tecelã. Conheci meu velho lá em Carioba. [...] Aquilo que era uma comunidade, viu! A gente era tudo irmão. Tinha aquelas amizades. Um conversava com outro.

Zé Sarra - [...] A minha família toda estudou no Grupo Carioba. Aquele tempo era até o quarto ano. Não me recordo qual o período. Cada um levava o seu lanchinho, quem podia, senão tomava o seu lanchinho quando chegava em casa. Tinha dentista e médico que a firma mantinha. Depois a firma foi cortando, pois estava havendo muito abuso. Daí cada um era particular. Quem achava que devia usar o dentista, o médico que vinha em Carioba, tudo bem, senão iam em Americana.

Cida Sarra – Eu estudei no Grupo de Carioba. Mais a gente era boba naquela época. Não ligava muito pra isso. Eles davam coque na cabeça da gente, colocava de castigo. Não tinha merenda, não, se quisesse comer tinha que levar.

Zé Sarra - [...] Meus pais ficaram em Carioba até eles começarem a querer desocupar as casas. Depois ele mudou para Americana (década de 70). Eu mesmo fiquei até o pessoal começar a sair. Meus sete irmãos trabalharam em Carioba, menos as minhas duas irmãs mais novas. Meu irmão, Chico trabalha até hoje para o Juca Abdalla na Máxi Água. Eu entrei com sete anos na escola e saí com quase 12 anos e entrei direto na fábrica. Todos que saíam da escola tinham emprego na fábrica, isso era importante, não ficava ninguém na rua, não. Não queriam nenhuma criança na rua. O patrão não queria ver criança na rua. Então ele já oferecia emprego na fábrica. Trabalhei dois anos sem registro porque registrava com 14 anos. Comecei como catador de espula. Depois com o tempo eu queria aprender uma profissão e entrei na carpintaria. Fazia peças para os teares, portas, janelas para as casas, para o bairro inteiro. Tudo era feito ali. Tinha umas seis, sete pessoas que trabalhavam na carpintaria, ela era pegada à fábrica. Eu fazia cerquinhas e telhados das casas da vila. A fazenda tinha a sua carpintaria, muitas vezes a gente ajudava quando precisava. A Usina São José mesmo, a gente foi ajudar a fazer o galpão, o estaleiro para descarregar a cana-de-açúcar. A gente ajudou. Era tudo no feijão mesmo, não tinha guindaste. Aqueles eucaliptos de quase 30 cm de diâmetro. A gente era tudo no muque, na corda mesmo! Tinha que puxar, a gente trabalhou mesmo! Quem tinha vontade, aprendia mesmo! Eu entrei com mais ou menos 14 anos na carpintaria e fiquei até 1962. Depois fui para a usina até 1971 e fiz acordou e vim para Americana. Mudei da Carioba. [...] Na fazenda Salto Grande a plantação era mais de cana e na minha época, já era arrendada para a Usina Ester. Usava um pouco e arrendava a outra. A produção da usina deles era pouca, a usina era pequena. Na minha época já não produzia mais algodão. O algodão vinha de fora das fazendas deles, Pirajuí, Birigui. Mas industrializava tudo na fiação em Carioba. Dalí saía o pano pronto - desde tingido, e saía para a venda. [...] As casas eram bem conservadas. No começo deles, mandava pintar a casas todo final de ano e depois, chegava mais para frente, comprava a tinta, o cal e ia o pintor e pintava a casa. Depois, mais ou menos dez anos. Mas eles queriam tudo conservadinho. Tinha equipe de pintor, pedreiro, carpinteiro, eletrecista até acabar e fechar a indústria. Com o tempo foi sendo menos o número nas equipes. A gente não pagava água, força, aluguel. Só com a entrada da força e luz, que daí começamos a pagar um pouco, não era muito, foi em 1969, 70. Nesta época, a força que saía da usina era mais para a fábrica. Depois que fechou a usina, até a fábrica foi obrigada a pagar energia. O aluguel foi assim que eu saí do serviço e para forçar o pessoal a sair das casas. Aí, começaram a cobrar aluguel. Paguei uns três meses. As casas no começo ficava fazia, pouco

tempo depois, eles já passavam derrubando. Em 78 quando saí, ficou muita casa de pé. Se achavam que tinham que derrubar determinado lugar, eles tiravam as pessoas, mudavam para outra casa e derrubava a de lá. Depois fechou a fábrica de uma vez e aí, eles queriam derrubar tudo.[...] Depois que o Tebaldi entrou, quatro anos depois, quando foi a primeiro mandato de Tebaldi, a gente estava em Carioba ainda. Eu era presidente do Carioba. Ele pediu ajuda para o eleger, a gente era um líder, pegava assinatura. Mas depois, eu também pedi para que ele não deixasse destruir as casas que futuramente Americana ia precisar como precisou mesmo. E depois foi colocado aquelas casas no Zanaga. Foi preciso construir lá para desafogar a falta de moradia. E Carioba tinha 300 moradias. Então, quando começou a derrubar foi 50% de uma pancada só. Não teve jeito de interferir, eles achavam que era deles e derrubavam mesmo. A gente pedia muitas vezes para intermediar: porque eles não davam as casas como indenização e a pessoa continuava morando lá. Mas eles não queriam saber, queriam derrubar e não saber disso aí, não.

Cida Sarra - A gente foi embora para Americana, mas a gente sempre lembrava da Carioba. Deixou muito amigos lá, agora a gente encontra os amigos em velório, casamento.

Zé Sarra - Mas o Tebaldi não conseguiu nada, não sei o que aconteceu, mas com certeza ele tinha que fazer algum depósito para conservar aquilo lá. E na época a Prefeitura não tinha condições de comprar aquilo lá. Até na época foi dado aquela parte do grupo para baixo. Na época disseram que a Prefeitura está pegando isso como um elefante branco, que eles pegaram aquilo lá como um futuro terreno para fazer instituições, para futuros loteamentos. Você pode ver que no primeiro loteamento do Jaguari tem pouca área institucional para creche, escola, lazer, porque já tinham dado essas áreas de Carioba para este fim, de futuros loteamentos. Quando entregou para Prefeitura as casas já estavam derrubadas, ficou muito tempo fechado e está muito estragado. A Prefeitura hoje está alugando os salões da fábrica com um precinho barato para poder manter, mas está muito estragado aquilo lá. Mas tem muito industrial que está usando. Embaixo fizeram a estação de tratamento. [...] Quando passaram a usina para a CPFL - que prometeu que ia gerar energia e ia dar uma porcentagem para descontar na energia que a Prefeitura usava -, aquilo acabou fechando, está tudo abandonado, poderia ser uma área de turismo, de recreação. A Prefeitura poderia pegar novamente da CPFL e fazer uma área turística. Ela é um pouco da história de Carioba. Então é preciso preservar mais a história de Carioba que é a de Americana. [...] A igreja mesmo não foi derrubada depois de muito empenho, pois também queriam derrubá-la. Graças a muitas pessoas, políticos. [...] O Clube já não conseguimos segurar

nada porque ele queria e queria, porque era dele. Tivemos que desocupar e tirar as coisas de lá, taças, biblioteca, mas sumiu muitas coisas de lá. O Clube era pegado a casa do J. J. Abdalla e que agora foi vendida também. Ali tinha o Clube, o cinema, o hotel. Primeiro de tudo derrubaram o hotel, depois o Clube e daí acabaram derrubando mesmo. Quem derrubou foi os Abdalla. Chegamos a ir negociar com o Juca em São Paulo, muitas vezes. Ele nunca recebeu a gente, mandava seus diretores conversar com a gente, mas nunca houve acordo. E achou por bem que devia acabar. E o Clube que era forte na cidade, todos gostavam do Carioba foi derrubado. Sempre tinha baile bom, sempre enchia. Pessoal de Americana vinha para os bailes em Carioba. A gente foi procurar papéis que pertenciam ao Clube e nunca localizamos esse papel. Não conseguimos achar esse papel, ninguém dava uma informação. Só disseram que na Federação Paulista de Futebol, em São Paulo, existia um papel que falava que o Clube era cedido por comodato, por tempo indeterminado. O Clube era dos cariobenses. Foi na época dos tempos dos Muller Carioba essa concessão, de que aquilo lá, pertencia ao Clube. Mas esse documento nunca foi achado. A gente não tinha prova de nada e ele tinha todo o direito de derrubar, era dono. Acabou derrubando e a gente ficou sem o Clube Carioba e aí o time acabou desmanchando porque não tinha sede, não tinha de onde tirar para manter o time e acabou acabando também. A gente ficou sabendo que foi um dos puxa-saco dos Abdalla que foi até a Federação e retirou o papel e entregou para o Abdalla. O clube tinha futebol de campo, de salão, basquetebol, halterofilismo, atletismo, troféus do regatas, estava tudo no Clube. Lá dentro tinha foto muito antigas de tudo aquilo, mas a gente não conseguiu segurar todas estas coisas. Mesmo o cinema que foi locado para outras pessoas e acabou ficando ao nada, e nós não conseguimos segurar aquilo lá. E o campo, depois que cederam aquela parte para a Prefeitura, ela tomou posse e hoje é o grêmio do DAE. E era o Clube que mantinha tudo aquilo lá. Cortava grama, mantinha tudo direitinho. [...] O Abdalla eram muito bom, quando tinha o time de futebol, uma vez por semana iam treinar, eles saíam mais cedo e não descontava hora de serviço, pois eram todos empregados da firma. Ninguém ganhava nada. Muita gente vinha de Americana, queria jogar no Carioba porque sabia que era time bom. Ele foi várias vezes campeão amador. Tem muita história no futebol de Americana. [...] No Regatas vinha muito ônibus de fora, eu era moleque, menino, tinha os piqueniques lá ainda. Tinha vez que chegava domingo, feriado que tinha dez, vinte ônibus que vinha no campo de Carioba. A gente via os galpões fechados dos barcos que tinha barcos guardados, era onde foi feita a fiação. Acabaram vendendo aqueles barcos para outras regatas que

existiam na época, acho que para o Tietê. Eu acredito que o rio ajudou um pouco porque tinha época, que tinha muita areia no rio e os barcos encalhavam, onde normalmente faziam os treinos e competições. Um pouco, os barcos que não tinham mais manutenção, não tinham mais quem se interessava por este esporte e foi acabando. O Regatas e o Clube de futebol tinham diretorias diferentes, mas era uma coisa só. Os antigos contavam que era muito bonito. Eu nunca cheguei a ver um barco daquele na água, remando ali, porque o rio não tinha mais condições, pouca água, muita areia, poluição. E foi acabando, não tinha mais remador. Depois a firma pediu a área também e os barcos foram vendidos para outras agremiações e aí sobrou o time de futebol. [...]

Os Abdalla, chegava no final de ano, distribuía brinquedos para todas as crianças na vila inteirinha. E depois com o tempo também a carpintaria. Eu quantos brinquedos fiz! Carrinhos, jipinhos, carrocinhas, não guardei nenhum brinquedos desses, mas depois eu fabriquei um caminhão destes para ele, meu sobrinho. Um caminhão que podia montar em cima e ir embora que agüentava, um caminhão grande, FNM. O que eu tenho guardado disso aí é uma broca que a gente fazia as rodas dos caminhõezinhos. Mas era muito gratificante fazer os brinquedos que as crianças iam usufruir! Todo ano ele dava. Em determinada época parou. Mas que eu presenciei, eles mantiveram por uns vinte anos, isso aí. Quando chegava o abono eles davam corte de vestido, calça, colchas, vestido. Então foi muito gratificante esta época. Pena que acabou! Eles distribuía os brinquedos no Clube. Os patrões mesmos arrumavam a mesa. As bonecas eram de papelão, de plástico, tinha joguinho de café, jantar, distribuía o cupom na fábrica. Até uns dez a doze anos recebiam brinquedos e eles saíam todos contentes. [...] Chegava 1º. de maio, reunia todos no campo e faziam churrasco naquela grelha comprida, era churrasco o dia inteiro. Uma vez chegou a fretar vagões e Carioba foi em um evento em Perus, comer churrasco em Perus. Pegamos o trem na estação em Americana. Mesmo atrás do campo, principalmente do tempo dos Muller Carioba, o trem chegava a parar atrás do campo quando vinha time bom jogar com o Carioba. Não tinha estação, tinha uma casinha de conservação. Naquela época não tinha condução de Americana para Carioba. [...] No começo tinha aquele regime de que não se pagava água e força, e o leite e a lenha era mais barata. Todas as casas tinham fogão à lenha. Os mestres e os contramestres sempre pegavam casas maiores e melhores. Tinha casa que não tinha forro, se queria forrar pagava parte da madeira e os carpinteiros iam forrar. Mantinha o padrão dos Muller. No começo, mesmo a cerquinha, tudo na frente, tinha que estar boa. Tinha a conservação e manutenção. A gente pegava a bicicleta ou caminhonete da firma, onde faltava uma ripa na

cerquinha ou alguma coisa, a gente ia arrumando e pintava também. Pintava com piche preto. O piche conserva a madeira. Com o tempo, quem tinha recursos pintava com tinta a óleo, aí podia ser qualquer cor. As casas mesmo você podia pintar de qualquer cor, branca, amarelo. O mais predominante era o amarelo. Os banheiros não tinham uma bacia como é hoje. Era feita de tijolo, quem tinha recursos de mandar fazer a gente fazia estas tampas de privada, assento sanitário, fazia na carpintaria. Pedía na fábrica, eu mesmo fiz muito disso aí. Tinha umas casas que era tipo bacia turca, ficava de cócoras. Quem tinha condições fazia de tijolos, cimentava, fazia por cima. Pegava uma bacia dessas e rodeava de tijolos por cima. A descarga era normal, era caixa de ferro e para não dar a volta do esgoto tinha uma peça, um sifão que era quase como um s que você colocava embaixo. E não voltava o mal cheiro, a água. Mas tinha que conservar e ia direto para o rio. Carioba sempre teve água encanada e esgoto. Água que vinha para Carioba é hoje a Maxi água, onde estão tirando a água mineral e vendendo hoje. É um tanque na antiga leiteria. É nascente de água. Tem seis nascentes de água e essa água ía por gravidade. Dessa fonte enchia as caixas e distribuía para toda a vila. Ainda existe uma caixa uma perto do grupo, perto da igreja não sei se tem ainda. [...] Nas casas não existia tanque de lavar roupa, fazia de cimento que dava para tomar banho dentro. Era tanque de água com lavador. Tudo fora das casas, os banheiros também. Tinha local que tinha banheiro dentro. Mas tinha lugar de quatro casas, uma perto da outra, no local só fazia duas ou quatro portas, cada um tinha uma caixa d'água em cima, então, cada porta era uma família para usar. Quando estava muito apertado usava o do vizinho e não tinha problema algum era só deixar limpo. Para tomar banho era com bacia. Eu tinha um chuveiro, meu pai construiu muito desses, artesanal, então colocava uma resistência dentro, comprava fio, enrolava ele no arame, fazia espiral, fazia as ligações, a parte dos chuveiros furava com pregos, broca, e fazia o chuveiro elétrico com isso aí. Mas era direto não era automático, se ligava uma chave, abria a água e saía esquentando a água. E quem tinha condições tinha o seu fogaréu elétrico e o ebulidor elétrico. Puxava uma força danada! Aquele tempo você tinha toda essa vantagem. Essas casas funcionaram assim até o fechamento delas. Quem tinha condições e apareceram os primeiros chuveiros, comparava chuveiro elétrico e punha e quem não tinha, ía na bacia, ou neste tanque de lavar roupa, esquentava a água enchia o tanque e tomava lá mesmo. Quem tinha condições desmanchavam e colocavam as bacias sanitárias. Algumas casas tinham banheiras que hoje é usada em borracheiro, banheira grande de ferro, eu tenho uma que era da casa da minha mãe, está lá na minha chácara. Era de casa de mais ou menos, médico, etc. [...] Da

carpintaria fui para a usininha e lá fiquei até o seu fechamento. Trabalhei com o Otavio Stradiotto, João Bernardino, José Esteves, Aurélio Silvestre, Calish, Rover e tantos outros. Na usina a gente tinha que olhar o nível da água da represa. A gente passou muito aperto nas enchentes que Americana teve nos últimos tempos. De chegar a abrir comporta na mão, pois não tinha nada elétrico. A água subindo na represa e a gente tinha que chamar os amigos das casas ali em frente, chamava os amigos para ajudar a gente na represa. Eu cheguei a pegar uma noite de encharcar a capa, os bolsos cheios de água e a gente vendo a água querendo passar por cima da barragem. E a comporta pesada. Muitas vezes, já tinha o aguapé na represa e aí, descia aquelas touceiras de capim até a gente retalhar com alfange para poder descer na comporta. Na usina a gente tinha que manter o painel sempre controlado na força certa, os relógios. Manter a energia para não cair muito a força. Acontecia muitas vezes de dar uma trovoada ou qualquer coisa lá, de cair um fusível e a chave caía. E tinha que ir lá ligar a chave novamente e deixar funcionar a energia de novo. Tinha que fazer a transferência de energia, principalmente quando passou para a CPFL, para a usina poder manter a energia para a fábrica ou para a vila. Mais para a fábrica. [...] O ofício eu aprendi com quem já estava trabalhando lá. Ali todo mundo era amigo, ninguém tinha orgulho de nada, um ensinava para o outro. Eu mesmo ensinava nos últimos anos que trabalhei. Tinha orgulho do que fazia, mas nunca de deixar de ensinar o outro. Não era orgulhoso de não passar para os outros. Até hoje encontro gente que fala: “Olha aí o S. Sarra! Como ajudou nós na fábrica!”. Orientava as gentes para não ficar brincando, que no futuro a gente podia ser, - muitos meninos -, mestres de fábrica. E a gente tem até orgulho de ver que eles reconhecem o que fizemos por eles. Pena que fechou a usina! Eu espero que futuramente a Prefeitura pegue de volte e faça uma parte turística. [...] A represa do Salto Grande quando abria a comporta soltava um apito e quem estava nas pedras na altura do antigo Clube de Regatas, tinha que sair rápido porque enchia e ficava difícil sair das pedras, um pouco acima. Às vezes, ficava tão cheio, que mesmo abrindo a comporta, a ponte do DAE ficava transbordando. [...] É só os políticos quererem que o Ribeirão Quilombo fica limpo. Eu espero que com os políticos que vem aí... eu tenho a idéia na cabeça de fazer uma área de lazer naquela represa e naquela ilha colocar uns quiosques. Eu já levei esta idéia, mas eles falam que não tem dinheiro. É a mesma coisa dos poços artesianos. Eu, o Antonio Bertalia, Wanderlei Macris, fomos até São Paulo, na SABESP e trouxemos um técnico de lá para ele percorrer diversos lugares. E a Oscar Bergreen, em Nova Odessa, já tinha aberto um poço artesiano que jorrava água direto lá. Os políticos em Americana falavam não tinha

condições de abrir poço aqui, que era fraco o lençol freático daqui e este homem afirmava que era possível. Tanto que hoje tem tantos na cidade. Naquela época, não deu em nada, alguém pegou a idéia. A gente tá bebendo desta água melhor. [...] O que eu pude fazer por Carioba, eu fiz. Eu inovei muitas coisas, tenho referências, construí muitas coisas que hoje é funcional dentro das fábricas. Idéias próprias que a gente fez funcionar muitas coisas dentro da indústria de Americana. Eu me considero um americanense de coração. [...] Mas hoje se você perguntar para um aluno quem foi Duque de Caxias, eles não sabem quem foi. Na escola era tudo organizado: quarta era dia de reunião, na outra era de bordado, diretora entrava e todo mundo levantava. [...] Em 60, Carioba ficou nove meses de greve e a gente que trabalhava na usina não podia ficar porque a usina não podia parar. [...] Tinha guarda em Carioba. Era tudo a pé. Mas não tinha nada de roubo, violência, todos respeitavam. Eles eram uniformizados - meio amarelidão -, parecia encerado, todos respeitavam o guarda. Na casa do patrão também tinha. Tinha guarda noturno também. Mas era um bairro que podia largar janela aberta, porta. Quando a gente estava moço, ia pros baile, festinha pracinha, fazer avenida, então o que acontecia? A gente saía, cada um ía para um lado, ou mesmo lugar e minha mãe fazia o que? Encostava a cadeira na porta e quando a gente chegava - cada um que entrava -, ela escutava arrastar a cadeira e perguntava: “Quem está entrando? “O fulano de tal” “Então deixa encostado que está faltando fulano”. Então ela ficava e falava: “O último que entrar passa a chave”. Não precisava, mas fazia. [...] Quando tinha época de Sexta-feira Santa, de malhar o Judas, a turma pegava e levava o Judas na escola. Malhação de Judas, na igreja fazia o pau-de-sebo. Fazia muita brincadeira um com o outro. Eu cheguei a ver a pedra fundamental da igreja e fui eu quem fez a porta da igreja, lá na carpintaria. [...] Eu sempre fui bem recebido nas casas dos patrões. Na casa do Nicolau eu que sempre ia fazer o serviço e servia bolo, café como se fosse uma pessoa da casa. Eles se davam muito bem com o pessoal da vila. Na festa junina eles cediam os carroções, principalmente de pegar lixo. O lixo era consumido lá mesmo. O do banheiro você queimava lá mesmo, na época não tinha papel higiênico, era jornalzinho. Se tinha um cisco, alguma coisa, jogava na horta. Ultimamente tinha uma carroça que passava e recolhia. Levavam lá perto da leiteria e queimavam. O leite vinha com uma carrocinha com um tambor atrás. E a gente fazia canecão feito de lata de óleo, lata de leite Ninho, quem queria ia pegar lá. Muitas vezes fui pegar leite direto com bicicleta ou lambreta, às quatro da manhã. Era pago com estas fichinhas. Se na época era um real, pagava-se quarenta centavos. Às vezes, se estava com dificuldade, ía lá e pedia para os encarregados e eles davam

uma ordem de entregar o leite por 10 dias, etc. A lenha tinha que comprar. Era da fazenda. A gente ia recolher a lenha e ganhava um dinheirinho, quatro réis, um réis. [...] Quando a fábrica parou nove meses, muitos foram se virar em Americana e trabalhou este tempo ganhando algum dinheiro, quem tinha vontade. Quem não tinha, ficava esperando alguém da família que estava trabalhando em outro local sustentar. Eu mesmo que trabalhava na usina não pude ficar de greve. A gente não estava de greve, mas eles não queriam pagar a gente. Eu fui obrigado, até eu me comprometi, fui com diversas pessoas até a delegacia. Se a gente parasse por nossa conta perderia os direitos, porque era parte que iria virar calamidade pública. Naquela época, através do Clube, eu tinha amizade com o delegado. Ia sempre pedir alvará para tocar os bailes, então o delegado atendeu muito bem a gente e perguntou o que a gente queria. Eu falei: “O pessoal está em greve, quem está podendo trabalhar na cidade está ganhando seu dinheirinho, a gente que não pode não estamos recebendo. Precisamos receber para comer”. O delegado falou: “Quem é o encarregado?”. Chamou e deu uma prensa nele. Naquela época, eles davam indenização: tecido, cimento, no valor. Muitas vezes, não davam dinheiro, e o pessoal vendia o tecido, tinha um na cidade que comprava. Era o Najar, que tinha a indústria dele, as construções e ele pegava o cimento; no mesmo valor que a gente pegava, ele comprava. A gente falava: “Se não tem em dinheiro dá em tecido ou cimento que a gente vende e tem daí o que comer”. E foi o que foi feito. Passou um tempinho e cortaram isso. Aí o delegado queria prender o gerente. Porque nós voltamos lá, aí o gerente se defendeu. Até o finzinho, nas últimas vezes da greve, daí é que veio a interdição. No começou ninguém ganhava salário e fundo de garantia em Carioba. Esta greve foi para estabelecer um salário. Não tinha salário, os patrões pagavam o que queriam, o que eles achavam que tinham que pagar. Este tempo de greve colocaram na justiça e ganharam a causa e receberam. Não tinham um piso salarial, depois foi colocado, ele nunca pagou um fundo de garantia para ninguém. Até quando eu fiz o acordo, eu tinha dezenove anos de casa e recebi trinta e oito anos, porque dobrava. Em 71, eu recebi 9700 reais de acerto de contas, parcelado. Porque eu exigi no acerto que a gente tinha um piso para fazer um acordo, um acerto. Na primeira reunião ofereceu 30%, tinha uns puxa-saco lá - seu avô estava lá junto com a gente -, e na outra audiência ofereceu 40%. Eu cheguei a reunir o pessoal da usina e fomos conversar com o interventor. Ele nem sabia do que estávamos falando, estava tudo camuflado. E explicamos tudo. Queremos fazer um acerto para não ficar brigando e neste meio tempo, tínhamos aberto um processo de insalubridade e de trabalho noturno. “Se vocês tirarem aquele processo eu pago

100% para vocês”. Aquele processo ía demorar muito e nós fizemos o acordo. A cada quinze dias nos recebíamos parcelas do valor. Durante o processo eu mandei o juiz colocar o seguinte: que nos poderíamos ficar sentado - porque eles queriam mudar a gente de lugar, para a fiação, lugar ruim de trabalhar para a gente ficar enjoado e pedir a conta -, então o sr. consta aí, porque eles costumam fazer isso aí, os puxa-saco. “Eles vão ter que fazer um acordo senão a gente vai ficar sentado lá ou oferecer um outro setor que a gente aceite”. O sindicato ajudava o Sturari era presidente, era comunista e ele, naquele tempo não tinha voz ativa, então quem mexia com ele lá era meio perigoso. Ele ficou diversos anos lá, brigando. O acordo não era do tempo dele. Quem ajudou foi o advogado que foi deputado, Francisco Amaral - aqui tinha advogado, mas era tudo advogado que não resolvia nada. Mas a gente saiu com este acordo através do interventor. E saímos de lá e com o dinheiro comprei terreninho e material para construir a minha casa. Arrumei emprego na cidade e toquei o barco. [...] Os terrenos da Cariobinha estavam oferecendo. Quando foi montada, foi meio fajuto. Foi para pagar indenizações do pessoal com terrenos, depois teve que legalizar aquele loteamento. Foi na época de 60 a 70. [...] Com o dinheiro do acordo eu cheguei a comprar terreno de terceiros e depois eu vendi. O Zanaga tinha que se inscrever, as terras eram dos Abdalla, mas foi a Prefeitura quem fez as casas. O Tebaldi deu a opção para as pessoas que não tinham terreno, nada, para o pessoal ir pro Zanaga. Tanto que no Zanaga tem muita gente de Carioba. [...] Cheguei a vender livro, capitalização, para não depender só daquele salário. Paguei uns dois, três meses de aluguel só para ajeitar minha casa e muitos que fizeram acordo não conseguiram nada. Torraram o dinheiro. Então a gente vê que quem não tem cabeça sofre! [...] Carioba acabou, principalmente a fábrica porque você tinha que automatizar sua fábrica. Tinha muita fiação. Se naquela época eles tivessem interesse em fábrica, eles seriam o maior industrial de Americana. Porque depois que morreu os velhos, o filho não se interessou, pensava mais nas fazendas. Com tudo o que ele tinha em Carioba: teares, fiação, tinturaria. E ela foi acabando devagarzinho. O tecido que ele fazia já não tinha muita aceitação no mercado, era só algodão, tecido ruim. Começou a Toyobo, Fibra, Polyenka. Não foi modernizando a fábrica e ía caindo. E na fiação só tinha algodão e ruim ainda. Ele tinha empregado demais para pouca coisa. Muito puxa-saco na fábrica. Para dispensar ele tinha que indenizar e eles não queriam pagar, pessoa ficava na casa até receber. Queria mandar a pessoa embora e queria fazer um acordo, queria dar 30% nos acordos do valor que tinham de direito para receber. Então o povo ía na justiça e demorava, era muito pouca coisa que ele oferecia. E demorava! O Abdalla era assim:

preferia gastar duzentos para não pagar 100. No fim quem controlou foi o Juca, 75 para frente que ele começou a colocar a cabeça. O Nicolau sempre dirigiu a Carioba, ele era bom, ajudou muito. Os Abdalla ajudaram Americana crescer, mas era política. Eu acho que foi picuinha pessoal acabar com a vila de Carioba. Dentro de Carioba mesmo não tinha interesse em lotear. Não tem interesse agora que estão loteando. A terceira etapa vai ser antes da igreja. As terras eram do Juca, mas a CEMARA fez um acordo da Anhanguera para cá, e eles ficaram com todas as terras. Trataram um preço por metro quadrado e fizeram tudo, só vão pagando o Juca conforme vão recebendo. Foram atrás de escrituras - tinha lugar que não tinha -, e plantas. É do Orlando dei Santi. Mas o pós represa é do Juca ainda, é o futuro de Americana, pois ela não tem mais aonde crescer. Do outro lado estão fazendo tudo lotinho de 150 metros. [...] O pessoal falava que na estrada de bambus, era uma escuridão, não era iluminada. Eu tinha uma bicicleta que eu ia no tiro de guerra. Naquela época se pagava uma taxa para se andar de bicicleta. Então, naquela parte onde ficava uma guarita, diziam ter morrido um rapaz. Então, quando a gente passava lá e ouvia cair um bambu, estralar, a gente passava mais rápido. Mas era uma cisma, nunca vi nada. [...] Tinha uma equipe que limpava as ruas, o bambuzal; o varredor cortava, limpava; limpador de bueiro; formigueiro; era organizado. Se hoje existisse esse bairro, era um modelo, um condomínio fechado. A guarita era controlada, tinha que falar o que ia fazer, com quem, a pessoa andava de cassetete e chegava a mandar o porrete em quem desrespeitava. [...] Carioba era gostoso! [...] Um dia, nós da usina fomos falar com o Nicolau que nos queríamos dinheiro. Nisso ele tava chegando, era de manhã. Ele desceu do carro dele, jornalzinho embaixo do braço e parou: “O que você quer?”. “Nós queremos dinheiro”. “Tá vendo no jornal! A Rodhia não está pagando ninguém. Eu tô pagando aqui”. “Nós não estamos recebendo”. “É, mas eu não estou mandando ninguém embora”. “Mas não manda embora, mas também não paga”. Eu sempre falei o meu pensamento. “Seu Nicolau posso falar uma coisa para o sr.? Tempo atrás de ir no armazém ou casa qualquer, se não tivesse dinheiro na hora se falava que trabalhava para o Abdalla, você comprava porque eles tinham certeza que recebiam. Carioba nunca teve caloteiro. Hoje dá vergonha de falar que trabalha para o Abdalla porque você vai lá comprar e não sabe quando vai pagar”. Ele baixou a cabeça e não respondeu nada. “Hoje, dá vergonha de dizer que trabalho para o sr. Se está trabalhando e não se sabe o que vai receber: cimento, tecido. E não sabe como vai pagar. E você não vai com um saco de cimento para pagar a sua dívida”. Eu falei isso aí para ele. Não era o Nicolau que era mau, não vinha dinheiro do J.J. Abdalla.[...] No clube existia uma

biblioteca com centenas de livros, eram poucas que tinham os livros que lá tinham. Uma parte eu sei que está lá na Carioba e os outros sumiram. Não fazíamos idéia de que iria acabar e nunca marcamos nada. Compramos muitas coleções de autores. Teria que ter uma pessoa influente para fazer um apelo para devolver estes livros. Mas a pessoa errou, não é dela, é da sociedade. Dar para colocar na biblioteca da cidade. Se lá ficasse, eles colocariam um bilhete de que pertenceu ao Clube de Carioba. Tinha um controle carbonado, naquela época nunca chegou a faltar livro. Taças valiosas de campeonatos. As grandes ficaram no casarão do Salto Grande. Não recebia nada por isso e a gente pagava mensalidade igual a todos, às vezes alguma viagem, quando presidente. O único que recebia era o zelador. Fora disso quando ajudava nos bailes era o “leão de chácara”, ele ganhava um lanche, um guaraná. Nem isso, às vezes não queria. Mesmo os jogadores nada ganhavam. Eu tinha uns dezesseis anos quando comecei a ajudar no Clube. Fui bibliotecário, secretário, diretor, presidente. Mesmo quando era bibliotecário não emprestava livro para a minha esposa, na época, minha namorada. Todo sábado tinha baile e lá era tudo com orquestra, depois que começou com bailinho eletrônico. A única que era da Carioba era a Brazilian Band, vinha da Columbia, Pedrinho de Guararapes, orquestras que iam tocar até na televisão, iam tocar lá. Todo mundo freqüentava: mulhereada, moços de Carioba, pessoas de Americana. As pessoas gostavam de lá, desde que pagassem a entrada podiam entrar, mas a maioria era de Carioba. Eram operários, tinham o povo de Tatu, vinham de cavalo. Quando eu era menino eu ganhava dinheiro engraxando o sapato do pessoal. O pessoal chegava e engraxava para entrar no baile e com esse dinheirinho eu ia no cinema. Meus pais não tinham tanto poder aquisitivo para manter a gente indo no cinema. Então eu limpava jardim, lavar casas, catar lenha para conseguir um dinheirinho [...] Nos bailes não chegavam a sair briga, se ameaçava ia para fora. Os leões de chácara levavam para fora no tempo dos pingüins, os fusquinhas. Levava a pessoa para a delegacia, mas não ficava preso não. Em Carioba o pessoal não afinava, não, e os “negos” de Americana não tomava conta lá, não! Tinha que respeitar. Tinha rixa de futebol quando jogava Rio Branco e Carioba. Lembro que na frente do Clube fazia aqueles passeios: ficavam rodeando em volta, passeando, conversando, batendo papo, vinha pessoas de Americana ver este passeio que faziam de Carioba iam para Antonio Lobo, depois foi para a comendador Muller, no jardim. Todo mundo ficava passeando, rodeando, vendo se arrumava uma namoradinha e é nestas coisas que às vezes, saía alguma briguinha. O “nego” mexia em uma que não devia mexer, o “nego” chegava e falava: “Olha, essa é daqui, não mexe, não!”. Pessoa de

fora não ia lá cantar de galo não, senão apanhava. [...] Nem todos casavam na igreja de Carioba, alguns gostavam de casar na igreja matriz velha de Americana. Um dançava com o outro, mas tudo com respeito. O pessoal de Carioba era acostumado um com o outro, tinha muita amizade, eram considerados irmãos. O pessoal de fora que, às vezes, saía enroscado - aquele tempo acho que tinha mais mulher do que homem. Eu ainda espero que alguém fará algo em Carioba. Que reconheça que Carioba precisa ter alguma coisa para os antigos cariobenses. Fazer um salão para os antigos moradores de Carioba, para se reunir, para casamento, churrasco, almoço. [...] Não era comum um ir comer na casa do outro, almoçar, jantar, era mais entre família. Não tinha este costume até porque não se tinha poder aquisitivo para isso. Era mais de conversar. Quando fazia as festas na igreja, o povo todinho ajudava. Iam pegar prenda pelos sítios. O leilão era muito bom. Agora estão voltando, as festas lá. [...] A retirada do busto deu problema porque a Prefeitura não queria tomar posse daquilo. Aí teve político que deu em cima: se existia uma praça comendador Muller, deveria levar o busto para lá. Aquele busto deu um pouco de dor de cabeça, eles não sabiam se a Prefeitura tinha direito dele ou não. Aí foram procurar os familiares que ainda estavam em Americana e aí que eles contaram da história do busto. [...] Quando começaram Carioba, a maioria era descendente de italiano, mas depois começou a ter muito japonês. De 55 para frente. Tinha uma colônia japonesa, eles construíram um salão de taipa no mesmo estilo dos existentes no Japão e lá faziam suas festinhas. Tinha jogador japonês que jogou no time. [...] Vinha gente de fora para Carioba, mas quando era ajeitado por algum parente ou o patrão estava precisando de um engenheiro, de um técnico. Os técnicos vinham com conhecimento de fora. Quando vieram as máquinas do Japão, as da fiação, então veio japoneses de lá e se juntaram com os que já estavam em Carioba. Quando vieram os teares Owa, mais modernos, vieram pessoas de fora para fazer funcionar tudo direitinho. Muita gente de fora vinha, mas estragavam o bairro, vinha para fazer isso aí, mas acabavam estragando o bairro. Porque viravam puxa-saco do patrão e não olhava o empregado que trabalhava bem, por causa dele ser um chefe, ele não olhava o sistema que existia em Carioba. Os laços de amizade - era uma família -, então, muita gente acabou indo embora de Carioba por causa disso, de chefes novos que vinham lá e que não sabiam cativar o pessoal. Eles achavam que era aquela coisa rígida. O pessoal aprendeu tudo lá, não eram profissionais. Nasceram, viveram ali e tinham conhecimento normal da coisa. Agora chegava um cara que era brilhante na coisa, um profissional de tecelagem, então, o povo não estava acostumado com aquele padrão e chegava esse engenheiro,

chefe, que queria passar o sistema e conhecimento moderno dele. Então ele tinha que ter paciência para ensinar a pessoa, ninguém era estudado lá! O máximo era o quarto ano, o máximo que tinham era o D. Pedro, mas eram contabilistas, porque não tinha outra coisa. Então o nego se formava em contabilista, contador. Em Carioba tinha nego trabalhando de motorista e era contador formado. Para arrumar emprego de contador era difícil. O Abdalla nunca custeou curso de ninguém. Se você tem um padrão de vida, um sistema, um ajudava o outro, um via o colega arrumando um rombo e estava tudo parado, ele ia lá ajudar passando um fio, ele ia virar o tear do outro. Era uma família. Ele achava que cada um devia tomar conta do seu, da sua máquina e deixasse que o outro se virasse. Isso aí foi enjoando a turma e atrapalhando a vida do pessoal. Cada um foi tomando um rumo. Eu mesmo saí da usina, fiz acordo. Já fazer o que lá? Trabalhei 19 anos. Todo mundo era estabilizado lá e ele tinha que manter a turma lá. [...] Ultimamente pagou imposto do Zanaga e do aterro sanitário. [...] O Clube fechou em 80, 81. Logo que tirou tudo lá de dentro, ele foi destruído. Do Clube os Abdalla não levaram nada porque não era patrimônio deles. O Neco Mendes levou a mesa e alguns livros para onde hoje é a Casa do Conto. [...] A escola deixaram acabar muito, deixaram morar gente lá. Até que a Prefeitura tomou posse mesmo. E aquela Casa Hermann, quanto serviço eu fiz lá quando era carpinteiro! Aquele balaustre que tem na frente, quanta peça, porta, janela, era conservado! Depois ficou abandonado e estragou e roubaram muita coisa lá. Tinha janela que era de cristal em alto relevo, sumiu tudo.

Depoimento da sra. Maria Estela do Nascimento Martins,
D. Estela
E de morador que não quis se identificar

D. Estela veio do Ceará e não descende de imigrantes europeus. Já o morador que preferiu não se identificar possui ascendência portuguesa.

D. Estela – Eu nasci em Mauriti, é no Ceará. Em vim pra Carioba em 54. Eu vim com o meu pai e minha mãe. A gente era em onze irmãos. Todos trabalharam e moraram em Carioba. Eles trabalhavam na fábrica. Todos eles viveram e morreram em Carioba. [...] Eu estudei na escola de Carioba. Saí da escola com 14 anos. Ajudava em casa, ajudei a criar meus irmãos. Entrei na fábrica com 18 anos. Entrei na fiação, aquela parte nova. Fiquei lá até casar. Eu casei com 24 anos, então foi 6 anos depois. [...] Depois que eu casei eu saí da fábrica. Fiquei cuidando da casa e dos filhos. O Toninho era padeiro, veio de Limeira para trabalhar na padaria da vila. Ele veio sozinho. A família ficou lá. Ele veio em 53. Nos últimos anos de Carioba ele foi conselheiro do Clube. Depois que a gente saiu de Carioba, nós fomos morar no Zanaga e montamos uma banca em frente ao cemitério da Saudade.[...] Carioba tinha tudo: hotel, bar, restaurante, barbearia, empório, farmácia. Tinha costureira, alfaiate que fazia roupa, porque aquele tempo não tinha muita roupa feita para comprar. Tinha o Zé Fogo que tratava a gente. Mas a gente tinha benzedeira e fazia muito remédio caseiro. [...] A gente passou muita dificuldade lá em Carioba, principalmente na época da greve. Mas a gente adorava aquele lugar! A gente tinha muita amizade. Fizemos de tudo para manter aquilo lá, mas não teve jeito. Foi uma maldade o que fizeram com a gente! Não precisava destruir aquilo! [...] Encontro gente de Carioba e eles ainda são revoltados com o que fizeram. Não dá pra esquecer. Eles poderiam manter aquilo. A gente queria ficar. Agora aquilo lá não tem mais jeito. Está abandonada e nada lembra o que foi Carioba. Hoje, eu passo de ônibus em Carioba. Olho pela janela e sinto um aperto no coração. Mesmo que eles arrumem aquilo lá, não vai ser mais a mesma coisa. [...] Na época da greve que parou tudo, teve gente que passou fome. Misturava farinha, água e capim pra matar a fome. Foi muito difícil! Os soldados vinham em Carioba e ficava dias lá. Andavam pela vila, não falavam nada. Todos tinham cara feia. A gente falava: “Bom dia”. “Tudo bem?”. E nada. Não respondiam. À tardezinha vinha uns caminhões buscar eles e no dia seguinte, voltada tudo do

mesmo jeito. De repente foram embora. Não falaram nada. Ficaram uns três dias fazendo isso. Não voltaram mais. Mas teve uma vez, quando a gente tava lutando por Carioba que eles apareceram de novo. Tinha caminhão, eles vinham de manhazinha, um monte, acho que ns 25 soldados. Tinha escudo, metralhadora. Ficava andando pela vila, não mexiam com ninguém, mas também não falava. Eles foram na minha casa. Bateram na porta e perguntaram por mim. Eu atendi e eles perguntaram: “Está tudo bem aí?”. Eu falei: “Tá?”. Em Carioba todo mundo era tranquilo, não tinha algazarra. Eles viram que estava calmo e foram embora. Mas eles estavam me procurando. Foram direto na minha casa. Não fizeram nada. Só conversaram. Eu acho que foi o Juca que mandou eles atrás de mim. Eu tava fazendo abaixo-assinado pra ficar na vila. A gente não queria sair de Carioba. eu tava naquela comissão que se reunia na igreja de Carioba. a gente fazia sempre reunião lá. Discutia as propostas do Juca, tentava negociar, mas não deu certo. A única coisa que conseguimos manter foi a igreja. Fizemos abaixo-assinado, mais de mil pessoas assinaram. Não foi só de Carioba não, foi de Americana também. Tinha bastante gente que não era de Carioba que estava interessada em preservar. Mas não deu. A gente não conseguia aceitar que Carioba tava no fim. [...] Quando o Lula esteve em Americana, ele foi em Carioba, acho que em 79. Conversou com a gente aqui na praça da igreja. Nós assinamos um papel, mas a gente não era do partido. Nós explicamos tudo pra ele o que tava acontecendo, o nosso movimento, o descaso, o mato, os entulhos de casas já destruídas, que a gente tava passando necessidade, tudo. E que a gente não ia desistir. Ele falou: “Vocês devem se preparar, vai ficar pior”. [...] O Tebaldi vinha sempre aqui. Agente fazia reunião com ele e com os seus assessores lá na igreja. O Kim vinha também. Ele tentava, ia conversar com o Abdalla quando ele vinha aqui. Mas tava difícil. O Juca não queria mais ninguém na vila. Eu escutava o povo falar: “Tebaldi fazia reunião com a gente à noite e de manhã ia tomar café com os Abdalla”. Ele levava nossos abaixo-assinados para o Juca. Mas não teve jeito. [...] Numa das reuniões em que a gente falou pra tornar isso aqui um patrimônio histórico, porque o pessoal dos Abdalla falava que iria transformar isso aqui em um loteamento de 3 mil pedaços. Que tudo ia ficar moderno. [...] Nós fomos pra São Paulo. Tinha gente de Carioba e de Americana. Pegamos um ônibus fretado e fomos na Assembléia. O Maluf nem nos atendeu. Ficamos lá esperando, esperando e nada. Viemos embora. [...] Quando a gente voltou, já no finzinho, tivemos mais reunião e falaram pra gente: “Você podem ficar mais um pouquinho. Mas vamos derrubar tudo!”. [...] O Macris ajudou pra liberar as casas do Zanaga. Só.

[...] Umas 30 pessoas, o Tebaldi orientou a gente, fizemos a mudança de noite e de madrugada subimos no caminhão e deixamos Carioba. A gente invadiu as casas do Zanaga porque tava demorando a liberação. Ele arrumou um caminhão. A gente chegou lá, não tinha nada. Era um terraço vermelho, umas casinhas sem vida. Eu chorei. Não era o lugar que eu queria tá. [...] A gente não sabe ao certo porque ele queria destruir Carioba. A gente escutava muita coisa. Eu acho que foi vingança. Uma vez, eu fui conversar com ele e pedi pra ele deixar o povo em Carioba, ele me falou: “Vocês fizeram isso com meu pai. Por que eu devo pensar em vocês? Eu não quero mais ninguém em Carioba”. Ele era muito ruim. [...] Quando a fábrica parou, 24 de dezembro de 1976, às 11 horas. Eu me lembro que estava sentada na escadinha de frente à portaria e escutei o apito. Eu chorei e pensava: “O que vai ser da gente agora. Isso não pode estar acontecendo!”. [...] Ficou um pessoal lá, depois, para ir tirando as coisas da fábrica. [...] Nós fomos falar com o gerente pra ficar nas casas, mas quando a gente pediu para ficar nas casas, eles falaram que os funcionários da Ripasa iam morar em Carioba. Não sei se era verdade, mas porque eles falariam isso?

M.S.I - [...] Para fazer a greve. Nós ia, a comissão ia na G.Can. Quando nós reunia, a gente dava dinheiro, era uma comissão que dava dinheiro para um de nós viajar. Ele ia na Gcan para negociar. Ele ia para São Paulo e na G.Can com esse fim, para conversar. [...] A G.Can mandou um vender livro em Carioba para saber se era verdade que nós estava sem tanta folha de pagamento, porque o Najar, na época, na G.Can, falava que estava tudo certo na Carioba. [...] A gente chegava e falava: “Não vai acontecer nada aí. O exército não vai tomar conta disso aí”. Isso foi um pouco antes da greve para a gente poder fazer a greve. Na época da revolução não podia fazer greve, não; para fazer esta greve foi preciso ir na G.Can pedir autorização, por que se a gente fizesse greve na época a gente ia tudo preso, mesmo se tivesse com direito, nós ia perdê. “No momento ainda não pode fazer greve, nois vamos dar ordem quando for preciso”, o coronel falava: “Por enquanto não!”. [...] Aí veja bem, como vinha gente, nego vender livro, era mai gente que vinha saber se era verdade mesmo que a gente tava com a folha de pagamento atrasada, com 12 folhas, um ano sem receber. [...] Aí, veja bem, a gente estava com 12 folhas, um ano sem receber. A gente sobrevivia sabe que jeito? Eu tomava minha bicicleta e vinha de noite, de madrugada, trabalhava até meia noite, assim muitos e muitos na greve foram cortar cana. Nós que era tecelão tomou conta das fábricas aqui em Americana. Muita indústria que estava parada nós tocamos tudo para frente. [...] Quando estava tudo decidido, o coronel falou: “Agora sim”. O

que ele fez? Prendeu o Tite primeiro, ficou não sei quantos dias lá na G.Can. O Tite era um coitado. Ele era o gerente. Aí prenderam o José também, o Dr. José. Aí o que aconteceu? Colocou o interventor. [...] Nós fizemos a greve mais de meses, quando era para a gente voltar entrou este gerente que veio do Rio de Janeiro. Moralizou. Começou a pagar todo mundo. Não sei de onde era o dinheiro - porque o Abdalla tinha bastante indústria, mas nenhuma era dele, acho que ele dava entrada em uma coisa e não pagava mais. José Motolla. Não ficava nem um ano e já mandava outro. Veio este de Americana, aí depois o último foi o Chico Sarra, 1976 que ficou até o fim. [...] O Adail chamou nós, é ele que tomava conta do escritório, ele era o interventor. E o Motolla veio lá como gerente. Era o pior que não sabia nada e depois veio o sr. Helio, foi bom, mas parecia um baratão. Esperava que tava lá para decidir alguma coisa, vai ou não vai derrubar, cadê ele? “Ah, não, o sr. Helio esta lá para o Rio”. E quando ele vinha ficava aquele casarão sozinho e cadê esse homem. Quando ele chegava, ele passava no meio da turma cumprimentava assim: tudo bem, tudo bem. Ponhava tudo quanto era filho de tranqueira pra ir lá. Cada um que entrou ali, meu Deus! Foi caindo aos poucos. Aí depois entrou o Chico. [...] O Adail chamou uma comissão para a gente elegeisse um gerente que trabalhasse ali. A gente pensou que entrasse um lá que fosse de Carioba. A gente pensou que elegendo ele, que ele fosse ajudar, mas não adiantou. [...] A turma falava para a Estela, fala com a Guiomar (referindo-se a Guiomar Magri). Eu acho que faltou organização.

Outros moradores que não quiseram se identificar

Esses moradores de Carioba são de famílias oriundas da Itália, não sabem de qual região.

M. 1 - Eu olhava as crianças de uma costureira. Ficava lá com elas. Eu gostava porque ela fazia aqueles canecões cheios de leite e pão, como uma sopa, para a gente comer de café da manhã. Eu tinha uns 8 anos, ia na escola à tarde.

M.2 - [...] Eu morei em Carioba muitos anos. Mudei pra cá em 1950. Quando a fábrica estava ruim eu vim trabalhar aqui em Americana. Teve gente que passou fome nessa época. [...] A gente recebia um pouquinho por semana, mas não dava pra nada. Às vezes, era vale pra descontar no armazém, ou cimento. Os Abdalla não tinha dinheiro. [...] No fim, cada um ia fazendo o seu acordo e ia embora. Eu levei uns tijolos, porta, janela, uns caibros e coloquei na minha casa. Eu mesmo construí ela. [...] Na época da greve, aquela grande, o Abdalla não tinha dinheiro, aí pra pagar os vales pra gente, ele emprestou dinheiro do Duarte. Quando o Duarte cobrou ele, o Abdalla dedou ele pro Exército. E aí ele não pagou o Duarte. Era briga de cachorro grande.[...] O Juca, uma vez, falou que o Nicolau não servia para cuidar de Carioba, porque o povo pegava tudo dele.

M.3 – [...] Eu ajudei a desmanchar as casas de Carioba. Tirava cada madeira larga, assim, ó. Portas, janelas, vitrôs. O que dava para aproveitar a gente colocava em cima do caminhão ou numa carriolinha e levava embora. [...] Eu recebia por isso. Não tinha escolha. Não tinha emprego na cidade [...].

M.4 – A gente saía da escola e ia direto pra fábrica. Não tinha escolha. A gente já sabia que ia trabalhar lá. O estudo era só pra quem tinha mais dinheiro. Um filho de gerente, ou coisa, assim. [...] A gente tinha horta, podia cultivar verduras, cenouras. Eu tinha galinha, comia os ovos. [...] Tinha capangas em Carioba. Era dos Abdalla. Ajudava nas fazendas deles lá longe. Esses homens traziam as famílias para morar em Carioba, acho que era pra proteger ela. Eles mesmos passavam temporadas aqui, depois sumia. Mas a gente sabia. [...] Teve época que o Abdalla trazia muita gente das fazendas de Birigui, pra aqueles lados, lá.

M. 5 - Tenho recordações do campo, das pedras, do rio que tinha, pois hoje não existe mais, daquela coisa bonita que foi Carioba! Da igreja de Carioba, a qual, precisamos lutar para não ser demolida, igual foram às casas. [...] Eu lembro das enchentes que tivemos e que também passamos necessidade quando os Abdalla não fizeram o pagamento de Carioba. Meu pai plantava arroz, um outro vizinho plantava abobrinha, um outro quiabo, outro feijão, depois a gente dividia as comidas. Porque a gente não comia carne, não bebia refrigerante, foi no tempo da greve em Carioba. Eu, muitas vezes, peguei uma cesta de palha e colocava alface e ia vender [...] Tinha um bambuzal lindo em Carioba, então a gente vinha por ele, tinha tudo sombra, a gente vinha vender para voltar com dinheiro para os pais no período da greve. [...] Tinha um empório, farmácia, padaria. [...] Mas Carioba não existe mais, ela foi uma coisa passageira. [...] Quem morou em Carioba e hoje passa por lá é uma dor imensa no peito com o que fizeram com as casas de Carioba. [...] Tinha leiteria em Carioba, tinha o Berto Leiteiro que criava galinhas caipiras, vaca de leite, quem queria coisas fresquinhas ia à leiteria buscar frango, leite, carne de porco. Tinha também lá em Carioba, as ruas que recebiam nomes não como agora que são de santo, de gente. Lá era assim: a rua de quem morava perto da igreja era a rua da igreja, perto da represa era a rua da represa; tinha uma rua em Carioba que uma senhora que criava cabra então era a rua das cabras; quem morava na rua que não tinha asfalto e era terra, então era a rua de terra; quem morava na rua do Clube Recreativo Esportivo Carioba, era a rua do clube. [...] Lá também na nossa memória, era assim quando falecia alguém do bairro: colocava aquela música triste e anunciava a morte da pessoa na rádio da praça [...] Quando falecia alguém a gente velava o corpo na própria casa, aí a funerária ia, pegava o caixão e colocava no carrinho e subia o estradão que hoje só tem entulho lá. Que é o estradão que fica do lado da Cariobinha. [...] Eu estudei no Grupo de Carioba, uma escola boa. Aquele tempo os alunos respeitavam os professores não é como hoje não que o aluno agride o professor. Na Carioba tinha o time de futebol de campo, o campeonato de regatas, tinha basquete, tinha torneio de bocha, de malha, lá os amigos não eram de briga, era uma família. [...] E minha mãe e meus pais, tudo cariobense, quando precisaram sair de Carioba saíram chorando. [...] Então as pessoas envelheceram, mas só que eles envelheceram com um coração humilde, mesmo coração como se tivessem ainda na Carioba. O povo amigo, irmão que foi Carioba.

Transcrição da entrevista com a sra. Judith Abdalla Gomes
D. Judith

Meus pais se casaram em Birigui, eu nasci em São Paulo e fui com 4 dias para Birigui, noroeste do Estado de São Paulo. E em 1946, nós fomos para Carioba. Nasci em 21 de março de 1945. E lá nós ficamos. Meu pai tomava conta do que mais tarde ficou sendo o Grupo Abdalla. Meu pai tomava conta da Carioba, da Artefatos de Ferro em Campinas, de todas as fazendas (das noroeste do Estado, a Salto Grande, leiteria, Sobrado Velho). Quando eles compraram Carioba não era tudo isso, não! Eles foram comprando. Já tinha o Sobrado Velho e onde hoje tem um museu é o Salto Grande, eles compraram mais tarde. Inclusive depois fizeram uma usina, a Usina São José, mais devido a problemas no porto de Santos, o maquinário ficou detido, então eles começaram a vender toda a parte de cana, corte de cana, para Piracicaba. Você sabe qual é a usina, né? Mas ali já começa o Salto Grande. Eu não me lembro a data que ela começou a funcionar, mas deve ter sido em 1950, 51.

[...] Carioba era de propriedade particular, tinha casas de operários e meu pai construiu muito mais. Carioba tinha mais ou menos 4.500 operários e todos moravam ali, com as suas famílias. Na Carioba deve ter tido pelo menos umas 1.800 a 2.000 casas. Tinha o Grupo Escolar que foi onde eu estudei junto com os filhos dos operários, eu fui alfabetizada lá e fiz até o quarto ano primário. Foi em 1952 e me formei em 1955. Em 1956, vim para São Paulo, para o Colégio Assunção, colégio interno. Todo o fim de semana, sexta à tarde eu ia para Carioba.

[...] Olha, o negócio é que eu fui criada com muita liberdade. Carioba era um paraíso que meu pai asfaltou inteira. Quando nos mudamos não tinha asfalto. A estrada era com aquelas pedras pequenas, me pareciam seixos, pedras pequenas, não eram pedregulhos, eram pedras que ficavam assentadas na terra. Perto da usina hidrelétrica tinha um asfalto muito vagabundo que naquela época não se fazia e foi considerado o primeiro asfalto da região, se não me engano. Só aquilo ali. Aí o papai asfaltou desde a entrada da Carioba que era limítrofe com Americana, que na época era Villa Americana, até lá embaixo, na fábrica. Todas as ruas eram asfaltadas, as laterais, as paralelas, asfalto bom que tem até hoje. Olha a época que foi asfaltado! Eu deveria ter uns cinco, seis anos, quando Carioba foi toda asfaltada. Toda com luz elétrica. E essa usina era toda de maquinário importada. Carioba era auto-suficiente. No início Americana emprestava energia da

Carioba e ela não precisava nada de ninguém, sozinha ela se sustentava. E papai mandava distribuir leite da leiteria para a casa de todos os operários, vinham da leiteria as carroças com o leite, com aqueles botijões imensos de leite e todos pegavam dois, três baldes de leite. E não eram baldezinhos, não! Todos os dias de manhã saíam várias carroças.

[...] Tinha a Carioba, a leiteria, o Sobrado Velho e Salto Grande. Não me lembro se tinha olaria lá, não. Os operários nunca pagaram impostos, nunca pagaram luz, nem aluguel, nada, vivam num paraíso realmente e é o que eles dizem até hoje. Tinha o clube dos operários com quadra de basquete e um cinema que cabia 500 pessoas sentadas. Todo fim de semana tinha filmes: matinês, sábado à noite. Tinha uma biblioteca. O cinema e a biblioteca eram da Carioba, papai que mantinha. O bar, o açougue, o armazém, a pessoa alugava e explorava. Depois tinha o Grupo Escolar que meu pai mandava dar sopa e todo dia tinha. Eu participava, eu vivi muito a vida da Carioba, eu brincava muito com as filhas dos trabalhadores. Na escola servia mingau, na parte de baixo do grupo que chamava porão, então eram aquelas mesas compridas todas cheias de pratos de sopa, A merendeira também era da Carioba, funcionárias da Carioba, todas mantidas pelo meu pai, os professores eram do Estado. Era muito bom! Sopa de escola a gente não esquece!

[...] A fábrica dos Muller Carioba já estava muito antiquada então meu pai construiu - você descendo do lado esquerdo tinha uma parte mais velha -, nesta parte ele acrescentou mais construção e do lado direito, ele construiu inteirinha com teares novos importados. O que tinha de mais moderno na época, tinha na Carioba, porque Americana não tinha nada. Tinha campo de futebol, disputa. Papai quando chegava circo, ele contratava para ir na Carioba e não cobrava nada dos operários, ficava no campo. Eu me lembro que várias vezes eu andei no elefante, louca não?! No dromedário. Isso eu me lembro perfeitamente. Eram cirquinhos, era muito bom! A Igreja de São João Batista foi construída pelo meu pai, o altar de mármore carrara foi dado de presente pela minha avó, mãe de minha mãe. Tem uma placa - não sei se existe ainda -, com a doação, no altar lateral, não sei se está lá, o altar. Na minha época, já não tinha a capelinha beirando o Ribeirão Quilombo. Lá eu fiz minha primeira comunhão, e meu irmão foi batizado lá. Ele nasceu depois de mim, dois anos.

[...] Eu me lembro muito da estrada de bambus. Maravilhosa, linda, linda! Meu pai mantinha a estrada. Até hoje tem a estrada lá. Papai asfaltou a estrada que devia ter mais ou menos da nossa casa até a entrada de Americana, uns 3 km, era um túnel de bambu. Destruíram tudo não, que pecado! Era um cartão postal, tinha estrangeiros, alemães, japoneses que pediam licença para

fotografar esse túnel que formava. Era lindo, realmente lindo! Esse túnel ia da entrada de Carioba até no começo, no lado direito à subida para onde estava a igreja, e ia até lá de ponta a ponta. Quando começava a casa dos operários acabavam os bambus. Tinha gente que cuidava deles.

[...] Carioba tinha equipes. Então tinha equipe da limpeza, você não via folha no chão, sujeira, era época que tinha os cavalos e você não via sujeira. Equipes só para limpar, outra era para conservar os jardins da Carioba. Tinha um jardim, o primeiro, muito bonito! Jardim público com bancos, coreto, para os operários ou parentes que iam visitar. Esse jardim era todinho florido, bem conservado e tinha um jardineiro que era muito ciumento das flores dele. E eu me lembro que a gente era muito levada, a gente apanhava alguma coisa e ele ficava muito bravo. Mesmo comigo que era filha do patrão ele me dava uma bronca, porque era muito bem conservado. Tinha uma outra equipe da fábrica de tecidos, ela era auto-suficiente em tudo: na frota de caminhões, tratores, máquinas retroescavadeiras. Tinha uma oficina mecânica, uma equipe de mecânicos, tinha chefe dos mecânicos e, uma equipe imensa. A oficina era perto da fábrica. Em redor tinha as equipes para a manutenção. Tinha a equipe de encanador, eletricitista, pintor. Até agora pouco, eu fui a Americana - como eu falei para você, naquele velório -, e as filhas do pintor, minha mãe tinha um pintor que ela gostava, pintava maravilhosamente bem, era ele que pintava nossa casa, e diz que ele ficou maluco a hora em que ele viu que eu estive lá. Ele vai sempre visitar mamãe. Os operários antigos, sempre que mamãe está lá, vai visitar mamãe. Bate papo, tudo. Existia uma equipe de marceneiros que o seu Zumian era o chefe, por sinal, um senhor marceneiro [...] Tinha uma equipe toda relativa à construção. Então eram encanadores, eletricitistas. Manutenção toda. As casas da Carioba eram um brinco, não se via casa quebrada, rachada. Cada uma tinha a sua horta. Não eram casinhas não, eram casas com muito terreno, tinham sua horta, pé de fruta, seu jardim, todas elas. Como eles me falaram agora, a questão de um mês atrás: “Nós dormíamos com a janela e a porta abertas, nossas crianças brincavam até dez, onze horas da noite e não tinha o mínimo de perigo”. Porque tinha segurança. Meu pai mantinha guardas na Carioba toda. Ele circulava a noite. Tinha na entrada da Carioba uma cancela que não podia entrar sem ordem, se chegavam lá, ligava no telefone da fábrica, escritório, e perguntavam se tinham ordem, se não tinham não entrava. Eram 24 horas. Não tinha problema algum na Carioba, o pessoal trabalha, se divertia, casava, criava a família, morria e as coisas eram muito bem organizadas, controladas.

[...] Houve uma época, eu já estava em São Paulo, e como você me perguntou, senti a diferença quando fui para o colégio interno, porque eu vivia livre: de brincar de Tarzan, no rio Piracicaba,

no Quilombo; de brincar na usina de Carioba, meu pai me levava na usina para ver a piracema. Meu pai me criou de uma maneira que na época ninguém criava filha assim. Ele me criou de uma maneira que era para eu assumir mais os negócios, que eu tinha que assumir, como eu assumi. Ele me criou não como uma dondoquinha, mas com o pé no chão. Meu pai me acordava quatro horas da manhã, eu pequena, quatro, cinco anos, pra ir para a leiteria, porque meu pai sempre gostou de ver tirar leite, ver os bezerros, os gados, porque na leiteria tinha gados, vaca. Sabe onde é a leiteria? Sabe a casa onde está o Ralph, você continua andando em linha reta passa pela frente da casa dele e você vai dar na leiteria, é onde hoje, o meu primo Juca fez a água mineral, engarrafamento. Naquela região e lá agora, já está loteado. Então eu ia com ele, era gozado porque eu levava minha caneca e ele me explicava isso é assim, esse é assado, se fizer assim vai acontecer isso, se fizer assim acontece aquele outro. Ele realmente me preparou.

[...] Meu irmão atualmente está morando em Araçatuba, tem fazenda lá. João também viveu uma Carioba maravilhosa porque ele continuou morando lá. E os amigos dele de infância que eu encontrei agora há um mês, perguntavam: “Cadê o João, cadê o João? Lembra quando a gente jogava futebol na sua casa?”. A gente tinha um campinho lá. Lembra que a gente fazia, isso e isso. Era uma vida muito em comum com o pessoal. Não tinha diferença e meu pai não fazia diferença. Mas meu pai era muito bravo, ele tinha um coração maior que ele, mas quando ele ficava bravo, o pessoal já sabia. Ele era muito carinhoso, mas quando ele ficava bravo porque tinha coisa errada, realmente ele virava uma fera. Tem que trazer as coisas até um ponto, depois dali não.

[...] Então meu irmão viveu muito na Carioba e era muito levado e lá proporcionava ser levado porque você vivia em liberdade, você ia e vinha sem perigo algum. Aquilo era maravilhoso! Quando eu fui para o internato no começo eu senti muito porque o Colégio Assunção era de origem belga e naquela época, só falava francês dentro do colégio, e eu nem sabia que existia francês. Inglês sim, porque minha mãe pôs pra gente desde pequena professora de inglês que vinha de Campinas. Naquela época, tudo vinha de Campinas: dentista, pediatra, não tinha nada na Villa Americana. Só a Carioba que tinha uma farmácia lá que era do Zé Fogo, porque ele tinha cabelo vermelho. Eu lembro das injeções que ele dava na gente, era um horror! E quando eu vim para o Colégio eu não sabia que existia francês e tinha que falar francês até para pedir um copo d’água. Eu passei sede, fome, mas eu aprendi na marra e eu achei isso muito bom. Eram de freiras belgas que fica aqui na nove de julho com a Lorena, mas atualmente ele é misto, não existe mais

internato. Eu saí do Colégio em 1964, já terminado o colegial e fui para a faculdade, foi o último ano que teve internato. E as freiras ultimamente só têm na diretoria, os professores são leigos. Na minha época, eu também tinha professores leigos e era um Colégio extremamente moderno. Eu criada na Carioba, eu continuei sendo levada aqui no Colégio também. Eu tinha mania de estudar em cima da árvore na Carioba, eu subia e ficava lá em cima, até hoje eu gosto muito de árvore. E aqui no Assunção - era imenso -, o jardim com aqueles fícus imensos, centenários e eu subia em cima de árvores e ficava estudando. E as freiras malucas atrás de mim porque eu sumia, eu gritava: “Olha, eu estou aqui”. Mas elas foram se acostumando com a minha maneira de ser e elas respeitavam muito, muito. Eu continuei sendo livre, mas com um pouco mais de controle, era uma liberdade vigiada, não achei ruim porque para a minha vida isso foi muito bom. Meu pai me levou para o Assunção porque em Americana não tinha nem ginásio, tinha que estudar em Campinas. O Kennedy, aquele ginásio, ele existiu depois e meu irmão estudou depois nele, fez o colegial. Depois veio embora para estudar no Mackenzie. Quando com nove anos eu ia ter que ir para Campinas e a Anhanguera não era nem asfaltada, era terra. Começou a asfaltar ali na saída de Americana para ir a Campinas. Exatamente. Então eu vim para cá, interna no Colégio. Eu ia toda sexta - feira para Carioba. S. Nelson Adorno que era chofer de minha mãe, ia buscar a mim e a mais três, quatro amigas que eram de Mato Grosso, de Minas, do Sul, que eram internas e os pais não podiam buscá-las toda semana. E levar para onde? Então elas vinham comigo. Somos amigas até hoje. Até hoje. Íamos a Carioba e meu irmão juntava os amigos dele de Americana: Lorival Arbix, Bruno Nardini, Carin Abrahão, mais uns dois ou três e era muito boa, uma folia muito grande. E ficávamos todos na casa da mamãe e do papai. Quando a gente está junto a gente sempre se recorda destes momentos, sempre na Carioba.

[...] A minha vida na Carioba transcorreu muito calma, era tranqüila porque como ela era fechada, tanto eu, como as filhas dos operários, levavam uma vida muito tranqüila, não faltava nada para ninguém, todo mundo estudava. E uma coisa muito interessante que o pessoal falou pra mim um mês atrás em Americana: “Era muito bom porque quem não queria continuar os estudos já tinha um trabalho, então nos já sabíamos que podia contar com o trabalho”. Porque a Carioba nunca pegou ninguém de fora, sempre era a filha dos operários, irmãos, pai, mãe, geração, criava laço. Teve família que casou teve filhos, neto e bisneto na Carioba. Então criaram esses laços, ainda mais com a vida tranqüila e sem problemas.

[...] Americana depois tornou-se comarca e eu sei que aí, meu pai foi para a política e foi vereador por 18 anos, várias vezes presidente da câmara. Tanto é que teve uma homenagem muito bonita na Câmara de Americana. Tem lá a fotografia dele. S. Tite que falou que era uma homenagem que tinha que acontecer. Toda a matriz de Santo Antonio foi o meu pai que deu o cimento, não vendeu não, deu o cimento de Perus. O Hospital Infantil André Luiz foi o meu pai quem construiu; o Monteiro Lobato - de meninos e meninas; o colégio da freira lá em Americana, parte dele foi meu pai quem construiu; o Colégio D. Bosco quando descobriram que ele tinha estudado no de Lorena foram pedir para ele ajudar e ele o fez. E outras coisas mais que eu não sei e quando ele morreu vieram agradecer e a gente nem sabia que ele ajudava.

[...] Em Carioba não tinha colégio de freiras. Era uma creche no local onde agora é do Ralph e era do tio Antonio. Foi na época de meu pai, elas pediram e eu me lembro que uma vez estava tendo um preparatório, eu já havia feito a primeira comunhão. Fiz com seis anos, eu fiz sozinha, mas teve no ano seguinte a de várias meninas de Carioba e eu fui o anjo. Tinha um anjo numa fila e o anjo na outra, e eu me lembro que o preparatório para a comunhão era feito nesta casa que as freiras pediram para o meu pai. Era uma creche tipo maternal, era só para Carioba, lá não entrava ninguém. E era muito preservado.

[...] Meu pai incentivava, sim, o esporte. Ele sempre dava o primeiro chute num campeonato de futebol, o futebol era muito forte e o basquete também. E a minha babá casou-se com o capitão da equipe de basquete da Carioba e está até hoje com a minha mãe, a Elisa. E nos tínhamos babá da Carioba, não eram trazidas de fora, eram meninas da Carioba que minha mãe ensinava e estão com ela até hoje. Meu pai e a minha construíram a vida deles na Carioba, foram pra lá recém casados, então eles fizeram a vida deles lá, isso foi durante 30 anos. Mais tarde eles se mudaram, acho que foi em 1965 ou 67. Papai veio para São Paulo e trabalhava aqui no Grupo Abdalla, tinha prédio lá na João Brícola, onde trabalhava. Um prédio inteiro.

[...] Em Carioba eu chamava o reino da bicharada, tinha muita cobra, aranha, escorpião. Na casa da mamãe matava-se três a quatro cobras por dia dentro de casa, fora o que passava no jardim. Carioba tinha muito mato, perto de rio, tinha bosques, plantação de eucaliptos lindíssima. A natureza era muito preservada! Eu me lembro que tinha alemães querendo tirar fotografias das primaveras da mamãe que subiam em frente a casa onde passava a avenida de bambus, nos portões de entrada. Ali tinha primaveras lindíssimas! Brancas, de todas as cores e eles ficavam encantados. E cobras de tudo quanto é jeito. Eu quase pisava em escorpião, minha mãe foi picada

de escorpião, estava no roupão. Eu então não tinha medo de nada porque eu fui criada no meio disso. Quando eu vim para São Paulo, quando as amigas diziam: “Ai, credo uma aranha. Você não tem medo?”. Eu não tinha medo de nada disso. E atualmente também. E tem uma coisa que meu pai me dizia e que eu preservo: “Quando você tiver que fazer alguma coisa, faça. Não tenha medo de nada, pois se você não tiver medo de nada, você vai e consegue”. Então isso é um lema para a minha vida e sempre foi. Vai e faça, não tenha medo. Isso aí eu levo pra minha vida. Ele confiava muito em mim! Muito! Meu pai confiava demais em mim. Não sei se fui muito próxima dele... Meu irmão também era, mas era uma liga muito forte entre nós.

[...] A minha mãe nunca trabalhou na fábrica, ele não permitia, ele era daquele tipo que mulher foi feita para criar filho, cuidar da casa e ela também foi criada assim. Foi criada assim em Birigui pelos meus avós. Na época era isso, era uma mentalidade muito diferente, por isso que eu digo para você como meu pai me criou dessa maneira diferente, como ele foi inteligente, como ele via lá na frente. Isso é visão. E eles tinham muita visão porque fazer o que eles fizeram não foi brincadeira e sofrer o que eles sofreram também não foi brincadeira. Chamados de bandidos, na época da revolução que foi feito o AI-5. [...] Eles se recusavam a pagar impostos e diziam que: “Ao invés de impostos, eles davam empregos. Não iam dar dinheiro para vagabundo”. Distorceram as coisas. Foi confiscado muita coisa e muita está voltando. Era um Grupo muito grande, era o maior grupo privado da América latina. Era uma holding. Só de fazendas eram 25, fábricas eu nem sei, só de operários chegavam a 30.000. Fábricas tinham até no Rio Grande do Sul. Terras não, só compravam no Estado de São Paulo. Nunca compraram terras fora do Estado. E muita coisa foi confiscada, muitas o Governo perdeu, voltou para o Grupo. Difamaram demais! [...] Eles eram presos, meu pai foi preso junto com o tio José. Meu pai ficou seis meses na base aérea de Cumbica, eu ia visitar, eu era adolescente. Foi um período muito grande, bateu desde a revolução até 1970, aí com o AI-5 foi o problema. Então foi um período muito abrangente e nos pegou adolescentes. Ah! Nós tínhamos noção da coisa. Eu tinha procuração de meu pai para gerir em nome dele a parte do Grupo Abdalla. Eu tenho a procuração até hoje.

[...] Era uma brutalidade, eles eram tratados como bandidos. Bandidos, eles nunca foram. Nós tivemos Polícia Federal dois meses dentro de casa com metralhadora. 24 horas, eles dormiam lá. Era um horror. Chegavam a pedir desculpas para minha mãe pelo meu pai preso, porque foi dito a eles que éramos todos bandidos. Uma violência. Uma brutalidade. Quem ia visitar a gente tinha que dar carteira de identidade, tudo, como se fosse uma prisão, sabe ! A gente para sair tinha que

dizer: aonde ia, que horas voltaria, onde iria estar. Era uma coisa bárbara! A minha mãe reagia bem, muito bem! A gente ia todo o final de semana visitar meu pai na Base Aérea. O pessoal da aeronáutica nos tratava muito bem, eram muito educados. Passei o aniversário meu lá, cantaram parabéns para mim lá. É tudo isso aconteceu.

[...] Eles eram presos toda sexta-feira. Iam ao escritório deles, que era um prédio inteiro, aqui no centro da cidade, chegavam lá eles eram presos, passavam o fim de semana inteiro para serem interrogados. Na segunda feira, isso foi recentemente, que eu digo, quase no fim, porque antes eles ficam presos mesmos, lá na Base Aérea. Não saíam de jeito nenhum, papai e tio José ficavam presos, tio Manoel já era morto e tio Antonio, eles não conseguiam pegar. Tem histórias hilariantes sobre este período. Eles prendiam porque queriam declarações, queriam papéis, queriam propriedades. Políticos queriam que a Perus fosse vendido para um grupo francês, eu não vou citar nomes. [...] Eles falavam: “Nós não assinamos e podem nos levar para onde quiser. Eu não assino e acabou”. Um cara muito conhecido foi propor para eles a venda da Perus. Foram pegos para “bode expiatório”. [...] Então daquilo tudo, da vida gostosa, maravilhosa.

[...] Fui alfabetizada e muito bem. Eu brincava no meio de fardos de algodão que vinham de Birigui para a fábrica. Eu ia todo o dia para a fábrica, de manhã, porque eu estudava depois do almoço. Eu brincava no meio dos fardos, das máquinas, da tecelagem, da fiação. Eu gostava de ver tingir o pano, porque lá fazia de tudo, desde o fio até sair o pano para vender. Tinha tinturaria, eu me lembro que era quente o local, tinha estamparia. Eu tenho na memória toda a fábrica e o escritório era na parte de cima. Eu ficava com meu pai e ele me levava para casa para almoçar e daí, o Zico Birigui que era um empregado dele em Birigui [...] Meu pai começou a vida dele em Birigui com uma maquininha de algodão. Essa máquina, ele dormia perto dela, no chão, pra ficar ouvindo a hora que ela parava, aí ele colocava para funcionar de novo. Então ele trabalhou a vida inteira. Daí eles começaram a crescer. A primeira terrinha foi em Birigui e chama Brejo Alegre, a fazenda, ela existe. Quando o Grupo Abdalla se dissolveu cada um ficou com uma parte e as fazendas Brejo Alegre e a São José ficaram com o tio José. É onde eu tenho esta fotografia sentada no colo da vovó. Quando eu me casei em 71, o Grupo ainda estava junto e o tio José estava preso. Lembro que ele saiu três semanas antes de eu me casar, meu pai já tinha saído, eu não sabia se ia ter festa ou não no meu casamento. Eu tenho a impressão que eles ficaram juntos até 1975, se não me engano. Nós somos seis herdeiros no total: dois do papai, dois do tio José, dois do tio Antonio. Os primos começaram já a se desentenderem, pois cada um queria fazer uma

coisa. Enquanto os irmãos estavam ali, brigavam, discutiam um horror, brigas feias. Eles brigavam e feio, mas eles ficavam ali, juntos. Quando um ficava preso, o outro dava o braço e iam juntos. Mas os primos começaram a brigar. Então os velhos sentaram e chamaram a gente e falaram: “Você quer ficar com o quê?”. “Eu quero isso, eu quero aquilo”. Assim foi feita a separação das coisas que não estavam com o Governo. Confiscaram bastante, mas como meu pai falava: “Nóis verga, mas não quebra”. Eles não conseguiram quebrar o Grupo. O Grupo nunca pediu falência nem concordata. Passou horrores! Porque eles invadiam escritórios, invadiam tudo, pegavam papelada, pegavam tudo, bloqueavam conta, interditaram Carioba. Foi um terror! Não davam financiamento. Não davam nada. Tinha gente do Governo que queria acabar com o Grupo: a Perus, a Carioba, a Jaci, a Confiança no Rio de Janeiro, a do Rio Grande do Sul, a estrada de ferro Perus-Pirapora, tudo. E dando a entender que era má administração. Tanto que não era, que quando o Governo pegou a Perus, ele não conseguiu manter, não conseguiu funcionar, teve que dispensar todo mundo, não conseguiu. Eu sei que teve pessoal do Governo que afirmou que não entendia como a gente mantinha Perus: “Como é que os Abdalla conseguia tocar a Perus!”. A Perus era canadense, ela foi comprada no Canadá. Quando entrou a venda, o tio José foi pra lá sem saber falar uma língua, porque eles não sabiam falar nenhuma língua. Eles eram criados na raça, eram inteligentíssimos, de uma inteligência fora do comum. Tio José foi para o Canadá e tinha mais cinco e de vários países para comprar e ele conseguiu comprar. E era o melhor cimento do Brasil em qualidade porque o clínque era considerado o melhor do país, por causa da região. Ela foi comprada depois da Carioba.

[...] Não foi herança, o Grupo começou com uma máquina de beneficiar algodão em Birigui, foi aí que começou tudo. O vovô João morreu quando meu pai era solteiro ainda. Meus avós vieram do Líbano ainda mocinhos com um ou dois irmãos, porque eles queriam terra nova. Eles chegaram aqui no século XIX, eram dominados pelos Otomanos, eles eram muito rígidos e quem pudesse sair, teria uma vida nova. Foi numa época em que a imigração árabe acontecia, como generalizam. Vieram em 1870. Vieram com uma mão atrás e outra na frente, sem saber falar nada, sem saber o costume daqui. Analfabetos no Brasil. Era difícil para eles lerem, fazerem contas, vender as coisas aqui. Vinham no porão, numa viagem de navio de três meses. Chegavam no porto do Rio e no de Santos. E aí tinham um passaporte otomano [...] Falaram o nome quando desembarcaram [...] Mas não era mais, era João, então era o funcionário do porto que escreveu ali e carimbou e ponto final. E aí eles vinham para São Paulo e daqui partiam como mascates por

este interior. O vovô, pai do papai, mascateava por todo o interior do Vale do Paraíba e parte do Rio de Janeiro. Não vieram com dinheiro, só o necessário para a sobrevivência. Tanto os avós maternos como os paternos vieram do Líbano, eles vieram com uns 15, 17, 18 anos, solteiros, sem pai e sem mãe. Vinham em um ou dois irmãos para começar a vida e começavam mesmo do zero, mascateando. Tem uma coisa muito importante, muito interessante! Junto como o meu avô, pai do papai, veio também uma irmã, eles aportaram no Rio de Janeiro e ficaram num lugar muito humilde junto com outros porque era assim que eles ficavam. Então ela, o que fazia, ela vendia. Ela montou uma barraquinha e vendia: linha, agulha, armarinhos. Assim que eles começavam, com as coisas mais simples. E para não perder onde ficava a casa, ela levava um carvão na mão e ela ia riscando o caminho dela na parede, nos muros. Você vê como eles arrumavam um jeito para se virar. Então meus avós, materno e paterno, foram mascates, mascateavam por este Estado de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Iam a pé, de burrico, depois de carrocinha, passavam noites na mata, armavam uma redezinha para dormir acima do solo para não serem atacados pelos animais e chegaram a comer macaco, broto de bambu para não morrerem de fome, porque se embrenhavam pela mata. Tinha os índios na época - na região noroeste eram os índios coroados -, e o pai de minha mãe em uma determinada hora da tarde - ele montou a primeira lojinha num vagão de trem e dormia na outra parte do vagão -, ele fechava a portinha porque os índios coroados flechavam. E o pai de meu pai também ia nas fazendas mascateando e muitas vezes eram recebido por cachorros, eram expulsos destes locais. Meu avô casou-se com minha avó Amélia, se conheceram aqui. Tanto os pais de meu pai como de minha mãe. Vovô João, pai do papai, fez uma lojinha em Guaratinguetá no Vale do Paraíba. Uma portinha, se fixou lá e começou a vender suas coisinhas lá e economizava. Todo ano ele vinha na 25 de março e comprava uma loja, todo ano meu avô fazia isso. Ele economizou de mascate para fazer uma lojinha em Guaratinguetá e da lojinha ele fazia isso. Criar todos os filhos, todos formados, e minha avó trabalhava com ele na lojinha, vovó Amélia. Dizem que a brava era ela, ele era bom e o pessoal levava tudo. Mas os meus papais e meus tios não começaram com herança, começaram realmente do zero. Tio José com o trabalho de médico, clinicou 16 anos em Birigui e meu pai quando se formou em odontologia foi para Birigui para trabalhar nisso, mas aí veio a idéia de começar com uma maquininha de beneficiar algodão. Ele se formou em Lorena. Mas a vida mesmo de comerciante começou em Birigui. [...] Papai não, nunca clinicou, se formou e foi para Birigui e ali que começou e foi de lá que saiu tudo, do noroeste do Estado. Onde meu avô, pai da

minha mãe, já estava muitíssimo bem. Ele fundou Birigui e lá ele já tinha uma loja imensa de um quarteirão, que tinha desde agulha até implementos agrícolas, arroz, feijão, tudo. E foi lá que meu pai conheceu a minha mãe.

[...] Meu pai, existe um livro: **Heróis desconhecidos**, nele meu pai é considerado um dos doze heróis de Cunha. Era a última cidade da Serra da Mantiqueira, antes do Rio de Janeiro e meu pai de Guaratinguetá, local que saíram muitos moços para lutar na Revolução de 32. Meu pai lutou no Vale do Paraíba e meu tio José no noroeste, como médico, os dois como voluntários. Meu Papai falava que se fosse para ele outra vez ser revolucionário, separatista, ele faria tudo de novo. Apesar da luta de irmãos contra irmãos, ele era a favor de São Paulo se separar do resto do país [...]. Lá ele ficou algum tempo, viu companheiros morrerem, inclusive um que estava do lado dele. Ele levou um tiro na cabeça e morreu. Ele enterrou o companheiro dele lá em cima na serra e quando acabou a Revolução o pai deste rapaz quis saber onde ele enterrou. Meu pai levou ele lá e o desenterraram junto. O rapaz estava perfeito por causa do clima da terra. Meu pai contava que o pior momento foi do túnel - tem um túnel lá -, que era onde tinha que segurar o pessoal. E que eles foram traídos. Os paulistas foram traídos porque as armas que chegaram de navio o Governo confiscou e eles ficaram sem armas. Também contava que na cidade de Cunha, o pessoal do Governo conseguiu entrar e que foi muito ruim. Tiveram que usar matraca para dizer que eram metralhadoras. Eles estavam acuados. Ele conta a história de que ele prendeu um soldado e que este pediu pelo amor de Deus para não fazer nada com ele porque ele tinha mulher e filhos. O meu pai ficou com muita pena dele e falou: “Você fique quieto que eu não vou fazer nada com você. Não vou deixar ninguém fazer nada com você”. E ele conta também que tinha um tal de vermelhinho, um aviãozinho que era um terror. E que no fim eles perderam a Revolução. Eles jogavam bomba e eles tinham que entrar no túnel para se esconder da bomba. Em Guaratinguetá tem um museu da Revolução e tem a voz dele gravada e de outros dando depoimento, os chamados: os doze heróis de Cunha. Meu tio José foi em Birigui e lutou até o fim da Revolução. Ia para campo, era médico. O tio José foi secretário de Estado do Ademar de Barros, secretário da indústria comércio ou do trabalho, alguma coisa assim. Até agora há pouco tempo houve uma homenagem pra ele no Palácio dos Bandeirantes, que tinha o retrato dos ex-secretários de todos os governos e até ligaram na minha casa achando que eu era filha dele, aí eu liguei para o Juca, no Rio de Janeiro para ceder a foto. E ele o fez e foi homenageado.

[...] Meu pai era muito amigo do Ademar de Barros, pode ser que eles se encontraram na Revolução de 32. Meu pai vinha no palácio e entrava direto, nem pedia licença para entrar, entrava direto na sala do Ademar. Meu pai era muito amigo do Jânio Quadros. Eu me lembro que Jânio Quadros foi à Carioba, o Ademar foi à Carioba. Eu me lembro, eu sentada no colo de Jânio Quadros, eu era pequenina. Ele falava muito difícil, tinha cara de louco. Mas é interessante, né? Outro fato interessante de Getulio Vargas, o presidente, dizem que teve uma época que ele teve que se esconder, não sei. E ele se escondeu na Carioba. Ele ia, comia na casa de meu pai, ficou hospedado lá. Eu era muito pequenina, não me lembro da data. O que eu me lembro de Getulio, eu devia ter uns cinco anos, nós estávamos em Santos no Parque Balneário Hotel passando férias, e eu me lembro que teve um almoço com autoridades. O pessoal comentava: “O Presidente da República, o Presidente da República, vem aí!”. E tinha um salão chamado “salão dourado” e então, eu me lembro, fui ver pelo vidro e eram aquelas mesas em forma de U, tinha vários senhores, aquela pompa, aquela circunstância toda. Falei para minha mãe: “Me arruma que eu quero ver o Presidente”. “Mas, menina, como você vai entrar lá?” Não sei. Eu quero ver”. E ela me arrumou, me pôs toda vestida. Eu estava de vestido de organdi, de buquezinho de flor, laço na cabeça (que eu tinha raiva). Eu me lembro que tinha dois seguranças na porta, imensos, e mais imensos ainda porque eu era pequenininha. Eu cheguei e falei que eu queria falar com o Presidente. “Você não pode entrar”, retrucaram. “Mas eu vou entrar, porque eu quero ver o Presidente”. Aí eu entrei e o Getulio Vargas estava em pé, fazendo discurso, de terno claro, me lembro perfeitamente. Eu cheguei, puxei o paletó dele e ele parou o discurso, olhou pra mim e eu falei: “Eu vim te dar um beijo”. Ele abaixou e eu dei um beijo nele. Eu falei: “Meu pai é seu amigo”. “Quem é seu pai?”. “Nicolau João Abdalla”. “Você é filha do Nicolau!”. “Seu pai está aí?” “Não” (era dia de semana, o papai estava na Carioba). “Diga ao seu pai que o Presidente mandou um grande abraço pra ele, para o meu amigo Nicolau”. Aí todo mundo bateu palma pra mim, todas as autoridades. Marcou muito isso pra mim. Nunca soube que meu pai era amigo do Juscelino. Era do Carvalho Pinto. Meu pai também era muito amigo do Jânio Quadros. Eu me lembro desses que conviveram comigo. Eu estava acostumada em ter este pessoal em casa e pra mim nunca foi novidade, às vezes, eu contava no Colégio e eles achavam que eu estava mentindo, quando falava que conhecia este pessoal, era da minha convivência. E a política daquela época, era diferente da atual.

[...] Na época da ditadura, quando minha família sofreu pressão, o Jânio estava exilado, o Ademar acho que estava morto e o Carvalho Pinto, não sei. Esta época foi uma época muito marcante porque os fatos todos que aconteceram, você vê quem é o amigo e quem não é. Todo mundo foi embora. Ah! Eu sou amigo, batia no peito. Oh! Nicolau, Nicolau, oh! Na hora que aconteceu, a Polícia Federal em casa, você contava nos dedos os amigos. Não só os amigos de meu pai, da minha mãe, mas amigos do meu irmão e meu. Ali você sabia quem era e quem não era. Assim que passou tudo, esses que diziam amigos e queriam se aproximar da gente de novo, nos afastávamos. Um dos amigos que marcou muito - ele era dono e presidente do Banco Comercial, Dr. Vicente -, ele vinha todas as tardes com a esposa dele, já tinham idade, trazendo docinho pra minha mãe. Todas as tardes e com o meu pai preso. Um homem extremamente importante, um banqueiro como poucos e ele vinha com D. Cecília e ficava sentado lá, conversando. Todas as tarde eles vinham e outros assim vieram. Poucos, pouquíssimos, pois a maioria foi embora. E as amigas do Colégio, essas que tenho até hoje, essas amigas minhas, tinha um período que eu já tinha terminado o Colégio, elas vinham também.

Quando solteira eu fiz biologia e estava me especializando em vírus para ir para a Alemanha. E estudei quatro anos de alemão, para ficar dois anos me especializando em vírus, mas aí acabei casando. Nunca exerci, mas fiz estágio no Adolfo Lutz, queria fazer biologia molecular, queria pesquisa e aí casei com um médico cirurgião. Ele é de Presidente Prudente, ele é professor da Escola Paulista de Medicina, se formou lá e fez residência lá. E aí foi oferecido a ele um hospital em Santos – ele se chama Paulo de Oliveira Gomes -, para ele comprar e comprou. Ficou solteiro lá. E no fim, ele já tinha sido meu namorado quando eu estava no Colégio. Depois de muitos anos eu me reencontrei com ele, estava no último ano de faculdade. Me formei e nos casamos em 71, aí fui morar em Santos. Morei seis anos, aí ele resolveu entrar na Escola Paulista e nós viemos para São Paulo de novo. Demorou um ano entre desligar e vender o hospital lá. E depois, quando houve a separação do Grupo, eu trabalhei junto com meu pai durante 15 anos, eu e meu irmão. Na mesma sala. Para você ver a intimidade, era muito próximo! Aí quando meu pai faleceu, meu irmão e eu dividimos as coisas, demos a parte da mamãe e dividimos a nossa parte. Eu fiquei tomando conta das fazendas, cuidando dos filhos. Nós temos um casal: Charles Abdalla Gomes, 34 anos. Tem a vida dele, é formado em música, regência e composição, pela Unesp, ele compõe. Ele é um gênio, não é por ser o meu filho, não! Já tem a vida dele própria, ganha, nunca dependeu de pai e mãe desde que se formou. Mas netos nada! E a Milena, que veio dez anos

depois dele - pretendia ficar com um só e de repente ela aconteceu -, e foi um acontecimento muito gostoso. Ela é advogada, passou na OAB e está se especializando em direito tributário na PUC. Tem o escritório dela. Hoje está no Rio de Janeiro em um Congresso. Meu pai chegou a conhecer o Charles e a Milena, o Charles tinha treze anos e a Milena três anos. O Charles era o amor da vida de meu pai, o neto esperado. E a Milena ele adorava, ela via o avô e ela... [...] Ele fazia via sacra antes de ir ao escritório: passava na minha casa, na do meu irmão e na volta passava de novo para ver os netos e os filhos, bem no finalzinho da tarde. Ele era muito chegado na família.

[...] Toda esta situação que ele passou, a construção de um império, ele dizia quando meu irmão e eu discutia feio no escritório, batia a porta, ele dizia pra mim: “Minha filha não fique nervosa, tudo isso é besteira, tudo isso não vale nada, minha filha!”. Olha a filosofia, a inteligência dele! Trabalhou feito um burro de carga porque meu pai nunca teve férias, fim de semana, feriado. Eu não me lembro do meu pai falar: “Hoje é feriado e vou descansar”. Se a fábrica estava fechada eram as fazendas, nunca e nenhum deles, eles nunca tiveram férias. Um homem que trabalhou, ganhou e formou junto com o irmão o maior grupo da América Latina, da América do Sul e vira e fala pra mim isso: “Tudo isto é besteira, não vale nada, tudo isso é besteira!”. Reclamar do que aconteceu ele nunca reclamou abertamente. Sofreu. Ele sofreu e muito, muito! O Estadão fazia edição extra que saía com meu pai e meu tio entrando no camburão, primeira página. Era humilhante! Era humilhante e nós sofremos humilhação. Eu sofri humilhação no Colégio, tinha duas na minha classe que adorava me humilhar. E muito. Uma era Rosaura Costa Bianco, do Colégio Assunção, era semi-interna, acabou casando com o Alcides Diniz. Ela morreu com trinta anos, de aneurisma. Tinha uma outra, que eu nem me lembro mais, eu costumo apagar sabe. Que me humilhava demais, demais! Engraçado, não sei se foi a criação, porque nós agüentávamos bem, porque ninguém é viciado em tóxico, ninguém é alcóolotra, ninguém deixou de trabalhar e sofremos na adolescência. Eu acho que é a raça, não é questão de fé não, é questão de agüentar. A questão da criação, é a questão de você ver o seu pai trabalhando, indo para frente e para todos os lados, não se curvar, isto é questão de raça, de peito. De coragem. Eles eram muito corajosos, corajosos demais, demais. Não tinham medo de nada e de ninguém e não tinham mesmo, não tinham mesmo. Tinham um caráter ali - que tomara que os meus filhos fiquem com o caráter deles -, era demais mesmo! Meu irmão sofreu humilhação. Ele estava no primeiro ano de direito no Mackenzie, ele atrasou numa aula, foi quando estava aquela confusão toda e o professor

chamou: “ O Abdalla”. E ele falou: “Desculpa professor, eu cheguei atrasado”. O professor perguntou: “O que é Abdalla? Foi levar marmita para o seu pai na prisão?”. Ele não teve dúvida e pulou no pescoço do professor. Desceram a escadaria do Makenzie agarrados. Ele arrebentou o professor e ele, o professor, foi exonerado. Foram parar na reitoria. Ele não podia ter feito isso, né? E foi aquela confusão toda. Nós éramos humilhados, seu pai está na prisão, ele é ladrão, seu pai é isso, seu pai é aquilo. Mas nada nos tirou do caminho, por isso é muito difícil alguma coisa nos atingir. Porque nos aprendemos a criar uma couraça. Sofre mas vai em frente. Como dizia meu pai: “Nóis verga mais não quebra”. Lá no Vale do Paraíba eles falam: arco, tarco.

[...] O papai com o pessoal de Carioba ... Ele era como um pai para eles, ele era muito querido, tinha um coração de ouro, era braço quando tinha que ser. O pessoal gostava muito dele com algumas exceções de uns safados malandros. Ele era desses que mandava vir para o Natal, do Rio de Janeiro, da fábrica Estrela, um caminhão só de boneca e um só de brinquedos de meninos. E fazia o Natal. Natal para as crianças. E era uma alegria! Ele mesmo distribuía os presentes. Ele dava presente para os funcionários. Tinha baile na Carioba que elegia a rainha dos operários, ele dançava valsa com eles. O pessoal da Carioba tinha uma vida cultural, esportiva e em geral muito saudável. Eles gostavam tanto de meu pai que chegavam, quando existia a greve na Perus - que era uma greve fomentada por um padre ou por um religioso, um advogado aqui de São Paulo - aquela Perus era terrível -, os operários da Carioba pediam licença para ele e lotavam ônibus e vinham para a Perus para parar a greve. Faziam isso. Se você perguntar para o pessoal da Carioba, eles vão te falar. Era espontâneo. Meu pai e minha mãe eram muitos queridos. Quantas vezes, briga de marido e mulher terminavam no portão de casa, pediam ajuda dele. E ele fazia e minha mãe também, os dois juntos, e dava certo, eles aconselhavam. É interessante isso não. A convivência era saudável e tinha confiança.

[...] Houve roubos na Carioba, sim, houve funcionários que enrolavam no corpo panos e panos pra roubar e aí foi descoberto. E começou a ter revista na saída, por causa de um, tem que se tomar certas medidas.

[...] Teve até um fato interessante, meu irmão não era nem nascido, minha que conta. Uma certa noite, tinha guarda, tinha tudo, não sei se o guarda tinha ficado doente ou coisa parecida, numa certa madrugada tocaram a campainha da nossa casa e meu pai foi ver quem era. Era um cara que estava fugindo da polícia, e o trem passa atrás da casa da mamãe e ele tinha pulado do trem, atravessado o rio e veio para nossa casa pedir ajuda. Ele estava todo arrebentado, meu pai fez

curativo nele, deu remédio, estava armado o cara. Ele disse: “Olha, eu estou fugindo da polícia”. Meu pai deu comida para ele, tava morto de fome. “Eu agradeço muito ao senhor por ter me acolhido”. Ele disse: “Por favor, não fala que eu estive aqui”. “Não, pode ir embora que não vou falar nada, pode ir embora”. E ele foi embora. Ele nunca soube quem era. Meu pai ajudava Deus e o mundo. E muitas vezes, era feito de bobo. Muitas vezes. Em Americana, quando houve uma homenagem para o papai na Câmara Municipal o seu Tite fez todo um apanhado de quem era meu pai, o que ele tinha feito. Aí pediram para eu ou o meu irmão escrever alguma coisa sobre ele.

[...] Na família árabe, eu sou católica, mas no Colégio eu era praticante, nós tínhamos missa todo dia e tal, e depois que eu saí, eu continuei. Mas depois - eu sempre tive um lado espiritualista, muito, sempre tive este lado -, e muita coisa desde o Colégio, que eu não concordava com a igreja católica. A tal ponto que nós tínhamos um frei que tomava conta da Igreja da Assunção, que hoje em dia é uma paróquia. É lindíssima a igreja! Ele tomava conta, frei Valentim, e as meninas iam se confessar, eu me recusava: “O sr. não é Deus, eu não vou me ajoelhar perante o sr. O sr. quer conversar comigo, o sr. senta em uma cadeira e eu na outra, e nós batemos papo. Eu me recuso”. E ele aceitava. Eu batia papo com ele e as freiras não se conformavam: “Mas Judith, você, uma mocinha, fazer isso!”. Eu falava: “Ou é assim ou não é!”. Porque tem coisa que eu não admito. Eu, hoje não vou na igreja. Quando passo na frente da igreja e eu tenho vontade, eu entro, mas eu não assisto missa. Acho que eu não preciso assistir missa para conversar com Deus, mas eu creio, isso eu creio.

[...] Meu pai era muito devoto de Nossa Senhora Aparecida. Demais! Tanto que o se santinho de morto, tem a Nossa Senhora Aparecida, que eu coloquei. A minha devoção era de Santo Antonio, desde mocinha. Mas papai nunca foi de ir à missa e eu achava certo o que ele fazia e mais tarde, aqui no colégio, como era muito assim, eu falava: “Eu não concordo com isso, com aquilo”. Quando eu estava no Colégio, no primeiro ano científico, eu fiz um trabalho para a feira da saúde sobre o desenvolvimento do ser humano. E eu vim desde lá de trás, da bactéria, e vim, e me baseie em dados e não pus que Deus deu uma alma ao homem. E meu trabalho ganhou o primeiro prêmio. A superiora me chamou e falou: “O seu trabalho ganhou o primeiro prêmio, mas você só vai receber o prêmio se você acrescentar que Deus deu uma alma ao homem. “Então eu não vou receber. O homem tem alma e tem espírito e, são duas coisas diferentes”. Ela falou: “Você não vai pôr?”. “Não, não vou não !”. Porque era um trabalho científico. E não recebi o

prêmio. Era duro o negócio! Então a minha religiosidade, eu creio em Deus, creio que existe um ser superior. Você pode chamar Deus de Jeová, mas ele é ele, ele é superior, tudo o que você vê na natureza é ele, ele está nas plantas, no ar. Creio profundamente! Sou devota de São Judas Tadeu, consegui graças impossíveis com ele! O orfanato de São Judas, aqui em São Paulo, o meu tio Manoel mandava caminhões do Rio de Janeiro com tecidos para fazer uniformes, roupas das crianças do orfanato. E meu pai ajudava muito também. Mas eu tenho este lado espiritualista. Por exemplo, eu acredito em gnomos, em seres da natureza porque eu já vi. Eu acredito que existe esta força na natureza e quando eu falo isso o pessoal na certa, acha que está faltando parafuso nela. [...] O que vem de minha raça é a dança, a música, os instrumentos de música. Ah, aliás, esqueci de dizer para você que eu fiz faculdade de musicoterapia na FMU, me formei em dezembro, são quatro anos e pretendo abrir uma clínica no semestre que vem, aqui em São Paulo. Uma clínica que cuida de tudo, desde gravidez (fetal) até paralisia cerebral, síndrome de down e não tem terceira idade, é de 0 até acabar. A musicoterapia é interessantíssima, maravilhosa! Eu toco piano e a musicoterapia é muito de transferência e contra transferência da pessoa. Você tem que ter um feeling, e você consegue muita coisa. Eu consegui que uma menina de paralisia cerebral - faltou oxigênio no cérebro no nascimento, parálitica das duas pernas e não falava, estava com nove anos, fiquei com ela um ano -, que ela começasse a andar e falar. Eu assustei quando ela falou comigo: “Ah! Deixa, deixa”. Segurei no ombro dela, na clínica da faculdade, eu quase desmaiei. A mãe dela!!! Nossa senhora! Então a gente consegue muita coisa com isso, e a música árabe os instrumentos árabes, aquilo é do deserto, aquilo vem e está no meu sangue, não adianta eu querer tirar porque não sai. É coisa que está enraizada, são milênios de cultura que vem e eu gosto da música, ela me emociona. [...] Não eu não tenho ambiente de raças eu tenho ambiente de amigos, de amigos sinceros, gostosos, de estarmos juntos, e ter prazer em estar. E aí tem alemão, judeu, tudo junto, pra mim eu nunca fiz distinção. [...] Não, eu nunca vivi em colônia. Meu pai nunca viveu em colônia, nenhum deles nunca viveram. A convivência da família, tudo bem, aquela coisa das raízes, sim, mas ir a clube da colônia nós nunca tivemos isso. E eu não gosto, eu vivo no Brasil e a miscigenação é muito grande. Tanto que eu sou casada com filho de português, meu irmão casou com filha de italiano (Matarazzo). Nós não temos isso, tem gente de nossa raça que não admiti isso, mas nós não temos disso, de jeito nenhum. [...] A comida árabe é a minha preferida, evidentemente, eu fui criada nisso desde pequena, a língua árabe eu acho maravilhosa. Eu não falo, mas eu entendo muita coisa por causa dos nossos avós. Entre eles,

eles falavam e quando eles não queriam que soubéssemos o que estavam conversando, eles falavam. E quando a gente aprontava alguma eles esqueciam, falavam aquele português com dificuldade, eles esqueciam e chamavam a gente em árabe. Nós aprendemos a ter um ouvido para a língua árabe eu sei - quando dois árabes estão falando -, o sentido do que estão falando, não sei o quê, mas o sentido é isso, isso. Eu sinto orgulho de falar que sou descendente de libaneses. Muito orgulho, mesmo! Principalmente do jeito que eles chegaram no Brasil. E que venceram!

[...] Tem uma tradição sim, no Natal. A gente só põe comida árabe na mesa. Então é charuto de folha de uva, de repolho, kibe cru e frito e assado. Pomos um prato que pouca gente conhece, que é uma coalhada fresca, que é temperada com manteiga, na panela, salsinha, cebolinha. Em casa, se faz como se fossem raviolizinhos de carne. Ele é cozido dentro desta coalhada, põe em uma sopeira e serve. Isso pra mim é o prato que mais gosto! Eu nunca cozinhei, mas isto eu faço. Eu não fui criada pra cozinhar, fui criada de outra maneira, mas de tanto ver, você acaba fazendo, acaba percebendo o gosto. Sai meio ruim, mas sai! Tem uma outra tradição que minha mãe fez quando meus filhos nasceram, que é como se fosse um manjar. Feito de maisena, leite, água de rosas, usa-se misk. É como se fosse uma goma extraída do cedro do Líbano, então mistura neste manjar e em cima coloca coco ralado, tâmara bem picadinha, um pouco de nozes lascadinha e damasco. E a mãe come com o recém nascido, na maternidade, em cima da cabeça da criança. É para trazer saúde, felicidade, riqueza, harmonia, paz. Essa é uma tradição e é a avó quem faz. Uma outra tradição é feita na Páscoa, isso meus avós já faziam. Cozinha-se o ovo de galinha bem cozido, colorido e põe numa cesta. Quando a família esta reunida, cada um escolhe um ovo, segura o ovo na mão, assim, um pouquinho de fora. E um outro, vem com o ovo e bate assim. Se partiu o seu ovo, você é mais fraca que ele. Então você já fica de fora e ele continua e sempre sobra um. Isso é também uma tradição árabe na Páscoa. Diz que é para ver a pessoa mais forte, quem é o líder. E também, quando você recebe visita, você põe na mesa um prato que tenha tâmaras, damasco, nozes. Isso é para boas vindas. E tem palavras árabes que eu acho lindíssima. Maktub - quer dizer que estava escrito nas estrelas -, diz que o árabe, ele já vem acreditando que as coisas que tem que acontecer acontece. Eu acredito nisso! Você pode, às vezes, se não é uma linha mestra, desviar, mas o maktub, é o maktub, estava escrito isso. E outra coisa, quando você dá presente para uma pessoa: “Obrigada. Que lindo!”. Aquele negócio todo, você fala embaraki, quer dizer: “Use com muita saúde e felicidade”. Meu pai usava muito e tudo o que lembra meu

pai é muito doloroso! Essas palavras eu acho lindíssima, é uma só, mas são frases! São muito fortes! Tem uma série de palavras ou frase curtinhas que são muito fortes. Eu vou pegar lá no meu quarto um livro do professor Carlos da Silva Lacaz que foi titular da USP em microbiologia. Os Lacaz são de Guaratinguetá e todos amigos de meu pai, de meus tios, e ele dedicou um prefácio, ele fala de meu avô e da minha avó no livro: **Os médicos árabes no Brasil**. Ele fez este livro. Ele lembra no livro, que na meninice dele, uma das coisas gostosas era que meus avós pegavam os meninos no sábado, ele, o irmão os outros seus irmãos, para chamar fregueses para lojinha. E que no final da tarde a vovó fazia uma mesa farta de lanches pra eles e então ele diz aquele modo árabe de receber: “Al-hamdo liláh áualan - rendo graças por ter podido começar e terminar”.

[...] Carioba, quando o Grupo Abdalla se dissolveu, ela foi dividida. Papai ficou com a casa e os terrenos em volta. O tio Antonio com a casa dele e o tio José com a Carioba toda. Cada um escolheu o que quis, foi preferência. Papai não quis ficar com Carioba. Quando o Juca assumiu, José João Abdalla Filho, quando houve esta divisão, os funcionários foram todos indenizados. Todos. E aqueles que quisessem levar tijolos, telhas, podiam. [...] Foram os operários que pediram se podiam levar o material das casas.

[...] Então Carioba, as casas todas foram demolidas para fazer loteamento. E agora, dois anos atrás, se não me engano, o Juca vendeu para o Dei Santi, a imobiliária. Só ficou a fábrica que está alugada - a fábrica de fita é do Juca. E a igreja. A casa do tio Manoel ficou com a Prefeitura, o resto não, ele vendeu para o Dei Santi. E a mamãe ficou com a casa, aquela casa é encantada, viu!

[...] Não, não falou nada. Eles fizeram uma vida lá, ficou 30 anos lá. Mas ele deve ter sentido muito! Na realidade uma vez ele falou que o Juca nunca devia ter feito o que fez. Devia ter feito o seguinte: “Essa casa que você morava na Carioba, você quer ficar, quer comprar a casa, quer ficar?”. Meu pai disse que se ele tivesse ficado com a Carioba, ele faria isso. Depois quem não quisesse sim, ele demolia as outras casas. Mas cada um faz o que pensa, não! Em todo caso, os cariobenses fizeram a Cariobinha e estão muito bem, obrigado! Cada um construiu a sua casa e morrem de saudade de Carioba. É que eles contam como era a Carioba e ninguém acredita. Eles contam Carioba era assim: nós não pagávamos nada, era tudo de graça e ninguém acredita o paraíso que era. Se existia um paraíso chamava-se Carioba.

[...] Os Muller estavam falidos e por causa da Guerra não podiam ter mais nada. Eles venderam a Carioba com dívidas. Você sabia que a Carioba era de franceses? Tinha um grupo de franceses

que era dono de lá. Por isso que eu digo para você que esse sr. que escreveu este livro [...] dizer que os Abdalla acabaram com Carioba. Como, se você ficou trinta anos na Carioba? Como se pode? Foram criados muitos folclores! A Carioba para você ter uma idéia tem 110 escrituras, porque ela era de pedaço. Todinha. [...] E se a Carioba não tivesse escritura em nome do Grupo Abdalla não poderia ser vendida nunca, não faria loteamento fechado lá. [...] Esse povo fala demais! Demais!

Escolarização em Carioba

Escolas Isoladas de Carioba

Ano	Denominação	Número de alunos	Número de Classes	Nacionalidade	Agrupamentos de alunos	Nacionalidade dos pais	Professores	Observações
1918*	1. Escola de Carioba	31	1 (1. e 2. ano)	Brasileiras paulistas	Feminina	10 – brasileiros 17 – italianos 4 - outras	Mantido pelo Estado	Localizava-se na rua principal da vila. O prédio era particular.
	2. Primeira Escola de Carioba	43	1 (1. ao 3. ano)	01 estrangeira e demais brasileiros paulistas	Mista (diurna)	9 – brasileiros 25 – italianos 9 - outras	Mantido pelo Estado	Localizava-se na rua principal da vila em prédio construído pela empresa. O prédio era público.
	3. Segunda Escola de Carioba	37	1 (1. ao 3. ano)	Brasileiros paulistas	Mista (diurna)	4 – brasileiros 20 - italianos 13 – outras	Mantido pelo Estado	Localizava-se na rua principal da vila. O prédio era particular.
	4. Escola de Carioba	52	1 (1. ao 3. ano)	Brasileiros paulistas	Masculina (noturna para adultos)	7 – brasileiros 22 – italianos 23 – outras	Mantido pelo Estado	Localizava-se no prédio de número 37. O prédio era público.
	5. Escola de Carioba	47	1 (1. ao 3. ano)	01 estrangeiro e demais brasileiros paulistas	Mista (noturna)	20 – brasileiros 24 – italianos 03 - outras	Mantido pelo Estado	Localizava-se no prédio de número 86. O prédio era público.

* Observação: no ano de 1918, o município de Campinas realizou um censo no seu Distrito de Villa Americana e na Vila de Carioba havia cinco escolas isoladas.

Escolarização em Carioba

Escolas Reunidas de Carioba

Ano	Denominação	Média de alunos	Número de Classes	Período	Agrupamentos de alunos	Criação/ Instalação	Professores	Observações
1921 a 1931	Escolas Reunidas de Carioba	164	4 a 5	Manhã e tarde	Feminina, masculina e mista	Criação: 29/07/1921 Instalação: 05/08/1921	Mantidos pelo Estado	A partir de 1923, de 1. ao 4. ano. A partir de 1924 em um único prédio e próprio na rua principal da vila.

Escolarização em Carioba

Grupo Escolar de Carioba

Ano	Denominação	Média de alunos	Número de Classes	Período	Agrupamentos de alunos	Criação/ Instalação	Professores	Observações
1932 a 1939	Grupo Escolar de Carioba	220	5 a 6	Manhã e tarde	Feminina, masculina e mista	Criação: 17/03/1932 Instalação: 21/03/1932 Criação: 21/03/1932 Instalação: 23/03/1932	Mantidos pelo Estado	Construção de gabinete dentário (1934) pela empresa que paga os serviços e a escola os medicamentos

Escolarização em Carioba

Grupo Escolar “Comendador Muller”

Ano	Denominação	Média de alunos	Número de Classes	Período	Agrupamentos de alunos	Criação/ Instalação	Professores	Observações
1940 a 1977	Grupo Escolar “Comendador Muller”	293	6 a 12	Manhã e Tarde	mista	Não há registro do ano da denominação	Mantidos pelo Estado	A empresa contribuía com: dinheiro e uniformes (tecidos). Curso noturno e merenda escolar (1951), Reforma completa do prédio (1964). Ocupação de suas pelos militares em programa de assistência (1968). Instalação do pré (1973). Até 1968 era escola rural. A partir de 1972 (5ª. a 8ª.).

Escolarização em Carioba

Escola Estadual de Primeiro Grau “Comendador Muller”

Ano	Denominação	Média de alunos	Número de Classes	Período	Agrupamentos de alunos	Criação/ Instalação	Professores	Observações
1978 a 1983	E.E.P.G. “Comendador Muller”	290	12	Manhã e Tarde	Mista	Criação Res. SE.23/76 – GESC Denominação em 28/01/78		1981 – último ano de matrícula 1983 – média de 8 alunos por classe (1ª. a 7ª.).
1984								Incorporação em 02/03/1984 à escola estadual Bento Penteado dos Santos, bairro Antonio Zanaga

Espaço físico da escola quando fechou: (incorporada ao patrimônio municipal)

05 salas de aulas e 01 sala de pré –escola, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala de professores,, 01 gabinete dentário, 01 cozinha e 01 outras.